

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

MAURO DAS GRAÇAS MENDONÇA

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE
UBERLÂNDIA (MG): REFLEXÕES SOBRE A PRÁXIS
E SUA RELAÇÃO COM O PROCESSO DE PLANEJAMENTO
E GESTÃO AMBIENTAL**

**UBERLÂNDIA
2015**

MAURO DAS GRAÇAS MENDONÇA

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE
UBERLÂNDIA (MG): REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA
E SUA RELAÇÃO COM O PROCESSO DE PLANEJAMENTO
E GESTÃO AMBIENTAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do Título de Doutor em Geografia.

Área de Concentração: Geografia e Gestão do Território

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marlene T. de Muno Colesanti

Uberlândia
2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

- M539e
2015 Mendonça, Mauro das Graças, 1970-
Educação ambiental no município de Uberlândia (MG) : reflexões sobre a práxis e sua relação com o processo de planejamento e gestão ambiental / Mauro das Graças Mendonça. - 2015.
220 f. : il.
- Orientadora: Marlene Teresinha de Muno Colesanti.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia.
Inclui bibliografia.
1. Geografia - Teses. 2. Educação ambiental - Uberlândia (MG) - Teses. 3. Gestão ambiental - Uberlândia (MG) - Teses. 4. Política ambiental - Uberlândia (MG) - Teses. I. Colesanti, Marlene Teresinha de Muno. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

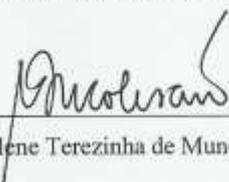
CDU: 910.1

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

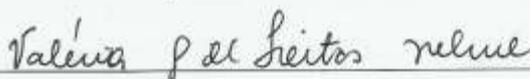
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Mauro das Graças Mendonça

“EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA (MG): REFLEXÕES SOBRE A PRÁXIS E SUA RELAÇÃO COM O PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL”.



Profª. Doutora Marlene Terezinha de Muno Colesanti (Orientadora) - UFU



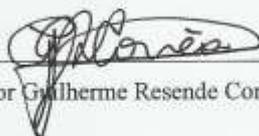
Professora Doutora Valéria Guimarães de Freitas Nehme - IFTM



Professor Doutor João Donizete Lima - UFG



Professora Doutora Maria Beatriz Junqueira Bernardes - UFU



Professor Doutor Guilherme Resende Correa - UFU

Data: 16 / 11 de 2015

Resultado: Aprovado com distinção

DEDICATÓRIA

*A meus filhos Luiza e Davi,
companheiros de todas as horas, todos os dias
e para toda a vida.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, Pai misericordioso, bondoso ... Aquele que ilumina meus passos, minha caminhada ... Aquele que indica a direção da Verdade, da Paz, da Liberdade ...

Agradeço à Professora Dr.^a Marlene T. de Muno Colesanti, orientadora dessa tese, a paciência, confiança, amizade e convivência solidária ao longo dessa jornada. Por acreditar em meu potencial e em minhas ideias ...

Agradeço à Professora Dr.^a Valéria Guimarães de Freitas Nehme e à Professora Dr.^a Maria Beatriz Junqueira Bernardes a participação e valiosas sugestões apresentadas por ocasião das defesas do projeto de pesquisa, relatório de qualificação e tese. Obrigado pela consideração e amizade de vocês ao longo dessa jornada.

Agradeço ao Professor Dr. João Donizete Lima e ao Professor Dr. Guilherme Resende Correa, que aceitaram participar da banca de defesa de tese.

Agradeço à amiga e Professora Dr.^a Suely Regina Del Grossi, os ensinamentos de vida, a confiança em meu trabalho, o exemplo de dedicação e comprometimento com o ensino de Geografia ...

Agradeço à amiga Letícia Del Grossi Michelotto e ao amigo Bruno Del Grossi Michelotto a amizade, incentivo e consideração ...

Agradeço ao amigo e Mestre Ireneu A. Siegler as lições de vida, a convivência acadêmica, profissional e pessoal ao longo desses anos ... serei eternamente grato.

Agradeço ao amigo e sobrinho Gustavo Moraes Mendonça a amizade, solidariedade ao longo dessa jornada e ajuda na elaboração dos gráficos.

Agradeço a Nalva Guerra, o companheirismo, incentivo e apoio ao longo dessa jornada.

Agradeço aos amigos e familiares que apoiaram, torceram e me incentivaram a realizar esse trabalho.

Agradeço aos cidadãos e cidadãs que participaram dessa pesquisa concedendo entrevistas.

Agradeço aos representantes das instituições que participaram dessa pesquisa concedendo entrevistas.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia a oportunidade concedida a mim para concretizar esse sonho. A todos os professores, técnicos administrativos e colegas de curso.

Agradeço ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM Campus Uberlândia a concessão de licença de trabalho para desenvolver o doutorado. A todos os colegas de trabalho que incentivaram e apoiaram a realização dessa pesquisa.

A todos vocês, minha mais profunda e sincera gratidão ...

EPIGRAFE

*“É fundamental diminuir a distância
entre o que se diz
e o que se faz,
de tal maneira que num dado momento
a tua fala seja a tua prática”
(Paulo Freire)*

RESUMO

Educação Ambiental (EA) é um processo de formação de valores, habilidades e atitudes, tendo em vista a construção do Desenvolvimento Sustentável (DS). O objetivo geral desse trabalho é compreender como a EA é desenvolvida no Município de Uberlândia (MG), considerando as concepções teóricas definidas pelas Conferências Internacionais, os princípios técnicos e legais instituídos pelas Políticas Públicas, as relações estabelecidas entre os principais atores sociais atuantes e a percepção ambiental da população, tomando o planejamento e a Gestão Ambiental (GA) como elementos orientadores do processo de análise e reflexão. Os objetivos específicos são identificar e caracterizar as principais ações de EA desenvolvidas por atores sociais representativos da população uberlandense; analisar o nível de integração e parcerias estabelecidas entre os atores sociais; compreender como ocorre a definição das ações de EA, nível de formalização dos projetos/programas e socialização de resultados junto à comunidade; identificar os principais obstáculos enfrentados pelos atores sociais no desenvolvimento das ações de EA, bem como conhecer qual o público alvo e os profissionais responsáveis pela condução dessas ações; identificar e avaliar a importância de um Sistema de Gestão Ambiental para o êxito de ações de EA e avaliar o nível de percepção e envolvimento da população uberlandense em relação às questões ambientais. A metodologia adotada é fundamentada na pesquisa qualitativa. O Município de Uberlândia (MG) foi tomado como estudo de caso. Foi realizada revisão bibliográfica e entrevistas com representantes de 40 instituições (escolas, empresas, órgãos públicos, entidades de classe, ONG's) e 200 cidadãos. Os resultados indicam que a população possui uma visão naturalista e ecológica sobre "meio ambiente". Não se observa preocupação com as causas dos problemas ambientais. 61,5% dos entrevistados apresentam muito interesse em aprender ou realizar ações de preservação ambiental. 76% avaliam que as consequências de suas ações diárias podem prejudicar o meio ambiente. 52% avaliam as condições ambientais de Uberlândia como regulares. 77% acusaram a existência de algum problema ambiental no bairro onde moram. 50% afirmaram não terem recebido material impresso sobre o tema "meio ambiente". 75% não receberam a visita de um profissional da área ambiental em suas casas. 80,5% não participaram de ações voltadas para a preservação ambiental. 52% não conhecem órgãos públicos ambientais. 80,5% não conhecem ONG's ambientalistas. 71% não conhecem empresas que desenvolvem ações de proteção ambiental. 79% fazem suas atividades diárias procurando não prejudicar o "meio ambiente". Informar e fiscalizar os infratores são consideradas formas eficientes para promover atitudes ambientalmente corretas. 60,5% afirmam que consomem mais que o necessário. 51% não realizam a separação de resíduos recicláveis em suas casas. As principais instituições que influenciam as pessoas a adotarem atitudes ambientalmente corretas são a mídia, seguido de escola, família e trabalho. As instituições desenvolvem EA de forma pontual e sem continuidade. Os principais obstáculos enfrentados são a resistência das pessoas às mudanças, burocracia e carência de recursos humanos e financeiros. A integração entre instituições é incipiente. Há carência de registro, formalização e socialização das atividades de EA. A necessidade de aprimorar o processo de GA e ampliar o comprometimento dos gestores é considerada imprescindível. Verifica-se a necessidade das instituições adotarem uma Política Ambiental permanente e contínua para estimular os indivíduos a adotarem atitudes corretas. A implantação da Agenda 21 Local, com participação ativa da comunidade e de suas instituições, representa uma alternativa para que a EA seja consolidada como Política Pública. A EA e a GA são processos complementares e indissociáveis, indispensáveis para trilhar o caminho do DS.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Gestão Ambiental. Uberlândia. Planejamento Ambiental. Percepção Ambiental. Meio Ambiente.

ABSTRACT

Environmental Education (EE) is a formation process of values, skills and attitudes, and it has as view the construction of Sustainable Development (SD). The aim of this study is to understand how the EE is developed in the city of Uberlândia (MG), considering the theoretical concepts defined by the International Conferences, technical and legal principles established by the Public Policy, the relationships established between the main active social actors and the environmental perception of the population, has the planning and Environmental Management (EM) as guiding elements of analysis and reflection process. The specific objectives are to identify and characterize the main actions developed by EE social actors that represent the population from Uberlândia; analyze the integration level and partnerships established between the social actors; understand how does the definition of EE tasks, the level of the projects/programs formalization, sharing of results with the community; identify the main obstacles faced by the social actors in the development of EE tasks, as well to know what is the target audience and the professionals responsible for driving these actions; to identify and evaluate the Environmental Management System's importance to the success of EE actions and evaluate the level of awareness and the involvement of the population from Uberlândia in relation to the environmental issues. The methodology is based on qualitative research. The city of Uberlândia (MG) was taken as a case of study. It was accomplished a literature review and some interviews with representatives of 40 institutions (schools, businesses, public agencies, professional associations, NGO's) and 200 citizens. The results indicate that the population has a naturalistic and ecological vision of "environment". It wasn't noticed with concern the causes of environmental problems. 61,5% of the interviewees have too much interest in learning or how to conduct environmental preservation actions. 76% evaluate that the consequences of their daily actions can harm the environment. 52% evaluate the environmental conditions of Uberlândia as regular. 71% don't know companies that develop environmental actions protection. 79% do their daily activities looking for not harm "the environment". To inform and supervise offenders are considered efficient ways to promote friendly environmental attitudes. 60,5 % say that they consume more than the necessary. 51% don't do the separation of the recyclable waste at home. The main institutions that influence people to adopt environmentally correct attitudes are the media, followed by school, family and the place of work. Institutions develop EE in a timely manner and without continuity. The main obstacles faced are people's resistance to change, bureaucracy and lack of human and financial resources. The integration between institutions is incipient. There is a lack of registration, formalization and socialization of EE activities. The need to improve the process of EM and expand the commitment of managers is considered essential. It can noticed that there is a need for the institutions to adopt a permanent environmental policy and continuing to encourage people to adopt right attitudes. The implementation of the Local Agenda 21, with active participation of the community and its institutions, is an alternative to that EE is consolidated as a Public Policy. EE and EM are complementary processes and inseparable, indispensable to the SD path.

Keywords: Environmental education. Environmental management. Uberlândia. Environmental Planning. Environmental Awareness. Environment.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 -	Localização de Uberlândia (MG)	17
Mapa 2 -	Área urbana de Uberlândia (MG): bairros de moradia dos cidadãos entrevistados	107
Gráfico 1 -	Faixa etária	109
Gráfico 2 -	Nível de escolaridade	109
Gráfico 3 -	Nível de renda mensal	110
Gráfico 4 -	Significado do termo “Meio Ambiente”	111
Gráfico 5 -	Principais problemas ambientais	112
Gráfico 6 -	Responsáveis por resolver os problemas ambientais	113
Gráfico 7 -	Interesse em aprender e/ou realizar alguma ação de preservação ambiental	113
Gráfico 8 -	Avaliação das consequências das ações diárias em relação ao “Meio Ambiente”	114
Gráfico 9 -	Avaliação das condições ambientais de Uberlândia (MG)	115
Gráfico 10 -	Problemas ambientais nos bairros dos entrevistados	115
Gráfico 11 -	Local onde os entrevistados receberam material impresso sobre “Meio Ambiente”	116
Gráfico 12 -	Participação em ações de preservação ambiental	117
Gráfico 13 -	Órgãos públicos de proteção ambiental conhecidos dos entrevistados	118
Gráfico 14 -	ONG’s ambientalistas conhecidas dos entrevistados	119
Gráfico 15 -	Empresas que realizam ações de proteção ambiental citadas pelos entrevistados	119
Gráfico 16 -	Avaliação das atividades diárias dos entrevistados em relação ao “Meio Ambiente”	120
Gráfico 17 -	Forma mais eficiente para promover atitudes ambientalmente corretas nas pessoas	121
Gráfico 18 -	Opinião dos entrevistados em relação ao atual modelo econômico/industrial vigente e a necessidade de muda-lo para um modelo ambientalmente sustentável	122
Gráfico 19 -	Razões para não realizar a separação dos resíduos sólidos recicláveis nas residências	123
Gráfico 20 -	Avaliação sobre o “funcionamento adequado” do processo de separação de resíduos sólidos recicláveis nas escolas	124
Gráfico 21 -	Avaliação sobre o “funcionamento adequado” do processo de separação de resíduos recicláveis nas empresas	125
Gráfico 22 -	Instituição responsável por influenciar o entrevistado a adquirir atitudes ambientalmente corretas	125
Gráfico 23 -	Avaliação do nível de conscientização ambiental da população	174
Figura 1 -	Esquema do processo de Educação e Gestão Ambiental	191

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACIUB	Associação Comercial e Industrial de Uberlândia
AIA	Avaliação de Impacto Ambiental
APP	Área de Preservação Permanente
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CDL	Clube de Diretores Logistas
CEF	Caixa Econômica Federal
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CIEA	Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental
CNE	Conselho Nacional de Educação
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CODEMA	Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente
COMVIDA	Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
DMAE	Departamento Municipal de Água e Esgoto
DS	Desenvolvimento Sustentável
EA	Educação Ambiental
ETA	Estação de Tratamento de Água
ETE	Estação de Tratamento de Esgoto
FIEMG	Federação da Indústria do Estado de Minas Gerais
FMDA	Fundo Municipal de Defesa Ambiental
FUTEL	Fundação Uberlandense de Turismo, Esporte e Lazer
GA	Gestão Ambiental
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEF	Instituto Estadual de Florestas
IFTM	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro
IGAM	Instituto Mineiro de Gestão das Águas
IMA	Instituto Mineiro de Agropecuária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
ISER	Instituto de Estudos Religiosos
ISO	Organização Internacional para Normalização

MEC	Ministério da Educação
MES	Município Educador Ambiental
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPA	Organização para Proteção Ambiental
PCN	Parâmetro Curricular Nacional
PMU	Prefeitura Municipal de Uberlândia
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PNMC	Plano Nacional de Mudança do Clima
PPP	Projeto Político Pedagógico
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PROFEA	Programa Nacional de Formação de Educadoras e Educadores Ambientais
PRONEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
REBEA	Rede Brasileira de Educação Ambiental
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
SEMEIAM	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SGA	Sistema de Gestão Ambiental
SIPAT	Semana Interna de Prevenção a Acidentes de Trabalho
SIBEA	Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental e Práticas Sustentáveis
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SISNEA	Sistema Nacional de Educação Ambiental
SME	Secretaria Municipal de Educação
SMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SUPRAM	Superintendência Regional de Meio Ambiente do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
WWF	Fundo Mundial para a Vida Selvagem

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1	Meio ambiente no contexto mundial	20
2.2	Educação ambiental: histórico, concepções e princípios	29
2.3	Sistema Nacional de Educação Ambiental (SISNEA)	41
2.4	Mudanças culturais: indivíduo e sociedade	47
2.5	O Município como território da práxis educativa	64
2.6	Histórico da Política Ambiental no Município de Uberlândia	71
2.7	Escola e professor	74
2.8	Gestão ambiental	85
3	METODOLOGIA	97
4	PERCEPÇÃO AMBIENTAL DA POPULAÇÃO	108
5	EDUCAÇÃO AMBIENTAL DESENVOLVIDA PELAS INSTITUIÇÕES	136
6	REPENSANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL	189
	REFERÊNCIAS	195
	APÊNDICE A - Roteiro de entrevista submetido à população	206
	APÊNDICE B - Roteiro de entrevista submetido aos representantes de instituições	209
	ANEXO A - Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa	210

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a temática ambiental tornou-se um dos assuntos de maior interesse nas discussões e debates no cenário internacional, nacional e também local. Essas discussões têm se pautado pelos resultados de estudos científicos, pressões de organizações não governamentais (ONG's), iniciativa de órgãos públicos e também pelo aumento da consciência coletiva em dimensões planetária.

Sabe-se que o marco inicial das discussões internacionais a respeito das questões ambientais foi a Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada em Estocolmo, no ano de 1972. A partir de então, as nações passaram a inserir a problemática ambiental em suas agendas. Assim, ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990, tornou-se frequente a realização de pesquisas, encontros, denúncias e tentativas de se promoverem mudanças de atitudes e comportamentos dos indivíduos em prol da preservação ambiental.

A forma e a intensidade com que os países conduzem o trato das questões ambientais são diferentes devido ao nível de desenvolvimento socioeconômico e cultural. Os países desenvolvidos, apesar de possuírem condições econômicas e tecnológicas para enfrentarem os problemas, se esbarram em seu próprio modelo desenvolvimentista, baseado na industrialização e no intenso consumo de recursos naturais. Qualquer medida em favor da preservação ambiental exigirá mudanças no modelo de desenvolvimento adotado por estes países.

Por outro lado, os países em desenvolvimento, em função das precariedades econômicas e sociais, se veem sem condições de priorizar suas ações no enfrentamento dos problemas ambientais. As populações destes países não têm as necessidades básicas atendidas, como alimentação, saúde e saneamento, restando aos seus governantes dar pouca atenção às questões ambientais, as quais se tornam secundárias.

Ao longo da década de 1990, o mundo, o Brasil, Minas Gerais e o Município de Uberlândia viveram um momento ímpar em se tratando de projetos, programas e diversas formas de inserção do viés ambiental no cotidiano dos órgãos públicos, empresas e cidadãos.

A estrutura ambiental implantada e consolidada pela sociedade brasileira tem acompanhado a tendência mundial. Em uma escala local, observa-se que o Município de Uberlândia acompanhou esta trajetória ambiental, estruturando-se a partir da segunda metade da década de 1980. A legislação ambiental foi sendo regulamentada, à medida que uma estrutura técnico-administrativa foi implantada, consolidando-se através da execução de ações de fiscalização, licenciamento, educação ambiental, criação de unidades de conservação urbanas, arborização e tratamento dos resíduos sólidos e líquidos.

Para muitos estudiosos e ambientalistas, a Educação Ambiental (EA) representa uma das alternativas que possibilitaria à humanidade alcançar a sustentabilidade ambiental. Sem uma prática efetiva de EA, os esforços despendidos pela sociedade não atingirão os objetivos necessários à preservação das condições ambientais do planeta.

O conceito de EA adotado nesta pesquisa é definido como toda ação ou atividade inserida em um processo, voltada para o indivíduo ou coletividade, em escala local e global, que promova o desenvolvimento de valores, atitudes e competências tendo em vista a melhoria da qualidade de vida e sustentabilidade social, ambiental, econômica e cultural da sociedade.

O que se observa em relação à EA são ações pontuais, sem integração e sem continuidade. De maneira geral, os projetos e programas de EA desenvolvidos por órgãos públicos, ONG's e empresas são concebidos de forma desconectada da realidade local e desprovidos de um planejamento que contemple mecanismos de monitoramento, avaliação e engajamento do público alvo. Desta feita, os resultados dessas ações nem sempre atingem os efeitos desejados, conforme observado nos resultados apresentados nesta tese.

Apesar de a população ser municiada diuturnamente com notícias a respeito das consequências dos problemas ambientais ocorridos no planeta, continua agindo da mesma forma, isto é, sem alterar o seu modo de vida, baseado no consumo de descartáveis, gastos excessivos de recursos naturais e geração de poluentes de toda ordem.

Diante desta realidade, apresentamos os seguintes questionamentos: Por que a informação e o conhecimento que as pessoas possuem sobre o que é bom e o que é ruim em relação às questões ambientais não são suficientes para que adotem atitudes ambientalmente corretas? Por que razão existe o paradoxo quanto mais conhecimento, quanto mais avanço científico e tecnológico, mais degradação e pobreza? Como reverter essa situação?

Apesar de as pessoas terem conhecimento de que o atual padrão de produção e consumo dos países do norte ser altamente impactante ao meio ambiente, as pessoas relutam em alterar este padrão de vida. Enquanto uma minoria (países desenvolvidos) deseja manter

e/ou ampliar seu padrão de produção e consumo, uma maioria, representada pelos países em desenvolvimento, deseja alcançar o padrão dos primeiros. Caso esta hipótese viesse a se confirmar, o planeta Terra sucumbiria face às agressões decorrentes deste padrão de vida.

Diante desta situação, entendemos que a EA tem a missão de levar as pessoas e grupos sociais à mudança de atitude. Esta mudança teria necessariamente que romper com a lacuna existente entre o conhecimento (consciência dos dados e informações existentes) e a atitude necessária à efetivação de ações em prol da melhoria da qualidade ambiental das pessoas, da comunidade local, regional, estadual, nacional e planetária.

A seguir, apresentamos questões de caráter teórico-conceituais e também de ordem prática-operacional, observadas ao longo da vivência profissional do autor desta tese, que orientaram o desenvolvimento desta pesquisa.

O Município representa o nível adequado (escala geográfica) para o desenvolvimento de ações e atividades de EA, considerando a proximidade dos atores sociais com o público alvo. As ações de EA desenvolvidas por um ator social somente serão eficazes quando executadas no bojo de um sistema de Gestão Ambiental (GA) que contemple princípios de continuidade, transdisciplinaridade, participação popular e intersetorialidade.

O Poder Público Municipal (executivo) representa a instância adequada para coordenar o planejamento e GA do Município, contemplando a implantação de um Programa de EA que esteja articulado com a Política Nacional de Educação Ambiental.

O Desenvolvimento Sustentável¹ (DS) representa um novo estágio na relação homem/natureza no âmbito da sociedade planetária. O sistema capitalista, cuja base se fundamenta na tríade produção/consumo/lucro, a partir da década de 1960 do século XX passa a conviver com a temática ambiental que constitui um “freio” denominado de DS. Apesar das críticas desferidas pelas correntes ambientalistas mais radicais, que o consideram insuficiente para deter os graves problemas ambientais que assolam o planeta, o DS representa o que é possível fazer, nesse momento histórico, considerando o contexto econômico, social e político em que vive a humanidade. Para caminhar em direção ao DS é necessário que cada indivíduo, grupo social, empresa, escola, ONG, enfim, todo ator social² reconheça a importância da implantação de um Sistema de Gestão Ambiental, por mais simples que seja, em todos os locais públicos e privados.

¹ Desenvolvimento Sustentável é aquele capaz de atender as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também às suas. (CMMAD, 1991, p. 9).

² Ator social é conceituado como a pessoa, grupo ou organização que desempenha uma função social relevante e apresenta capacidade de defender seus interesses e de produzir os fatos necessários para alcançar seus objetivos, participando das decisões para alterar a realidade. (BRASIL, 2006a, p. 57).

O arcabouço legal brasileiro em relação às questões ambientais, incluindo as normas específicas de EA, oferece subsídios suficientes para atender as demandas de Programas de Gestão e Educação Ambiental por parte dos indivíduos e coletividade.

A estrutura organizacional ambiental brasileira, no âmbito federal, institucionalizou vários programas, instrumentos legais/técnicos/pedagógicos e instâncias para implementação de uma Política Nacional de Educação Ambiental no país. A efetivação dessa Política depende da complementação e adequação de ações nos níveis estadual e municipal. Os municípios, de maneira geral, ainda não apresentam estrutura organizacional e de gestão para atender as demandas locais de EA.

Historicamente as escolas foram consideradas um nicho apropriado para o desenvolvimento de atividades de EA. Os professores são chamados a assumir o papel de “educadores ambientais”, como se estivessem preparados para elaborar projetos inter, multi e transdisciplinares a serem desenvolvidos nas instituições onde trabalham. Esses projetos deveriam contar com a participação da comunidade local e seus resultados promoverem a “transformação social, ambiental e política” da população, em consonância com os princípios da Educação Ambiental Crítica. A realidade tem demonstrado que essa questão é complicada e não ocorre de forma satisfatória.

Vários documentos elaborados no âmbito da Política Nacional de Meio Ambiente foram produzidos com o objetivo de subsidiar o trabalho das escolas e dos professores. Destacam-se os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e o Programa Parâmetros em Ação, Meio Ambiente na Escola (Guia do Formador e Guia de Atividades). Também foram ofertados diversos cursos de formação para os professores das redes municipais e estaduais de educação. Os resultados das atividades de EA desenvolvidas nas escolas de Uberlândia, ao longo das últimas décadas, indicam pouca efetividade, considerando as condições ambientais de várias instituições escolares que não dispõem de coleta seletiva, a arborização é deficitária, o nível de conservação das edificações é precário e a participação da comunidade escolar em ações ambientais é tímida.

Na prática, os princípios teóricos que subsidiam as ações de EA ainda não foram incorporados pela sociedade tendo em vista o DS. As escolas, órgãos públicos, entidades de classe e empresas (em sua maioria) carecem de um Sistema de Gestão Ambiental que dê suporte técnico e operacional às ações de EA.

A criação de uma Secretaria de Meio Ambiente no Município de Uberlândia no ano de 1985 representou um marco importante para a disseminação de ações de EA. No entanto,

verifica-se que a EA não recebeu a devida atenção. As atividades desenvolvidas têm se mostrado insuficientes para atingir a população com a eficácia necessária.

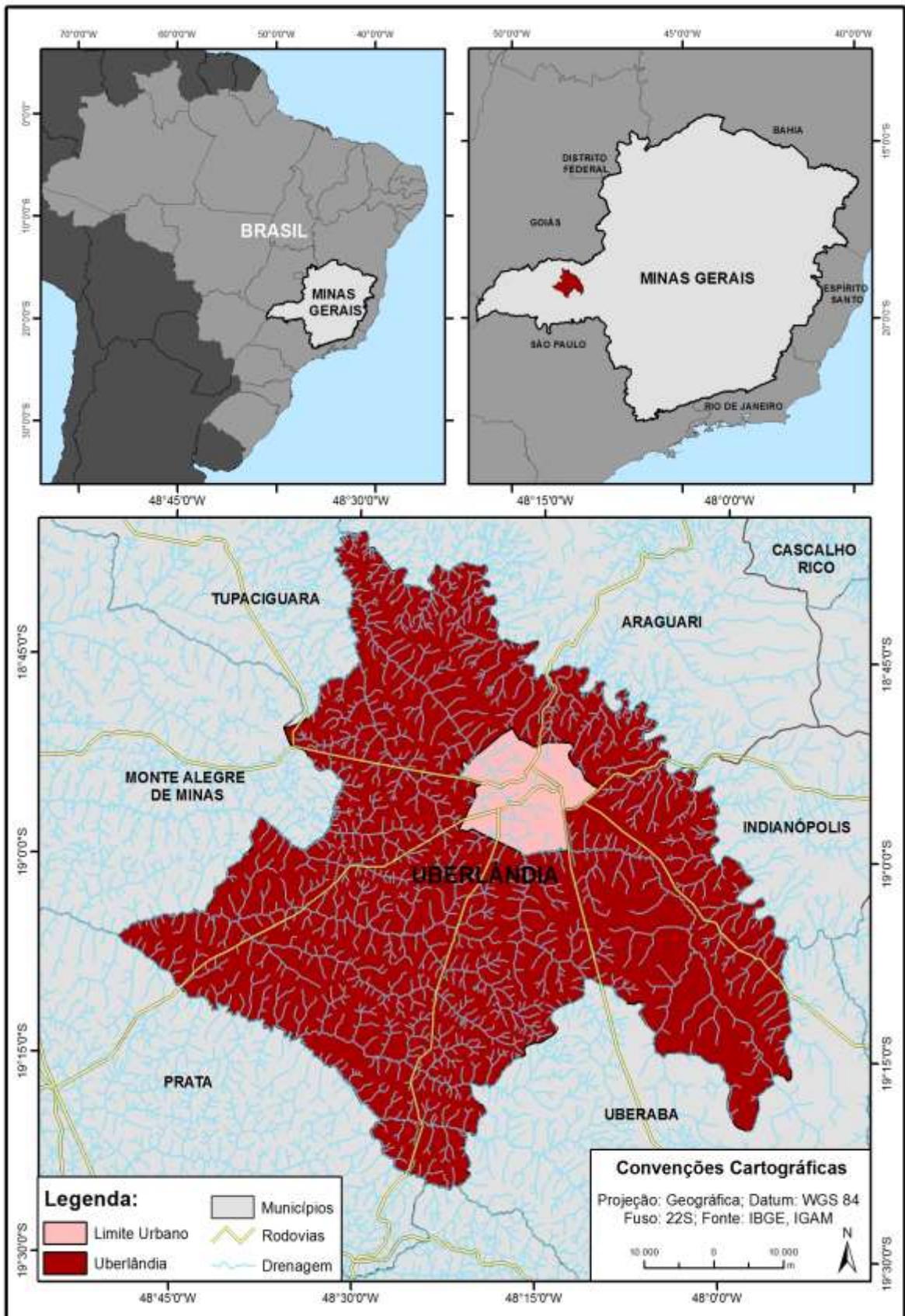
O objetivo geral desse trabalho é compreender como a EA é concebida e desenvolvida no Município de Uberlândia-MG, considerando as concepções teóricas/conceituais definidas pelas Conferências Internacionais, os princípios técnicos e legais instituídos pelas Políticas Públicas, as relações estabelecidas entre os principais atores sociais atuantes e a percepção ambiental da população, tomando o planejamento e a gestão ambiental como elementos norteadores do processo de análise e reflexão.

Os objetivos específicos são identificar e caracterizar as principais ações e atividades de EA desenvolvidas por atores sociais representativos da população uberlandense; analisar o nível de integração e parcerias estabelecidas entre os atores sociais no desenvolvimento das ações e atividades de EA; compreender como ocorre a definição das ações de EA desenvolvidas, nível de formalização dos projetos/programas e socialização de resultados junto à comunidade; identificar os principais obstáculos enfrentados pelos atores sociais no desenvolvimento das ações de EA, bem como conhecer qual o público alvo e os profissionais responsáveis pela condução dessas ações; identificar e avaliar a importância de um Sistema de Gestão Ambiental, no âmbito de uma instituição pública ou privada, para o êxito de ações e atividades de EA e avaliar o nível de percepção e envolvimento da população uberlandense em relação às questões ambientais.

Uberlândia (MG) localiza-se na mesorregião do Triângulo Mineiro (Mapa 1). Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015) e Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU, 2015), o município possui área de 4.115 km², sendo 219 km² de área urbana e 3.896 km² de área rural. A população estimada para o ano de 2014 é de 654.681 habitantes, sendo 638.637 residentes na área urbana e 16.044 residentes na área rural.

Podemos enumerar várias razões para justificar a realização desta pesquisa, cujos resultados proporcionarão à sociedade uberlandense e ao setor acadêmico, informações e reflexões importantes a respeito da situação em que se encontra a EA no Município de Uberlândia. Não existem estudos sistematizados que abordem de forma detalhada e crítica a EA no Município de Uberlândia. Os projetos e programas de EA desenvolvidos em Uberlândia têm se pautado em ações pontuais, sem continuidade e desprovidas de integração entre os atores sociais responsáveis.

Mapa 1 - Localização de Uberlândia (MG)



As ações promovidas pelo poder público municipal, concernentes à recuperação, preservação, conservação e planejamento ambiental, nem sempre são valorizadas e/ou compartilhadas pela comunidade local em razão de seu interesse pouco significativo no envolvimento com as questões ambientais cotidianas. A temática ambiental constitui um assunto extremamente importante no atual cenário mundial. A EA representa um dos fatores essenciais para a consecução dos projetos e programas de preservação ambiental.

Qualquer projeto e programa de EA que seja elaborado e desenvolvido desconsiderando-se a participação da comunidade local e a ausência de um processo de GA, que lhe dê suporte, corre o risco de não lograr êxito. Os resultados desta pesquisa podem subsidiar um planejamento mais eficaz para as atividades de EA.

A população uberlandense, de maneira geral, apresenta baixo nível de comprometimento com as questões ambientais. Da mesma forma, os atores sociais (órgãos públicos, ONG's, entidades de classe, escolas, empresas) apresentam baixo nível de integração e desenvolvem atividades de EA de forma pontual, efêmera e de abrangência temática e geográfica limitada.

As atividades de EA são desenvolvidas dissociadas de um processo de GA institucionalizado pelos próprios atores sociais envolvidos. Os profissionais responsáveis pelo desenvolvimento de ações e atividades de EA carecem de formação técnica adequada, fundamentada em princípios legais, de planejamento e GA. O Município de Uberlândia não dispõe de um Sistema de Gestão Ambiental institucionalizado, e que atue de forma eficiente, desenvolvendo um Programa de EA em todo o seu território.

As atividades de EA desenvolvidas apresentam limitações em relação à continuidade/perenidade, quantidade de pessoas beneficiadas, efetividade na mudança de atitudes/comportamentos individual e coletivo do público alvo, formação de educadores ambientais. As instituições que atuam na área ambiental apresentam limitações no processo de registro, socialização e divulgação de informações ambientais para a população.

Diante do exposto, não temos dúvida de que os resultados desta pesquisa contribuirão para o aprimoramento das ações de EA no Município de Uberlândia e para outros mais, na medida em que apresentará uma reflexão ampla a respeito das bases de sustentação teórico-conceituais das ações e atividades desenvolvidas, bem como indicará um caminho a ser seguido pelos atores sociais, com base em princípios de planejamento e GA.

A tese encontra-se estruturada em seis capítulos, assim denominados: introdução, referencial teórico, metodologia, percepção ambiental da população, educação ambiental desenvolvida pelas instituições e considerações finais.

Na introdução, há uma caracterização do tema meio ambiente no contexto mundial e local e suas relações com a EA. A questão ambiental é problematizada de forma a explicitar a complexidade existente na sociedade contemporânea quanto à forma que se lida com o conhecimento e com os recursos naturais, apontando a EA como uma possível ferramenta a serviço de uma mudança de atitude dos indivíduos e coletividade na busca do DS. Os objetivos são apresentados, seguidos de argumentos que justificam a realização desta pesquisa.

O segundo capítulo é constituído pelo referencial teórico que se encontra dividido em oito itens, considerados essenciais à condução das ações práticas e da análise crítica dos resultados da pesquisa. Os conceitos e reflexões abordadas nesse capítulo (meio ambiente, histórico da EA, Sistema Nacional de EA, relação indivíduo/sociedade, município como território da práxis educativa, histórico da política ambiental de Uberlândia, relação escola/professor e GA) permitem compreender e dar sustentação argumentativa à discussão dos resultados obtidos.

A metodologia, no terceiro capítulo, apresenta uma caracterização detalhada do caminho metodológico percorrido no decorrer da pesquisa. Realiza-se uma vasta argumentação a respeito da pesquisa qualitativa, adotada no desenvolvimento da pesquisa, explicitando-se os procedimentos operacionais, técnicas de amostragem e tratamento dos dados obtidos no campo.

O quarto capítulo traz resultados de campo relacionados à percepção ambiental da população. São dados e informações importantes para evidenciar a visão que os cidadãos têm a respeito das questões ambientais locais. A partir dessa visão, é possível compreender a importância, limitações e possibilidades de atuação que a EA possui como instrumento de Política Pública para um município.

No quinto capítulo são apresentados mais resultados da pesquisa de campo obtidos nas instituições. Os depoimentos dos representantes das instituições participantes da pesquisa demonstram as fragilidades das ações de EA desenvolvidas e as possibilidades existentes para se trabalhar essa temática.

O sexto capítulo, intitulado “Repensando a Educação Ambiental”, representa as considerações finais. Uma síntese das principais ideias extraídas do referencial teórico, aliada aos resultados obtidos na pesquisa de campo, é apresentada de forma a comprovar as premissas e objetivos propostos e contribuir para a elaboração de uma metodologia baseada na práxis da EA.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 - Meio Ambiente no contexto mundial

A primeira década do século XXI deixou claro para a humanidade que a crise ambiental é uma realidade. É quase unanimidade entre a classe científica que as consequências do aquecimento global representam uma resposta às graves sequelas que o homem provoca no planeta. As implicações decorrentes do desenvolvimento tecnológico aliado ao crescimento populacional e ao consumo intenso de recursos naturais exigem da sociedade o delineamento de um novo paradigma de desenvolvimento.

De acordo com Mendonça (2000, p. 1),

A partir do advento da revolução industrial e tecnológica, o mundo sofreu e sofre transformações bastante significativas no que diz respeito à ocupação dos espaços rural e urbano. O processo de industrialização desencadeou a modernização mal conduzida da agricultura, provocando conseqüentemente o êxodo rural. Essa população expulsa do campo concentra-se nas cidades em busca de ocupação nas indústrias emergentes e nos diversos segmentos do setor terciário. O processo de urbanização desordenado transforma-se em pouco tempo num grande problema socioambiental que demanda políticas específicas que promovam a melhoria da qualidade de vida da população que habita essas cidades.

Nesses últimos 50 anos, por mais que se tenha discutido, regulamentado e proclamado a necessidade de reverter os efeitos nefastos provocados pela civilização moderna sobre o planeta Terra, os problemas ambientais se intensificaram e geraram um cenário de incerteza para as gerações futuras. Há diversas correntes de pensamento que sinalizam para a necessidade premente de mudanças na forma como o homem lida com os recursos naturais e com o próprio ser humano.

Ao se tratar da questão ambiental, faz-se necessário remeter a alguns conceitos como meio ambiente, modernidade, paradigma, Gaia, desenvolvimento sustentável, sociedades sustentáveis, consumo, capitalismo etc. Além disso, é importante contextualizar essa discussão no momento histórico em que vivemos, considerando a diversidade cultural, social, econômica e ecológica do planeta.

Na definição de Dias (2004, p.7),

Meio Ambiente é a interação constante e evolucionária dos fatores abióticos (água, ar, solo, energia), fatores bióticos (flora e fauna) e cultura humana constituída pelos seus paradigmas, valores filosóficos, políticos, morais, científicos, artísticos, sociais, econômicos, religiosos e outros.

De acordo com Loureiro (2003, p. 100), referindo-se a uma pesquisa realizada pelo Instituto de Estudos Religiosos (ISER) em 2002, o conceito de ambiente para a população brasileira apresenta um entendimento muito simplista, segundo o qual o natural é o aspecto mais importante e o aspecto humano ou social tem pouco valor. Essa visão da população torna o tema meio ambiente de pouca importância como foco de atuação social e política.

Um conceito mais completo é apresentado pelas autoras Sauv e e Orellana (2006, p. 276):

El medio ambiente es una realidade tan compleja que escapa a cualquier definición precisa, global y consensual. Creemos que, m s que entregar una definición del medio ambiente, es de mayor interés explorar sus diversas representaciones. Por ejemplo, el medio ambiente entendido como la naturaleza (que apreciar, que preservar), el medio ambiente abordado como recurso (que administrar, que compartir), el medio ambiente visto como problema (que prevenir, que resolver), el medio ambiente como sistema (que comprender para tomar mejores decisiones), el medio ambiente como medio de vida (que conocer, que organizar), el medio ambiente entendido como territorio (lugar de pertenencia y de identidad cultural), el medio ambiente abordado como paisaje (que recorrer, que interpretar), el medio ambiente como biosfera (donde vivir juntos y a largo plazo), el medio ambiente entendido como proyecto comunitario (donde comprometerse). A través del conjunto de estas dimensiones interrelacionadas y complementarias se despliega la relación con el ambiente.

Essa caracteriza o de Meio Ambiente foi o entendimento adotado para o desenvolvimento desta pesquisa, uma vez que qualquer trabalho concernente   EA que considere apenas uma ou outra representa o, conforme indicado pelas autoras, seria incompleto e responderia a uma visão reduzida de sua rela o com o mundo.

Para Grun (2005, p. 57) “uma das razões da crise ecológica reside no fato de os homens estarem ‘fora da natureza’, assistindo aos problemas ambientais como quem assiste a um programa pela televisão”. Segundo esse autor,

a eficiência das modeliza es matemáticas nos permitem medir a progressão dos danos ano a ano. Estatísticas concernentes ao aumento do buraco da camada de ozônio, do efeito estufa e do desaparecimento das florestas tropicais podem ser feitas com relativa precisão. Níveis de polui o são calculados e proje es anuais, mensais, semanais e até mesmo diárias são realizadas em todos os continentes. Enfim, assistimos hoje a um crescente acúmulo de informa es sobre a situa o alarmante do meio ambiente. As ciências naturais fornecem uma planifica o em nível global da situa o em que nos encontramos. Há uma enorme produ o de conhecimento e o inventário científico   constantemente renovado com a descoberta de novos, graves e até mesmo irremediáveis atentados que os seres humanos vêm causando aos sistemas naturais. (GRUN, 2005, p. 84-85).

Apesar de todo esse arcabouço de informações, dados matemáticos e discursos sensacionalistas versando sobre a crise ambiental planetária, não se observam grandes efeitos sobre a forma de a sociedade moderna lidar com a natureza. Loureiro (2000, p. 33) afirma que “a degradação ambiental é a resultante de um complexo interativo de fatores econômicos, políticos, tecnológicos e culturais.”

Leff, (2004, p. 96) entende que,

A percepção da problemática ambiental não é homogênea e cobre um amplo espectro de concepções e estratégias de solução. As manifestações da crise ambiental dependem do contexto geográfico, cultural, econômico e político, das forças sociais e dos potenciais ecológicos sustentados por estratégias teóricas e produtivas diferenciadas. Neste sentido, não pode haver um discurso nem uma prática ambiental unificados.

De acordo com autores como Loureiro (2000) e Leff (2004), a degradação ambiental observada no planeta tem como principais causas o crescimento econômico e industrial baseado na dinâmica capitalista, pois os padrões de produção, consumo e o processo de urbanização representam o modelo antropocêntrico, inerente ao iluminismo.

A mudança dos padrões de produção e consumo deve ser incentivada e efetivada como condição para a sobrevivência da população mundial num futuro próximo. Essa mudança deve vir acompanhada do atendimento das necessidades básicas da população pobre, da redução do desperdício e racionalidade no uso dos recursos naturais. (BRASIL, 1997, p. 40).

O papel do consumidor consciente se tornará cada vez mais crucial até 2050. O estilo de vida terá de ser mudado. Decisões como a compra de uma geladeira energeticamente mais eficiente ou o uso do transporte público, em vez do automóvel, dentre tantas outras, terão um forte efeito positivo em todas as outras áreas. (ALMEIDA, 2007, p. 39).

De acordo com Brasil (1997, p. 43), faz-se necessário estimular a melhoria da eficiência no uso da energia e dos recursos, a redução da geração de resíduos e a orientação aos cidadãos na tomada de decisões ambientalmente corretas no processo de aquisição dos produtos de uso diário.

Para certos autores, o problema ambiental não será resolvido com simples ações diárias realizadas pelos indivíduos em relação à adoção de atitudes ambientalmente consideradas corretas, como redução do gasto com energia, combustível e recursos naturais. A problemática ambiental passa pela necessidade de mudanças culturais mais complexas e estruturais.

Na visão de Loureiro (2003, p. 11-12),

vivemos, em síntese, um dilema civilizacional, pois para as tendências ambientalistas críticas e democráticas, a solução para a chamada *crise ambiental* não se restringe à descoberta de tecnologias limpas, que diminuam os impactos sobre o

meio natural, nem a mudanças comportamentais. É, antes de tudo, necessária a reorganização da base civilizacional e da estrutura política, econômica, social e cultural vigente, nas sociedades instituídas no período posterior à Revolução Industrial e no marco da modernidade capitalista.

Para Leff (2004, p. 17), “a degradação ambiental se manifesta como sintoma de uma crise de civilização, marcada pelo modelo de modernidade regido pelo predomínio do desenvolvimento da razão tecnológica sobre a organização da natureza.” Esse autor questiona as bases de sustentação da produção moderna.

Autores, como Carvalho (2008) e Morin (2001), consideram que o método científico também contribuiu para o estabelecimento das condições em que o planeta se encontra. A ciência ao induzir a separação entre sujeito e objeto gera novas polaridades excludentes que servem de referência para enxergar o mundo. Carvalho (2008, p. 116) destaca os conceitos natureza/cultura, corpo/mente, sujeito/objeto e razão/emoção, que marcam o pensamento ocidental. Segundo a autora, “tal maneira de ver o mundo, a qual tem sido denominada de paradigma moderno, entrou em crise justamente por não conseguir responder adequadamente aos novos problemas teóricos e práticos que atravessam a vida contemporânea, entre os quais os ambientais.”

Paradigma, segundo Kuhn, é uma constelação de conceitos, valores, percepções, técnicas e atividades, compartilhados por um grupo de cientistas, que os usam para solucionar problemas. Podem ocorrer determinadas situações em que o paradigma não consegue resolver os problemas, quando, então, cede seu lugar a um novo paradigma. (ARANHA; MARTINS, 1993 apud BRASIL, 2001a, p. 89).

Essa crise civilizacional apontada por diversos autores e que indica a necessidade de um novo paradigma que dê conta de abarcar toda a complexidade inerente a uma mudança dessa natureza (viver de modo menos consumista e mais ecológico) em um contexto planetário, não pode ser alterado de uma hora para outra, considerando que “as pedras da sociedade oficial formam um chão sólido e seguro” (SCHWARZ; SCHWARZ, 1990, p. 1-2). Para esses autores, “(...) assim como a grama irrompe nas rachaduras das pedras, uma nova visão de mundo vem abrindo caminho por entre as rígidas estruturas de um pensamento desgastado. Partes dessa visão de mundo já começam a ser aceitas”.

O discurso ambientalista, em termos gerais se, por um lado, é reconhecido e incorporado pelos setores sociais como tema de relevante interesse na atualidade, por outro, não conduz à mobilização e ao envolvimento de amplas parcelas da população a não ser em situações concretas e específicas. (LOUREIRO, 2003, p. 100).

Segundo Morin (2001, p. 36), “o conhecimento das informações ou dos dados isolados é insuficiente. É preciso situar as informações e os dados em seu contexto para que adquiram sentido. Para ter sentido, a palavra necessita do texto, que é o próprio contexto, e o texto

necessita do contexto no qual se enuncia”. Morin afirma que as pessoas perderam a capacidade de perceber o global, gerando em consequência, enfraquecimento da responsabilidade (cuida apenas de sua especialidade) e da solidariedade (perde o vínculo com o próximo).

Nessa mesma linha de raciocínio, Guimarães (2007a, p. 88) enaltece que essa “compreensão de mundo fragmentada não vem dando conta de estabelecer uma relação equilibrada entre indivíduos em sociedade e a natureza, o que se manifesta pela crise socioambiental”.

Segundo Todd (2002, p. 124),

a ecologia como base para planejamento é a estrutura desta nova ordem econômica. Deve ser combinada com a ideia de que a Terra é vista como um ser sensível, uma visão GAIA do mundo, e nossas obrigações como seres humanos não são apenas para conosco, mas para com a vida como um todo. O respeito para com a Terra faz com que ela se torne a estrutura maior na qual estão inseridos planejamento e tecnologias ecológicas. Um dia os sistemas sociais e políticos conseguirão espelhar as grandes obras da natureza e as atuais divisões de esquerda, direita, sistemas centralizadores, sistemas expansionistas, conservadores, sistemas biorregionais, estado-nação serão transformados numa organização e numa categoria GAIA sistêmicas e de âmbito mundial.

Para Capra (apud SCHWARZ; SCHWARZ, 1990, p. 87-88), o pensamento ambiental moderno apresenta duas correntes distintas: os ecologistas ou ambientalistas superficiais e os ecologistas ou ambientalistas em profundidade. Os primeiros acreditam que é possível controlar e gerenciar com eficiência o meio ambiente em busca da conservação do planeta. A segunda corrente de ambientalistas acredita que para a solução dos problemas ambientais é necessário alterar o sistema de valores, compreendendo novas referências filosóficas.

É de acordo com esta perspectiva que a sociedade moderna tem trabalhado para reverter ou tentar diminuir os problemas ambientais causados pelo homem no planeta Terra. Independente da corrente de pensamento que se considere, a tarefa posta à sociedade globalizada é grande e exige a participação e mobilização de todos os seguimentos. Segundo Guimarães (2005, p. 41) “a conscientização, por parte de um grande número de pessoas no mundo todo, acerca da importância da preservação do meio ambiente, não tem sido suficiente para reverter o processo crescente de degradação do meio ambiente”.

Segundo Grun (2005, p. 51), a EA tem uma grande tarefa pela frente. De um lado enfrentar de forma radical e crítica os pressupostos do racionalismo moderno pautado pelo antropocentrismo, e de outro lado, para além da crítica pela crítica, avançar no sentido oposto, ou seja, buscar meios que efetivamente consigam apontar um norte para uma sociedade ecologicamente sustentada. São duas tarefas complementares que exigirão estratégias pragmáticas para viabilizarem resultados palpáveis.

No ano de 1984, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU) com o objetivo de avaliar os processos de degradação ambiental e o resultado das políticas ambientais adotadas, publicou o documento *Nosso Futuro Comum* (CMMAD, 1991), também conhecido como *Relatório Brundtland*. Esse documento consagrou o conceito de DS que foi definido como “um processo que permite satisfazer as necessidades da população atual sem comprometer a capacidade de atender as gerações futuras”. (LEFF, 2004, p. 19).

A partir de então, o conceito de DS foi sendo divulgado, oficializado e legitimado, principalmente, após a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, celebrada no Rio de Janeiro, em 1992. De acordo com Coimbra (2004, p. 562), apesar de ser um conceito devem-se levar em consideração elementos importantes que merecem uma reflexão mais aprofundada tendo em vista sua viabilidade no enfrentamento das questões ambientais, mesmo com as limitações impostas pelo paradigma moderno.

Segundo Coimbra (2004, p. 563):

Desenvolvimento é um processo contínuo e progressivo, gerado na comunidade e por ela assumido, que leva as populações a um crescimento global e harmonizado de todos os setores da sociedade, pelo aproveitamento dos seus diferentes valores e potencialidades, de modo a produzir e distribuir os bens e serviços necessários à satisfação das necessidades individuais e coletivas do ser humano por meio de um aprimoramento técnico e cultural, e com o menor impacto ambiental possível.

Sustentabilidade é a condição ou o resultado do equilíbrio nas relações entre uma determinada sociedade humana e o meio natural em que ela vive e se organiza, de modo que as demandas e ofertas recíprocas atendam às necessidades dos ecossistemas naturais e sociais, sem prejuízo das gerações futuras, dos sistemas vivos e dos ecossistemas do planeta Terra.

De acordo com Tristão (2008, p. 52), essa concepção de Desenvolvimento, no caso adjetivado como Sustentável, representa mais do que um modelo apontado para uma única direção. Está amparado em diferentes formas organizativas, permitindo encontrar diversas alternativas para contornar a crise social e ambiental que presenciamos.

O DS exige assumir perspectivas de longo prazo, integrar os efeitos locais e regionais das mudanças mundiais no processo de desenvolvimento e utilizar os melhores conhecimentos científicos e tradicionais disponíveis. O processo de desenvolvimento deve ser avaliado constantemente à luz dos resultados da pesquisa científica para assegurar que a utilização de recursos tenha impactos reduzidos sobre o sistema Terra. Ainda assim, o futuro é incerto e haverá surpresas. (BRASIL, 1997, p. 521).

O que se espera de resultado positivo de uma proposta de DS é a existência de Sociedades Sustentáveis. Para Brasil (2005a, p. 14-15),

Sociedades Sustentáveis são aquelas que discutem, a partir da sua realidade local, formas de relacionarem as dimensões social, ambiental, econômica, política, cultural e ética, construindo, no dia a dia, ações que contribuam para a melhoria da qualidade

de vida daquele local e do planeta como um todo. Entende-se que cada comunidade (de um bairro, vila, município, estado, região, país) deve construir seus próprios passos em direção à sustentabilidade, não havendo fórmulas prontas para tal e não sendo possível sua realização de maneira isolada e pontual.

Quando se fala em DS, como processo permanente e contínuo, cujas características viabilizam o bem estar das atuais e das futuras gerações, necessariamente, temos que pensar no agir dos indivíduos que vivem num determinado espaço, independente da escala geográfica de abrangência e do conhecimento ambiental utilizado para possibilitar o desenvolvimento desse processo. As ações individuais e coletivas devem ser pautadas por princípios ecológicos que exigem um conhecimento especializado na área ambiental. A esse respeito é importante considerar dois conceitos difundidos por autores consagrados na área ambiental. Referimo-nos a Izabel Carvalho e a Henrique Leff.

Carvalho apresenta o conceito de ‘sujeito ecológico’, enquanto Leff defende a necessidade da disseminação de um ‘saber ambiental’. Esses dois conceitos são importantes no processo de construção do DS no cotidiano da sociedade.

O sujeito ecológico é um ideal de ser que condensa a utopia de uma existência ecológica plena, o que também implica uma sociedade plenamente ecológica. O ideal de ser e de viver em um mundo ecológico se vai constituindo como um parâmetro orientador das decisões e escolhas de vida que os ecologistas, os educadores ambientais e as pessoas que aderem a esses ideais vão assumindo e incorporando, buscando experimentar em suas vidas cotidianas essas atitudes e comportamentos ecologicamente orientados. (CARVALHO, 2008, p. 65).

Leff (2007, p. 144) afirma que,

O saber ambiental surge então como o conjunto de paradigmas de conhecimento, disciplinas científicas, formações ideológicas, sistemas de valores, crenças e conhecimentos e práticas produtivas sobre os diferentes processos e elementos – naturais e sociais – que constituem o ambiente, suas relações e seus potenciais. Este saber se plasma num discurso teórico, ideológico e técnico, e circula dentro de diferentes esferas institucionais e ordens de legitimação social. Desta forma, o saber ambiental está refletido nas teorias científicas sobre o ambiente, no discurso político e nos planos oficiais, nas expressões da consciência cidadã e nos princípios de suas organizações e de seus programas de ação, nas ordenações ambientais e nas técnicas e tecnologias para a gestão ambiental.

Para Leff (2007, p. 127), o saber ambiental induz à construção de uma racionalidade ambiental que tem a função de legitimar ações e estabelecer critérios para a tomada de decisões das lideranças de grupos sociais. Possibilita também a orientação de políticas de governos, criação de normas que regulam os processos de produção e consumo, além da condução de ações e comportamentos de indivíduos e instituições rumo ao DS.

Enfim, as questões ambientais, no contexto mundial, neste início de século XXI, são complexas no que tange aos problemas de degradação ambiental, dificuldade de mudar o paradigma que alicerça o modo capitalista de produção e mobilizar a sociedade na busca de alternativas viáveis desse contexto sociocultural.

Parece-nos que a alternativa que se apresenta, por ora, para enfrentar essas questões passa pelo fortalecimento dos princípios propagados pelo DS. Mesmo que a sociedade não esteja engajada de maneira geral, ações pontuais podem ser executadas e, em longo prazo, constituir exemplos a serem seguidos por outros segmentos.

A sociedade da informação já tem ferramentas disponíveis para mudar atos simples, como, por exemplo, fazer compras on-line, evitando o gasto de energia com deslocamentos. O consumidor consciente provavelmente aceitará pagar um pouco mais por energia produzida a partir de fontes renováveis. Políticas públicas e precificação da energia em equilíbrio com objetivos sociais poderão induzir novos e sustentáveis hábitos de consumo. (ALMEIDA, 2007, p. 40).

Na seara do DS, surgem outros conceitos que contribuem para o enfrentamento da crise ambiental, como é o caso da ecoeficiência.

A ecoeficiência, conceito desenvolvido e difundido a partir de 1992 pelo World Business Council for Sustainable Development (WBCSD), é uma filosofia de gestão empresarial baseada num esforço incessante para produzir mais e melhor com menos uso dos recursos naturais. O principal objetivo da ecoeficiência é fazer a economia crescer qualitativamente, não quantitativamente. Ou seja, buscar a ecoeficiência é produzir bens e serviços competitivos, reduzindo progressivamente o impacto ambiental e o consumo de recursos naturais, ao longo do ciclo de vida do produto ou serviço, a um nível no mínimo equivalente à capacidade de sustentação estimada do planeta. (ALMEIDA, 2007, p. 107).

Almeida (2007, p. 108) afirma que, embora esforços relacionados à melhoria contínua de processos sejam realizados por empresas e órgãos públicos em prol da busca da ecoeficiência, esses não são suficientes. Destaca que os avanços obtidos são restritos à área de atuação das empresas, dentro das limitações impostas pelas estratégias adotadas e pelos ambientes de trabalho.

De acordo com Brasil (2005b, p. 11-12), a ideia de DS é ambígua e pode ser interpretada de diversas formas. Há casos do uso desse conceito simplesmente para disfarçar grandes projetos de interesses econômicos nefastos às comunidades envolvidas.

No entanto é inegável a existência de um consenso sobre a necessidade de se promover o conceito de *sustentabilidade* como orientação básica na construção de sociedades capazes de atender as necessidades humanas de maneira democrática e equitativa, ao mesmo tempo preservando, a longo prazo, a base ambiental e a diversidade cultural dos povos. (BRASIL, 2005b, 11-12).

Para Leff (2004, p. 57),

A gestão ambiental do DS exige novos conhecimentos interdisciplinares e o planejamento intersetorial do desenvolvimento; mas é sobretudo um convite à ação dos cidadãos para participar na produção de suas condições de existência e em seus projetos de vida. O desenvolvimento sustentável é um projeto social e político que aponta para o ordenamento ecológico e a descentralização territorial da produção, assim como para a diversificação dos tipos de desenvolvimento e dos modos de vida das populações que habitam o planeta. Neste sentido, oferece novos princípios aos processos de democratização da sociedade que induzem à participação direta das comunidades na apropriação e transformação de seus recursos ambientais.

O planeta Terra, em virtude das condições ambientais em que se encontra, considerando o conceito de Meio Ambiente apresentado por Sauv e e Orellana (2006), que exalta sua complexidade, exige a ado o de medidas por parte da sociedade com vistas   reversão das atuais condi oes existentes. O DS se apresenta como uma alternativa viável para ser pensado, testado e efetivado em todas as circunstâncias da vida cotidiana, em todas as escalas de abrangência e por todos os indivíduos e grupos sociais.

Para tanto, conforme indica Leff (2004, p. 222), os objetivos do DS

exigem uma mudança nos valores que orientam o comportamento dos agentes econômicos e da sociedade em seu conjunto, além da transforma o do conhecimento e da inova o de tecnologias para resolver os problemas ambientais. A sensibiliza o da sociedade, a incorpora o do saber ambiental emergente no sistema educacional e a forma o de recursos humanos de alto nível foram considerados como processos fundamentais para orientar e instrumentar as políticas ambientais.

Colesanti (1994, p. 138) salienta que “os assuntos relativos ao meio ambiente devem constituir programa a ser desenvolvido em todos os níveis de ensino, em fábricas e lojas, bancos e reparti oes públicas, nos lares e nas universidades”. Não há dúvidas de que a problemática ambiental exige a oes imediatas, nas escalas local e global. Essas a oes devem ser disseminadas a partir de programas de EA amparados por um saber ambiental que se apresente como um guia para pesquisadores e educadores.

No entanto, apesar dessa necessidade premente de difundir o saber ambiental na busca das mudanças desejadas e anunciadas pelas vozes defensoras do Meio Ambiente, Leff (2004, p. 219) adverte:

o processo educacional não poderia esperar a constru o acabada de um paradigma ambiental de conhecimentos; sobretudo se a educa o for concebida como um processo de forma o relacionado com a reorganiza o das experiências de aplica o de princípios ambientais em programas concretos de desenvolvimento e projetos de autogestão comunitária para o aproveitamento integrado de seus recursos. Neste sentido, o processo educacional, vinculado a um processo de pesquisa e produ o de conhecimentos, deve ser concebido como um laboratório de sistematiza o e experimenta o de saberes que vão sendo inscritos nos programas de forma o ambiental no próprio processo de sua constitui o.

O desafio está posto, isto  , a práxis da EA, comprometida com as mudanças necessárias em busca do DS, exige dos indivíduos e da coletividade a compreensão dessa conjuntura da sociedade moderna. O local e o global se fundem numa inter-rela o extremamente complexa e dinâmica gerando urgência na tomada de decisões em prol da constitui o de um modo de vida pautado nos princípios da sustentabilidade. Conhecimento, tecnologia, recursos, alternativas e reconhecimento da necessidade de imprimir um novo paradigma para a sociedade planetária encontram-se disponíveis para os seres humanos. Faltam vontade e atitude para fazer as mudanças necessárias.

2.2- Educação Ambiental: histórico, concepções e princípios

As décadas de 50 e 60 do século XX representam o início da deflagração de um sentimento mundial de preocupação com as consequências oriundas da forma como a ocupação, exploração e uso dos recursos naturais ocorriam no planeta. Principalmente nos países desenvolvidos, em razão dos avanços tecnológicos alcançados, as alterações no ambiente natural, com consequências diretas e indiretas sobre a população, eram evidentes.

O sinal mais contundente de alerta a esse respeito surgiu no ano de 1962, com o lançamento do livro *Primavera Silenciosa*, da jornalista Rachel Carson. Esse livro, que apontava a perda de qualidade de vida e degradação dos recursos ambientais em função do uso desregrado de produtos químicos, tornou-se, em pouco tempo, uma referência para o movimento ambientalista que surgia naquele período. (DIAS, 1994, p. 20-21).

Por volta de 1970, a crise ambiental não mais passava despercebida. Um movimento significativo havia surgido no cenário mundial e a evolução dos estudos científicos comprovava cada vez mais a existência de vários problemas ambientais que poderiam comprometer a vida no planeta. (PELICIONI, 2004a, p. 443).

Segundo Pelicioni (2004a, p. 443), nas décadas de 1960 e 1970, foram constituídas várias organizações ambientalistas e '*Partidos Verdes*' pelo mundo, delineando os princípios da EA. A década de 1960 representa o período de mobilização da sociedade, enquanto a década de 1970 marca o início dessa nova fase de conscientização pela sustentabilidade, disseminada entre diversos atores sociais.

A literatura destaca que nos anos 1970 configura-se o início da consolidação de um conjunto de ações organizadas especificamente para tratar das questões ambientais em níveis internacional e nacional. Diversas entidades e movimentos adotaram a bandeira da vanguarda ecológica ou ambiental. Os governos instituíram estruturas técnico-administrativas voltadas para a criação de legislação e regulação dos temas de interesse ambiental. “Essa década, que também contou com a expansão dos meios de comunicação de massa e com a constituição de uma classe média urbana e de segmentos formadores de opinião, vai criar as condições para a expansão e a consolidação das entidades ambientalistas no decênio seguinte.” (CARVALHO, 2008, p. 49).

Outro marco internacional importante é o relatório intitulado "*The Limits of Growth*" (Os Limites do Crescimento), publicado pelo Clube de Roma em 1972. Esse documento apresentava resultados de estudos que apontavam as consequências nefastas do crescente consumo mundial incidente sobre os recursos naturais e sobre a qualidade de vida dos seres humanos. Esse estudo demonstrava que o ritmo de exploração ambiental e de consumo,

adotado até então pela sociedade, levaria a “humanidade a um limite de crescimento, possivelmente a um colapso.” (DIAS, 1994, p. 21).

Ainda no ano de 1972, organizada pela ONU, é realizada a Conferência Internacional sobre o Desenvolvimento Humano. Representantes de 113 países participaram desse encontro sediado em Estocolmo, Suécia. De acordo com Dias (1994, p. 38),

essa Conferência gerou a Declaração sobre o Ambiente Humano, dando orientação aos governos; estabeleceu o Plano de Ação Mundial, e, em particular, recomendou que deveria ser estabelecido um programa internacional de EA visando educar o cidadão comum, para que este manejasse e controlasse seu meio ambiente. A recomendação nº 96 da Conferência reconhecia o desenvolvimento da EA como o elemento crítico para o combate à crise ambiental do mundo.

Foi a partir da Conferência de Estocolmo que a sociedade internacional estabeleceu a EA como um instrumento voltado para a conscientização da sociedade em relação à crise ambiental. Uma das ações decorrentes desse evento foi a realização da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, realizada no ano de 1977, em Tbilisi, Georgia (ex. URSS). Essa Conferência foi promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e culminou na elaboração do documento ‘Declaração sobre a Educação Ambiental’. Esse documento, de caráter técnico, tornou-se uma referência internacional para os agentes que se propunham a desenvolver ações de EA.

(...) documento técnico que apresentava as finalidades, objetivos, princípios orientadores e estratégias para o desenvolvimento da EA e elegia o treinamento de pessoal, o desenvolvimento de materiais educativos, a pesquisa de novos métodos, o processamento de dados e a disseminação de informações como o mais urgente dentro das estratégias de desenvolvimento. A Conferência de Tbilisi foi um marco histórico de destaque na evolução da EA. (DIAS, 1994, p. 22).

Vinte anos depois da Conferência de Tbilisi, a ONU organizou a segunda Conferência sobre EA, ocorrida em Tessalônica, Grécia. Segundo Carvalho (2008, p. 52),

Essa mobilização internacional estimulou conferências e seminários nacionais, bem como a adoção, por parte de diversos países, de políticas e programas mediante os quais a EA passa a integrar as ações de governo. No Brasil, a EA aparece na legislação desde 1973, como atribuição da primeira Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA). Mas é principalmente nas décadas de 80 e 90, com o avanço da consciência ambiental, que a EA cresce e se torna mais conhecida.

Segundo Colesanti (1994, p. 27), “por pressão do Banco Mundial (BIRD) é criada no Brasil, em outubro de 1973, a SEMA, constituindo-se no primeiro organismo oficial brasileiro para orientar as ações integradas relativas ao meio ambiente”.

Assim, a partir da década de 1980, tanto no plano internacional, como nacional e local (Município de Uberlândia), foram realizados encontros sistemáticos, produção de vários

documentos de caráter orientador e disciplinador relativos às questões ambientais e que influenciaram diretamente a consolidação da EA como Política Pública.

A seguir, apresentamos uma listagem cronológica contendo os principais eventos, documentos e acontecimentos que marcam a história da EA no cenário mundial e nacional. A sistematização dessa listagem foi baseada nas obras de Dias (1994) e Carvalho (2008), complementada por informações disponibilizadas no *site* do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

1962 – Lançamento do livro da jornalista Rachel Carson ‘*Silent Spring*’ (Primavera Silenciosa);

1972 – O Clube de Roma publica o relatório ‘*The Limits of Growth*’ (Os Limites do Crescimento);

1972 – Realizada a Conferência Internacional sobre Desenvolvimento Humano em Estocolmo, Suécia;

1973 – O governo brasileiro cria a SEMA. Primeiro organismo brasileiro, de ação nacional, orientado para a gestão integrada do meio ambiente;

1975 – A UNESCO promove em Belgrado, Iugoslávia, um encontro internacional em EA, que congregou especialistas de 65 países e culminou com a formulação dos princípios e orientações para um programa internacional de EA (Carta de Belgrado);

1977 – A disciplina Ciências Ambientais passa a ser obrigatória nos cursos de engenharia nas universidades brasileiras;

1977 – Realizada em Tbilisi (Geórgia) a primeira Conferência Intergovernamental Sobre EA, organizada pela UNESCO, em colaboração com o PNUMA;

1986 – Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) aprova a Resolução 001/86 que estabelece as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente;

1986 – Realizado o I Curso de Especialização em EA, na Universidade de Brasília. Os cursos seriam repetidos em 1987 e 1988, e objetivavam a formação de recursos humanos para a implantação de programas de EA no Brasil;

1987 – Divulgação do ‘*Our Common Future*’ (Nosso Futuro Comum), relatório da Comissão Mundial ou Comissão *Brundtland*, sobre meio ambiente e desenvolvimento (outubro de 1984 a abril de 1987), presidida por Gro Harlem Brundtland, primeira-ministra da Noruega;

1988 – Promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil, contendo um capítulo sobre Meio Ambiente e vários outros artigos afins, incluindo a EA como direito de todos e dever do Estado;

1989 - Criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA). Em seu organograma há a Divisão de Educação Ambiental;

1992 - Participação das ONG's do Brasil no Fórum de ONG's e na redação do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis;

1992 – Realizada no Rio de Janeiro a Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, com a participação de representantes de 170 países;

1992 – Criação da Agenda 21 e do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis;

1992 – Criação da Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA), adotando como carta de princípios o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global;

1992 – Criação dos Núcleos de EA pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e dos Centros de Educação Ambiental pelo Ministério da Educação (MEC);

1994 – Criação do Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA) pelo MEC e pelo MMA;

1997 – Elaboração dos PCN's pela Secretaria de Ensino Fundamental do MEC estabelecendo que 'meio ambiente' é um dos temas transversais a serem incluídos no currículo escolar do ensino fundamental;

1999 – Aprovação da Política Nacional de EA, por meio da lei nº 9.795;

2001 – Implementação, pelo MEC, do Programa Parâmetros em Ação: meio ambiente na escola;

2002 – Regulamentação da Política Nacional de EA (lei nº 9.795) pelo decreto nº 4.281;

2002 - Lançado o Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental e Práticas Sustentáveis (SIBEA);

2002 - Realizada pela ONU a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Joanesburgo, na África do Sul, também conhecida como Rio+10 ou Cúpula da Terra II;

2003 – I Conferência Nacional sobre Meio Ambiente cujo tema foi “Fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente”;

2003 – Criação do Órgão Gestor da Política Nacional de EA, reunindo MEC e MMA;

2004 – 1º Encontro Governamental Nacional sobre Políticas Públicas de Educação Ambiental realizado em Goiânia (GO), resultando na elaboração do documento “Compromisso de Goiânia”;

2004 – V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental com o lançamento da Revista Brasileira de Educação Ambiental e criação da Rede Brasileira de Educomunicação Ambiental – REBECA;

2005 – II Conferência Nacional sobre Meio Ambiente cujo tema foi “Gestão Integrada das Políticas Ambientais e Uso dos Recursos Naturais”;

2008 – III Conferência Nacional sobre Meio Ambiente cujo tema foi “Mudanças Climáticas”;

2012 – Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20) realizada no Rio de Janeiro;

2012 – Promulgação da Resolução nº 02 do Conselho Nacional de Educação que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;

2013 – IV Conferência Nacional sobre Meio Ambiente cujo tema foi “Resíduos Sólidos”;

Esse histórico de acontecimentos e documentos produzidos em relação às questões ambientais e, em alguns casos, especificamente sobre EA, representa apenas uma compilação daqueles considerados mais relevantes. Há vários outros que certamente contribuíram para a consolidação da EA como um processo de grande importância para a sociedade contemporânea.

Contudo, desde que se cunhou o termo EA, diversas classificações e denominações explicitaram as concepções que preencheram de sentido as práticas e reflexões pedagógicas relacionadas à questão ambiental. Houve momentos que se discutiam as características da EA formal, não formal e informal; outros discutiram as modalidades da Educação Conservacionista, ao Ar Livre e Ecológica; outros ainda, a Educação ‘para’, ‘sobre o’ e ‘no’ ambiente. (BRASIL, 2004, p. 07).

Podemos afirmar que a EA é a denominação usualmente utilizada para designar as práticas educativas relacionadas à questão ambiental. Refere-se a uma qualificação especial dada à educação tradicional, que não considerava o viés ambiental, imprimindo uma identidade própria. (BRASIL, 2004, p. 07).

Segundo Carvalho (2004, p. 14), a EA possui uma grande diversidade de denominações que, por sua vez, não se apresentam com facilidade de identificação considerando a multiplicidade de conceitos, práticas e metodologias existentes nesse meio de atuação.

Como sabemos, as práticas agrupadas sob o conceito de EA têm sido categorizadas de muitas maneiras: educação ambiental popular, crítica, política, comunitária, formal, não formal, para o desenvolvimento sustentável, conservacionista,

socioambiental, ao ar livre, para solução de problemas, entre tantas outras. (CARVALHO, 2004, p. 15).

Outra autora que se deteve na categorização conceitual de práticas de EA, desenvolvidas principalmente na América do Norte e Europa, é Sauv  (2005). Esta autora destaca 15 correntes de EA que se estabeleceram a partir da década de 70 do século XX e também fruto de preocupa es mais recentes. Sem a pretensão de discutir suas características específicas apresentamos essa ‘cartografia’ de correntes relacionadas   EA (SAUVÉ, 2005, p. 18): Naturalista; Conservacionista/recursista; Resolutiva; Sist mica; Científica; Humanista; Moral/ tica; Holística; Biorregionalista; Prática; Crítica; Feminista; Etnográfica; Da ecoeduca o; Da sustentabilidade.

De acordo com Sauv  (2005, p. 39), essas correntes de EA apresentam características específicas, mas há aspectos convergentes entre elas. Em análises de programas e atividades de EA desenvolvidas   possível constatar que envolvem características de várias correntes.

A ideologia do DS (...) penetrou pouco a pouco o movimento da EA e se impôs como uma perspectiva dominante. Para responder às recomenda es do Capítulo 36 da Agenda 21, a UNESCO substituiu seu Programa Intergovernamental de Educa o Ambiental por um Programa de Educa o para um Futuro Viável, cujo objetivo   contribuir para a promo o do DS. A EA torna-se uma ferramenta, entre outras, a serviço do DS. (SAUVÉ, 2005, p. 37).

Essa perspectiva de EA como ferramenta para se atingir o DS   a corrente que apoiamos para subsidiar a condu o desta pesquisa, conforme será abordado mais detalhadamente em outro momento.

(...) sabemos que não daremos conta de contemplar todas as ênfases sugeridas pela literatura existentes sobre EA. Todavia, compreendemos que a missão do pesquisador consiste justamente na tarefa de servir como veículo inteligível e ativo entre o conhecimento acumulado na área ambiental e as novas evidências que poderemos ver estabelecidas a partir da pesquisa que ora realizamos. (RUSCHEINSKY; COSTA, 2002, p. 79).

A seguir, destacamos conceitos, princípios e objetivos da EA elaborados por autores consagrados, definidos em documentos resultantes de encontros internacionais e outros instituídos através de instrumentos legais. Esses conceitos subsidiaram as análises e reflexões realizadas ao longo da pesquisa.

O primeiro conceito apresentado foi elaborado a partir da Conferência de Tbilisi, realizada pela UNESCO no ano de 1977:

processo contínuo no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem o conhecimento, os valores, as habilidades, as experiências e a determina o que os tornam aptos a agir – individual e coletivamente – e resolver os problemas ambientais presentes e futuros. (DIAS, 2004, p. 32).

Dias (2004, p. 32) apresenta um conceito mais simples: “EA é um processo que busca sensibilizar as pessoas quanto à questão do meio ambiente (como funciona, como dependem dele e como o afetam), levando-as a participar ativamente da sua defesa e melhoria.”

Durante a Conferência do Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, foi produzido no âmbito das discussões dos representantes da sociedade civil organizada, o documento denominado Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis (FGONG/CNUMAD, 1992). Esse Tratado tornou-se, a partir de então, outra referência para a consolidação da EA como política pública e de ações cidadãs.

Dentre os diversos princípios deste documento merecem destaque os seguintes:

- A EA é individual e coletiva. Tem o propósito de formar cidadãos com consciência local e planetária, que respeitem a autodeterminação dos povos e a soberania das nações.
- A EA não é neutra, mas ideológica. É um ato político, baseado em valores para a transformação social.
- A EA deve envolver uma perspectiva holística, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar.
- A EA deve facilitar a cooperação mútua e equitativa nos processos de decisão, em todos os níveis e etapas.
- A EA deve integrar conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e ações. Deve converter cada oportunidade em experiências educativas de sociedades sustentáveis.

Certamente esses conceitos e princípios advindos de documentos amplamente discutidos e divulgados em âmbito internacional influenciaram o governo brasileiro a instituir sua própria regulamentação legal a respeito das bases conceituais e metodológicas da EA.

Assim, em 1999 foi promulgada a lei federal nº 9.795, que institui a Política Nacional de EA no Brasil. Essa lei condensa de maneira inconfundível toda a argumentação técnica e pragmática necessária para nortear as ações ambientais realizadas pelo poder público, sociedade organizada e cidadãos brasileiros em geral, na perspectiva da conservação e preservação ambiental.

No artigo 1º está o conceito legal de EA para o Brasil:

entendem-se por EA os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 1999).

Para garantir a disseminação da EA na sociedade de forma abrangente e permanente, essa lei define em seu artigo 2º que “a EA é um componente essencial e permanente da

educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.” (BRASIL, 1999).

Os artigos 4º e 5º definem os princípios básicos e os objetivos fundamentais da EA. Dentre os principais princípios norteadores destacam-se: enfoque humanista, holístico, democrático e participativo; concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre os meios natural, socioeconômico e cultural, sob o enfoque da sustentabilidade; pluralismo de ideias e concepções pedagógicas na perspectiva inter, multi e transdisciplinar; vinculação entre a ética, educação, trabalho e práticas sociais; garantia de continuidade e permanência do processo educativo; abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais; respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Quanto aos objetivos da EA destacam-se:

- o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;
- a garantia de democratização das informações ambientais;
- o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

Nesta perspectiva, de uma EA repleta de princípios e objetivos norteadores, que exigirá dos atores sociais um grande esforço para compreender e transpô-la para uma realidade sociocultural diversificada, Sauv e e Oleranna (2006, p. 276) afirmam:

La educación ambiental no debería ser considerada de manera estrecha como una herramienta para la resolución de problemas ambientales y la ‘modificación de comportamientos cívicos’. Tal enfoque, instrumental y behaviorista, reduce su verdadera amplitud y complejidad. Por otra parte, si la educación cívica (concerniente a los derechos, deberes y responsabilidades civiles) tiene una validez particular a corto plazo en el regulamento de los comportamientos sociales, no puede sustituir una educación ambiental verdadera, que tiene como objetivo el desarrollo óptimo de las personas y de los grupos sociales con respecto a su medio de vida. Más allá de los comportamientos inducidos (por la moral social o el reforzamiento), nuestro actuar debe responder a conductas éticamente deliberadas y fundamentadas. En fin, si nuestra relación al mundo incluye una importante dimensión social de ciudadanía, asociada a valores de democracia y de solidaridad, ella implica fundamentalmente, como lo se ala Thomas Berryman (2001), la dimensiones personal, afectiva, simbólica, creativa e identitaria, entre otras.

Conforme pode ser observado nos conceitos, princípios e objetivos da EA, ela se apresenta de forma abrangente e como uma força capaz de reorientar a Educa o em dire o   Sustentabilidade. Segundo Tristão (2008, p. 55),

Além de vir alargando o seu escopo de possibilidades, de promover mudança ética, sustenta-se em uma educação voltada pela ação e para a ação. Logo, agrega e fortalece as iniciativas da chamada educação para a cidadania, da ecopedagogia, da educação para sociedades sustentáveis, da educação para a gestão ambiental, enfim, das várias denominações e representações que recebe.

De acordo com Brasil (2005a, p. 16),

A transversalidade é exercício permanente da EA. Os conhecimentos, a consciência e as atitudes adquiridas só alcançam seu pleno significado quando se transformam em ações desenvolvidas com as devidas aptidões e a participação cidadã local e planetária. Assim sendo, a EA dialoga permanentemente com pessoas e instituições responsáveis por ações de gestão, legislação, ensino e pesquisa, comunicação e organização social, a quem compete criar condições que visem à sustentabilidade.

Esse leque de princípios e objetivos da EA faz com que os movimentos ambientalistas e atores sociais que militam na área desenvolvam uma grande heterogeneidade de práticas educativas. Alguns entendem que se trata de melhorar as condições ambientais do lugar onde vivem ou trabalham, realizando ações pontuais como: plantio de uma árvore, restrição ao uso de veículo particular, evitar adquirir produtos que utilizam matéria-prima ilegal, reduzir o consumo, reciclar o lixo, evitar desperdício de água, etc. (PELICIONI, 2004a, p. 454).

Alguns setores da sociedade, evidentemente ligados a uma EA mais crítica, entendem que ações pontuais são importantes, mas não resolvem o problema. Seria necessário enxergar mais longe, envolvendo a ética das relações, a preocupação com as gerações futuras, o desenvolvimento de conhecimento, habilidades e atitudes que propiciem práticas sociais sustentáveis. Enfim, lutar pela melhoria da qualidade de vida interferindo nos aspectos econômicos, sociais e políticos que envolvem o sistema capitalista. Desta forma, a EA é vista como uma educação política, não podendo se apresentar de forma neutra. (PELICIONI, 2004a, p. 454).

A variedade de correntes de EA, aliada ao igual número de contextos sociais, culturais e econômicos em que é empregada, gera uma multiplicidade de ações e propósitos que, muitas vezes, não é possível visualizar, claramente, os resultados de suas intervenções. Pelicioni (2004b, p. 473) afirma que a “EA é fundamental na obtenção dos objetivos e metas estabelecidas para uma adequada GA, em qualquer localidade. A eficiência da gestão de uma área urbana ou rural é determinada pelo grau de educação da população local”.

Outro entendimento da funcionalidade da EA é apresentado por Carvalho (2008, p. 153):

A expressão EA passou a ser usada como termo genérico para algo que se aproximaria de tudo o que pudesse ser acolhido sob o guarda-chuva das ‘boas práticas ambientais’ ou ainda dos ‘bons comportamentos ambientais’. Mas, mesmo assim, restaria saber: que critérios definiram as tais boas práticas? Do ponto de vista de quem são boas? Será que estamos interessados em formar comportamentos corretos ou atitudes ecológicas diante do mundo? Com base em qual concepção de

meio ambiente certas práticas sociais estariam sendo classificadas como ambientalmente adequadas ou inadequadas?

A EA tem presença garantida legalmente no ensino formal e também fora do ambiente escolar, podendo envolver pessoas de todas as idades, além de lideranças comunitárias. Essas práticas educativas denominadas não-formais envolvem ações em comunidade e, de modo geral, estão ligadas à resolução de conflitos ambientais locais. (CARVALHO, 2008, p. 157).

Carvalho (2008, p. 177) destaca que a EA crítica pode ter como um de seus objetivos mais fortes a busca pela formação de uma atitude ecológica. Essa formação seria sustentada pela adoção de um “sistema de crenças, valores e sensibilidades éticas e estéticas orientado segundo os ideais de vida de um sujeito ecológico.”

A EA, por mais bela que seja não deve bastar-se a si própria. Ela vem com a missão de promover a capacitação das pessoas para a construção do DS. Este é o seu grande compromisso. A sensibilização é apenas o começo. Há que, sem dúvida, começar pelas emoções. Mas não se pode parar por aí, sob pena de perder esta grande oportunidade histórica e civilizatória de trazer a discussão da sustentabilidade do desenvolvimento para o espaço da educação, retirando-o da cegueira e da parcialidade das análises macroeconômica e político-partidárias. (SILVA, 2002, p. 61).

Conforme destaca Silva (2002, p. 61), a EA tem a “missão de promover a capacitação das pessoas para a construção do DS”. A EA, portanto, tem propriedades muito particulares e que exigem um grande esforço coletivo para que ela possa ser efetivamente colocada em prática de forma a apresentar resultados positivos.

Coimbra (2004, p. 191) entende a EA como processo. “É processo porque, uma vez iniciado, ele prossegue indefinidamente, porque é inerente aos processos caminhar para diante. Um processo só se interrompe quando perde o dinamismo e seu movimento interno cessa; ou quando uma força ou decisão externa o interrompe”. O alvo principal da EA são os grupos sociais. Para tanto, deve ser desenvolvida dentro de instituições, quer sejam governamentais ou não-governamentais.

Embora os princípios e objetivos da EA estejam razoavelmente esclarecidos, os meios de implementá-los são desconhecidos. Tudo isso é uma incógnita que contribui para o seu descrédito, e diante da insatisfação, popularizam-se novos termos que passam a se constituir como referências mais seguras e atualizadas. (LAYRARGUES, 2000, p. 98).

Um grande desafio para os educadores ambientais é definir quais os caminhos mais eficientes para o desenvolvimento da EA, considerando os diversos públicos existentes. O fato é que a maioria das atividades de EA é realizada na modalidade formal. Os temas mais abordados são lixo, proteção do verde, água e poluição do ar. “A EA que tem sido desenvolvida no país é muito diversa e a presença dos órgãos governamentais como articulador, coordenador e promotor de ações é ainda muito restrita.” (JACOBI, 2006, p. 431).

Guimarães (2005, p. 38) apresenta preocupação em relação ao fato de a EA ainda não ter conseguido enraizar-se no ‘sistema’, o que, em nosso entendimento, está se referindo às instituições, notadamente, às escolas. “A produção teórica sobre EA no Brasil já vem sendo realizada de forma predominantemente crítica (...) no entanto, ainda não se faz presente, de forma significativa, no chão-da-escola, o que ressalta a necessidade de investigar os caminhos para uma práxis da EA.” (GUIMARÃES, 2005, p. 116).

Essa argumentação de Guimarães (2005, p. 113) aponta para a necessidade de encontrar caminhos de como fazer da EA “uma proposta que se volte para a transformação da escola, do mundo, da sociedade e seus indivíduos, para que possa, de fato, em sua atuação, contribuir para a construção de uma nova sociedade ambientalmente sustentável”.

Apesar dessa avaliação, de que a EA ainda não se consolidou no ambiente escolar de forma contundente, é inegável que se encontra disseminada pelas escolas do país, mesmo que de forma teórica e superficial. A sociedade brasileira tem creditado muita esperança no trabalho de EA desenvolvido pelas instituições escolares. A institucionalização da EA no país pressiona as escolas a desenvolverem ações e atividades, colocando professores e profissionais da educação dedicados a essa missão. (GUIMARÃES, 2005, p. 119).

Uma questão importante abordada por Silva (2002, p. 61) refere-se à carência de pessoas qualificadas para a elaboração e execução de projetos de EA. Em razão de sua dimensão multidisciplinar, ela transcende todas as formações acadêmicas. Assim, verifica-se uma infinidade de profissionais com formação variada trabalhando com EA. Esse autor afirma que é necessário apenas um pré-requisito para a capacitação de alguém que queira atuar com EA: o da motivação pessoal. “A EA é uma típica atividade de pós-graduação, extensão e de formação permanente, posição esta na qual acontece a maioria dos cursos.” (SILVA, 2002, p. 61).

Corroborando a opinião de Silva (2002), Magoso (2002, p. 121) aponta que a falta de recursos humanos e materiais ocorre em razão do precário processo de institucionalização da EA no país. Esse fato aliado à falta de maior entendimento das concepções de EA gera a disseminação de ações pontuais em detrimento de programas permanentes.

A grande maioria dos trabalhos de EA é empreendida no contexto escolar (em torno de 70% nos últimos quatro anos), sendo portanto, de modalidade formal. A maior parte deles é destinada a alunos e, em segundo lugar, a professores (70% e 30%, respectivamente). Mesmo as agências governamentais não se têm preocupado, no geral, com a formação de professores para atuarem em EA. (MAGOSO, 2002, p. 123).

De acordo com Magoso (2002, p. 123), os principais fatores que impedem a perenidade das ações de EA estão relacionados às políticas públicas, como descontinuidade

administrativa, falta de recursos financeiros e humanos, interferências políticas e alta rotatividade de professores nas escolas. “Há muita retórica sobre a importância da EA e pouca ação efetiva, tanto por parte de dirigentes governamentais quanto profissionais, das escolas públicas e militantes ambientalistas.” (MAGOSO, 2002, p. 124).

Outra questão relevante apontada por alguns autores retratando as dificuldades enfrentadas para se consolidar a EA no país refere-se à relação teoria/prática e a metodologia adotada. “Acredita-se que há uma forte predominância de formação teórica, com grande prejuízo de ações práticas, pois os cursos dão fundamentos apenas para elaborar um projeto e não para desenvolvê-lo na prática.” (GRAHL; ANTUNES, 2002, p. 155).

Layrargues (2000, p. 98) afirma que “há ainda que se reconhecer que existe uma incontestável divergência a respeito das questões metodológicas para a prática da EA. Ainda não se sabe qual é a correta dosagem entre o domínio afetivo e cognitivo.”

A educação tem sido considerada como a principal solução para todos os problemas ambientais, como se a busca de um DS se desse apenas por meio da conscientização das pessoas e não envolvesse outros fatores igualmente importantes. A solução dos problemas ambientais depende não apenas da responsabilidade individual, de mudanças de atitude e comportamento propostas pela educação, mas também da responsabilidade coletiva, de políticas públicas, de financiamento e da própria situação socioeconômica e das políticas vigentes (PHILIPPI JÚNIOR; PELICIONI; COIMBRA, 2002, p. 183).

Para Prieto (2012, p. 101), “os pressupostos metodológicos da EA não podem dissociar teoria e prática. Se a EA visa mudar comportamentos humanos e, para mudar é preciso conhecer, esse conhecimento não pode ser apenas teórico, tem que ter como fim o agir, a práxis.”

A EA representa a ferramenta necessária para se alavancar “corações e mentes” em direção a esta mudança na forma de lidar com os recursos naturais do planeta. As ações adotadas, até o momento, nessa perspectiva, têm sido disseminadas de forma global e atingem, de forma limitada, a escala local. “Pensar e agir localmente e globalmente” representa uma realidade que necessita ser colocada em prática o mais rápido possível. As estratégias adotadas pelo poder público para desenvolver ações de EA não têm atingido os resultados esperados. A causa desse insucesso pode ser a falta de sintonia existente entre o objetivo do agente executor da ação (Poder Público, ONG, etc) e o anseio do público alvo (escola, comunidade, etc).

2.3 - Sistema Nacional de Educação Ambiental (SISNEA)

Dentre as diversas medidas adotadas pela sociedade para tratar das questões ambientais, podem ser destacadas a criação de um arcabouço legal específico, criação de órgãos públicos de gestão ambiental, realização de conferências e eventos científicos para difusão de resultados de pesquisas e mobilização da população para repensar o paradigma de vida adotado pela sociedade contemporânea.

Essas medidas foram tomadas pelo governo brasileiro por influência dos eventos internacionais ocorridos na década de 1970, associadas às pressões sociais internas do país, sob o protagonismo do movimento ambientalista. A questão ambiental foi pouco a pouco sendo politizada até se tornar um tema de Estado. (SOUZA, 2010, p. 39).

Quando a questão ambiental toma essa dimensão na agenda do Estado brasileiro, então, passa a ser tratada como Política Pública, contando com a participação de outros atores sociais na sua formulação e execução. Evidentemente que essa participação vai evoluindo lentamente em razão do incipiente processo democrático vivenciado no país na década de 70 e 80 do século XX. Contudo, é preciso cuidado para não confundir “política pública com política governamental. A primeira pode atravessar vários mandatos enquanto a segunda refere-se a um mandato eletivo.” (DEPRESBITERIS, 2006, p. 552).

Políticas Públicas é um conjunto de decisões que orientam ações na esfera pública visando a determinado fim, tendo o Estado como agente executor. Com o desenvolvimento da Democracia, as políticas públicas tendem a ser compartilhadas em sua formulação e execução com atores da sociedade civil, tornando-as mais qualificadas e sustentáveis, sem eximir o Estado de sua responsabilidade. (BRASIL, 2005a, p. 12).

Little (2003, p. 18) faz referência ao termo “políticas ambientais”, que seriam “aquelas políticas públicas que procuram garantir a existência de um meio ambiente de boa qualidade para todos os cidadãos do país. Desse novo e ampliado conceito de políticas ambientais, surge uma série de desafios sociais e técnicos.”

Souza (2010, p. 39) afirma que, no início da década de 1970, em meio ao surgimento de expectativas em relação ao processo de redemocratização do país, tem início a criação de legislação e de órgãos ambientais nos vários níveis governamentais. Merece destaque a criação da SEMA, no ano de 1973, como o primeiro órgão do governo com dedicação exclusiva às questões ambientais.

No início da década de 1980, é criado um marco importante da institucionalização da questão ambiental no Brasil, através da promulgação da lei federal nº 6.938, de 31 de agosto

de 1981, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente e o Sistema Nacional do Meio Ambiente. (SAITO, 2002, p. 48). O art. 2º desta lei determina:

A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana. (BRASIL, 1981).

Essa lei deixa claro que a EA deve atingir a “todos os níveis do ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.” (BRASIL, 1981).

De acordo com Saito (2002, p. 48), esse processo de institucionalização da questão ambiental no Brasil atinge seu auge com a promulgação da nova Constituição Federal, no ano de 1988. Esse marco legal que fortalece a estrutura administrativa e legal no país provoca significativos avanços no cenário nacional estimulando debates importantes a respeito da relevância do meio ambiente para a sociedade.

O art. 225 da Constituição Federal define que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. (BRASIL, 1988). O parágrafo primeiro do referido artigo determina que “para assegurar a efetividade desse direito”, o Poder Público deverá “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.” (BRASIL, 1988).

Após a promulgação desses dois instrumentos legais mencionados, o poder público federal tenta implementar uma estrutura organizacional mínima com o objetivo de colocar em prática as premissas definidas legalmente. No ano de 1992, é criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), cuja missão é realizar a aplicação dos preceitos técnicos ambientais no país. Concomitante a esse processo de constituição de um Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) no nível federal, Estados e Municípios também tentam se estruturar de forma a atender suas necessidades particulares e também aquelas definidas no texto legal federal.

Segundo Little (2003, p. 13),

Houve notáveis avanços na década de 90 no que diz respeito à colocação de temas ambientais na agenda política nacional, ao crescimento do setor ambiental governamental – tanto institucional quanto financeiramente – e à promulgação de uma série de leis ambientais; práticas que colocam o país na vanguarda de certas questões ambientais no plano mundial.

Assim, com base nessa estrutura técnica, administrativa e legal criada no âmbito das questões ambientais no Brasil, no ano de 1999, é aprovada a lei federal nº 9.795, que institui a

Política Nacional de Educação Ambiental. Essa lei tem sua regulamentação efetivada no ano de 2002, por meio do decreto federal nº 4.281. A partir da promulgação desses dois instrumentos legais fica instituído o SISNEA.

A lei federal nº 9.795/99 apresenta toda uma fundamentação técnica-operacional norteadora para as ações dos órgãos públicos integrantes do SISNEA no âmbito de suas atribuições. Mais uma vez a EA é definida como parte integrante do “processo educativo mais amplo” do país, pois todos devem ter seu acesso assegurado como direito. O artigo 3º define as incumbências dos principais atores sociais responsáveis pela execução da Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999):

I - ao Poder Público, nos termos dos arts. 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a EA em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

II - às instituições educativas, promover a EA de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem;

III - aos órgãos integrantes do SISNAMA, promover ações de EA integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

IV - aos meios de comunicação de massa, colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação;

V - às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas, promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente;

VI - à sociedade como um todo, manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais.

De acordo com a lei federal nº 9.795/99, o desenvolvimento de ações no âmbito da Política Nacional de Educação Ambiental envolve os órgãos e entidades que fazem parte do SISNAMA, as instituições educacionais públicas e privadas, os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, além das ONG's que atuam especificamente com EA. A coordenação desse trabalho de articulação política e logística no território brasileiro fica a cargo do Órgão Gestor do SISNEA que foi regulamentado pelo decreto federal nº 4.281/02. (BRASIL, 1999).

Cabe ao Órgão Gestor estimular e promover parcerias entre instituições públicas e privadas com o objetivo de desenvolver práticas educativas de sensibilização da coletividade em relação às questões ambientais. Outro objetivo desse órgão é promover o levantamento de programas e projetos desenvolvidos na área de EA e o intercâmbio de informações entre as instituições responsáveis pela execução da Política Nacional de Educação Ambiental. (BRASIL, 2002).

A base legal que orienta as ações do SISNEA é ampla e envolve os âmbitos federal, estadual e municipal. Ao longo das últimas quatro décadas, o país foi construindo seu

corolário que envolve a estrutura organizacional que trata das questões ambientais em seu território. Assim, são inúmeros os instrumentos legais responsáveis pela atual configuração da estrutura de EA brasileira. Os principais instrumentos legais de nível federal que tratam da EA são:

- Lei nº 6.938/81, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente e o Sistema Nacional do Meio Ambiente;
- Constituição Federal de 1988 – artigo 225;
- Lei nº 9.795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental;
- Decreto nº 4.281/02, que regulamenta a lei nº 9.795/99;
- Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) nº 422/2010, que estabelece diretrizes para as campanhas, ações e projetos de EA;
- Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) nº 02/2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EA.

Em relação à estrutura técnica-administrativa responsável pela implementação da Política Nacional de Educação Ambiental no nível federal, de acordo com Viezzer (2007, p. 44-45), é constituída da seguinte forma:

- Comissões interinstitucionais de Educação Ambiental (CIEAs)
- Sistema Brasileiro de Informações Ambientais (SIBEA)
- Sala Verde
- Municípios Educadores Sustentáveis (MES)
- Programa Nacional de Formação de Educadoras e Educadores Ambientais (PROFEA)
- Coletivo Educador
- Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (COM-VIDA)

Segundo Viezzer (2007, p. 46), o Programa Nacional de Educação Ambiental é caracterizado por três objetivos principais:

- Enraizar a EA em todo o País, saindo do diálogo acadêmico, intelectual ou mesmo de pequenos setores de lideranças, ONG's, empresas, etc, e abraçar a totalidade da sociedade brasileira.
- Empoderar e potencializar a ação de cada um dos atores existentes, que já fazem EA, e de outros que venham para esse campo.
- Exercitar aquilo que se propõe para a sociedade, por meio de um testemunho cotidiano. Para uma política de âmbito nacional, isso significa organizar-se desde o Órgão Gestor até as instâncias de ponta do sistema numa perspectiva dialógica, participativa, na qual todos os funcionários e técnicos se encontram periodicamente para enunciar sua perspectiva de trabalho e suas necessidades, procurando corrigir rumos e se manter em sintonia com a política e o programa nacional de EA.

No âmbito do sistema federativo brasileiro, os municípios são considerados *locus* privilegiados para o desenvolvimento da EA. Essa importância ocorre em razão do significado

do Município para a vida cotidiana das pessoas. Nesse sentido, o SISNEA criou o conceito de Municípios Educadores Sustentáveis com a finalidade de construir uma sustentabilidade socioambiental nesses territórios em benefício dos cidadãos. (BRASIL, 200?, p. 16).

Outro conceito criado pelo Programa Nacional de Educação Ambiental são os Coletivos Educadores e as Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola. Essas instâncias funcionariam na base do sistema com o objetivo de atingir a todos os segmentos da sociedade.

Coletivos Educadores são grupos de educadores de várias instituições que atuam no campo da formação em EA, educação popular, ambientalismo e mobilização social, qualificando a participação das pessoas na gestão dos recursos ambientais, a partir da práxis e do processo educativo, formando educadores ambientais populares, em cada base territorial. (BRASIL, 200?, p. 16).

A COM-VIDAs na Escola é uma forma de organização que tem o objetivo de promover a aproximação entre escola e comunidade por meio de ações sociais e ambientais locais. O resultado dessas ações poderia contribuir para a ampliação da participação, mobilização e melhoria das condições de entorno da escola. Os protagonistas dessas Comissões seriam os estudantes apoiados pelos professores. (BRASIL, 200?, p. 17).

A Política Ambiental do Município de Uberlândia possui como principal instrumento normativo a lei municipal nº 11.700/11 (UBERLÂNDIA, 2011). Vale destacar que esse instrumento legal tem sua base originada de uma lei promulgada no ano de 1985. Naquela ocasião, Uberlândia tornava-se o primeiro Município do interior do Estado de Minas Gerais a possuir uma legislação específica para tratar das questões ambientais.

A lei municipal nº 11.700/11, em seu artigo nº 60, determina que o Fundo Municipal de Defesa Ambiental (FMDA)

destina-se a captar e aplicar recursos provenientes de dotações orçamentárias específicas em financiamentos a projetos pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMEIAM), demais órgãos públicos municipais e pela sociedade civil organizada, precipuamente nas seguintes áreas: educação ambiental (...). (UBERLÂNDIA, 2011).

O SISNEA utiliza alguns componentes de controle social, como redes, coletivos, conselhos, conferências, fóruns, etc. com o objetivo de dinamizar e estimular o desenvolvimento de ações de EA ao longo do território brasileiro. Cabe aos Estados e Municípios aproveitarem essas iniciativas e articularem suas iniciativas locais. A esse respeito vale destacar que, ao longo do período de desenvolvimento desta pesquisa, não identificamos no Município de Uberlândia a existência de nenhuma das instâncias citadas anteriormente (Município Educador Sustentável, Coletivos Educadores, COM-VIDAS).

De acordo com Brasil (200?, p. 18), um SISNEA necessita de espaços onde haja possibilidades de se estabelecer a participação, através de um diálogo democrático e direto, dos cidadãos. Esses espaços podem ser representados por fóruns, conferências e grupos de trabalho. Dessa forma, as pessoas têm oportunidade de discutir, propor e avaliar eventuais políticas, planos e ações de EA, criadas por instâncias do Poder Público ou por atores sociais representativos da sociedade. Uma sugestão apresentada é a criação de um Conselho Municipal de Educação Ambiental. Esse tipo de conselho pode ser amplo o suficiente para articular comissões, coletivos e grupos de trabalhos em consonância com as necessidades das comunidades locais.

Little (2003, p. 19) destaca que os problemas ambientais não podem ser tratados da mesma forma que os problemas dos setores da agricultura, indústria ou energia. Segundo esse autor, o fator “meio ambiente afeta cada setor de maneira diferente”, exigindo um conjunto específico de políticas para lidar com os problemas específicos. Assim, os “problemas ambientais cruzam transversalmente todos os setores produtivos” (como ocorre nos conteúdos programáticos do ensino fundamental), exigindo um programa integrado de políticas ambientais.

Outro aspecto que representa um desafio para a aplicação de políticas ambientais refere-se à escala de trabalho que se pretende atuar: local, estadual, regional, nacional, continental e mundial.

Cada nível tem seus problemas ambientais próprios e, portanto, atores sociais específicos para atendê-los. Assim, as políticas ambientais precisam ser moldadas para responder à especificidade de cada nível. Em muitos casos, políticas que funcionam no nível local são aplicáveis no nível nacional; e as do nível nacional, por sua vez, não são adequadas para responder aos problemas planetários. Vinculado a este desafio está o estabelecimento de mecanismos específicos de participação para cada nível. (LITTLE, 2003, p. 19-20).

A concepção de um SISNEA tem como objetivo principal a estruturação, implantação e gestão da Política Nacional de Educação Ambiental. Esse processo necessita do fortalecimento de condições políticas, legais e financeiras que permitam o protagonismo de ações práticas de grupos e instituições com a devida participação das comunidades locais envolvidas nessas ações. (BRASIL, 200?, p. 02).

A EA cada vez mais se consolida como política pública decorrente da exigência e mobilização da sociedade; e a postura de um SISNEA deve cumprir exatamente a missão de estabelecer a inter-relação necessária e fortalecer o diálogo entre os sistemas de meio ambiente e de educação, agregando ainda alguns entes de formação e de gestão que são próprios da EA. Este sistema de EA poderá articular os atores da PNEA, consolidando os princípios e objetivos desta política, e amparando o processo de institucionalização e enraizamento desta temática. (BRASIL, 200?, p. 05).

O SISNEA, em sua concepção teórica, constituída pelos programas, projetos e princípios metodológicos, apresenta-se bem estruturado. No entanto, dadas às condições territoriais do país, estrutura político-administrativa e histórico de implantação da política ambiental brasileira, sua efetividade junto à sociedade organizada ainda carece de consolidação. Os municípios são instâncias extremamente importantes para garantir a operacionalização desse sistema, considerando a proximidade com a população e as realidades locais diversas. O êxito da PNEA depende da eficiência e da eficácia das ações em âmbito municipal.

2.4- Mudanças culturais: indivíduo e sociedade

Conforme discutido anteriormente, a EA surge no contexto da sociedade contemporânea como uma ferramenta a serviço de propósitos bastante ousados, considerando as dimensões histórica, social e cultural que permeiam suas origens e expectativas de resultados a serem alcançados. Nesses últimos 40 anos de caminhada da EA rumo à construção de processos que promovam mudanças de valores, atitudes e outras questões que estão colocadas como necessidades prementes para a sociedade, diversos são os obstáculos enfrentados pelos educadores ambientais e atores sociais que se colocaram à frente desta missão.

A EA deve priorizar o indivíduo ou o coletivo? Ou seriam os dois segmentos de forma conjunta? Quais estratégias adotar? Como lidar com questões tão complexas e cujo resultado demanda tempo e paciência dos envolvidos? São questões difíceis de serem respondidas. Entendemos que um dos caminhos para vislumbrar uma solução para esse problema seja através da compreensão de alguns mecanismos que influenciam as relações estabelecidas entre indivíduos e grupos sociais. Referimo-nos aos termos informação/comunicação, participação/mobilização, conscientização/sensibilização, atitude/comportamento, cultura organizacional de grupos sociais e instituições, integração/parceria entre instituições. A partir de uma reflexão aprofundada a respeito destas questões que permeiam o dia-a-dia das pessoas, poderemos encontrar respostas para determinadas situações que se apresentam para aqueles que trabalham com EA.

Santos e Sato (2006, p. 46) afirmam que “há uma profunda carência de conhecimento pela sociedade civil quanto às normas e as políticas ambientais”. Essa informação é emblemática na medida em que numa sociedade onde os meios de comunicação e

tecnológicos estão se disseminando muito rápido, essa questão torna-se preocupante. Outro aspecto importante nessa questão de como a sociedade entende a problemática ambiental é apontado por Berna (2006, p. 160-161):

A população, via de regra, tem uma visão muito romântica da ecologia, associando-a mais em defesa do verde e, por extensão, das árvores e animais. É como se a espécie humana não fizesse parte da natureza. Logo, por mais que julguem importantes as questões ecológicas, a maioria da população as considera secundárias. É mais importante lutar por moradia, alimento, emprego, escola, bons salários etc. Ecologia, na visão mais popular, é assunto para as classes mais abastadas, que já resolveram esses problemas básicos de infraestrutura e podem viver em bairros melhores, longe da poluição, em locais arborizados.

Uma população que desconhece normas e políticas ambientais, que possui uma visão romântica e restrita da problemática ambiental e encontra-se preocupada em resolver outras mazelas que se apresentam prioritárias em sua vida, de fato, não pode apresentar o nível desejado de comprometimento e ações para com as questões ambientais.

Gómez (2006, p. 352) aponta uma sugestão para resolver esse problema de falta de informação por parte da população:

Las autoridades públicas y organizaciones no gubernamentales pueden ofrecer información que ayude a los ciudadanos a actuar a favor de la protección de su entorno y de la naturaleza que les rodea. Para ello propone aumentar el acceso de los ciudadanos a la información, y prestar asistencia en la confección de instrumentos prácticos que permitan a los ciudadanos evaluar el rendimiento ecológico de su comportamiento o de su vivienda.

Jacobi (2006, p. 426) destaca outra questão que também pode contribuir para a compreensão das atitudes que os indivíduos têm frente às demandas ambientais:

(...) moradores em todos os níveis dão mais ênfase àqueles aspectos de degradação ambiental que estão mais diretamente ligados à sua vida cotidiana. As percepções estão geralmente mais orientadas em direção aos constrangimentos e desconfortos que estes problemas causam nas suas atividades rotineiras.

A falta de informação, por parte da população, exige das autoridades públicas a intensificação de campanhas educacionais. Esse fato pode significar uma oportunidade para o estabelecimento de parcerias entre setores da sociedade civil e os órgãos públicos. Faz-se necessário aumentar as práticas sociais que fomentem o livre acesso à informação e à EA de forma permanente e contínua. Os problemas ambientais devem ser tratados de forma transparente pelo poder público, gerando como consequência a possibilidade de participação da população. (JACOBI, 2006, p. 426-428).

Jacobi (2006, p. 429) destaca a importância do estímulo à “expansão dos meios de acesso a uma informação geralmente esparsa e de difícil compreensão”. Quando a população tem facilidade de acesso a uma informação de qualidade, cria-se um ambiente propício às

mudanças comportamentais necessárias para um agir coletivo voltado para a sustentabilidade ambiental.

A informação e a comunicação são dois mecanismos importantes a serviço da EA. Segundo Guimarães (2005, p. 138), a comunicação enquanto “transmissão de conhecimento” encontra-se inserida em um processo educativo. Dessa forma é necessário estimular esse processo para promover mudanças sociais rumo à “construção da sustentabilidade ambiental”.

A lei federal nº 9.795/99 define no artigo 3º que todos têm direito a EA como parte do processo educativo mais amplo, incumbindo “à sociedade como um todo, manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais.” (BRASIL, 1999).

O artigo 5º dessa lei indica como objetivos fundamentais da EA a garantia de democratização das informações ambientais e o incentivo à participação individual e coletiva. Fora do ambiente escolar, a EA é denominada como EA não-formal, entendida como “as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.” (BRASIL, 1999).

Essa necessidade de disponibilizar a informação ao cidadão e tornar a comunicação um recurso eficiente no processo de EA exige do educador ambiental uma série de procedimentos no intuito de obter resultados positivos em suas ações. Um dos pontos a serem observados são a utilização de intervenções pontuais, restritas ao repasse de informações, como palestras, exposições, eventos e campanhas.

Um trabalho processual não é um sequenciamento de intervenções pontuais, principalmente quando estas se dão com a função exclusiva de informar. O educador ambiental que supera essa proposição busca, na compreensão da realidade socioambiental, na percepção do que movimenta a comunidade/sociedade, encontrar os caminhos de intervir. Intervenção para transformação da sociedade que, em sua intencionalidade, provoque movimentos de problematização, questionamentos e práticas de transformações de valores, hábitos e atitudes, individuais e coletivos, de forma que sejam inseridos no cotidiano daqueles (indivíduos em comunidade) que estão sofrendo a intervenção do processo educativo. (GUIMARÃES, 2005, p. 139).

Para Berna (2006, p. 162-163), “o comportamento dos cidadãos em relação ao seu meio ambiente é indissociável do exercício da cidadania”. O fato de o cidadão ficar consciente dos problemas ambientais não é suficiente. É preciso se tornar mais ativo, crítico e participativo em relação aos problemas que afligem sua comunidade, país e planeta.

A participação efetiva das pessoas em projetos ambientais de interesse coletivo e nos espaços de diálogos criados especificamente para esse fim não tem sido satisfatória no Brasil.

Mesmo com a criação de mecanismos que permitem a participação da comunidade, isso tem ocorrido de forma isolada e esporádica. “A participação só se dará de fato com a mobilização, com a motivação dos atores sociais em atuar, criando um comprometimento com o processo; ou seja, o espaço da participação é imbricado ao da mobilização e esse se realiza no espaço público.” (GUIMARÃES, 2006, p. 187-188).

Jacobi (2006, p. 430) corrobora essa ideia:

A postura de dependência e de desresponsabilização da população decorre principalmente da desinformação, da falta de consciência ambiental e de um déficit de práticas comunitárias baseadas na participação e no envolvimento dos cidadãos, que proponham uma nova cultura de direitos baseada na motivação e na co-participação da gestão ambiental das cidades. Nesse sentido a EA representa um instrumento essencial para superar os atuais impasses da nossa sociedade.

No documento produzido por ocasião da Rio-92, Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, essa questão da participação é tratada de forma categórica no Princípio nº 10:

A melhor maneira de tratar as questões ambientais é assegurar a participação, no nível apropriado, de todos os cidadãos interessados. No nível nacional, cada indivíduo terá acesso adequado às informações relativas ao meio ambiente de que disponham as autoridades públicas, inclusive informações acerca de materiais e atividades perigosas em suas comunidades, bem como a oportunidade de participar dos processos decisórios. Os Estados irão facilitar e estimular a conscientização e a participação popular, colocando as informações à disposição de todos. Será proporcionado o acesso efetivo a mecanismos judiciais e administrativos, inclusive no que se refere à compensação e reparação de danos. (BRASIL, 1997, p. 595).

Pedro Demo (apud BRASIL, 2005a, p. 11-12) em seu livro “Participação é conquista”, destaca que “espaços de participação não são dados, mas são conquistados pelos sujeitos sociais.” Nessa perspectiva devem ser levados em consideração alguns aspectos importantes relativos ao processo de participação:

- Infraestrutura básica de participação: as pessoas precisam ter condições mínimas para poder participar de processos políticos, sociais, ambientais etc. Como é possível participar se os locais de reunião são muito afastados do público diretamente envolvido? Como participar se há dificuldade de transporte para se chegar a esse local?
- Disponibilidade das informações: cada sujeito precisa antecipadamente receber informações básicas sobre o assunto que se está discutindo, para se situar no que está acontecendo e se posicionar a respeito.
- Espaços de interlocução e articulação: as pessoas precisam de espaço e tempo para conversar a respeito do tema em pauta, trocar ideias e compreender diferentes pontos de vista para amadurecer suas opiniões. São nessas conversas que se adquirem informações importantes para se mapear o espaço de atuação e intervir de forma articulada.
- Tomada de decisão: a participação é efetiva quando as decisões das pessoas são levadas adiante. É preciso ter clareza se o espaço é consultivo ou deliberativo, e quando deliberativo, com quais outras instâncias ele dialoga na sua decisão.
- Posturas pró-ativas: participar é muito mais do que reivindicar; é assumir suas responsabilidades enquanto cidadão e ampliá-las enquanto sujeito social e político.

Participar pressupõe agir, correr atrás da causa, envolver-se e estar disposto a transformar e mudar as coisas como elas estão. (BRASIL, 2005a, p. 11-12).

Além da informação, comunicação e participação, a mobilização representa outra característica importante para a compreensão dos mecanismos que levam as pessoas às mudanças de valores e de atitudes necessárias à obtenção da sustentabilidade ambiental.

Mobilizar é convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob a interpretação e um sentido também compartilhados. Mobilizar, então, é, antes de tudo, um ato de liberdade. É também um ato de paixão e de precisão. Não se convoca para qualquer coisa vaga e não se faz de maneira isolada, mas sim compartilhada. Sendo assim, é também um ato de comunicação. (BERNARDO TORO apud BRASIL, 2005a, p. 19).

As lideranças de projetos ambientais, na maior parte dos casos, acredita que a participação dos cidadãos envolvidos, direta ou indiretamente, ocorra de forma voluntária. Entretanto essa situação ocorre somente quando o cidadão já se encontra “conscientizado e mobilizado”. De maneira geral, há falta de estruturação política, econômica e institucional entre os setores da sociedade, fazendo com que essa participação aconteça sem efetividade. O envolvimento efetivo da comunidade somente ocorrerá se os projetos atingirem o cotidiano das pessoas e influenciarem-nas localmente. (CASTRO; MALHEIROS, 2002, p. 149).

O não envolvimento de diversos setores da sociedade com a causa ambiental tem suas explicações. As principais causas estão relacionadas à falta de comunicação com o público alvo, falta de tempo para conhecimento e execução do projeto, falta de infraestrutura adequada, falta de capacitação dos profissionais envolvidos na comunicação ou na estratégia utilizada. (CASTRO; MALHEIROS, 2002, p. 149).

Muitas vezes, a sonhada cidadania pode ser algo muito distante da realidade de um indivíduo que vive em determinado local.

A prescrição de direitos e deveres é absolutamente inócua sem o desenvolvimento das condições necessárias à sua operacionalização. Oferece-se ao cidadão uma pseudo-liberdade, apenas formal, sem compromisso com o desenvolvimento de suas capacidades. Privado ao longo da existência de condições mínimas para compreender e operacionalizar direitos e deveres, o cidadão ainda é acusado de alienação, de não participação ou, pior, de fazer escolhas erradas. (PILON, 1999 apud CASTRO; GEISER, 2002, p. 216).

Parece que as oportunidades de participação existem, inclusive com vastas citações, discussões e avaliações em diversas pesquisas acadêmicas. No entanto, ocorre que, na prática, a população não se sente consciente da necessidade dessa participação. “O indivíduo não consegue relacionar os problemas ambientais ao seu cotidiano, parecendo-lhe, na maioria das vezes, ou uma questão dissociada da sua realidade, ou uma questão para cuja solução julga não deter meios de interferir.” (CASTRO; GEISER, 2002, p. 216).

Conforme mencionado anteriormente, a Conferência Intergovernamental realizada em Tbilisi, no ano de 1977, elaborou um documento que é orientador da EA em todo o mundo, incluindo o Brasil. Constam, na Recomendação nº 02, as categorias de objetivos a serem alcançados pela EA:

- Consciência: ajudar os grupos sociais e os indivíduos a adquirirem consciência do meio ambiente global e ajudar-lhes a sensibilizarem-se por essas questões;
- Conhecimento: ajudar os grupos sociais e os indivíduos a adquirirem diversidade de experiências e compreensão fundamental do meio ambiente e dos problemas anexos;
- Comportamento: ajudar os grupos sociais e os indivíduos a comprometerem-se com uma série de valores, e a sentirem interesse e preocupação pelo meio ambiente, motivando-os de tal modo que possam participar ativamente da melhoria e da proteção do meio ambiente;
- Habilidades: ajudar os grupos sociais e os indivíduos a adquirirem as habilidades necessárias para determinar e resolver os problemas ambientais;
- Participação: proporcionar aos grupos sociais e aos indivíduos a possibilidade de participarem ativamente nas tarefas que têm por objetivo resolver os problemas ambientais. (DIAS, 1994, p. 66).

Esses objetivos, definidos pela Conferência de Tbilisi para a EA, devem ser considerados uma referência para os trabalhos de EA na educação formal e também na educação não-formal. Enquanto processo permanente e contínuo, a EA deve propiciar aos indivíduos e à coletividade as condições adequadas para terem consciência das condições socioambientais no ambiente onde vivem, além de adquirirem o conhecimento, a atitude e as habilidades para enfrentar os problemas ambientais presentes e futuros. (DIAS, 1994, p. 83).

Um grande desafio posto para os educadores ambientais refere-se ao estabelecimento de diálogo e a parceria entre os atores sociais tendo em vista os problemas ambientais a serem resolvidos, independente da dimensão que se apresentam no contexto local, regional ou planetário. “Democracia é saber trabalhar estas dimensões numa relação entre aparato estatal e sociedade civil em que a identidade destes seja preservada e a autonomia da segunda estimulada (...) os ambientalistas precisam enfrentar as contradições (...) em debates francos e na práxis cotidiana.” (LOUREIRO, 2003, p. 142).

De acordo com Loureiro (2000, p. 31), os conflitos ambientais passados e presentes têm sido responsáveis pelo aumento da sensibilização de determinados segmentos da sociedade. No entanto adverte que “a grande maioria da população jamais participou de alguma forma de organização social que vise à promoção da qualidade de vida. O que demonstra que o exercício de uma cidadania direta e participativa está comprometido, em um contexto de fragmentação social, individualismo e imediatismo.” (LOUREIRO, 2000, p. 31).

Layragues (2000, p. 136) argumenta que, nos “atuais modelos de gestão ambiental não participativos”, existe uma grande distância entre as necessidades das comunidades e os

projetos executados, considerando as realidades locais. Esse autor salienta a importância da EA como agente impulsionador da GA, de modo a sensibilizar e mobilizar os grupos sociais.

Há diversas formas coletivas para a sociedade participar das decisões derivadas de planos e projetos que possam afetar suas vidas. Uma das mais importantes é o “direito de ser consultada antes de uma decisão do poder público” a respeito de questões que incidirão diretamente sobre as pessoas. O que se observa mais efetivamente são participações individualistas em questões do dia-a-dia, como separação do lixo reciclável, consumo de alimentos orgânicos, diminuição do desperdício etc. (LAYRARGUES, 2000, p. 136).

A construção de espaços públicos de participação popular em relação às questões ambientais é cercada por diversos obstáculos que dificultam ou quase impossibilitam sua efetiva prática. Layrargues (2000, p. 139) elenca os seguintes obstáculos:

- A resistência tanto do poder público como das elites que se apropriaram do poder sem abrir mão do privilegiado espaço conquistado;
- A cultura assistencialista, paternalista e clientelista existente na população e ainda reforçada pelo poder público;
- A difícil aceitação das diferenças próprias no interior de uma sociedade desigual e com interesses plurais;
- A carência de produção de informações quantitativas e qualitativas sobre os problemas ambientais, e respectiva disseminação na sociedade, para instrumentar os diversos grupos à tomada de decisão;
- A dificuldade de se associar a defesa do meio ambiente como a defesa de um patrimônio coletivo, que interessa à qualidade de vida da população de um modo geral;
- A fragilidade das associações civis, particularmente, das organizações não-governamentais ambientalistas.

Autores como Demo (1992) e Layrargues (2000) afirmam que a sociedade brasileira é um exemplo de desmobilização, com destaque para as questões afetas ao meio ambiente. “Com sua fraca capacidade de pensar e gerir coletivamente a causa pública, a população brasileira não detém o poder emancipatório, minimamente suficiente para se pensar em partir para uma GA que não seja cooptada pelos grupos hegemônicos no poder”. Assim, a população se torna “presa fácil” para a dependência dos benefícios do poder público, uma vez que a possibilidade de mobilização social é mínima. Mais uma vez recai sobre os educadores ambientais a responsabilidade de desenvolver uma EA amparada por um processo de GA eficiente. (LAYRARGUES, 2000, p. 140).

Nesta perspectiva é necessário analisar as formas mais adequadas de promover a participação individual e coletiva da sociedade nas causas ambientais. De acordo com Mendonça (2007, p. 47),

A mudança de valores e atitudes nos indivíduos preconizados pela EA não é suficiente para gerar mudanças estruturais numa sociedade. Pela compreensão da complexidade, as partes não mudam necessariamente o todo, pois ambas têm um

movimento dialético cujas conexões indivíduo versus grupo podem gerar mudança efetiva. A mudança individual como principal vetor para a mudança global representa uma visão simplista do trabalho com as relações sociais e não é suficiente para mudar o padrão de desenvolvimento.

Nesta mesma linha de raciocínio, Guimarães (2007, p. 89) defende o desenvolvimento de uma EA crítica que entende a sociedade numa perspectiva complexa, em que, numa relação dialética, o indivíduo influencia a sociedade e esta, por sua vez, influencia os indivíduos.

Portanto, para haver transformações significativas, não bastam apenas mudanças individuais (partes), mas necessitam-se também mudanças recíprocas na sociedade (todo). Isso para que haja nas duas situações, indivíduo e sociedade, ampliação das possibilidades de transformações potencializando mudanças de curso e criando opções a um caminho único predeterminado por uma proposta dominante de sociedade e seu modelo de desenvolvimento. (GUIMARÃES, 2007, p. 89).

Bevilaqua (2007, p. 116), ao tratar da GA no Município de Uberlândia, apresenta um fato que exemplifica essa dificuldade de conseguir participação e mobilização popular (individual e coletiva) em assuntos ambientais de interesse coletivo. “Nem as instâncias colegiadas de participação democrática, como o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CODEMA) consegue mobilizar muitas lideranças ou a opinião pública”, apesar da temática ambiental estar em evidência na atualidade.

Para Coimbra (2004, p. 545), é preciso considerar a percepção ambiental dos indivíduos e dos grupos em relação à realidade ambiental. A qualidade dessa percepção ambiental é de fundamental importância para o exercício da cidadania e para o êxito dos projetos de conservação e preservação ambiental. “Dadas à índole do brasileiro e a sua formação histórica, o componente emocional predomina e, com frequência, há ‘muito barulho por nada’. É óbvio que isso dificulta a percepção objetiva e a solução dos problemas ambientais.” (COIMBRA, 2004, p. 546).

Continuando sua argumentação, Coimbra (2004, p. 546) destaca as contradições existentes entre o discurso ambiental de grande parte da população e as práticas adotadas no cotidiano da vida doméstica. O consumismo é um fenômeno que invade parte significativa dos lares brasileiros, independente do nível de renda. A adoção incontestada de um padrão de consumo baseado em modelos de países desenvolvidos se opõe à consciência ecológica, ética, social e cidadã.

Outro aspecto importante desse processo de construção da percepção ambiental da população brasileira refere-se ao fato de que nem sempre o indivíduo humano afetado por condições ambientais desfavoráveis está consciente da situação real. Assim, para se promoverem mudanças culturais efetivas no seio da sociedade, é necessário que a percepção e

conscientização ambiental das pessoas sobre sua realidade se efetive. Caso contrário, “o indivíduo tende a ficar imerso no seu mundo cada vez mais hostil e adverso, sem esboçar qualquer reação para superar esse mundo.” (DIAS, 1994, p. 218).

Hoeffel e Fadini (2007, p. 255) definem o termo percepção como um “processo, uma atividade que envolve organismo e ambiente, e que é influenciada pelos órgãos dos sentidos – ‘percepção como sensação’, e por concepções mentais – ‘percepção como cognição’.”

A percepção ambiental é condicionada por fatores inerentes ao próprio indivíduo, fatores educacionais e culturais imprimidos pela sociedade e fatores afetivos e sensitivos derivados das relações do observador com o ambiente. Cada indivíduo enxerga e interpreta o ambiente de acordo com o seu próprio olhar, sua própria maneira de ver o mundo, a partir de suas experiências prévias, expectativas e ansiedades (FERREIRA; COUTINHO, 2000 apud HOFFFEL; FADINI, 2007, p. 255).

Nesta perspectiva, as formas variadas de os indivíduos compreenderem o meio socioambiental está diretamente ligado ao contexto histórico e cultural de onde vivem. No entanto, mesmo indivíduos pertencentes a um mesmo grupo e ocupando um mesmo espaço podem apresentar percepções ambientais completamente diferentes entre si. “O reconhecimento destas diferenças pode auxiliar na elaboração de uma análise crítica sobre maneiras de lidar com o mundo natural.” (HOEFFEL; FADINI, 2007, p. 256).

Segundo Lima (2007, p. 342), as mudanças são demoradas e fazem parte de um processo gradual envolvendo as “dimensões cognitiva, afetiva e prática da realidade”. Assim, os atos de pensar, sentir e agir nem sempre funcionam de forma coordenada. São relações complexas cuja integração ocorre de forma gradual a partir da experiência.

No processo de aprendizado todos somos vítimas de momentos ‘parcializados’ onde desenvolvemos o discurso dissociado da prática ou a prática dissociada do discurso e da reflexão. Trata-se, pois, de perceber essa dicotomia e de desenvolver uma pedagogia embasada na práxis que exercite e integre teoria e prática ou ‘ação-reflexão-ação’. (LIMA, 2007, p. 342).

Outros conceitos importantes nesse processo envolvendo a EA são conscientização e sensibilização. No dia-a-dia, esses termos são utilizados aleatoriamente para qualificar várias situações ambientais envolvendo a população. Seiffert (2014, p. 279) esclarece detalhadamente as diferenças entre esses conceitos:

Um indivíduo pode tornar-se consciente das implicações ambientais de um determinado comportamento após receber informação a respeito, ou seja, ele não mais ignora o assunto. Contudo, só após estar efetivamente motivado para mudar seu comportamento ele pode ser considerado sensibilizado; e essa motivação somente ocorrerá a partir do momento em que sejam eliminados determinados bloqueadores motivacionais. Estes bloqueadores motivacionais estão presentes principalmente quando o indivíduo não tem suas necessidades básicas atendidas (subconsumo) ou quando em sua cultura o individualismo e imediatismo prevalecem (superconsumo).

Seiffert (2014, p. 282) salienta que o processo de EA passa primeiramente pela fase de conscientização ambiental do indivíduo, relacionado à informação e ao conhecimento a respeito de determinada situação ambiental. Em um segundo momento, depois de o indivíduo estar consciente da situação real, almeja-se que ele fique sensibilizado e efetivamente comprometido com a realidade, gerando, em consequência, mudança em suas atitudes.

Philippi Júnior et al. (1999, p. 110) corroboram essa ideia ao afirmarem que é grande o número de pessoas que não conseguem associar os problemas ambientais cotidianos com a qualidade de vida em sua comunidade. Dessa forma, essas pessoas não se sentem envolvidas no processo de busca de transformação socioambiental. “A dissociação entre percepção ambiental individual e coletiva gera, ainda, nos dias de hoje, a atribuição de um caráter de superfluidade à questão que cada dia se torna mais vital à sobrevivência”.

Guimarães (2007, p. 90) traz uma interessante reflexão a respeito da conscientização ambiental dos indivíduos e da sociedade:

Nessa concepção entende-se que a transformação de uma realidade se concretiza pela transformação de indivíduos que se conscientizam e, portanto, atuam na construção de novas práticas individuais e coletivas. Não basta a pessoa estar informada para que a realidade se transforme, até porque os indivíduos não estão isolados na sociedade; nós somos, na maior parte das vezes, condicionados por ela. Portanto, para que o indivíduo possa transformar seus valores, hábitos e atitudes, a sociedade também precisa ser transformada em seus valores e práticas sociais. O processo de transformação da sociedade não se dá pela soma de indivíduos transformados, pois muitas vezes os indivíduos não podem se transformar plenamente devido a condicionantes sociais, mas pela transformação ao mesmo tempo dos indivíduos e da sociedade.

Carvalho (2007) apresenta o conceito de “Sujeito Ecológico”. Esse estereótipo de um cidadão que vive em consonância com os princípios ecológicos numa sociedade consumista representa uma esperança e ao mesmo tempo uma realidade que começa a se despontar nos últimos anos. Esse conceito remete às atitudes e comportamentos ambientalmente adequados, levando-se em consideração as condições históricas e culturais em que vivemos, ou seja, o que é possível fazer no dia-a-dia em uma sociedade regida por princípios capitalistas.

Todos nós já ouvimos muitas vezes expressões que dizem que fulano (a) de tal é muito ecológico (a). Também frequentemente usamos esse adjetivo para caracterizar atitudes como a de rejeitar as sacolas de plástico no supermercado, usar a água com parcimônia, separar o lixo, consumir produtos orgânicos, (...) ir a pé, de bicicleta (...) Esses comportamentos indicam decisões e preferências que algumas pessoas vão adotando pouco a pouco, conforme vão incorporando a ideia de que as preocupações ambientais são exigências compulsórias (...) Significa que essas pessoas estão aderindo a um modo cuidadoso de se relacionar com os outros humanos e não-humanos que tomam como bons, corretos e moral e esteticamente admiráveis. Poderíamos chamar esse espírito de cuidado, responsabilidade e solidariedade com o ambiente como dimensão ecológica que pode ser assumida por indivíduos, grupos e também pelas instituições como a escola ou as políticas públicas. A identificação social e individual com esses valores ecológicos é um processo formativo que se processa a todo momento, dentro e fora da escola, e que tem a ver com o que

chamamos a formação de um sujeito ecológico e de subjetividades ecológicas. (CARVALHO, 2007, p. 136).

Para Carvalho (2007, p. 136), “Sujeito Ecológico” representa uma maneira de ser, um conjunto de ideais que gera atitudes ambientalmente orientadas. Esse ideal ecológico é interiorizado pelos indivíduos que adotam um estilo de vida de defesa dos preceitos ambientais e que pode influenciar instituições com as quais se relaciona.

Esse mesmo processo pode ser pensado nos termos de uma incorporação por indivíduos e grupos sociais de um certo campo de crenças e valores compartilhados socialmente, que passa a ser vivida como convicção pessoal, definindo escolhas, estilos e sensibilidades éticas e estéticas. (CARVALHO, 2007, p. 136).

Adotar um estilo de vida como preconiza Carvalho (2007) não é tarefa fácil nos dias atuais. Os obstáculos são imensos para qualquer cidadão que opte por viver um estilo de vida baseado em atitudes ambientalmente corretas. Exemplos dessas dificuldades podem ser observados pela ausência de infraestrutura para a coleta seletiva, falta de ciclovias nas grandes cidades, transporte coletivo insuficiente etc. Outra questão importante apontada pela referida autora é o fato de nem todas as pessoas estarem dispostas a assumir uma orientação ecológica em suas vidas. “Ser ecológico é uma opção, não uma imposição ou uma verdade auto-evidente, e aí entra o papel da escola e do educador, que é um formador de opinião na batalha das ideias que atravessam nossa sociedade todo o tempo.” (CARVALHO, 2007, p. 137-138).

Na intenção de compreendermos melhor como a EA pode ser desenvolvida enquanto processo efetivo de mudança cultural nesta sociedade ambientalmente insustentável, pelo menos aos olhos do modelo de produção/consumo atualmente dominante, será incluído nesta reflexão mais dois conceitos importantes: atitude e comportamento das pessoas.

As atitudes orientam as decisões e os posicionamentos dos sujeitos no mundo. Nesse sentido, quando falamos em atitude, devemos diferenciá-la da noção de comportamento. Atitudes são predisposições para que um indivíduo se comporte de tal ou qual maneira, e assim podem ser preditivas de comportamento. Contudo, não há determinação do tipo causa e efeito que nos permita traçar correspondência direta entre a formação de atitudes e o plano dos comportamentos. Estes últimos são as ações observáveis, efetivamente realizadas, e podem estar ou não de acordo com as atitudes do sujeito. Muito frequentemente os sujeitos podem-se comportar em dissonância total ou parcial de suas atitudes. As ações humanas são multideterminadas, e há muitos fatores em jogo na relação entre atitudes e comportamentos. (CARVALHO, 2008, p. 177).

De acordo com Carvalho (2008, p. 178), algumas pessoas podem cultivar atitudes ecológicas, mas, por razões diversas, continuar com hábitos e comportamentos contrários a esses ideais. Essa dissonância entre as atitudes desejadas e os comportamentos observados nas pessoas representa um dos grandes desafios a serem superados pela EA. As atividades de EA desenvolvidas em escolas, empresas e em espaços públicos dedicam-se à orientação de

procedimentos ambientalmente corretos. No entanto, essas ações nem sempre são garantias de formação de valores e atitudes voltadas à preservação ambiental.

Cabe reconhecer que gerar comportamentos individuais ordeiros, preocupados com a limpeza de uma área ou com a economia de recursos ambientais como a água ou a energia elétrica, pode ser socialmente desejável e útil, mas não significa necessariamente que tais comportamentos sejam integrados na formação de uma atitude ecológica e cidadã. Esta implicaria desenvolver capacidades e sensibilidades para identificar e compreender os problemas ambientais, para mobilizar-se, no intuito de fazer-lhes frente, e, sobretudo, para comprometer-se com a tomada de decisões, entendendo o ambiente como uma rede de relações entre sociedade e natureza. (CARVALHO, 2008, p. 181).

A pedagogia comportamentalista tem sido utilizada pela EA com o objetivo de reforçar comportamentos ambientalmente corretos e evitar ou punir aqueles considerados inadequados. Para alguns educadores, essa concepção normativa e disciplinar, importante para as estratégias de fiscalização e controle ambiental empregadas por empresas e órgãos públicos, fere os princípios educativos. (CARVALHO, 2008, p. 184). No entanto, é inegável admitir que numa sociedade como a brasileira, onde princípios básicos de participação cidadã não se fazem presentes, talvez seja necessário aliar estratégias educativas com estratégias normativas e disciplinares.

Outros autores também compartilham da opinião de Carvalho (2007), atestando a dificuldade de um cidadão comum assumir atitudes e comportamentos coerentes com a proteção ambiental, considerando que vivemos em uma sociedade massificada e consumista. Essas condutas ambientalmente corretas, muitas vezes, estão além das possibilidades da maioria das pessoas.

Muitas vezes, o indivíduo é obrigado, por circunstâncias que estão fora do seu controle, a consumir produtos que usam embalagens descartáveis em lugar dos retornáveis, a alimentar-se com frutas e verduras cultivadas com agrotóxicos, a utilizar o transporte individual em vez do coletivo, a trabalhar em indústrias poluidoras, a aceitar a existência de lixões no seu bairro, a desenvolver atividades com alto custo energético, a morar ao lado de fontes de poluição, a adquirir bens com obsolescência programada, ou seja, a conviver ou praticar atos que repudia pessoalmente, cujas razões, na maioria dos casos, ignora. (QUINTAS, 2002, p. 29).

Guimarães (2005) afirma que o “caminho único da sociedade moderna, moldado pelos paradigmas dominantes, consolida valores sociais”. Estes, por sua vez, formam os hábitos que produzem as atitudes. Esse autor ressalta que nem toda atitude é forjada pelos hábitos. Para a concepção da educação comportamentalista, a transmissão de informações gera mudanças de atitudes. Assim, a somatória dos indivíduos informados resultaria em uma sociedade ‘ecologicamente correta’. Essa seria uma visão muito simplista, uma vez que estaria descontextualizando os indivíduos do ambiente de relações sociais onde vivem, que certamente provoca influências sobre as pessoas individualmente. Esse autor destaca que as

“intervenções de EA em escolas e comunidades que busquem trabalhar apenas a questão comportamental (jogar o lixo no lugar certo, não desmatar, não poluir, etc), por meio de campanhas de informação e sensibilização, são pouco eficazes.” (GUIMARÃES, 2005, p. 139-140).

Os formuladores das metodologias da Agenda 21 defendem a ideia de que é necessária uma mudança nas mentalidades e comportamentos dos diversos setores da sociedade para que seja possível a construção da sustentabilidade. A educação aparece como espaço para a efetivação dessa mudança de ‘sensibilidade’. Assim, a educação para a sustentabilidade se ancora sobre dois processos pedagógicos complementares: a ‘conscientização’, isto é, ‘a compreensão das relações entre sociedades humanas e natureza, meio ambiente e desenvolvimento, nível local e global’, e o ‘comportamento’, buscando desenvolver ‘atitudes menos predatórias e habilidades técnicas e científicas para a sustentabilidade’. (CRESPO, 1997, p. 68 apud ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2006, p. 51).

Conforme citação de Acselrad, Mello e Bezerra (2006), mudanças de atitudes e comportamentos são necessárias nos diversos setores da sociedade, envolvendo indivíduos e coletividade. Lima (2007, p. 342) afirma que os educadores ambientais desperdiçaram tempo e energia na tentativa de defender, de forma excludente, a ideia de que pedagogias pautadas em mudanças de comportamentos individuais seriam mais eficazes que as pedagogias focadas nas mudanças de comportamentos coletivos. Para esse autor, “hoje já está claro que precisamos integrar os dois esforços, que eles são complementares e indissociáveis”.

Fialho et al. (2008, p. 95) apresenta uma reflexão a respeito dos conceitos de atitudes, valores, comportamento e suas implicações em uma organização coletiva. Dessa forma é possível compreender melhor o nível de influência que indivíduo e coletivo estabelecem entre si, em um processo dialético, complexo e dinâmico. Para esse autor, “atitudes são determinantes ao comportamento sustentável, pois estão ligadas à personalidade, aprendizagem e motivação”. As atitudes seriam resultantes da “combinação de conhecimentos mediante os quais cada indivíduo e grupo interpretam e julgam o mundo que os cerca e a si próprios.”

Os valores são um conjunto de características que pessoas ou empresas apresentam ao se defrontar com determinadas situações ou eventos. São expressões daquilo que uma pessoa ou empresa é. Os valores podem ser definidos como a visão de mundo dos indivíduos, ou seja, como um conjunto de pontos de vista, inclinações internas, julgamentos, preconceitos, normas ou padrões sociais aceitos ou mantidos pelas pessoas, que irão determinar a sua visão do mundo. Dessa forma, a internalização dos valores se torna um padrão ou critério para orientação das pessoas. (FIALHO et al., 2008, p. 103).

Para Fialho et al. (2008, p. 103), o quadro de valores de uma organização pode influenciar o comportamento de pessoas. Por outro lado, os valores que influenciam o comportamento dos líderes de uma organização ou setor influenciam o gerenciamento dessas organizações e, conseqüentemente, dos indivíduos que fazem parte desse processo. Assim, a

adoção de práticas ambientais consideradas pertinentes em uma instituição por parte de seus integrantes vai depender dessa relação imbricada que será forjada ao longo de um longo processo que envolve aspectos individuais e institucionais.

Quando uma instituição tem como referência o DS, necessariamente serão adotadas condutas sustentáveis em seus processos produtivos e estrutura organizacional. Nesta perspectiva, serão tomadas decisões e realizadas ações, que influenciarão o comportamento dos indivíduos. Para que isso se concretize, há necessidade de elaboração de um planejamento estratégico de curto e longo prazo exigindo a articulação de um programa de educação e gestão ambiental. (FIALHO et al., 2008, p. 112).

Munhoz (2004, p. 148) afirma que “consumidores conscientes do ponto de vista socioambiental provocam mudanças em empresas. Da mesma forma, uma grande empresa ao se tornar socialmente responsável, passa a provocar mudança nos seus fornecedores e demais partes interessadas”. Esse autor defende que as pessoas, quando passam a adotar atitudes ambientalmente sustentáveis, automaticamente passam a influenciar positivamente suas famílias, escola, empresa, cidade, governo e até o país. (MUNHOZ, 2004, p. 153).

Segundo Brasil (2006c, p. 99), a criação e aplicação de leis contribuem para a efetivação de mudanças sociais e culturais. Outro mecanismo que pode levar à consecução dessas mudanças é o sistema educacional através do ensino formal e não-formal:

Na prática, não podemos separar esses dois mecanismos em compartimentos totalmente estanques, pois o processo educacional não se restringe à dimensão espaço temporal ‘escola-tempo de estudante’. Existe uma interação dinâmica, dialética, entre sociedade e educação, ou seja, a educação reflete, como um espelho, os valores de uma determinada sociedade ou cultura. Daí a necessidade de uma educação ambiental. A educação tradicional não é ambiental, pois reflete os valores de uma sociedade ‘não ambiental’. Por outro lado, embora o rigor da lei promova mais mudanças comportamentais do que de valores, é inegável que existe um componente educativo também nesse universo basicamente coercitivo, que é o legal. Tornar uma sociedade mais ambiental em suas atitudes, ajudaria no processo de ‘ambientalização’ da educação, devido a essa indissociável inter-relação sociedade/educação. Devemos reconhecer, ainda, que a educação também envolve algum grau de coerção. (BRASIL, 2006c, p. 99).

Nesta citação, podemos observar claramente a importância da relação existente entre a formação de valores e comportamentos. Verifica-se uma relação embrionária entre ações educativas e coercitivas numa sociedade como a brasileira. Cobrança de âmbito institucional e individual se faz necessária concomitante a uma firme decisão dos cidadãos em mudarem seus hábitos, valores, atitudes e comportamentos. “(...) já não há tempo para esperar que as instituições mudem primeiro, para depois mudarmos. Quando pudermos associar essas mudanças individuais com mudanças institucionais, teremos conseguido mudar tudo.” (BRASIL, 2006c, p. 102).

A seguir, serão apresentadas algumas reflexões relacionadas a um programa de EA desenvolvido no âmbito de uma instituição pública. Essas reflexões foram extraídas de Guimarães (2007b). O destaque para essa obra justifica-se em razão da íntima relação observada entre os objetivos do referido trabalho e os objetivos dessa pesquisa. A autora estrutura sua pesquisa, baseada na implantação do processo de “coleta seletiva” em uma instituição pública, levando-se em consideração:

a comunicação organizacional, a comunicação humana, pensando-se nas interações que passam a existir por meio das relações estabelecidas entre organização e públicos, a comunicação interna, partindo do princípio que esse público é o foco do programa de educação ambiental, a cultura organizacional, como fator que pode ser determinante no comportamento adotado pelo público alvo, os valores e crenças referentes a essa cultura bem como o comportamento organizacional e a mudança de comportamento advindos deste contexto de interações. (GUIMARÃES, 2007b, p. 06).

Segundo Berger e Luckmann (1993, p. 176 apud GUIMARÃES, 2007b, p. 15), “um indivíduo logo ao entrar em uma empresa, por exemplo, é levado a interiorizar valores apreendidos como inevitáveis e maciços, através de processos fundamentalmente emocionais”. Para o indivíduo, a realidade objetiva é aquela representada pelo ambiente onde convive aliado às informações e valores que são ofertados a ele pelos colegas de trabalho.

No dia-a-dia de uma organização (empresa, escola ou órgão público), ocorre o encontro de dois universos, representados pelo novo funcionário que chega com seus valores e crenças individuais e pelos valores e regras aplicados pela organização. Esse encontro pode influenciar alterações na cultura organizacional.

Johann (2006, p. 22 apud GUIMARÃES, 2007b, p. 15) define a cultura organizacional como sendo:

Compartilhamento de costumes, crenças e ideais preestabelecidos, regras e tabus que se cristalizam na forma de *modelos mentais* que fornecem um modo de encarar, interpretar e adaptar-se ao mundo. Cada organização tem uma cultura única; quando ela se consolida, confere identidade aos seus membros, que passam a ter uma visão compartilhada do mundo que os rodeia e do lugar que nele ocupam.

Para Oliveira (1998, p. 82-83 apud GUIMARÃES, 2007b, p. 16):

A estrutura organizacional é a responsável pela atividade da instituição e se expressa no organograma, nas atribuições, nos manuais de normas e procedimentos, nas rotinas de trabalho e nas descrições de cargos; a cultura organizacional se manifesta pelos valores e crenças impregnadas nos comportamentos individuais e coletivos.

Nesse sentido, a GA toma uma importância ímpar no processo de consolidação de uma cultura organizacional que tem como meta o DS.

Pode-se estabelecer uma relação de coexistência entre os valores e crenças e a própria origem da institucionalização. Segundo Berger e Luckmann (1993), as origens da institucionalização podem estar associadas à criação e manutenção de hábitos, onde ‘toda atividade humana está sujeita ao hábito. Qualquer ação

frequentemente repetida torna-se moldada em um padrão que pode, em seguida, ser reproduzido'. Nesse sentido, os valores e crenças ou ainda as ações habituais e significados comuns que permeiam a organização, podem existir ou serem formados ao longo do processo de institucionalização. (GUIMARÃES, 2007b, p. 19).

Para Guimarães (2007b, p. 19), a definição de um padrão institucional, fruto das inter-relações estabelecidas entre os funcionários de uma determinada organização, pode ser observada, de forma implícita, na rotina dos próprios funcionários. “O valor ou crença tomado como verdadeiro, ou aceito pelo funcionário passa a fazer parte da vida organizacional e pode dificultar a internalização de novos valores advindos de processos de mudança e amadurecimento institucional”.

Quando se deseja inserir novos valores em uma instituição, muitas vezes, esses podem encontrar dificuldade de aceitação e entendimento por parte dos funcionários. Segundo Johann (2006, p. 43 apud GUIMARÃES, 2007b, p. 19), esses novos valores “não conseguem ser devidamente internalizados porque se contrapõem aos elementos já solidificados, muitas vezes inconscientemente, na respectiva cultura organizacional”.

De acordo com Guimarães (2007b, p. 20), mudar um valor significa sair de uma posição conhecida e aceita como satisfatória e adotar outra que nunca tinha sido cogitada e testada. Para que essa situação seja possível de ser concretizada, é necessário utilizar o conceito de “revalorização”:

Um programa de revalorização segundo Johann (2006) precisaria, primeiramente garantir a sensibilização da alta administração, onde poderiam ser diagnosticados quais valores culturais são incipientes na organização e que mereceriam ser melhor trabalhados e internalizados e também qual estilo de liderança poderia ser adotado para refletir a revitalização da cultura e do modelo de gestão que se pretende adotar. Na segunda fase, o objetivo seria modelar a cultura da empresa de forma planejada, a partir da pesquisa de clima organizacional e do diagnóstico das informações colhidas na primeira etapa. A ativação dos mecanismos de revalorização aconteceria em um terceiro momento no dia-a-dia da organização, por meio dos rituais corporativos, da atuação dos líderes como modelos sociais e de outros padrões comportamentais que passarão a existir. A mudança participativa e coletiva, formaria então a modelagem da nova cultura. (GUIMARÃES, 2007b, p. 20).

Robbins (2002, apud GUIMARÃES, 2007b, p. 20) afirma que o “comportamento individual pode não afetar o comportamento da organização, mas poderá afetar o comportamento do grupo, e este afetar o comportamento da organização”. Podemos deduzir que o comportamento organizacional é condicionado pelo comportamento dos grupos que compõem a estrutura geral, tendo como facilitador a comunicação. Um processo de comunicação conduzido de forma planejada pode contribuir sobremaneira para a transformação da realidade ambiental de uma instituição.

A comunicação deve facilitar o intercâmbio entre os grupos e a organização, por meio de ações que possam fortalecer essa interação e evitar resistências. Neste sentido, a

comunicação planejada e conduzida com o objetivo de transformar uma realidade, pode ser vista como um poder capaz de persuadir. Sobre o aspecto do poder da comunicação, Torquato (1992, p. 162 apud GUIMARÃES, 2007b, p. 21) afirma que:

Por meio da comunicação uma pessoa convence, persuade, atrai, muda ideias, influi, gera atitudes, desperta sentimentos, provoca expectativas e induz o comportamento. Por meio da comunicação uma organização estabelece uma tipologia de consentimento, formando congruência, equalização, homogeneização de ideias, integração de propósitos.

De acordo com Guimarães (2007b, p. 32), os profissionais que estão envolvidos diretamente com as questões ambientais devem dar os primeiros passos para despertar a consciência coletiva. Os atores sociais, sejam eles indivíduos representando instituições ou grupos envolvidos em causas coletivas, devem ser exemplos de condutas e procedimentos ambientalmente sustentáveis. Para tanto, a infraestrutura ambiental dos territórios sob responsabilidade desses atores devem apresentar coerência com o discurso empregado. Nesse aspecto, cabe às lideranças atuarem na constituição de um movimento coeso e com força suficiente para intervir na realidade. Essa força seria resultante de uma sinergia alcançada pela união indissolúvel do conjunto de valores e crenças dos indivíduos, grupos e instituições como um todo.

Sinergia é a força resultante de um movimento conjunto que se produz por uma intenção e ação coletiva, concentrada em objetivos comuns e no ritmo de um conjunto orgânico, gerando um fenômeno qualitativamente superior do que se tivesse sido produzido por uma soma de esforços individualizados. (GUIMARÃES, 2005, p. 133).

A importância das pessoas nos processos de transformação social pode ser dimensionada a partir do significado de algumas frases do educador Paulo Freire: “A educação não muda o mundo. A educação muda as pessoas. As pessoas mudam o mundo”. Nessa perspectiva, considerando que as instituições são formadas e guiadas por pessoas, é correto conjecturar que suas estruturas somente mudarão se as pessoas mudarem. Sem haver interferência de pessoas convictas da necessidade de adoção de ações ambientalmente sustentáveis, nenhuma mudança estrutural ocorrerá em qualquer lugar que seja. (VIEZZER, 2007, p. 82).

Viezzer (2007, p. 88) destaca a relevância do diálogo para a efetivação da EA:

(...) diálogo entre pessoas e atores sociais é a ‘tecnologia de ponta’ da EA. Mas esta atuação sinérgica não brota espontaneamente; ela se constrói e se alimenta em processos de aprendizagem constante que carregam consigo implicações político-pedagógicas, jurídicas, administrativas, financeiras, coletivas e pessoais.

Após essa ampla revisão teórica a respeito das implicações existentes entre indivíduo e sociedade em busca das mudanças culturais necessárias para se atingir o DS, procuramos

afunilar essa reflexão à guisa de um norte para a compreensão do papel da GA como subsídio ao processo de EA. O eixo das preocupações ambientais deve ser ajustado de forma mais equânime, focando no indivíduo e no coletivo. Também deve ser equalizada a preocupação humana entre o curto e longo prazo. Dessa forma surgirá uma “conjuntura cultural favorável para a criação de espaços políticos de negociação que não fiquem emperrados no conflito socioambiental explícito.” (LAYRARGUES, 2000, p. 138).

De acordo com Philippi Júnior et al. (1999, p. 28),

Tomar consciência da realidade e da complexidade do meio ambiente é fundamental para o exercício da ação transformadora para a qual estão chamados os cidadãos e a sociedade. Porque um meio de exercer, de levar para a prática esta consciência, se faz através de ações como cobrar o cumprimento de suas obrigações aos que exercem cargos e funções públicas, cobrar a responsabilidade social dos empreendedores e empresas, e também exigir dos outros cidadãos a participação em ações que visem ao bem comum.

A EA deve contemplar tanto o indivíduo como o coletivo, numa relação de retroalimentação. Um processo educativo permanente, contínuo, transdisciplinar, integral e holístico deve ser desenvolvido por todos os atores representativos da sociedade, considerando essas duas vertentes. A informação, a comunicação, o conhecimento, o desenvolvimento de habilidades e competências, a formação de valores e atitudes somente alcançarão o nível desejado quando houver, por parte da sociedade, o reconhecimento da importância da EA e da GA, enquanto processos dinâmicos e indissociáveis necessários ao DS.

2.5- O Município como território da práxis educativa

A partir da promulgação da Constituição de 1988 (artigo 182), os municípios passaram a ter competência legal para realizar o controle e a GA em seus respectivos territórios. Essa base legal foi determinante para a elaboração das Leis Orgânicas Municipais, dos Planos Diretores e de todo um arcabouço legal voltado para as questões ambientais nos Municípios. Esse conjunto de normas ambientais, aos poucos, está sendo implementado nos mais de 5.500 municípios brasileiros. Deve ser destacado que o ritmo de efetivação desta estrutura legal ocorre de forma desigual de acordo com as realidades locais. (SIRKÍS, 1999, p. 169).

Posteriormente, com a criação da lei federal nº 9.795/99, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, o Município passa a ter uma relevância especial em relação à educação não-formal. A educação formal apresenta toda uma característica própria em relação ao trabalho cotidiano nas escolas, por meio do desenvolvimento do Projeto Político

Pedagógico (PPP), que tem a questão ambiental inserida como tema transversal. Nesse sentido, os entes federativos (União, Estado, Município) devem trabalhar a EA conforme suas prerrogativas administrativas e de acordo com os diversos níveis de ensino e realidades locais.

Para trabalhar a EA na educação não-formal, o Município representa uma instância apropriada, haja vista sua proximidade com o público alvo, ou seja, a comunidade representada por seus diferentes segmentos e arranjos sociais, legais, políticos e culturais. O parágrafo único, do artigo 13, da lei federal nº 9.795/99, determina que o Poder Público, em níveis federal, estadual e municipal, incentivará:

- I - a difusão, por intermédio dos meios de comunicação de massa em espaços nobres, de programas e campanhas educativas e informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente;
- II - a ampla participação da escola, da universidade e de ONG's na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à educação ambiental não-formal;
- III - a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de programas de EA em parceria com a escola, a universidade e as ONG's;
- VI - a sensibilização ambiental dos agricultores. (BRASIL, 1999).

Como pode ser observado no texto da lei, cabe ao Município incentivar a difusão de informações, a participação de instituições escolares, ONG's e empresas na elaboração e desenvolvimento de programas de EA. O artigo 16 da referida lei indica que os Municípios “na esfera de sua competência e nas áreas de sua jurisdição, definirão diretrizes, normas e critérios para a EA, respeitados os princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental”. Portanto, é nesta escala de abordagem que a EA necessita de ações práticas que possibilitem sua materialização nos territórios em benefício das comunidades locais. (BRASIL, 1999).

No intuito de cumprir as recomendações legais de nível federal e estadual, os Municípios necessitam de se estruturar no âmbito legal e técnico-administrativo. O Município de Uberlândia possui uma vasta legislação que contempla os aspectos ambientais de uma forma abrangente, incluindo a EA.

A Lei Orgânica Municipal determina no inciso III do artigo 202:

para assegurar a efetividade de direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e saudável, incumbe ao Poder Público Municipal promover a EA em todos os níveis de ensino e campanhas para disseminar as informações necessárias à conscientização pública para a preservação, conservação e recuperação do meio ambiente. (UBERLÂNDIA, 1990).

O Plano Diretor do Município de Uberlândia apresenta uma série de diretrizes ambientais destacando ações específicas de EA. Dentre estas diretrizes, podemos destacar a necessidade de fortalecer programas de EA nas áreas rural e urbana; promover campanhas

educativas e políticas públicas voltadas para a gestão do lixo; integrar às escolas municipais rurais recursos e ações pedagógicas de EA. (UBERLÂNDIA, 2006).

Segundo Sirkís (1999, p. 30), o poder local não é representado somente pelo poder público municipal (prefeituras e câmaras municipais). No plano local, ele é constituído por um conjunto de “governança e de governabilidade” que se estabelecem no dia-a-dia, sob o protagonismo das instituições municipais. Cabe ao poder público municipal interagir com os diversos segmentos da sociedade civil organizada, com as instituições privadas e com os órgãos públicos estaduais e federais que têm capacidade de influenciar ações de EA.

Souza (2010, p. 48-49), utilizando dados do IBGE do ano de 2008, afirma que nem todos os municípios brasileiros possuem estrutura técnico-administrativa específica para atuar na área ambiental. Do total, somente 16,3% indicaram possuir secretaria específica de meio ambiente. 54,8% informaram que o setor municipal de meio ambiente é associado a outras áreas da administração, enquanto 28,9% declararam possuir setores com importância secundária, como departamentos, assessorias etc.

Esses dados demonstram como a questão ambiental está sendo tratada no país no âmbito dos municípios. Sem uma estrutura de GA adequada, certamente os resultados das ações de EA serão comprometidas. Sirkís (1999, p. 173) enfatiza que uma das condições básicas para que uma GA seja bem sucedida em um Município é o interesse político do prefeito. O referido autor destaca que a GA não pode ficar restrita aos ambientalistas que trabalham na administração municipal, precisa ser uma meta de governo e, também, estabelecer parcerias com o governo estadual, os órgãos federais, com as empresas e grupos sociais organizados.

Esta segunda tarefa é um desafio político, no bom sentido da palavra. Onde a política assume sua função mais positiva: a de organizar as pessoas para melhorar as coisas. A GA municipal não deve excluir competências e responsabilidades federais e estaduais. Poucos municípios já dispõem de uma GA consolidada e dotada dos recursos mínimos necessários. (SIRKÍS, 1999, p. 173).

Sirkís (1999, p. 175-176) afirma que não basta haver um órgão ambiental local para que a GA funcione. Para que haja resultados positivos, é necessário o envolvimento de todo o conjunto da administração municipal, comprometimento com o processo de GA para além do simples cumprimento de exigências legais. Esse autor sugere, como uma estrutura ambiental apropriada, a existência de uma secretaria, um conselho de meio ambiente e um fundo municipal de meio ambiente. Essa estrutura deveria atuar de forma estreita com os setores de urbanismo, obras, transporte e defesa civil. O importante, em última instância, seria uma

estrutura que permitisse o desenvolvimento de um trabalho integrado e comprometido com a qualidade ambiental.

O mais importante seria a administração municipal agir de forma exemplar, ou seja, adotar procedimentos ambientalmente adequados, em todos os seus segmentos de trabalho, de modo a constituir-se em exemplo a ser seguido pelos cidadãos e instituições. Mesmo sabendo que chegar a esse nível não é uma tarefa fácil, cabe às lideranças municipais definir valores e objetivos ambientais claros e comprometer-se a implementar políticas ambientais com metas mensuráveis e de conhecimento de toda a população. (SIRKÍS, 1999, p. 197).

É no âmbito dos municípios que as ações de EA são efetivadas. Para isso, é importante que as municipalidades se organizem tecnicamente e definam as melhores estratégias para o desenvolvimento das ações práticas. O planejamento ambiental, o processo de licenciamento, o sistema de controle e fiscalização e um programa de EA representam questões de mais alta importância em uma administração municipal que esteja comprometida com a causa ambiental. “Para assumir as políticas ambientais em nível local, os municípios têm que se estruturar e capacitar-se técnica e gerencialmente” (PHILIPPI JÚNIOR et al., 1999, p. 30).

Para Philippi Júnior et al. (1999, p. 32), a estruturação de um sistema de gestão ambiental (SGA), no nível municipal, apresenta uma série de dificuldades. Geralmente, as estruturas e recursos não atendem as necessidades básicas no setor ambiental, que é criado mais por exigência legal ou pressão política de grupos ambientalistas. Outro problema refere-se à falta de capacidade técnica do pessoal responsável pela execução e análise de estudos ambientais e projetos em geral. Um terceiro problema é a falta de integração entre as secretarias e setores de governo. A pasta ambiental fica à margem das decisões importantes. Finalmente há o problema de conflitos com outras instâncias de governo (estadual e federal), principalmente em cidades maiores, onde falta definição mais clara de áreas de atuação e interesse.

Assim, cada município, pela ação legítima do Poder Público local, deve preocupar-se em instituir o Sistema Municipal do Meio Ambiente, considerando como conjunto de estrutura organizacional, diretrizes normativas e operacionais, implementação de ações gerenciais, relações institucionais e interação com a comunidade. (PHILIPPI JÚNIOR et al., 1999, p. 34).

A EA é um dos principais conjuntos de ações que um sistema de gestão ambiental municipal deve implementar. Uma das condições para que a EA funcione efetivamente é trabalhar de forma transversal envolvendo todas as ações dos demais conjuntos (PHILIPPI JÚNIOR et al., 1999, p. 50). Esse autor destaca a importância do prefeito municipal, por meio de seu incondicional comprometimento com a causa ambiental, elaborar um “programa de

‘ecologização’ da administração pública como um primeiro passo para a conscientização a respeito da seriedade com que deve ser tratada a questão ambiental.” (PHILIPPI JÚNIOR et al., 1999, p. 128).

Segundo Gugelmin et al. (2003, p. 346), é comum, a cada quatro anos, ocorrer a renovação de quadros técnicos das prefeituras em razão da mudança do governante que sempre promove alterações na estrutura interna de poder. Essa situação corriqueira nas administrações públicas no Brasil é responsável pelo comprometimento da continuidade de projetos e programas ambientais. A “complexidade e multicausalidade dos problemas socioambientais urbanos prescinde de um compromisso social amplo, que imponha uma continuidade administrativa e o aprimoramento progressivo no desenvolvimento de programas e políticas públicas específicas (...)” (BEVILAQUA, 2007, p. 40).

(...) passados mais de um quarto de século, desde a promulgação da Política Nacional de Meio Ambiente, nota-se que o modelo idealizado não se viabilizou na maioria dos municípios brasileiros. A despeito da ênfase do SISNAMA para o fortalecimento da GA local, os municípios, de um modo geral, não estão adequadamente estruturados nem capacitados para desenvolver plenamente a GA no âmbito de seu território. Falta-lhes estruturação administrativa, suficiência orçamentária, autonomia, competência gerencial e comprometimento político para a efetiva articulação integrada, cooperativa e horizontalizada, que se espera do SISNAMA. (BEVILAQUA, 2007, p. 42-43).

Bevilaqua (2007, p. 116) defende a adoção de modelos adequados de GA, que sejam integrados e democráticos. Para ele, a GA no âmbito municipal, ainda é incipiente e necessita do empenho e do comprometimento dos administradores.

A Agenda 21 local surge como uma alternativa para as municipalidades implementarem um SGA que atenda os princípios de sustentabilidade, conceito difundido e perseguido nas últimas décadas. A Agenda 21 é considerada como instrumento de planejamento e a escala local como o nível indicado para a efetivação de ações práticas com vistas à consolidação das mudanças globais proclamadas pela sociedade.

A Agenda 21 local é a proposta de implantação, por meio de ações concretas no plano local, dos princípios centrais da Agenda 21, a fim de alcançar o DS, isto é, um modelo de desenvolvimento em que crescimento econômico e preservação do meio ambiente não sejam contraditórios, mas complementares. Além disso, parte do princípio de que qualquer mudança, qualquer transformação nas formas de relação das sociedades humanas com seu meio ambiente comum, só é efetiva se partir do plano local e se traduzir em ações concretas, envolvendo os ‘atores sociais locais’, com ‘metas, recursos e responsabilidades definidas’. Supõe, portanto, que o local, por um lado, é o nível em que as ‘relações sociais efetivamente ocorrem’ e, por outro, é um pedaço do global. (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2006, p. 37).

De acordo com Brasil (1997, p. 474), as autoridades locais devem aprovar uma “Agenda 21 local”, como consequência de um processo de diálogo estabelecido com os cidadãos, grupos comunitários organizados e empresas. A partir da participação e

envolvimento dos segmentos organizados, devem ser formuladas as estratégias, os programas, as políticas e os regulamentos para o cumprimento dos objetivos definidos para a Agenda 21, que terá como norte a busca do DS. “Até 1996, a maioria das autoridades locais de cada país deve realizar um processo de consultas a suas populações e alcançar um consenso sobre uma ‘Agenda 21 local’ para a comunidade.” (BRASIL, 1997, p. 473). Até a presente data (2015), o Município de Uberlândia ainda não iniciou seu processo de construção da Agenda 21 local.

Alguns princípios do documento intitulado Carta da Terra (ONG’s, 2000), elaborado por representantes de ONG’s ao longo da década de 90, enaltecem a relevância do nível local para a consecução do DS. Um desses princípios trata de fortalecer as comunidades locais, de forma que possam cuidar de seus próprios ambientes e atribuir aos níveis governamentais pertinentes (no caso, o local) as responsabilidades ambientais para que as cumpram de maneira efetiva. Um segundo princípio afirma que todo indivíduo, família, organização e comunidade tem um papel importante a cumprir. Da mesma forma que as artes, ciências, religiões, instituições educativas, meios de comunicação, empresas, ONG’s e governos podem constituir lideranças criativas. As parcerias entre essas instâncias são consideradas imprescindíveis.

Quando nos referimos ao Município como território da práxis educativa, estamos enaltecendo sua relevância estratégica para a EA, considerando que as estruturas de GA, quando existentes e funcionando de forma efetiva, podem impulsionar ações, projetos, programas e demandas locais. O trabalho de EA e GA no âmbito dos municípios deve ser efetivado a partir dos atores sociais e da ação cidadã (indivíduo). “Ação local ou ação cidadã consiste numa forma de atuação em nível local constituída pela iniciativa autônoma da sociedade civil.” (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2006, p. 46). Atores (ou agentes sociais) “são todos os cidadãos que integram a chamada sociedade civil: trabalhadores, membros de comunidades, associações, sindicatos, ONGs, líderes comunitários e líderes empresariais, entre outros.” (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2006, p. 48).

De acordo com Jorge (2004, p. 751), é no “município que o quadro das necessidades da população emerge diretamente, pois é nesse espaço que transcorre a existência, isto é, as condições de produção e reprodução da força de trabalho”. O poder local é resultante de uma série de relações que se estabelecem entre os atores sociais na vida cotidiana. (SIRKÍIS, 1999, p. 30). É necessário um agente responsável pelo estabelecimento de um equilíbrio entre as demandas, que nem sempre se apresentam harmoniosas. Os conflitos eventualmente surgidos nas comunidades devem ser mediados pelo poder público, levando-se em consideração suas prerrogativas legais e amplo conhecimento das demandas locais.

Vale lembrar que os municípios têm obrigações legais para com a EA. Essas obrigações, originárias da Constituição Brasileira de 1988 que deflagrou um processo de descentralização política, também concedeu aos municípios uma grande autonomia no trato das questões ambientais locais. (PHILIPPI JÚNIOR; COIMBRA; PELICIONI, 2002, p. 327).

Cada município tem, portanto, abertas as portas para tomar em suas mãos a defesa de seu patrimônio, natural ou cultural, e do bem-estar de seus cidadãos; entretanto, para chegar a isto, ele necessita capacitar-se, preparar-se, e enfrentar os conflitos que gera a tomada de posição em relação a um tema abrangente e pouco conhecido – como é a questão ambiental. (PHILIPPI JÚNIOR et al., 1999, p. 21).

O Município, como ente federativo autônomo e integrante do SISNAMA, tem uma responsabilidade ímpar de organizar-se e assumir atribuições referentes à GA das questões locais. “Devem os municípios, sob esta ótica, responsabilizar-se pela avaliação e pelo estabelecimento de normas, critérios e padrões relativos ao controle e manutenção da qualidade ambiental em seu território.” (PHILIPPI JÚNIOR et al., 1999, p. 113).

Ambientalistas também defendem o “local” como a escala mais indicada para o desenvolvimento das ações ambientais. O conhecido slogan “pensar globalmente, agir localmente”³ representa bem essa ideia. A defesa das ações no nível municipal pode ser observada através dos seguintes argumentos: um governo mais sensível (próximo) às demandas e interesses locais favorece a tomada de decisões mais eficazes; menor concentração e centralização do poder é positivo para a sociedade; mais chances de participação popular nas decisões. Mas nem tudo é favorável. A falta de integração entre os municípios e também o fato de o “município nem sempre ser a escala mais apropriada para a ação econômica, social e política são argumentos comumente usados para justificar a necessidade de ações em âmbito estadual ou nacional.” (SOUZA et al., 2003, p. 65).

Parece não haver dúvidas de que os caminhos para o DS dependem do fortalecimento das possibilidades de ação dos municípios. Esse processo, contudo, desafia, de maneira radical, as práticas ambientais, sociais e econômicas tradicionais e vigentes tanto na esfera nacional como na internacional. Ainda não se pode dizer se as autoridades municipais estão prontas para essa mudança. O que está claro, porém, é que alguns municípios já começam a trilhar esse caminho e que a governança local tornar-se-á um dos mais importantes mecanismos de inovação democrática e ambiental. (SOUZA et al., 2003, p. 87-88).

Leff (2004, p. 340) afirma que o “lugar é o território onde a sustentabilidade se enraíza em bases ecológicas e identidades culturais. É o espaço social onde os atores sociais exercem seu poder para controlar a degradação ambiental e para mobilizar potenciais ambientais”.

O município é território do cotidiano, é onde a vida acontece, é onde os impactos são percebidos. É também no município que os governantes e autoridades são reais e mais acessíveis, o que torna a tomada de decisão mais próxima do cidadão e

³ Termo cunhado pelo sociólogo alemão Ulrich Beck.

possibilita a emersão de um processo decisório mais democrático e legítimo. (BEVILAQUA, 2007, p. 117).

Após realizarmos esse levantamento teórico a respeito da visão que autores consagrados possuem sobre a importância do Município como território da práxis educativa, não temos dúvida de que essa pesquisa trilha um caminho seguro e pertinente. O Município representa a escala geográfica e o *locus* adequado para a efetivação das ações de EA e o processo de GA que lhe garantirá continuidade, perenidade, transversalidade e eficácia. A seguir, analisamos a situação do Município de Uberlândia em relação a seu histórico de institucionalização da EA e da GA.

2.6- Histórico da Política Ambiental no Município de Uberlândia

A partir dos anos 1950, Uberlândia conheceu um crescimento urbano acelerado, com aumento de novos loteamentos, aumento de infraestrutura básica, surgimento de várias fábricas, indústrias, clubes e bares. Tudo isso contribuiu para a alteração rápida e marcante da paisagem natural da cidade. Quando o crescimento é lento, essas alterações também são lentas e não agredem muito o ambiente. Mas, em épocas de crescimento acelerado, as alterações na paisagem urbana ocorreram de forma bastante acelerada. (MENDONÇA, 2000, p. 54-55).

O Município de Uberlândia passou por grandes mudanças ao longo das últimas décadas. De acordo com dados do IBGE (2015), 97,5% da população vive na área urbana. A ocorrência dessas mudanças, que alteram profundamente o dia a dia das pessoas, trouxe grandes benefícios e também grandes problemas, entre os quais se destacam os de caráter ambiental.

Da mesma forma que nos níveis federal e estadual, o Município de Uberlândia iniciou a formulação de políticas ambientais, de maneira mais contundente, somente a partir da década de 1980. Anteriormente a esta década, apenas ações pontuais sobre temas específicos eram implementadas, sem considerar o meio ambiente como um sistema complexo e altamente susceptível às ações antrópicas. Já não era possível compatibilizar o crescimento da cidade com a falta de uma estrutura técnica/administrativa e legal que subsidiasse as ações em prol da conservação do meio ambiente local. (MENDONÇA, 2000 p. 53).

A criação de uma estrutura administrativa específica para tratar das questões ambientais em Uberlândia ocorreu com a criação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA), conforme indica Mendonça (2000, p. 57):

No ano de 1985, após um longo trabalho realizado junto à Câmara Municipal e à população, foi enviado à Câmara o projeto de criação da Secretaria de Meio Ambiente. Surgido de inúmeras discussões envolvendo pessoas da comunidade, da Universidade e da própria administração municipal, este projeto foi aprovado por unanimidade pela Câmara de vereadores por meio da lei nº 4.289, de 23/12/85, que instituiu também o CODEMA, que atuava como um órgão consultivo da Secretaria.

Dentro da estrutura organizacional da SMMA, havia a Seção de Educação Ambiental, cujo objetivo maior, após a elaboração e aprovação da Lei Ambiental Municipal, foi a sua divulgação junto à sociedade civil. Cursos de capacitação técnica eram oferecidos aos profissionais da Secretaria, além de ter sido produzido grande volume de material didático. (MENDONÇA, 2000, p. 58).

Em sua dissertação de mestrado, Mendonça (2000) realiza entrevista com representantes dos órgãos públicos de GA municipais. Dentre as questões abordadas nas entrevistas, estão as dificuldades enfrentadas pelos órgãos ambientais. A EA é uma das várias questões apontadas pelos entrevistados. Problemas correlatos à EA, e que continuam sendo obstáculo para a efetivação de ações educativas na atualidade, na década de 1990, já mereciam destaque.

Dentre os principais problemas citados no trabalho de Mendonça (2000), merecem destaques a falta de integração entre os órgãos, falta de sensibilização do meio político para com as questões ambientais, falta de conscientização da população, pouca participação da sociedade na defesa do meio ambiente, escassez de recursos financeiros e descumprimento da legislação ambiental.

Em relação à legislação, propriamente dita, um dos entrevistados de Mendonça (2000, p. 95) afirma que a “legislação é boa, falta é consciência da população e mais fiscalização. Fiscalização não punitiva, mas educativa”. Outro representante de órgão público entrevistado afirma:

(...) com mais um pouco de educação ambiental, um pouco mais de boa vontade do cidadão, um pouco mais de exercício de cidadania. Estes seriam os complementos para os princípios legais. Porque a lei por si só não faz sentido, ela não produz nada. É necessário que haja interveniência das pessoas, que haja vontade. Então eu acho que o grande problema dos danos, punição e dos grandes problemas ambientais tem muito mais a ver com questão de educação ambiental, de princípios de formação humana, do que do aspecto legal. (MENDONÇA, 2000, p. 95).

Em relação às principais ações e projetos de EA desenvolvidos por esses órgãos, a maioria dos entrevistados citou a realização de palestras e ações pontuais desenvolvidas em eventos promovidos em datas comemorativas, como distribuição e plantio de mudas de árvores, distribuição de panfletos e cartilhas. Merece destaque o Projeto denominado BEMTIVERDE. Esse projeto de EA era desenvolvido nas escolas através de parceria

estabelecida entre diversos órgãos ambientais do município. Teve início em 1996 e completava o seu quarto ano em 2000. (MENDONÇA, 2000, p. 106).

De acordo com Mendonça (2000, p. 64), o quadro evolutivo das ações de EA desenvolvidas pela SMMA, desde sua criação em 1985, não tem alcançado o nível de investimento necessário para atender as demandas existentes.

Mendonça (2000, p. 80) afirma que o Município de Uberlândia é privilegiado em razão de possuir órgãos específicos de meio ambiente, tanto na esfera municipal, quanto estadual e federal. Em nível municipal, existem a SMMA e o Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente. No âmbito estadual, sedia a 9ª Companhia de Polícia Militar Independente de Meio Ambiente e Trânsito Rodoviário de Minas Gerais, escritórios Local e Regional do Instituto Estadual de Floresta (IEF) e uma Curadoria de Meio Ambiente, que é representada pela 10ª Promotoria de Justiça. Em nível federal, Uberlândia sedia um escritório Regional do IBAMA. Desde 2003, podemos acrescentar a esta lista de órgãos públicos de GA, a Superintendência Regional de Meio Ambiente do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (SUPRAM).

Segundo Mendonça (2000, p. 108), o problema mais citado pelos entrevistados diz respeito à falta de integração entre os órgãos ambientais, uma vez que as atuações geralmente ocorrem isoladamente, inexistindo uma ação sistemática estabelecida entre os órgãos.

Em relação às ações a serem implementadas para melhorar a GA em Uberlândia, as questões mais levantadas foram: aumento do número de funcionários, mais recursos em equipamentos e orçamento, que os órgãos tenham suas atribuições definidas evitando conflitos de competência entre os mesmos e dinamização no processo de integração entre os órgãos. O segundo problema mais indicado é a falta de consciência da população que, talvez, seja a causa dos demais problemas descritos. (MENDONÇA, 2000, p. 109).

Conforme observado, o Município de Uberlândia conta com vários órgãos públicos específicos para lidar com as questões ambientais. A maioria tem dedicado sua atenção aos processos relacionados ao licenciamento ambiental. A estrutura técnica e administrativa desses órgãos apresenta uma forte orientação para desenvolver ações burocráticas e de fiscalização, tendo em vista as demandas dos processos de regularização ambiental, amplamente formalizadas a partir do início do século XXI.

A pesquisa bibliográfica não evidenciou a existência de um trabalho significativo, por parte desses órgãos, em relação à EA no âmbito do Município de Uberlândia. Apesar de haver uma grande produção de informações e dados a respeito de diversos aspectos ambientais do Município (uso e ocupação do solo, recursos hídricos, unidades de conservação, resíduos

sólidos, etc), a EA continua à margem, exigindo das instituições representativas da sociedade uberlandense maior dedicação a essa temática.

2.7- Escola e professor

Quando se houve falar em EA, parece que as pessoas logo pensam no trabalho desenvolvido pelas escolas. E quando nos remetemos à escola, para analisar o que tem sido realizado de ações educativas voltadas para o meio ambiente, logo nos deparamos com algum professor bem intencionado e disposto a desenvolver projetos de EA. Obviamente que essas considerações não representam a realidade das instituições escolares brasileiras, mas certamente inúmeras situações como esta podem ser perfeitamente encontradas sem grande esforço.

A importância da escola e do professor para a EA está no fato de constituírem o *lócus* de desenvolvimento da educação formal, cuja regulamentação legal determina que o tema meio ambiente, na prática tratado, muitas vezes, como EA, deve ser inserido no projeto político pedagógico das instituições educacionais. São diversos os dispositivos legais que dispõem sobre a EA no ensino formal no Brasil. A seguir, apresentamos uma descrição sucinta a respeito desta questão legal que norteia o trabalho desenvolvido pelas instituições escolares.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, promulgada no ano de 1996, em seu parágrafo 7º do artigo 26, determina que “os currículos do ensino fundamental e médio devem incluir os princípios da proteção e defesa civil e a educação ambiental de forma integrada aos conteúdos obrigatórios.” (BRASIL, 1996).

No ano de 1998, o governo federal lançou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) com o objetivo de constituir-se referência para o sistema de ensino brasileiro no tocante à elaboração e à execução dos projetos pedagógicos das instituições escolares. Nos PCN's, o tema “meio ambiente” e outros considerados relevantes para o momento histórico em que vivemos, foram integrados às disciplinas. Esse tema deve ser trabalhado pelos professores de forma transversal, de modo que perpassa toda a “prática educativa e, ao mesmo tempo, crie uma visão global e abrangente da questão ambiental, visualizando os aspectos físicos e histórico-sociais, assim como as articulações entre a escala local e planetária desses problemas.” (BRASIL, 2008, p. 193).

O objetivo maior dessa concepção pedagógica introduzida pelos PCN's, através dos temas transversais, seria propiciar aos profissionais da educação aproximar-se da realidade e

retirar as disciplinas curriculares do isolamento que historicamente convivem na práxis educativa. A transversalidade, entendida como uma nova forma de abordagem dos conteúdos, estimularia os professores e especialistas da educação a estabelecerem outras relações entre alunos, entre professores e alunos e entre escola e comunidade. A partir do trabalho do tema meio ambiente, de forma transversal, seriam criadas as condições para a incorporação de novos procedimentos, atitudes e valores que levem em consideração a realidade local. (BRASIL, 2001b, p. 12).

Um dos objetivos principais dos Parâmetros em Ação do tema transversal Meio Ambiente é introduzir formas de incorporar a questão ambiental à prática cotidiana da escola, evitando um tratamento apenas excepcional e externo, associado a datas comemorativas e festivas, desarticulado dos conteúdos das áreas de conhecimento e do convívio escolar, bem como da relação da escola com a comunidade em que está inserida. O objetivo é integrá-lo ao projeto educativo da escola. (BRASIL, 2001b, p. 12).

Carvalho (2005, p. 59-60) faz uma interessante reflexão a respeito desse desafio colocado pelos PCN's, especificamente, da condição de transversalidade do tema Meio Ambiente, para a prática escolar. Segundo a autora, essa proposta da transversalidade para a temática ambiental no ambiente escolar já vem sendo defendida pelos educadores ambientais há muito tempo. Sua preocupação refere-se à forma como a prática da transversalidade vai ser inserida em um ambiente tão refratário às mudanças, como é uma instituição escolar. É de conhecimento de todos que a estrutura curricular do sistema de ensino brasileiro é muito tradicional e hermética.

Diante desta realidade, a autora questiona se as propostas inovadoras apresentadas pelos PCN's seriam capazes de romper a "lógica segmentada do currículo" e dar vida à transversalidade enquanto movimento dinâmico e revigorador da EA no ambiente escolar. Essa autora adverte: "diante de um projeto tão ambicioso, o risco é o da paralisia diante do impasse do tudo ou nada: ou mudar todas as coisas ou permanecer à margem, sem construir mediações adequadas." (CARVALHO, 2005, p. 59-60).

Outro autor, que manifesta preocupação com a dificuldade de introduzir um processo interdisciplinar no ambiente escolar, é Tristão (2008). Sobre essa questão afirma:

Suprimir as hierarquias conceituais entre e dentro das disciplinas fica difícil diante de uma educação formatada nos moldes das disciplinas convencionais. A disciplinaridade requer um ordenamento dos conteúdos, uma sequência convencionalmente estabelecida e introjetada nas subjetividades, de tal forma que se torna um desafio pensar a partir da desordem ou de outro tipo de ordenamento que não seja linear. Portanto, está aí a dificuldade de se introduzir a educação ambiental. Ela entra como atividade não-linear do conhecimento. (TRISTÃO, 2008, p. 142).

Guimarães (2005, p. 37-38) apresenta outra questão relevante que envolve a fragilidade da EA como prática pedagógica no ambiente escolar. Para ele, há carência na

formação dos educadores ambientais, faltam fóruns de discussões sobre EA na sociedade, é pequena a produção acadêmica voltada para a dimensão acadêmica e faltam materiais didáticos para uso no cotidiano escolar.

Conforme as referências dos PCN's e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a EA na escola tem por objetivo formar cidadãos críticos em relação à problemática ambiental. Espera-se que esses cidadãos tenham plenas condições de compreender a realidade vivida e se comprometam com o coletivo e com as questões globais, participando e envolvendo-se com as demandas do cotidiano de sua comunidade. (BRASIL, 2001c, p. 103).

A principal lei brasileira que trata da EA é a lei federal nº 9.795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Em seu artigo 2º a EA é apresentada como um “componente essencial e permanente da EA, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”. Mais adiante, no artigo 3º, esse instrumento normativo indica que “todos têm direito à EA, incumbindo às instituições educativas, promover a EA de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem.” (BRASIL, 1999).

A lei federal nº 9.795/99 determina, no artigo 8º, que as atividades inerentes a esse instrumento legal devem ser desenvolvidas na educação em geral e na educação escolar através de diversas linhas de atuação inter-relacionadas, destacando: capacitação de recursos humanos; desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações; produção e divulgação de material educativo; acompanhamento e avaliação. (BRASIL, 1999).

Outro aspecto importante definido pela lei que institui a Política Nacional de Educação Ambiental é a determinação de que seja uma “prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal”. No entanto, uma ressalva é feita em relação à forma como a EA deve ser trabalhada nas escolas. O inciso 1º do artigo 10 determina que a “EA não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino”. A referida lei também recomenda que a dimensão ambiental deva constar nos currículos de formação de professores e reza que os professores em atividade devam receber formação complementar em suas áreas de atuação. (BRASIL, 1999).

Completados 16 anos da promulgação da lei federal nº 9.795/99, observa-se pelas escolas públicas e privadas, de maneira geral, que a EA ainda representa um grande desafio para os profissionais da educação. Faz-se necessário compreender as concepções teóricas e adotar estratégias que gerem resultados exitosos. O desafio está posto. Resta aos profissionais, que militam na área da educação e na área ambiental, arregaçar as mangas e enfrentar essa tarefa de grande relevância para a sociedade.

A resolução nº 02 do CNE faz complementações legais necessárias à viabilização da execução, por parte do sistema de ensino brasileiro, das ações de EA em consonância com os princípios e objetivos definidos pelo arcabouço legal instituído. Em seu artigo 8º, a referida resolução define que a “EA (...) deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada e interdisciplinar contínua e permanente em todas as fases, etapas, níveis e modalidades (...)”. No inciso V do artigo 14, o texto legal indica que a “EA deve contemplar estímulo à constituição de instituições de ensino como espaços educadores sustentáveis, integrando proposta curricular, gestão democrática, edificações, tornando-as referências de sustentabilidade socioambiental.” (BRASIL, 2012).

Diante do exposto, observamos que a missão delegada à escola em relação a EA não é uma tarefa das mais fáceis. Além de inserir a EA como uma prática educativa em seu projeto pedagógico de forma interdisciplinar, contínua, permanente, em todos os níveis de ensino, as instituições escolares devem ser referência para a comunidade enquanto território de “sustentabilidade socioambiental”.

Em seu artigo 21, a resolução nº 02 do CNE determina:

Os sistemas de ensino devem promover as condições para que as instituições educacionais constituam-se em espaços educadores sustentáveis, com a intencionalidade de educar para a sustentabilidade socioambiental de suas comunidades integrando currículos, gestão e edificações em uma relação equilibrada com o meio ambiente, tornando-se referência para seu território. (BRASIL, 2012).

Diante do exposto nos documentos legais mencionados anteriormente, é possível observar que o Estado Brasileiro criou diversas referências norteadoras para o trabalho dos profissionais que se dedicam à EA, quer seja no ensino formal, como no ensino não-formal. Cabe a esses educadores e gestores ambientais colocarem em prática os princípios e objetivos definidos para a EA. Desde que surgiram os primeiros documentos e órgãos ambientais destinados a tratarem da questão ambiental no Brasil, a partir da década de 80 do século XX, muito esforço já foi despendido no intuito de consolidar as ações de EA pelo território brasileiro. As dificuldades são muitas e exigem empenho e comprometimento de todos no sentido de encontrar as melhores alternativas metodológicas que levem a uma práxis educativa de resultados.

A seguir, prosseguimos com as reflexões a respeito desses desafios enfrentados pela EA, com ênfase às concepções teóricas e práticas desenvolvidas no Brasil, a partir da consolidação do arcabouço legal e teórico produzido ao longo das últimas décadas.

Philippi Júnior e Pelicioni (2002, p. 03) lembram que a educação tem como princípio a “adesão voluntária”, isto é, “o indivíduo só incorpora aquilo em que acredita e que

corresponde a necessidades sentidas”. Assim, o papel do educador torna-se relevante, uma vez que deve proporcionar ao educando estímulos para que se motive e passe a agir da forma desejável.

O principal objetivo de se trabalhar o tema Meio Ambiente é contribuir para que as pessoas se tornem cidadãos conscientes e preparados para intervirem na realidade socioambiental, tanto na escala local, como na escala global. Assim, mais do que fornecer informações e conteúdos, a escola deve criar condições para que seus alunos adquiram atitudes, valores, habilidades e procedimentos condizentes com os pressupostos de uma sociedade democrática e que anseia por uma qualidade de vida, para as presentes e futuras gerações. “Comportamentos ‘ambientalmente corretos’ serão aprendidos na prática do dia-a-dia na escola: gestos de solidariedade, hábitos de higiene pessoal e dos diversos ambientes, participação em pequenas negociações podem ser exemplos disso.” (BRASIL, 2001c, p. 45).

O processo de EA incide ao mesmo tempo no individual e no coletivo e, no caso da escola, isto pressupõe também um aprendizado institucional, ou seja, seria necessário que a ‘instituição escola’ se submetesse a uma mudança de agenda e procedimentos burocráticos. Dessa forma, os elementos conceituais que orientam a EA poderiam estar no ‘núcleo duro’ da institucionalidade da educação como nos projetos político-pedagógicos e na gestão. Ao trabalhar com movimentos individuais e coletivos ao mesmo tempo, a EA torna-se um fenômeno político. (MENDONÇA, 2007, p. 47).

Mendonça (2007, p. 50) comenta um dos grandes obstáculos enfrentados pela EA no ambiente escolar, que é a necessidade de vencer os procedimentos burocráticos e as dificuldades de gestão. Não bastassem as questões administrativas, financeiras e pedagógicas, a EA se apresenta como uma nova abordagem para os gestores escolares. A EA crítica tem como um de seus princípios a participação na resolução de problemas socioambientais afetos à comunidade. “Trata-se de uma educação política que se aperfeiçoa quando praticada fora da escola.” (MENDONÇA, 2007, p. 50).

Apesar de todo o arsenal legal e teórico produzido nas últimas décadas e colocado à disposição dos educadores e gestores educacionais, a organização que prevalece em boa parte das instituições escolares brasileiras ainda continua sendo uma concepção tradicional de educação, em que o conhecimento é transmissão de informações, os conteúdos são recortes arbitrariamente selecionados e colocados para os alunos, professores são transmissores de dados e informações e alunos são meros assimiladores passivos. (VELOSO, 2007, p. 78).

Apesar dessa realidade ainda predominar no cenário educacional do país, iniciativas bem sucedidas ocorrem em diversas escolas. Mesmo sem a velocidade esperada, a EA vem se disseminando no ambiente escolar. Como a escola é reflexo da sociedade, é natural que acompanhe o ritmo de inserção da cultura ambiental entre os indivíduos e a coletividade.

Afinal de contas, uma escola é constituída de pessoas, que podem apresentar as mesmas carências de formação que um cidadão comum, considerando as condições de ensino às quais foram submetidas em um passado remoto. (GUIMARÃES, 2005, p. 27).

Segundo o Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), 94% das escolas do ensino fundamental, em 2004, diziam praticá-la (EA), seja por meio da inserção temática no currículo e projetos ou até mesmo em disciplina específica. Essa universalização é motivo para comemoração porque, em tese, esse direito estaria assegurado. Entretanto, isso não significa que ela está em sintonia com os objetivos e princípios da PNEA. Ainda é necessário qualificá-la, ampliando as pesquisas, os programas de formação de docentes e desenvolvendo indicadores para avaliação. (LIPAI; LAYRARGUES; PEDRO, 2007, p. 31).

Esses dados, apesar de passados 11 anos, representam um resultado alvissareiro para a EA em nível nacional. Praticamente estaria universalizada a inserção da EA nas escolas de ensino fundamental no Brasil. No entanto, o que precisa ser pesquisado e qualificado, conforme destacado pelos autores, são as condições em que essa EA é desenvolvida nas escolas e os resultados alcançados.

Moreira et al. (2011, p. 81) apresentam dados de outra pesquisa, conduzida pelo MEC no ano de 2005, contemplando o tema “o que fazem as escolas que dizem que fazem Educação Ambiental”:

- os projetos e atividades partiam, em sua maioria, da iniciativa isolada de um professor ou grupo de professores e não tinham ligação explícita com o Projeto Político Pedagógico da escola;
- as atividades eram desenvolvidas por meio de projetos pontuais ou se ligavam às disciplinas de Geografia e Ciências. Poucos professores se mostravam aptos a realizar o exercício da inter e da transdisciplinaridade;
- as atividades propostas visavam à conscientização dos alunos para determinados problemas ambientais e à sensibilização para o convívio com a natureza, ou seja, não tinham como objetivo explícito propor intervenções que modificassem substancialmente o dia a dia da escola e dos estudantes;
- o principal tema abordado naquele período foi o cuidado com a água.

O resultado da pesquisa apresentado anteriormente é muito elucidativo sobre a realidade da EA conduzida nas escolas brasileiras. Os trabalhos envolvem a participação voluntária de alguns professores, ações e projetos pontuais, conscientização e sensibilização dos alunos a respeito de alguma questão específica (no caso a água como tema mais abordado pelas escolas pesquisadas).

Tristão (2008, p. 128) corrobora essa análise ao afirmar que a EA nas práticas cotidianas das escolas resumem-se a alguma atividade desenvolvida no âmbito da disciplina de ciências, à comemoração de datas ecológicas e a visitas a parques. “É claro que essas atividades são importantes, quando contextualizadas e não soltas, desvinculadas, como algo que não se sabe muito bem onde encaixar”.

Andrade (2012, p. 110) apresenta dados de pesquisa de mestrado conduzida em uma escola pública em Minas Gerais destacando que as ações de EA acontecem de forma pontual. “Algumas vezes coletam ‘lixo’, outras vezes constroem objetos com ‘sucatas’, produzem textos, realizam algumas atividades na semana de meio ambiente, ou dia da árvore, entre outros”. De acordo com essa autora, a escola pesquisada desenvolve uma média de 15 a 20 atividades anuais. Apesar dessa quantidade de atividade apresentar-se significativa do ponto de vista numérico, o fato de ser pontual e não inserir-se em numa dimensão integrada, permanente e transdisciplinar gera preocupação tendo em vista os reais resultados obtidos à luz dos princípios e dos objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.

Andrade (2012, p. 119), em sua vida profissional de mais de vinte anos em escolas públicas, verifica que, de maneira geral, as escolas não têm conseguido apresentar bons exemplos de práticas ambientais para a comunidade escolar. Resultados semelhantes são apresentados por Fernandes (2002, p. 14) que desenvolveu sua dissertação de mestrado em escolas públicas de outro Município do Estado de Minas Gerais. Em um universo de 214 escolas pesquisadas, a referida autora constatou o desenvolvimento de atividades de EA em 128 instituições, isto é, 59,4% do total. Esse dado difere bastante dos dados apresentados em relação à pesquisa nacional referenciada anteriormente (senso escolar do INEP) que constatou que 94% das escolas pesquisadas desenvolviam EA.

Fernandes (2002, p. 16) afirma que as principais atividades e projetos desenvolvidos pelas escolas pesquisadas referem-se aos temas lixo, coleta seletiva ou reciclagem. Segundo essa autora, “quase todas essas atividades apresentam um perfil conservador, sendo caracterizadas pelo pequeno envolvimento dos profissionais em educação.” (FERNANDES, 2002, p. 62).

Philippi Júnior e Pelicioni (2002, p. 05) comentam a respeito das atividades de EA desenvolvidas de forma descontextualizada do fazer pedagógico e com implicações dissociadas dos pressupostos de uma EA crítica:

A realização de trilhas, hortas, palestras, plantio de árvores, confecção de cartilhas, jogos e vídeos, enquanto praticada isoladamente como atividade educativa é importante; porém, deixa de atingir os objetivos maiores da EA se dissociada de um processo que exige planejamento contínuo de construção de conhecimentos, de formação de atitudes e de desenvolvimento de habilidades que resultem em práticas sociais positivas e transformadoras. (PHILIPPI JÚNIOR; PELICIONI, 2002, p. 05).

Segundo Brasil (2007, p. 36), a EA no país é desenvolvida seguindo três modalidades principais: “Projetos, Disciplinas Especiais e Inserção da Temática Ambiental nas Disciplinas”. Em relação às escolas especificamente, “(...) os dados revelam que os objetivos

principais da EA são conscientizar alunos e comunidade para a plena cidadania e sensibilizar para o convívio com a natureza.” (BRASIL, 2007, p. 47).

De acordo com Brasil (2007, p. 53), as principais modalidades de EA nas escolas brasileiras são: atividades comunitárias, datas e eventos comemorativos, inserção no PPP, inserção da temática em disciplinas específicas, tema transversal, projetos e disciplina especial. Ainda segundo esse autor, “o principal tema abordado nos projetos é água, seguido pelos temas lixo e reciclagem; e poluição e saneamento básico.” (BRASIL, 2007, p. 53).

Essa concepção de EA no âmbito escolar gera uma ideia, praticamente disseminada pelo país, de que a realização de palestras de sensibilização e de eventos comemorativos envolvendo a comunidade é suficiente para cumprir os objetivos da EA levando as pessoas a atuarem em seus ambientes de convivência. (BRASIL, 2007, p. 193).

As contradições no trabalho com a EA em escolas representam uma situação bastante comum nos resultados de pesquisas que se dedicam a esse tema. Brasil (2009, p. 136) afirma que 49,3% das escolas pesquisadas e que afirmaram realizar EA em suas unidades, contavam com o serviço de coleta periódica de lixo. No entanto, 41,3% realizavam a queima do lixo, enquanto 11,9% depositavam o lixo em outras áreas. Menos de 5% das escolas que afirmaram desenvolver EA realizavam o reuso ou reciclagem desse material. “Mesmo considerando limitações de infraestrutura pública quanto à coleta de lixo, esses números seriam um retrato da distância entre os postulados sobre os quais se constrói a lógica pedagógica da EA e a prática no meio escolar.” (BRASIL, 2009, p. 136).

Na realidade, mesmo que pesquisas indiquem que há um percentual elevado de escolas onde a EA está presente no seu dia-a-dia, são atividades efêmeras e sem continuidade. Na verdade, são “ações pontuais, com data para acabar. Ao contrário dos programas, importantes como base de políticas públicas duradouras.” (BRASIL, 2009, p. 171).

Podemos afirmar que o processo de consolidação da EA, nas escolas brasileiras, padece de três problemas básicos e de difícil solução no curto e médio prazo. Em primeiro lugar, há a enrijecida estrutura curricular e pedagógica que permeia o ensino escolar que se manifesta refratária às mudanças pleiteadas, com destaque à prática transdisciplinar. Em segundo lugar, temos a carência de infraestrutura nas escolas, associada a uma tradição de gestão deficitária por parte da maioria das lideranças. Quando se trata da questão ambiental, esse problema se acentua ainda mais pela falta de competência dos gestores para tratar dessa questão que ultrapassa o aspecto pedagógico e de recursos materiais. Por último, há problemas na formação dos professores, que, no “embalo” da necessidade de haver atividades de EA nas escolas, são chamados genericamente de educadores ambientais. A maioria não

dispõem da mínima formação e desenvolvem as ações em suas escolas de forma voluntária ou por imposição das circunstâncias.

Em sua pesquisa sobre EA, Fernandes (2002, p. 34) detectou que a “maioria dos profissionais investigados (60,4%) apresentaram uma concepção tradicional de EA, caracterizada principalmente pelo antropocentrismo e por maior preocupação com questões restritas ao ambiente natural (...)”. Esses resultados expressam a realidade brasileira indicando que as práticas de EA no país são realizadas por profissionais com formação acadêmica pouco efetiva nessa área do conhecimento. Há necessidade de oferecer a esses profissionais oportunidades para se capacitarem e desenvolverem, junto com seus pares, um trabalho consistente e que seja capaz de promover as mudanças almejadas pela sociedade.

Segundo Porlán e Martín (1997, p. 160-161 apud ZAKRZEVSKI e SATO, 2006, p. 69), o professor necessita adquirir um conhecimento profissional diferenciado como condição para o trabalho com EA na escola:

Este conhecimento precisa ser um conhecimento prático, um conhecimento epistemologicamente diferenciado, mediador entre as teorias e a ação profissional; um conhecimento integrador e profissionalizado, organizado em torno de problemas relevantes para a prática profissional e em torno destes problemas promover a interação e integração construtiva entre o saber acadêmico, crenças e princípios, teorias implícitas e guias de ação; um conhecimento complexo, capaz de reconhecer a complexidade e singularidade dos processos de ensino-aprendizagem e dos processos de integração entre os saberes.

Esta questão da formação do educador ambiental é complicada na medida em que qualquer professor, de qualquer área de formação, em tese, pode atuar com EA. Considerando a carência acadêmica das diversas formações em relação a esta temática, resta a formação continuada do profissional. A realidade brasileira demonstra que há deficiências sérias em relação à criação de oportunidades para a capacitação de professores para o trabalho com EA e outros temas transversais inseridos na educação básica.

Em diversas situações, projetos e atividades de EA chegam até as escolas para serem desenvolvidos pelos professores sem que esses tenham participado do planejamento. Às vezes, os professores não são sequer informados a respeito dos objetivos a serem alcançados. “O trabalho invasor, em geral, não é bem aceito pelos professores, já que possuem uma sobrecarga de trabalho. Hoje, cada vez menos, o professor se submete facilmente às ideias elaboradas por outros, como meros tarefeiros.” (TRISTÃO, 2008, p. 127).

Segundo Tristão (2008, p. 128), o comprometimento dos gestores escolares é de fundamental importância para a viabilização de iniciativas voltadas para a EA. Quando há diretores dedicados e interessados, aliados a projetos bons, a escola abraça a ideia contando com a participação de todos os professores, independentemente de sua formação.

Brasil (2007, p. 58) indica que os principais fatores responsáveis pela inserção da EA nas escolas, em nível nacional, estão relacionados aos docentes. Em primeiro lugar, está a presença de “professores idealistas que atuam como lideranças e a de professores qualificados, com formação superior e especializados”. Em segundo lugar, encontra-se a formação continuada de docentes e em terceiro lugar, encontra-se a participação ativa da comunidade nos projetos de intervenção.

Quanto às motivações para iniciar um determinado trabalho de EA nas escolas, pesquisa realizada em nível nacional relaciona a iniciativa de um professor ou grupo de professores, seguido do interesse dos alunos. Ou seja, as “iniciativas individuais superam as ações institucionalizadas, oriundas de instâncias públicas, programas ou projetos governamentais, com capacidade inicial de fomentar a ação coletivizada.” (BRASIL, 2007, p. 176).

É fato que as escolas demonstram dificuldades em desenvolver ações de EA em razão da falta de profissionais qualificados para desempenharem essa função, aliado às questões burocráticas, estruturais e de gestão das escolas. Apesar disso, o trabalho de EA realizado “tem alcançado êxito graças aos esforços dos atores sociais mais diretamente envolvidos, em geral professores, que acabam por desempenhar com centralidade a tarefa de inserir o tema nas escolas”. As iniciativas institucionais derivadas da própria escola, ou provenientes das Secretarias, órgãos públicos, entidades de classe, ONG’s ou grupos sociais não ocorrem de modo significativo no ambiente escolar. (BRASIL, 2007, p. 182).

Oliveira (2007, p. 106) destaca outra dificuldade enfrentada pelo professor para desenvolver atividades de EA. Trata-se do tempo dedicado para a “elaboração de atividades inerentes à introdução de inovações curriculares, como, por exemplo, a pedagogia de projetos”. Boa parte destes profissionais trabalha em mais de um turno ou em mais de uma escola. O tempo destinado ao deslocamento, preparação de aulas, elaboração e correção de provas e trabalhos e as aulas propriamente dito, impedem a maioria dos professores de dedicarem seu tempo a outras atividades que, via de regra, extrapolam o período escolar regular.

Brasil (2007, p. 60) destaca que as principais dificuldades enfrentadas pelas escolas para desenvolverem atividades de EA são a precariedade de recursos materiais e a falta de tempo para planejamento e realização de atividades extracurriculares. Outra questão que se apresenta como obstáculo para a escola realizar atividades de EA refere-se à “dificuldade em estabelecer metodologias mais participativas na elaboração e gestão dos projetos e na

construção do PPP, e de aceitar que os atores sociais comunitários são igualmente sujeitos do processo educativo ambiental.” (BRASIL, 2007, p. 193).

Brasil (2007, p. 201) salienta que as escolas deveriam estabelecer parcerias com ONG's, universidades e empresas. Essa estratégia constituiria uma alternativa às incipientes políticas públicas específicas, à falta de diálogo entre Secretarias de Educação e Meio Ambiente e à falta de estrutura física e de recursos nas instituições escolares. No entanto, há que se fazer uma ressalva em relação a essas parcerias:

Nos casos em que a escola se vincula a uma empresa para a realização de um programa de EA, observamos que muitas delas não sentem necessidade de implementar projetos próprios, de pesquisar sobre os temas mais relevantes para serem trabalhados com o seu público de alunos, o que empobrece o processo Educativo Ambiental, acabando por subordinar o interesse público ao interesse privado e limitando a necessária autonomia escolar. (BRASIL, 2007, p. 201).

Enfim, a escola e o professor representam importante referência para a EA no Brasil. Apesar de todas as dificuldades enfrentadas, ações estão sendo realizadas e pouco a pouco vão se disseminando pelas escolas e comunidades. A grande missão da escola é oferecer um ambiente escolar adequado para permitir a seus alunos uma aprendizagem significativa e contribuir para a formação de cidadãos conscientes e capazes de adotar atitudes de preservação ambiental. (BRASIL, 2008, p. 187).

Entretanto, atitudes não se desenvolvem apenas com informações. É preciso que a escola se organize para que em seu ambiente essas atitudes possam ser praticadas. Seja na forma de situações didáticas intencionalmente planejadas, seja no dia-a-dia escolar. (BRASIL, 2008, p. 210).

As escolas possuem uma importância relevante no cenário brasileiro e podem contribuir para a efetivação das mudanças culturais em direção ao DS. Nessa perspectiva, em 2008, o Governo Federal lançou o Plano Nacional de Mudança do Clima (PNMC) indicando a necessidade de as escolas tornarem-se espaços educadores sustentáveis. “Segundo preconiza o PNMC, espaços educadores sustentáveis são aqueles que têm a intencionalidade de educar para a sustentabilidade.” (MOREIRA et al., 2011, p. 79).

A construção de espaços educadores sustentáveis passa, necessariamente, pelo fortalecimento da sustentabilidade socioambiental no tripé: gestão, currículo e edificação. Como forma de manterem uma relação equilibrada com o meio ambiente, as escolas devem compensar seus impactos com a adoção de tecnologias apropriadas para adaptar seu espaço físico. Permitindo melhor qualidade de vida à comunidade escolar e inserindo as questões da sustentabilidade socioambiental no currículo e na gestão, as escolas adquirem capacidade para irradiar sua influência para as comunidades nas quais se situam, auxiliando na transformação de crenças, hábitos e práticas. (MOREIRA et al., 2011, p. 79).

Um último aspecto a ser considerado nesta revisão teórica envolvendo as instituições escolares e EA refere-se à integração com a comunidade. A tênue parceria existente entre

esses dois atores sociais impede o desenvolvimento de projetos de maior abrangência e relevância social. Na elaboração e execução de qualquer experiência de EA é necessário levar em consideração o nível de envolvimento da escola na comunidade e criar estratégias para ampliar esse relacionamento.

O fato de existir uma escola, inserida no interior de um bairro, não é garantia de “pertencimento” à comunidade local. Há casos em que as instituições escolares representam um “corpo estranho” nos bairros onde se localizam, em razão da falta de “enraizamento”. Em diversas situações, os professores e até a maioria dos alunos não moram no bairro e não participam de atividades no bairro. “Só como entidade territorializada, isto é, plenamente inserida na comunidade, a escola pode se tornar um corpo vivo, que educa, que produz conhecimento, que gera cidadania e promove transformação social.” (BRASIL, 2001b, p. 13).

2.8- Gestão Ambiental

Chegamos ao último item do referencial teórico que trata do papel da GA como instrumento de ação que permitirá que as atividades de EA sejam desenvolvidas de forma racional, responsável, permanente, contínua e com o propósito de atender os princípios e objetivos definidos nos inúmeros documentos normativos e norteadores da Política Nacional de Educação Ambiental brasileira.

No desenvolvimento dessa pesquisa, tomou-se como premissa que o processo de GA é condição imprescindível para o desenvolvimento de ações de EA com resultados positivos, contemplando tanto os indivíduos como a coletividade, através dos atores sociais representativos da sociedade. Até o momento, o referencial teórico abordou diversas questões de importância estratégica que permitem a compreensão da EA em um contexto histórico, legal, institucional, conceitual, escalar, educacional e, finalmente, metodológico, enquanto possibilidade de prática voltada rumo ao DS.

Devemos lembrar que, nesta pesquisa, o DS é tomado como um conceito social dirigido às pessoas e às instituições. Desta forma, acreditamos que os cidadãos e instituições (empresas, órgãos públicos, entidades de classe, ONG's, escolas, grupos sociais) “façam parte do planejamento e da gestão de usos (manejo) dos recursos naturais dos ecossistemas onde elas vivem, bem como participem das soluções dos problemas gerados pela sociedade e suas implicações no meio.” (BRASIL, 2001a, p. 279).

Na medida em que assumimos o DS como uma meta a ser atingida, temos clareza da complexidade e das dificuldades existentes ao longo do percurso que deve ser trilhado para chegar nesse nível de evolução da sociedade planetária. Talvez seja um sonho, que se sonhado coletivamente, como anuncia o “poeta”, possa ser transformado em realidade, mesmo que a longuíssimo prazo. Assim, devemos reconhecer que as estratégias de transição para o DS podem ser agrupadas em globais, nacionais e regionais/locais.

Nos níveis globais e nacionais, as ações precisam ter abrangência estrutural, isto é, atuar sobre o sistema econômico (sistema produtivo). Aqui podem ser citadas a questão da dívida externa dos países em desenvolvimento, os subsídios internacionais, os financiamentos, entre outros; no nível nacional, estas devem ser explicitadas nas políticas públicas, como a questão da montagem do orçamento, por meio de programas e medidas de alcance regional, dadas as suas particularidades próprias. Estas últimas deveriam atuar de forma complementar às políticas municipais, produzindo uma efetiva mudança no quadro de oportunidades. (BRASIL, 2001a, p. 341).

É fato que a busca do DS exige da sociedade uma mudança cultural que incidirá sobre indivíduos, grupos sociais e coletividade. Essas mudanças não ocorrem no curto prazo e de forma espontânea. Faz-se necessário o delineamento de um conjunto de ideias, vontade, conhecimento, experiências, práticas e procedimentos que, com o tempo, vão sendo incorporados no dia-a-dia das pessoas e instituições. Esse processo é lento e repleto de contradições, obstáculos, resistências, dúvidas, retrocessos e novidades. O envolvimento de instituições que acreditam na EA como meio para realizar as mudanças necessárias, pautado em um planejamento sério e pragmático, certamente amplia as possibilidades de concretização das metas definidas para se atingir o DS.

Nessa perspectiva, o objetivo inicial e premente da sociedade planetária,

consiste em promover uma ampla consciência pública como parte indispensável de um esforço mundial de ensino para reforçar atitudes, valores e medidas compatíveis com o DS. É importante enfatizar o princípio da delegação de poderes, responsabilidades e recursos ao nível mais apropriado e dar preferência para a responsabilidade e controle locais sobre as atividades de conscientização. (BRASIL, 1997, p. 540).

Na busca do DS, os cidadãos tornam-se usuários e provedores de informações, dados, experiências e conhecimentos. A necessidade de informação ocorre nos níveis individual, comunitário, nacional e internacional, sendo subsídio para a tomada de decisões. “Já existe uma riqueza de dados e informações que pode ser utilizada para o gerenciamento do DS. Encontrar a informação adequada no momento preciso e na escala pertinente de agregação é uma tarefa difícil.” (BRASIL, 1997, p. 580).

Segundo Philippi Júnior, Roméro e Bruna (2004, p. 15), a construção de um desenvolvimento com sustentabilidade requer uma administração que contemple viabilidade

econômica, justiça social e equilíbrio ambiental. Para a obtenção dessa condição, há necessidade de profissionais altamente capacitados para gerir esse processo que se apresenta como um dos maiores desafios desse início de milênio.

Esse processo que envolve o planejamento e a gestão de estratégias para se alcançar o DS teve início prático a partir da realização da Rio-92, ocasião em que foram aprovados acordos oficiais internacionais assinados por representantes de países. O principal documento gerado foi a chamada Agenda 21 que é um “instrumento de planejamento participativo para se conduzir processos de mobilização, troca de informações e geração de consensos em torno dos problemas e soluções locais, gestão de Estados, Municípios, bacias hidrográficas, unidades de conservação, bairros ou escolas.” (SOUZA, 2010, p. 37).

De acordo com Brasil (2001a, p. 342), a concretização da Agenda 21 global somente terá êxito se as Agendas 21 locais se efetivarem. Assim, faz-se necessário que as municipalidades, representadas pelo poder público constituído e atores sociais de diversos segmentos iniciem um processo de discussão e implantação de suas respectivas Agendas 21 locais. Ações dessa natureza têm a capacidade de aprimorar as relações entre governo e cidadão impulsionando a criação de novas ações em prol da sustentabilidade em seus municípios.

A implantação de uma Agenda 21 exige a capacitação dos envolvidos em relação ao processo de planejamento e gestão, para que se alcancem as metas estabelecidas. A Agenda é iniciada e conduzida através do consenso estabelecido entre os atores sociais que se apresentam como representantes da comunidade. De maneira geral, os responsáveis pela implementação das Agendas 21 detêm pouco conhecimento técnico sobre os processos de planejamento e gestão, razão pela qual é necessária a capacitação dos envolvidos para a gestão desse processo contínuo e permanente. (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2006, p. 54).

Gugelmin et al. (2003, p. 91) destaca:

a Agenda 21 tem por finalidade reorientar o desenvolvimento em direção à sustentabilidade, constituindo-se num plano de ação de médio e longo prazos. Desse modo, caracteriza-se como um processo de planejamento estratégico que visa atingir o DS. A Agenda 21 não é, portanto, um plano de governo, mas um termo de compromisso da sociedade, tendo os governos como principais operadores.

A implementação de Agendas 21, quer seja em nível nacional, estadual, local, em uma empresa ou em uma escola, não está imune ao enfrentamento de obstáculos de toda ordem. A seguir, destacamos os principais problemas relativos à Agenda 21 no Brasil:

- Hábitos culturais de subordinação política e de afastamento da população das decisões públicas;

- Desinformação do poder municipal sobre o potencial de desenvolvimento advindo da correta aplicação da Agenda 21;
- Descontinuidade política;
- Desarticulação e choque entre setores do governo municipal, poder legislativo, organizações sociais e iniciativa privada (similar ao que acontece no plano federal);
- Falta de transversalidade e integração entre os atores sociais desde o nível local até o nacional;
- Inexistência de prioridade política e financeira para implantar e acelerar o processo participativo;
- Falta de divulgação por parte do governo federal e de sensibilização da população em uma escala mais abrangente. (GUGELMIN et al., 2003, p. 109).

De acordo com Dias (2004, p. 30), a Agenda 21 deve ser implementada em todos os níveis e instituições (município, empresa, escola), apesar de que esse interesse e compromisso devem ser assumidos por adesão, não caracterizando uma obrigação legal. Por outro lado, não podemos esquecer que a lei federal nº 9.795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e diversos outros dispositivos legais, regulamentam e normatizam procedimentos relacionados à implementação de ações de EA. Assim, a construção de uma Agenda 21 pode representar uma estratégia das instituições e da sociedade civil organizada para colocar em prática os princípios e objetivos da EA enquanto política pública.

O artigo 3º da lei federal nº 9.795/99 incumbe o Poder Público, instituições educativas, órgãos integrantes do SISNAMA, meios de comunicação de massa e empresas a criarem situações para operacionalização dos preceitos contidos na referida legislação. No artigo 5º da mesma lei, encontram-se registrados os objetivos fundamentais da EA, caracterizados pelo caráter democrático, participativo e permanente. O artigo 8º contempla as linhas de atuação da EA: capacitação técnica, desenvolvimento de pesquisas, produção de material educativo, acompanhamento e avaliação dos processos. O artigo 13 dessa lei federal define, entre outros objetivos, que a EA deve estimular a mobilização social e política e incentivar a participação individual e coletiva, de forma permanente.

Outro dispositivo legal extremamente pertinente a serviço da EA é a resolução nº 02/12 do CNE que apresenta diretrizes operacionais para as instituições escolares. O artigo 14 dessa resolução determina que a EA estimule as escolas a se constituírem em “espaços educadores sustentáveis, integrando proposta curricular, gestão democrática, edificações, tornando-as referências de sustentabilidade socioambiental.” (BRASIL, 2012).

Considerando as diretrizes legais, os princípios da Agenda 21 e o DS como norte, a sociedade precisa se capacitar para colocar em prática todas as possibilidades que se apresentem pertinentes no campo da EA. Utilizar do planejamento e da gestão como meios para alavancar a EA como processo contínuo e permanente nos parece ser um caminho seguro para os indivíduos e lideranças de instituições e grupos sociais.

A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Eco-92 ou Rio-92, gerou dois importantes instrumentos para serem utilizados no processo de EA e também no processo de GA: a Agenda 21 e as normas da série ISO 14.000. “Enquanto a Agenda 21 permite uma atuação em nível macro, as normas da série ISO 14.000 apresentam importante função dentro de um contexto micro, em nível organizacional.” (SEIFFERT, 2014, p. 16-17).

Para Seiffert (2014, p. 63), a legislação ambiental, além de desempenhar um papel normatizador, exerce uma função de agente de mudanças na estrutura organizacional. Esse fato gera diminuição dos níveis de degradação ambiental. “Enquanto os instrumentos de comando e controle são típicos da esfera pública, os mecanismos de autocontrole estão associados exclusivamente com a esfera privada”.

A legislação ambiental atualizada e bem elaborada é ferramenta indispensável para o sucesso de qualquer política ambiental. No entanto, se o processo de fiscalização for deficiente, de nada adiantará a existência de um robusto arcabouço legal. O êxito da legislação vai depender da forma como os órgãos de controle ambiental operam. (SEIFFERT, 2014, p. 176).

A outra ferramenta imprescindível para o estabelecimento de políticas ambientais é a GA. O processo de GA permite ao gestor, através da introdução de procedimentos e técnicas voltadas para a sustentabilidade ambiental, induzir e controlar os resultados das ações desenvolvidas em determinado território, sob as condições conjunturais e estruturais existentes. A seguir, destacamos um exemplo de como a GA pode incidir sobre determinada situação:

O desafio imposto pelo racionamento compulsório de energia elétrica no ano de 2001 resultou em uma economia global de 30% para o Senac São Paulo e a oportunidade de estruturar um Programa conhecido como Programa Ecoeficiência, que permitiu reforçar o compromisso socioambiental da instituição e melhorar continuamente o seu desempenho ambiental partindo de ações planejadas para o uso racional de água e energia, redução e reutilização de materiais e destino adequado dos resíduos sólidos (FERES; ANTUNES, 2007 apud ANDRADE, 2012, p. 113).

O processo de GA pode ser usado tanto na escala de um país como na escala de uma empresa ou escola. Evidentemente que a efetividade do planejamento e da GA de um território das dimensões e complexidade do Brasil representa um grande “desafio técnico e político.” (PALAVIZINI, 2011, p. 116).

Trazendo a GA para uma escala local espera-se que se constitua um “espaço-lugar de ensino-aprendizagem para propiciar condições à participação individual e coletiva, nos processos decisórios sobre o uso dos recursos ambientais no país.” (BRASIL, 2006b, p. 13).

O processo de gestão e planejamento da EA deve ser descentralizado através do incentivo à “criação de espaços públicos colegiados nos municípios do âmbito da unidade federativa, que sejam democráticos e representativos.” (BRASIL, 2006b, p. 14).

Santos, Reigota e Rutkowisk (2006, p. 225) afirmam que o planejamento ambiental depende de uma efetiva participação popular, em um ambiente de compartilhamento de responsabilidades entre planejadores, cidadãos e o poder público. A esse respeito, Viezzer (2007, p. 15) acrescenta que há necessidade de uma “aprendizagem voltada para o diálogo entre atores sociais e a formação para a mediação de eventuais conflitos socioambientais”. Afinal de contas, a GA não é somente um conjunto de intervenções técnicas desprovidas de contestações e alternativas.

Há diversas definições para GA. As definições de Coimbra (2004, p. 561) contemplam de forma satisfatória a abordagem que esta pesquisa dispensa ao tema:

GA é um processo de administração participativo, integrado e contínuo, que procura compatibilizar as atividades humanas com a qualidade e a preservação do patrimônio ambiental, por meio da ação conjugada do poder público e da sociedade organizada em seus vários segmentos, mediante priorização das necessidades sociais e do mundo natural, com alocação dos respectivos recursos e mecanismos de avaliação e transparência.

GA municipal é o processo político-administrativo que incumbe o poder público local (executivo e legislativo) de, com a participação da sociedade civil organizada, formular, implementar e avaliar políticas ambientais (expressas em planos, programas e projetos), no sentido de ordenar as ações do município, em sua condição de ente federativo, a fim de assegurar a qualidade ambiental como fundamento da qualidade de vida dos cidadãos, em consonância com os postulados do desenvolvimento sustentável, e a partir da realidade e das potencialidades locais.

A GA deve ser compreendida como um processo contínuo e permanente, onde ações isoladas e eventuais são tidas como inaceitáveis. O planejamento é a principal ferramenta utilizada pela GA, e o gerenciamento de projetos e programas, aliado ao manejo de recursos naturais, constituem um processo dinâmico, complexo e integral, e por isso toda instituição e território devem considerá-lo em sua estrutura organizacional. (COIMBRA, 2004, p. 564).

O caminho para uma solução é a GA, pois equivale a conseguir uma administração integral e integrada de todos os setores que influenciam a qualidade ambiental. Contempla assim todos os temas pertinentes à questão e se materializa por meio de políticas e planos decorrentes. A operacionalização da gestão é feita pelo gerenciamento voltado a preocupações de ordem prática do dia a dia na execução de programas e projetos de ação. (PHILIPPI JÚNIOR; BRUNA, 2004, p. 703).

Saito (2002, p. 53) destaca a importância da *práxis* no processo de construção do conhecimento. Para essa autora, a articulação entre conhecimento e ação pode levar à compreensão da realidade. A GA tem fundamental importância, pois é processo capaz de intervir, na realidade, para a busca do DS. “A gestão é um conceito, uma concepção de como

deve ser feita a administração de um sistema, de tal forma que fique assegurado um funcionamento adequado, sua perenidade e seu desenvolvimento.” (BRASIL, 2001a, p. 255).

De acordo com Brasil (2001a, p. 258), realizar um planejamento ambiental exige o desenvolvimento de várias etapas:

- Reconhecimento de uma situação problemática;
- Análise e diagnóstico da situação e prognóstico da qualidade ambiental futura;
- Fixação de objetivos e metas a alcançar;
- Identificação das ações necessárias a atingir os objetivos propostos;
- Monitoração das ações propostas.

Diante do exposto, podemos observar que o processo de GA é pautado na resolução de problemas ambientais. Por isso, é necessário estabelecer as diferenças entre GA e EA. Já mencionamos anteriormente que são dois processos complementares e indissociáveis. A convergência temática entre esses processos está no fato de buscarem uma qualidade de vida melhor para os seres vivos. Rosa (2007, p. 278) apresenta uma boa reflexão a esse respeito:

A GA tem como foco central a resolução de problemas envolvendo conservação ou recuperação de espaços e processos socioambientais. Já o foco central da EA, em especial no contexto escolar, é o processo de ensino-aprendizagem voltado ao aperfeiçoamento das pessoas em suas relações socioambientais e à adoção de postura crítica, pró-ativa e solidária.

Em diversas situações, a EA é usada para resolver problemas ambientais, distanciando de sua função educacional. De maneira geral, os projetos, principalmente aqueles desenvolvidos em instituições escolares, acabam convergindo para esse lado e negligenciando a formação dos educandos. “De um lado há a grande necessidade e urgência de enfrentar os muitos problemas ambientais e de outro se observa certo ‘ativismo’ em trabalhos educacionais baseados em projetos.” (ROSA, 2007, p. 278).

Para Rosa (2007, p. 278), os educadores, de maneira geral, não possuem capacitação profissional e nem condições institucionais para atuarem como gestores ambientais, considerando a complexidade desse processo e da própria realidade objeto da intervenção (aspectos sociais, políticos, técnicos, logístico). Em diversas situações, são desenvolvidos projetos ou atividades pontuais de forma desarticulada e descontextualizada da realidade em razão de falhas nos diagnósticos e avaliação da situação problema. Apesar da dedicação e esforço dos educadores, as tentativas e iniciativas não conseguem ser finalizadas ou simplesmente não alcançam os resultados esperados, tanto em relação à resolução de problemas específicos, como em relação ao objetivo principal que deveria ser a promoção de valores, atitudes e conhecimentos nos cidadãos envolvidos com a atividade.

Em um contexto educativo, a estratégia de promover ações para a resolução de problemas socioambientais precisa ser concebida como meio e não um fim em si. Considerando que a ‘matéria prima’ e o ‘produto’ da educação são as pessoas, em um trabalho educacional a meta principal não pode ser a tentativa de resolver um determinado problema, mas sim, tomar essa tentativa como uma oportunidade de fortalecer a capacidade das pessoas para resolverem estes e outros problemas. (ROSA, 2007, p. 279).

Outra abordagem dada ao termo gestão é apresentada por Neto, Campos e Shigunov (2009, p. 14). Esses autores afirmam que o “termo gestão deriva do latim *gestione* e significa o ato de gerir, gerenciar”. Isto é, representa um conhecimento com especificidades próprias aplicado no cotidiano das instituições, com vistas à proteção ambiental. Nesse caso, entendida como a GA nas organizações empresariais.

O objetivo maior da GA deve ser a busca permanente da melhoria contínua da qualidade ambiental dos serviços, produtos e ambiente de trabalho de qualquer organização pública ou privada, de qualquer porte. A busca permanente da qualidade ambiental é, portanto, um processo de aprimoramento constante do sistema de gestão ambiental global de acordo com a política ambiental estabelecida pela organização. (NETO; CAMPOS; SHIGUNOV, 2009, p. 17).

Essa visão pragmática de meio ambiente, introduzida nas últimas décadas, em todos os segmentos da sociedade pelos meios de comunicação, movimentos ambientalistas, conferências internacionais e legislação, gerou uma consciência coletiva globalizada. Esse fato associado à complexidade do contexto social, econômico, cultural, educacional e político “exige das organizações novas posturas e posicionamentos em relação ao seu funcionamento.” (NETO; CAMPOS; SHIGUNOV, 2009, p. 83).

As questões ambientais impõem à sociedade a necessidade de mudança de paradigma. Para tanto, as instituições precisam se adaptar a esta nova realidade através da mudança de hábitos e flexibilização das tradicionais estruturas burocráticas. A GA se apresenta como uma ferramenta condizente com essa realidade e a eficácia na administração, planejamento, organização, coordenação e direção, representa condição imprescindível para se atingir as metas do DS. (SEIFFERT, 2014, p. 50).

O gerenciamento ambiental na verdade é parte integrante da GA, ou seja, GA pressupõe uma política ambiental, o planejamento ambiental e o próprio gerenciamento ambiental. Este conceito é aplicável tanto ao processo de GA em vários níveis de abrangência: municipal, estadual, regional e nacional (em contexto macro) quanto ao ambiente organizacional (em contexto micro). (SEIFFERT, 2014, p. 55).

Philippi Júnior et al. (1999, p. 74) destaca que qualquer alteração do processo decisório na área ambiental exige capacitação técnica dos profissionais que irão desenvolver as ações ambientais. Sem uma profissionalização dos agentes envolvidos no processo, mesmo que as estratégias sejam coerentes com os objetivos almejados, a execução e os resultados serão comprometidos.

No caso específico de instituições escolares, a EA torna-se mais dependente ainda de um processo de GA. Segundo Andrade (2012, p. 119),

Os gestores das escolas públicas, de modo geral, não conseguem conciliar a gestão administrativa, pedagógica e a financeira. Nos cargos de gestores de escolas públicas não há exigência de uma formação específica para atuar nessa área. Assim, muitos desenvolvem bem a administração pedagógica e não obtêm sucesso na gestão administrativa, enquanto outros, ao contrário, atuam bem na parte administrativa em detrimento da parte pedagógica.

Essa constatação representa mais um grande obstáculo para as escolas, somado a outros historicamente conhecidos dos profissionais que atuam na área educacional. No entanto, problemas dessa natureza não se restringem às escolas. Empresas também apresentam problemas relacionados à profissionalização e efetivação da GA em seu ambiente de trabalho.

Farnesi (2004, p. 50), em sua pesquisa de mestrado realizada em uma grande empresa nacional, afirma que a instituição ainda não teria assumido o papel de liderança frente aos funcionários em relação à responsabilidade socioambiental. Segundo a autora, os projetos de EA são desenvolvidos por funcionários em razão do comprometimento dos mesmos com a causa ambiental. Isto é, a questão ambiental ainda não foi efetivamente institucionalizada pela organização, uma vez que não é considerada importante para os gestores da empresa, limitando-se ao cumprimento de exigências relacionadas ao processo de licenciamento ambiental. “As questões ambientais são de responsabilidade de um setor – o de meio ambiente – e não da empresa toda. Por esse motivo as ações são vinculadas a setores e pessoas.” (FARNESI, 2004, p. 166).

Quando se fala em GA, planejamento ambiental ou gerenciamento ambiental, necessariamente há que se pensar em monitoramento e avaliação. Esses termos fazem parte de qualquer processo desenvolvido de forma permanente e continuado. Logo, se os processos de EA e GA são concebidos sob esse prisma, monitoramento e avaliação constituem etapas desses respectivos processos. “As atividades de monitoramento e de avaliação são complementares. O que diferencia o monitoramento da avaliação é que o primeiro é um processo contínuo de acompanhamento do projeto. Já a avaliação é um processo regular de verificação do andamento do projeto.” (ANDRADE; LOUREIRO, 2006, p. 514).

Outro ponto importante a ser considerado em um processo de EA e GA refere-se ao treinamento das pessoas envolvidas. Como a temática ambiental foi introduzida na agenda dos indivíduos e das instituições em um passado recente, é natural que haja necessidade de capacitação, treinamento ou formação dos profissionais diretamente envolvidos (professores,

administradores e planejadores educacionais) e das pessoas consideradas protagonistas das ações realizadas nas comunidades, empresas, escolas, bairros, etc. (BRASIL, 1997, p. 536).

O treinamento é um dos instrumentos mais importantes para desenvolver recursos humanos e facilitar a transição para um mundo mais sustentável. Ele deve ser dirigido a profissões determinadas e visar preencher lacunas no conhecimento e nas habilidades que ajudarão os indivíduos a achar emprego e a participar de atividades de meio ambiente e desenvolvimento. Ao mesmo tempo, os programas de treinamento devem promover uma consciência maior das questões de meio ambiente e desenvolvimento como um processo de aprendizagem de duas mãos. (BRASIL, 1997, p. 543).

Segundo Kitzmann e Asmus (2004, p. 143), não há diferença significativa entre as atividades de EA desenvolvidas em escolas e comunidades e as atividades realizadas por meio de treinamento e capacitação de empresas e indústrias. Afinal de contas ambas atuam sobre o cidadão em busca da formação de “conhecimentos, habilidades e atitudes”.

Apesar desse paralelo existente entre EA e treinamento, o meio acadêmico avalia essa questão de forma bastante crítica, ao considerar que as atividades de treinamento tradicional são realizadas com vistas ao condicionamento do trabalhador ao sistema produtivo vigente. Há autores que denominam esse tipo de treinamento de “reducionista, imediatista, adestrador e tecnicista.” (KITZMANN; ASMUS, 2004, p. 144).

Em razão da convergência de atuação sobre o mesmo sujeito (o ser humano), existem situações em que é possível estabelecer uma aproximação entre iniciativas de EA e de treinamento. As empresas cada vez mais estão incorporando a dimensão ambiental em seus processos produtivos, mesmo que a razão para essa mudança seja exigência legal, licenciamento ambiental, certificação ambiental ou *marketing*. O importante é que esse processo siga os princípios da EA, de forma a valorizar o trabalhador e o ambiente em sua plenitude.

Os espaços de treinamento existentes nas organizações devem ser utilizados pela EA que poderá aprimorá-los pela inserção das dimensões ambiental, social, cultural e de cidadania. Nos processos de implantação da ISO 14.000, criam-se grandes oportunidades para a introdução dos princípios e objetivos da EA junto aos setores produtivos. No entanto, as iniciativas de EA devem extrapolar as questões operacionais, técnicas e de segurança, evitando-se o reducionismo. “É preciso desenvolver uma estratégia mais abrangente, que incorpore a EA como valor cultural das empresas e da sociedade como um todo.” (KITZMANN; ASMUS, 2004, p. 144).

De acordo com Kitzmann e Asmus (2004, p. 152), o treinamento ao considerar o trabalhador em sua totalidade e complexidade pode constituir-se em um processo educativo mais completo denominado de “capacitação”. A própria Conferência de Tbilisi recomenda

utilizar os sistemas de treinamento nas empresas para promover a EA para a população adulta. Nesta mesma linha de entendimento, a Agenda 21 considera que o treinamento baseado na ação é um meio para se atingir os objetivos da EA.

O último tema importante a ser tratado referente ao processo de GA são as normas da série ISO 14.000. A sigla ISO significa *International Standardization Organization* (Organização Internacional para Normalização). Sua criação ocorreu em 1947 e tem sua sede em Genebra, Suíça. A ISO é uma organização não-governamental, que congrega os órgãos de normalização de mais de 100 países. O representante brasileiro na ISO é a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). A ISO 14.000 é um subconjunto das normas ISO que trata da questão ambiental. (MAIMON, 1999, p. 04).

O sistema ISO é adotado pelas instituições de maneira voluntária. No caso particular da norma ISO 14.001, uma empresa define seu SGA que incidirá sobre sua estrutura organizacional, planejamento de atividades, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e política ambiental. (MAIMON, 1999, p. 08).

A implantação do SGA ocorre em cinco etapas sucessivas e contínuas: política ambiental da organização, planejamento, implementação e operação, monitoramento e ações corretivas e revisões gerenciais. A partir da implantação de um SGA, ocorre uma “mudança comportamental em todos os níveis da empresa e uma legitimidade da responsabilidade ambiental através de uma gestão ambiental sistematizada e da conscientização dos funcionários e da comunidade de entorno.” (MAIMON, 1999, p. 14).

Maimon (1999, p. 22) adverte para a necessidade de haver o envolvimento e comprometimento incondicional das lideranças das organizações que decidem implementar um SGA. Como esse processo provoca mudança cultural, conseqüentemente, haverá conflitos que devem ser mediados pelos gestores através da própria inserção das ações de EA e treinamento. A autora destaca a relevância do treinamento dos funcionários como condição básica para o sucesso da implantação do SGA. Se não ocorrer o envolvimento de todos os segmentos da instituição, será impraticável concretizar um sistema dessa natureza.

A obtenção da qualidade representa um processo contínuo, de longo prazo, que requer mecanismos corretivos e melhorias contínuas, em que a identificação e a revelação das falhas são uma barreira cultural a ser vencida para que se obtenham resultados favoráveis. Para obter a qualidade do processo produtivo e do meio ambiente, não é necessário que haja uma revolução nos procedimentos e processos na empresa. Esta é resultado de um processo evolutivo contínuo, de melhorias contínuas. (MAIMON, 1999, p. 58).

Os processos de EA e GA são considerados complementares e indissociáveis no âmbito da implementação de uma Política Ambiental, independente do tipo de instituição ou

território. Os princípios e objetivos norteadores da EA carecem de uma sustentação operacional dos princípios e objetivos do planejamento e da GA. A consolidação dos resultados das ações de GA depende das ações de sensibilização e conscientização promovidas pela EA. Há uma relação dialética entre esses processos, cujo resultado positivo dependerá da lucidez dos responsáveis pelo planejamento e da execução das ações. Nesta perspectiva, não é possível conceber um educador ambiental desprovido das competências de um gestor ambiental e vice-versa. Essa visão da EA e da GA é condição imprescindível para se caminhar em direção ao DS.

3- METODOLOGIA

Esta pesquisa foi conduzida por uma metodologia que utiliza métodos diferentes, mas complementares, propiciando a consecução dos objetivos propostos. De acordo com Demo (1987, p. 19), “metodologia é uma preocupação instrumental. Trata das formas de se fazer ciência. Cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos. A finalidade da ciência é tratar a realidade teórica e praticamente. Para atingirmos tal finalidade, colocam-se vários caminhos.”

Para Minayo (2010, p. 14),

Entende-se por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Ou seja, a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade).

Segundo Gil (1987, p. 34),

Podem ser identificados vários métodos específicos nas ciências sociais. Nem sempre um método é adotado rigorosa ou exclusivamente numa investigação. Com frequência, dois ou mais métodos são combinados. Isto porque os métodos específicos de que dispõem as ciências sociais nem sempre são suficientes para orientar todos os procedimentos a serem desenvolvidos ao longo da investigação.

De acordo com Gil (1987, p. 34), “método é um conjunto de procedimentos suficientemente gerais, para possibilitar o desenvolvimento de uma investigação científica ou de significativa parte dela.” Antes de abordar os métodos que sustentam e validam a cientificidade dos resultados a serem apresentados, faz-se necessário realizar a exposição de algumas questões que esclarecem as razões que determinaram a escolha desse caminho metodológico.

Desde o ano de 1988, até o presente, o autor desta pesquisa atua profissionalmente na área da “Educação” e na área “Ambiental”. Durante esse período, de forma concomitante ou intercalada, o autor trabalhou como professor das disciplinas geografia e práticas agrícolas (atuando na educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, ensino profissionalizante, graduação e especialização *Lato Sensu*) e como técnico na Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Uberlândia (SMMA), atuando nas áreas de fiscalização, educação ambiental, elaboração e análise de projetos.

Essa experiência possibilitou ao pesquisador conhecer, participar, aprender e, acima de tudo, levantar, questionar e problematizar diversas questões, de ordem teórica e prática concernentes à EA. Ao longo desses 27 anos de vivência profissional e acadêmica (concomitantemente à experiência profissional cursou graduação em geografia, especialização em geografia humana e mestrado em planejamento e gestão ambiental), acompanhou a criação e implementação de boa parte da estrutura organizacional da área ambiental no país, em Minas Gerais e em Uberlândia, de forma mais direta.

O trabalho de fiscalização realizado (foi um dos primeiros agentes de fiscalização da SMMA) permitiu o conhecimento sistematizado de todo o território municipal, sua estrutura político-administrativa e o arcabouço legal da área ambiental. O trabalho de elaboração e análise de projetos e coordenação de equipe de educadores ambientais mostrou-lhe as carências e as dificuldades para se colocar em prática ações e atividades de EA. O trabalho como docente e coordenador de cursos (especialização *Lato Sensu* em Gestão Ambiental e Técnico em Meio Ambiente) possibilitou conhecer, na prática, a realidade de várias instituições escolares com todas as suas problemáticas pedagógicas, burocráticas, orçamentárias e de infraestrutura.

De acordo com Brandão (2001, p. 08),

(...) só se conhece em profundidade alguma coisa da vida da sociedade ou da cultura, quando através de um envolvimento – em alguns casos, um comprometimento – pessoal entre o pesquisador e aquilo, ou aquele, que ele investiga. (...) não é propriamente um método objetivo de trabalho científico que determina *a priori* a qualidade da relação entre os pólos da pesquisa, mas, ao contrário, com frequência é a intenção premeditada, ou a evidência realizada de uma relação pessoal e/ou política estabelecida, ou a estabelecer, que sugere a escolha dos modos concretos de realização do trabalho de pensar a pesquisa. (...) em boa medida, a lógica, a técnica e a estratégia de uma pesquisa de campo dependem tanto de pressupostos teóricos quanto da maneira como o pesquisador se coloca na pesquisa e *através* dela e, a partir daí, constitui simbolicamente o *outro* que investiga.

Passados esses anos, é natural que o autor, contando com uma oportunidade única surgida em seu percurso (Curso de Doutorado), esteja preparado para esmiuçar, de forma metódica e sistemática, questões que foram e continuam sendo “tão caras” a ele, à sociedade e à comunidade acadêmica.

Segundo Flick (2009, p. 103),

As questões de pesquisa não saem do nada. Em muitos casos, originam-se na biografia pessoal do pesquisador e em seu contexto social. A decisão sobre uma questão específica depende em grande parte dos interesses práticos do pesquisador e de seu envolvimento em determinados contextos históricos e sociais. Tanto os contextos cotidianos como os específicos desempenham aqui um papel.

Após explicitar a estreita relação existente entre o autor e o tema da pesquisa é possível apresentar a metodologia adotada. O estudo foi desenvolvido seguindo os

pressupostos da pesquisa qualitativa. A escolha pela pesquisa qualitativa ocorre em função da natureza do objeto de análise que é eminentemente social e político.

A expressão ‘pesquisa qualitativa’ designa uma pesquisa empírica em ciências humanas e sociais, concebida, principalmente, em uma perspectiva compreensiva, na qual a coleta de dados é baseada em métodos qualitativos que não implicam nenhuma quantificação estatística. As entrevistas, as observações, juntamente com as anotações de campo ou a coleta de documentos, conduzem a um relato (explicação) ou a uma teoria, por meio de uma análise de dados sem a mediação de operações numéricas (PAILLÉ; MUCCHIELI, 1996 apud RAMIRES; PESSÔA, 2009, p. 295).

O recorte temático desta pesquisa está explicitado no título do projeto como “Educação Ambiental”. Da mesma forma, o recorte espacial também está explicitado no título do projeto “Município de Uberlândia”. Pode-se inferir que a pesquisa foi norteadada por um “Estudo de Caso”, considerado por alguns autores como um método de pesquisa. O Município de Uberlândia-MG, em razão da população (mais de 600 mil habitantes), estrutura política-administrativa existente na área ambiental, sede de diversos órgãos públicos de atuação na área, empresas, ONG’s, entidades de classe e histórico de desenvolvimento de atividades de EA, representa um ótimo “Estudo de Caso” para discutir e refletir sobre as questões relativas ao tema.

De acordo com Yin (2005, p. 19-20),

(...) os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo ‘como’ e ‘por que’, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real. (...) a clara necessidade pelos estudos de caso surge do desejo de se compreender fenômenos sociais complexos.

Continuando, Yin (2005, p. 26) afirma que “o estudo de caso é a estratégia escolhida ao se examinarem acontecimentos contemporâneos (...). O estudo de caso conta com observação direta dos acontecimentos que estão sendo estudados e entrevistas das pessoas neles envolvidas.” Para Gil (1987, p. 78), “o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir conhecimento amplo e detalhado do mesmo”.

A condução da pesquisa, considerando o campo teórico-conceitual afeto à metodologia científica, no qual o autor apoiou suas diligências, problematizações, discussões e reflexões, ocorreu a partir do suporte dos métodos dialético, método fenomenológico e do método da observação.

Segundo Demo (1987, p. 98), a dialética

(...) problematiza com maior inteligência a relação entre sujeito e objeto, superando posições estanques e estereotipadas ligadas a visões estáticas da objetividade e da neutralidade. E mais: vê entre os dois lados uma polarização dinâmica, que faz do

conhecimento um processo, não uma descrição ou um retrato, ou seja, faz do conhecimento uma expressão criativa, não um ajuntamento mecânico e justaposto.

Ainda, segundo Demo (1987, p. 99), o método dialético tem como “característica a visão de totalidade, no sentido de esforçar-se por recortar menos a realidade e de não formalizá-la em partes estanques. A realidade social é complexa e totalizante, conflituosa e dinâmica, transbordando a possibilidade de quantificação, de classificação, de definição (...).”

Em pesquisas qualitativas as orientações filosóficas que afirmam essa relação sempre presente no conhecimento são, principalmente, a fenomenologia e a dialética. A fenomenologia considera que a imersão no cotidiano e a familiaridade com as coisas tangíveis velam os fenômenos. É necessário ir além das manifestações imediatas para captá-los e desvelar o sentido oculto das impressões imediatas. O sujeito precisa ultrapassar as aparências para alcançar a essência dos fenômenos. (CHIZZOTTI, 1991, p. 79-80).

A seguir, descrevemos detalhadamente os procedimentos metodológicos e as técnicas de coleta de dados utilizados nesta pesquisa que se constitui basicamente de cinco etapas. A primeira etapa da pesquisa refere-se à revisão bibliográfica. Através dessa revisão, foi possível identificar, conhecer as ideias e teorias elaboradas pelos principais autores que se dedicam à área do conhecimento objeto da pesquisa. Esses estudos indicaram a existência de uma vasta bibliografia nacional produzida a respeito de EA. Em relação à EA em Uberlândia, especificamente, o referencial teórico pesquisado é pouco significativo.

Além de livros, artigos, dissertações e teses, foram analisados documentos produzidos nas Conferências Internacionais, nos Encontros Nacionais e Regionais e todo o conjunto de material (cartilhas, normativas, programas, projetos, relatórios, informes, roteiros, etc.) produzido pelos órgãos públicos responsáveis pela elaboração e execução da Política Nacional de Educação Ambiental.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. (GIL, 1987, p. 71-73).

Considerando a forma de organização político-administrativa brasileira, houve necessidade de analisar documentos produzidos nas esferas federal, estadual e do Município de Uberlândia em particular. Outra fonte de informações utilizada são os documentos que as empresas, entidades de classe, ONG's e escolas possuem e permitiram o acesso para análise.

A legislação sobre EA também representou uma importante fonte de dados e informações. Foram analisadas leis, decretos e deliberações normativas nas três instâncias:

federal, estadual e municipal. São vários os instrumentos legais que subsidiam o desenvolvimento da EA no país.

A segunda etapa da pesquisa refere-se aos trabalhos de campo que foram realizados junto a diversos atores sociais que desenvolvem atividades de EA no Município de Uberlândia. Esses atores sociais representados por órgãos públicos, entidades de classe, ONG's, escolas e empresas foram definidos em razão da relevância de suas ações de EA no âmbito do Município de Uberlândia.

Para Thiollent (1996, p. 63),

(...) a representatividade expressiva (ou qualitativa) é dada por uma avaliação da relevância política dos grupos e das ideias que veiculam dentro de uma certa conjuntura ou movimento. Trata-se de chegar a uma representação de ordem cognitiva, sociológica e politicamente fundamentada, com possível controle ou retificação de suas distorções no decorrer da investigação.

O tamanho da amostra dos atores sociais, que foram contemplados nesta pesquisa, considerando os princípios da pesquisa qualitativa, foi definida à medida que as entrevistas foram sendo realizadas e os resultados das análises indicaram um padrão de respostas/informações satisfatório para atender os objetivos propostos.

Na pesquisa qualitativa, não é a quantidade de pessoas que irão prestar informações que tem importância, mas, sim, o significado que os sujeitos têm, em razão do que se procura para a pesquisa. (ROSA; ARNOLDI, 2008, p. 53).

Nesta mesma perspectiva teórica, Ramires e Pessôa (2009, p. 34) afirmam que “saber ‘quantos’ e ‘quais’ não se aplicam à pesquisa qualitativa pelo fato de esta se preocupar, principalmente, com o ‘porquê’, o ‘como’ e ‘para quê’.”

Inicialmente 59 instituições foram convidadas a participar desta pesquisa. Essas instituições foram selecionadas considerando a existência de algum trabalho de EA conhecido ou que representassem um segmento expressivo da sociedade uberlandense. Foi enviado um ofício aos representantes legais destas instituições com o propósito de apresentar o pesquisador, os objetivos do estudo e verificar o interesse das instituições em participar desta pesquisa.

Analisar a forma como essas instituições receberam e responderam a esse contato é muito interessante no sentido de apresentar indícios da importância que as mesmas atribuem às questões ambientais e à EA de maneira mais específica. Quando uma instituição é solicitada a fornecer informações a respeito de suas atividades (matéria-prima utilizada, forma de produção, formação de recursos humanos, sistema de distribuição, etc.) para atender a alguma pesquisa acadêmica que não lhe traz benefício direto ou até mesmo indireto, é compreensível que seus representantes não deem a devida atenção a esse tipo de solicitação.

Em se tratando do tema meio ambiente, que possui toda uma legislação regulamentadora que imputa a qualquer empreendimento a adoção de determinados procedimentos operacionais, administrativos e técnicos de controle e monitoramento das ações afetas às questões ambientais, as instituições têm um motivo adicional para lidar com as demandas apresentadas pela comunidade local.

Além de exigências legais, a questão ambiental tem estabelecido, ao longo das últimas décadas, uma relação estreita com os consumidores, com a mídia e com parcelas da população que se veem compromissadas com a preservação ambiental. Assim, quer seja por demanda legal, ou por um compromisso ético para com a comunidade local onde as instituições desenvolvem suas atividades, ações socioambientais, deveriam constituir uma questão básica na pauta de preocupações das instituições.

Nesta perspectiva, entendemos que uma instituição quando solicitada a fornecer dados e informações a respeito das ações de EA desenvolvidas junto à comunidade local (público interno e externo), deveria se posicionar favoravelmente a esta demanda, considerando que seria uma oportunidade para expor seu compromisso com as questões ambientais e com a comunidade na qual está inserida.

As instituições contatadas que negaram conceder entrevista, ou não se manifestaram a respeito da solicitação efetuada no âmbito desta pesquisa, indicam que não possuem interesse em divulgar suas ações, ou não desenvolvem atividades de EA. Esse dado pode contribuir para a compreensão das condições em que se encontra a EA em Uberlândia, uma vez que as instituições contatadas são representativas da realidade socioambiental do Município.

Das 59 instituições contatadas, 40 atenderam à solicitação do pesquisador autorizando a realização de entrevistas com seus respectivos representantes. Dezoito instituições não se manifestaram a respeito da possibilidade de conceder entrevista e apenas uma instituição se manifestou negativamente.

Em todas as instituições, a forma de entrega do ofício, contendo a solicitação das entrevistas, ocorreu por meio do próprio pesquisador que se apresentava portando o ofício e disponibilizando-se a esclarecer eventuais dúvidas com o representante da instituição responsável pela área ambiental. Apenas em seis instituições não foi possível acessar (pessoalmente, telefone ou e-mail) o responsável pela área ambiental. Nessas instituições, o ofício foi entregue a um funcionário da portaria/recepção para que fosse encaminhado ao responsável. Nas demais instituições (53) houve contato entre o (s) representante (s) e o pesquisador, sendo possível esclarecer eventuais dúvidas sobre o procedimento da pesquisa e sensibilizá-los a respeito da importância deste trabalho.

Das instituições contatadas, 68% responderam positivamente ao pedido de concessão de entrevista. Do total de 59 instituições contatadas, 27 foram escolas, 15 empresas, oito entidades de classe, sete órgãos públicos e duas ONG's. Apesar de haver diferença entre o número de instituições contatadas por categoria (esse fato é justificado em razão da quantidade de instituições existentes no Município e do conhecimento prévio sobre o envolvimento das respectivas categorias com a causa ambiental), verificam-se diferenças significativas entre o percentual de instituições que se manifestaram favoravelmente em conceder entrevistas.

As instituições efetivamente participantes da pesquisa totalizaram 40, sendo duas ONG's, 23 escolas (particular, municipal, estadual e federal), cinco órgãos públicos, seis entidades de classe e quatro empresas. Esses dados são instigantes, pois apontam a realidade de Uberlândia em relação à EA desenvolvida em seu território.

Como era esperado, comprovou-se a correta estratégia adotada na seleção da amostra de instituições participantes desta pesquisa, a categoria mais refratária à discussão e à socialização de suas experiências na área ambiental é representada pelas empresas, cuja participação apresenta uma discrepância muito acentuada, quando comparado com as outras categorias. ONG's e escolas são as categorias mais abertas à participação em pesquisas que envolvam as questões ambientais, considerando o resultado desse processo de busca de parcerias. Essas entrevistas foram realizadas nos meses de novembro e dezembro de 2014, após o projeto de pesquisa ter sido avaliado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Uberlândia (CEP/UFU), conforme pode ser observado no Anexo A.

A terceira etapa da pesquisa refere-se à obtenção de respostas para atender ao sexto objetivo específico: “avaliar o nível de percepção ambiental e envolvimento da população uberlandense em relação às questões ambientais”. Foi definida uma amostra aleatória, contemplando cidadãos residentes em Uberlândia, nos mais diversos bairros, de ambos os sexos, com idade superior a dezoito anos, de variados níveis de escolaridade e renda.

O tamanho da amostra foi definido à medida que os resultados das entrevistas eram analisados e indicavam um padrão de respostas/informações que atendia os objetivos da pesquisa. A amostra atingiu duas centenas de cidadãos entrevistados.

A seleção e o tamanho da amostra estão vinculados aos critérios estabelecidos pela relação: problema de pesquisa, hipóteses e objetivos. Como, nas pesquisas qualitativas, se prioriza um estudo minucioso sobre certos eventos, a definição da amostragem varia conforme a complexidade da problemática proposta na pesquisa (RAMIRES; PESSÔA, 2009, p. 524).

De acordo com Rosa e Arnoldi (2008, p. 53) “a fórmula qualitativa para o cálculo da amostra contém como ingrediente-chave a noção, princípio e estratégia da saturação (= quando não se encontram mais dados adicionais à solução do tema em questão).”

Nesta mesma linha de raciocínio, Flick (2009, p. 122) afirma que o “prosseguimento da amostragem ocorre de acordo com a relevância dos casos, e não conforme sua representatividade. Esse princípio é também característico de estratégias relacionadas para a coleta de dados na pesquisa qualitativa.”

O que é decisivo para a escolha de uma das estratégias de amostragem, assim como para o sucesso na reunião da amostra como um todo, é observar se a escolha é rica em informações relevantes. As decisões relativas à amostragem sempre oscilam entre os objetivos de cobrir um campo da forma mais ampla possível e de realizar análises com a maior profundidade possível. (FLICK, 2009, p. 126).

A quarta etapa da pesquisa contemplou o tratamento qualitativo dos resultados da pesquisa em sua plenitude. As entrevistas foram transcritas e as observações de campo compiladas. Na sequência foram realizadas as análises dos dados e informações obtidas e, à luz do referencial teórico, foi elaborada uma reflexão crítica a respeito dos objetivos inicialmente almejados e dos resultados alcançados.

A quinta e última etapa da pesquisa consistiu na redação da tese e sua formatação de acordo com as exigências do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia.

Após expor detalhadamente os procedimentos metodológicos da pesquisa e suas etapas operacionais, serão abordadas as técnicas utilizadas para a obtenção dos dados e informações da pesquisa. Utilizamos duas técnicas básicas: entrevista e observação.

(...) a opção pela técnica de coleta de dados através da Entrevista deve ser feita quando o pesquisador/entrevistador precisar valer-se de *respostas mais profundas* para que os resultados da sua pesquisa sejam realmente atingidos e de forma fidedigna. E só os sujeitos selecionados e conhecedores do tema em questão serão capazes de emitir opiniões concretas a respeito do assunto. (ROSA; ARNOLDI, 2008, p.16).

Continuando, Rosa e Arnoldi (2008, p. 17) afirmam que,

A Entrevista é uma das técnicas de coleta de dados considerada como sendo uma forma racional de conduta do pesquisador, previamente estabelecida, para dirigir com eficácia um conteúdo sistemático de conhecimentos, de maneira mais completa possível, com o mínimo de esforço de tempo.

Para Ramires e Pessôa (2009, p. 283),

Na pesquisa qualitativa, os procedimentos mais utilizados são: entrevista, observação, observação participante, análise do discurso, pesquisa-ação, estudo de caso. Cabe ao pesquisador estabelecer a técnica ou as técnicas que sejam mais adequadas ao seu objeto de estudo e com as quais consiga alcançar resultados para o desenvolvimento do estudo.

A pesquisa aponta seis objetivos específicos. Os cinco primeiros foram contemplados a partir da realização de entrevistas semiestruturadas concedidas pelos responsáveis pelas atividades de EA dos respectivos atores sociais.

Nas *Entrevistas Semiestruturadas* as questões deverão ser formuladas de forma a permitir que o sujeito discorra e verbalize seus pensamentos, tendências e reflexões sobre os temas apresentados. O questionamento é mais profundo e, também, mais subjetivo, levando ambos a um relacionamento recíproco, muitas vezes, de confiabilidade. (ROSA; ARNOLDI, 2008, p. 31).

Estas entrevistas foram previamente agendadas a partir do envio de um documento contendo a solicitação da entrevista, a justificativa e os objetivos da pesquisa. Foi elaborado um roteiro (Apêndice B) contendo 15 questões abertas contemplando os objetivos específicos da pesquisa.

As entrevistas foram gravadas, utilizando-se um aparelho portátil, para posterior transcrição e análise. A gravação foi realizada com a anuência do entrevistado que foi devidamente esclarecido a respeito das condições e da garantia de sigilo absoluto e do zelo pelo teor das informações e dos dados disponibilizados, do nome da instituição e do nome e cargo do próprio entrevistado.

Por ocasião das entrevistas, também foram realizadas observações dos aspectos ambientais de interesse dessa pesquisa. O conhecimento da estrutura física dos prédios, aspectos organizacionais e ambientais externos (recipientes para coleta seletiva, arborização, áreas verdes e permeáveis, informações a respeito da política ambiental da instituição) contribuíram para o fornecimento de indícios que auxiliaram o autor por ocasião da etapa de análise e de compreensão das questões tratadas nas entrevistas.

Ao realizar uma visita de campo ao 'local' escolhido para o estudo de caso, você está criando a oportunidade de fazer observações diretas. Partindo-se do princípio de que os fenômenos de interesse não são puramente de caráter histórico, encontrar-se-ão disponíveis para observação alguns comportamentos ou condições ambientais relevantes. Essas observações servem como outra fonte de evidências em um estudo de caso. (YIN, 2005, p. 119-120).

Segundo Yin (2005, p. 120),

De uma maneira mais informal, podem-se realizar observações diretas ao longo da visita de campo, incluindo aquelas ocasiões durante as quais estão sendo coletadas outras evidências, como as evidências provenientes de entrevistas. Por exemplo, as condições físicas de um edifício ou de espaços de trabalho poderão revelar alguma coisa sobre o clima ou o empobrecimento de uma organização.

Na etapa de avaliação do nível de percepção ambiental da população, foi utilizado um roteiro de entrevista (Apêndice A) contendo seis questões para identificação do perfil do entrevistado e 20 questões abordando temas gerais sobre a percepção e conhecimento ambiental dos entrevistados.

Foram entrevistadas 200 pessoas com idade igual ou superior a 18 anos, de ambos os sexos, contemplando pessoas que integram grupos com características variadas em relação aos seguintes aspectos: nível socioeconômico, escolaridade, faixa etária e ocupação profissional. Essa amostra selecionada de forma aleatória abrange cidadãos uberlandenses residentes nos cinco setores da cidade (Norte, Sul, Leste, Oeste e Central). Foram contemplados cidadãos residentes em 44 bairros (Mapa 2), além de moradores da área rural do Município, de forma a garantir uma melhor representatividade e diversidade da população. No momento do recrutamento, as pessoas eram abordadas pelo entrevistador nas vias públicas, comércios, praças e residências. Nessa oportunidade, os entrevistados eram devidamente esclarecidos a respeito dos objetivos e da importância da pesquisa e convidados a participarem como voluntários. Quando o entrevistado aceitava o convite para participar da pesquisa, este era informado a respeito do sigilo de sua identidade e das informações prestadas.

Os resultados dessas entrevistas demonstram que a amostra selecionada de forma aleatória atendeu plenamente os objetivos de uma pesquisa qualitativa. A diversidade dos cidadãos entrevistados, considerando os aspectos nível de escolaridade, nível de renda, profissão, idade e gênero (masculino e feminino), apresentou-se adequada para avaliarmos o atual nível de percepção ambiental da população uberlandense, dentro do contexto conceitual e metodológico delineado ao longo dessa pesquisa.

Na seleção dos entrevistados, um critério adotado foi limitar as entrevistas a apenas um cidadão por domicílio. Essa preocupação teve como objetivo favorecer a diversidade amostral e, conseqüentemente, de opinião. Todas as entrevistas foram realizadas pelo próprio pesquisador de modo que esse critério fosse facilmente observado.

Os dados e informações obtidos, a partir da compilação das respostas das entrevistas, foram analisados qualitativamente de forma a estabelecer uma correlação com os resultados obtidos nas entrevistas concedidas pelos representantes das instituições participantes da pesquisa.

4- PERCEPÇÃO AMBIENTAL DA POPULAÇÃO

Conforme descrito na metodologia, foi definida uma amostra de 200 cidadãos uberlandenses para serem entrevistados. O objetivo dessas entrevistas é compreender qual a percepção ambiental e envolvimento que os moradores têm em relação às questões ambientais.

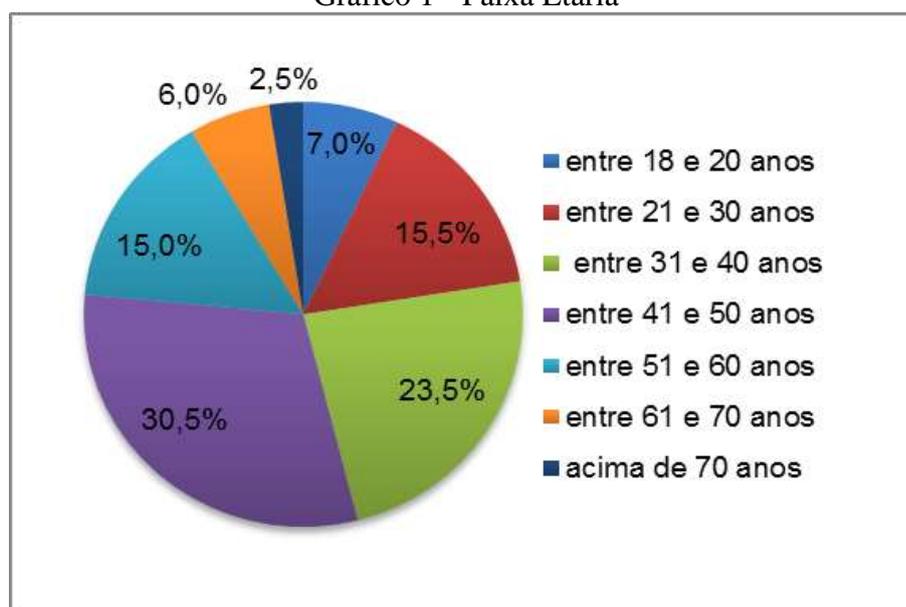
O roteiro de entrevista contém 26 questões, sendo que as de um a seis tratam do perfil do entrevistado, enquanto as demais tratam da percepção ambiental, nível de informações e conhecimento, hábitos domésticos, experiências vivenciadas no trabalho e na escola, bem como avaliação pessoal a respeito de diversas questões ambientais.

Em relação ao gênero dos entrevistados 58,5% são homens e 41,5% são mulheres. Apesar de o gênero masculino ter sido mais representativo na amostra, comparado ao gênero feminino, não foram encontradas evidências que mostrem diferença na percepção ambiental entre esses grupos.

A faixa etária dos entrevistados varia de 18 a mais de 70 anos (Gráfico 1). Optamos por trabalhar com pessoas com idade a partir dos 18 anos por entendermos que a EA deve ser considerada nos diversos segmentos da sociedade organizada, incluindo família, escola, trabalho e grupos sociais diversos (lazer, religioso). A inclusão de crianças e adolescentes nesta pesquisa poderia privilegiar o papel desempenhado pelas escolas em detrimento dos demais segmentos que são objeto de investigação desta pesquisa. A possibilidade de uma pessoa com idade menor que 18 anos estar estudando é maior do que pessoas com idade superior.

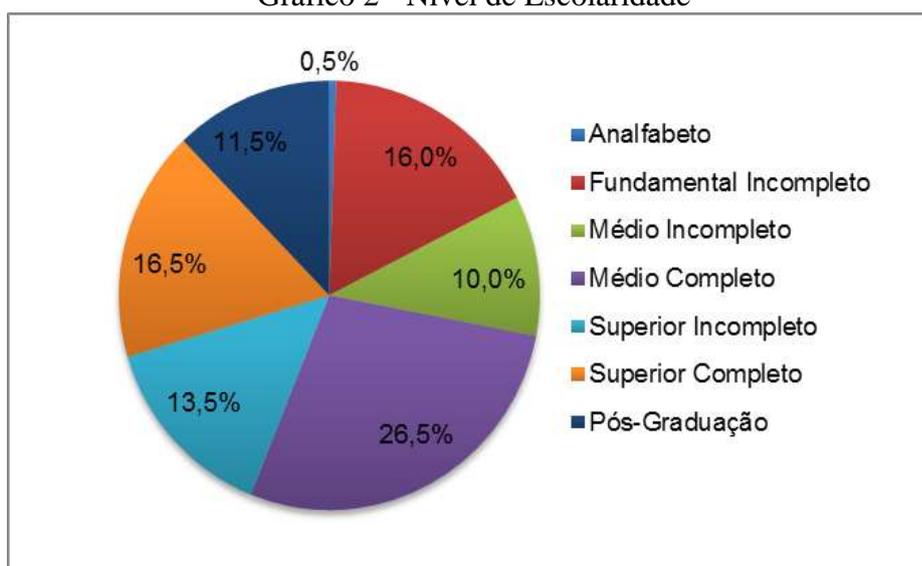
Quanto ao nível de escolaridade, a amostra contempla todos os níveis conforme demonstra a Gráfico 2. Há entrevistados com ensino fundamental, ensino médio, curso superior e até pós-graduação. A realidade brasileira apresenta um baixo nível de escolaridade entre as pessoas de idade acima de 40 anos e que é numericamente representativa do conjunto da população. Assim, conhecer a percepção ambiental de pessoas com baixo nível de escolaridade e que viveram um contexto histórico anterior aos anos 90 do século passado, pode ajudar no processo de compreensão da problemática estabelecida para esta pesquisa.

Gráfico 1 - Faixa Etária



Fonte: Pesquisa de Campo (MENDONÇA, M. G., 2015)

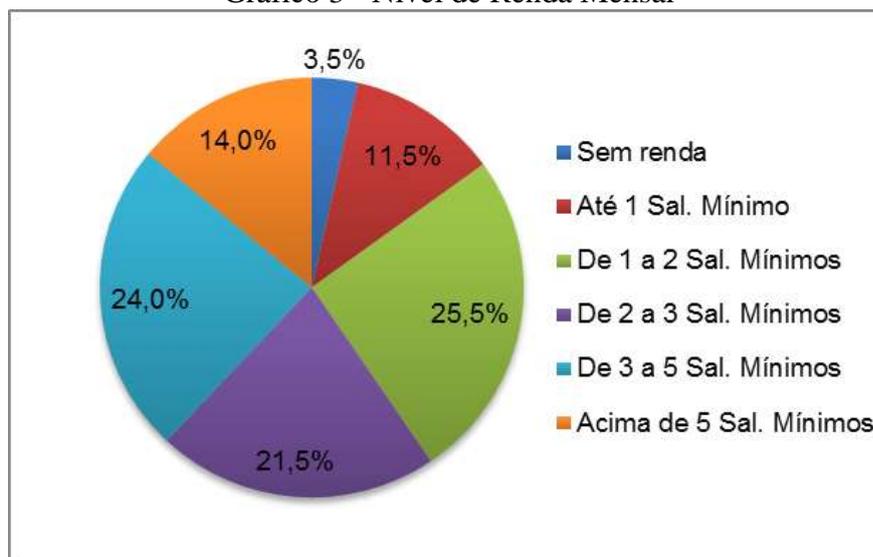
Gráfico 2 - Nível de Escolaridade



Fonte: Pesquisa de Campo (MENDONÇA, M. G., 2015)

Em relação à renda pessoal mensal, a amostra apresenta cidadãos sem renda até pessoas com renda superior a cinco salários mínimos (Gráfico 3). De maneira geral, os resultados das entrevistas demonstram que o nível de renda está relacionado ao nível de escolaridade. As respostas dos entrevistados não evidenciaram a necessidade de análise particularizada por segmentos de renda, considerando os objetivos da pesquisa.

Gráfico 3 - Nível de Renda Mensal



Fonte: Pesquisa de Campo (MENDONÇA, M. G., 2015)

Outra questão abordada refere-se ao bairro onde os entrevistados moram. Muitos entrevistados indicavam o nome do loteamento onde moram e não o nome do bairro. Neste levantamento, foi utilizada como referência para localização da residência do entrevistado, a nomenclatura “bairros integrados”, que representa a terminologia oficial adotada pela Prefeitura Municipal de Uberlândia (UBERLÂNDIA, 2015). Foram entrevistadas pessoas residentes nos cinco Setores da cidade (Norte, Sul, Leste, Oeste e Centro) mais a Zona Rural do Município. Dos 200 cidadãos entrevistados, há representantes de 44 bairros de um total de 63 bairros integrados.

A análise geral das entrevistas e particularmente da questão nº 13, que aborda um aspecto específico do bairro onde o entrevistado reside, não indicou diferenças significativas nas respostas dos entrevistados em razão do bairro onde moram. Esse fato indicou ser desnecessária a realização de análise envolvendo setores ou bairros separadamente.

A última informação que foi utilizada para compor o perfil dos entrevistados refere-se à ocupação profissional. Essa questão apresentou uma grande diversidade, sendo possível identificar 75 ocupações profissionais diferentes. Dentre as mais representativas destacam-se: comerciante (15), assistente administrativo (12), professor (11), aposentado (10), empresário (08), estudante (08) e vendedor (08).

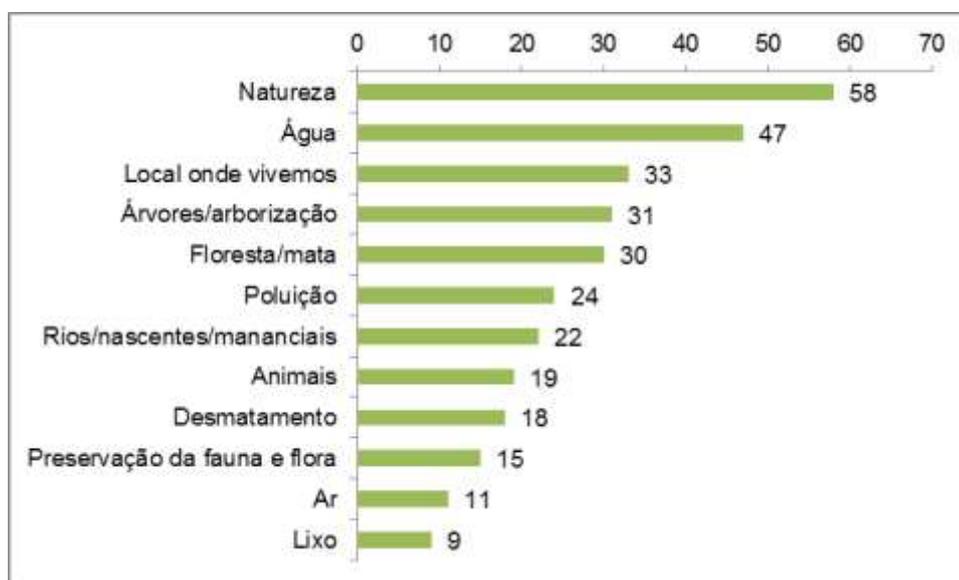
Considerando a heterogeneidade de ocupações profissionais dos entrevistados podemos agrupá-las de forma a visualizar melhor essa questão. De maneira geral, os 200 entrevistados integram as seguintes categorias ou setores profissionais: educação; empresários/comerciantes/gerentes; segurança; administrativo/financeiro; aposentados; estudantes; produtores rurais; vendas/compras/comércio; saúde; serviços gerais/domésticas/do

lar; profissionais com formação acadêmica superior (advogado, dentista, médico, psicólogo, nutricionista, jornalista); prestadores de serviços/autônomos (eletricista, ambulante, cabeleireira, massagista, pedreiro, manicure, cozinheiro, açougueiro, serralheiro, taxista, mecânico, jardineiro).

O aspecto ocupação profissional, tal qual o aspecto bairro onde mora, também não suscitou a necessidade de análise particularizada. A imensa heterogeneidade de ocupações profissionais dos entrevistados não possibilitou a observação de influência nas respostas. Na sequência, serão apresentadas as respostas das questões que abordam a percepção ambiental dos entrevistados.

A questão nº 07 apresenta a seguinte pergunta: quando se fala em Meio Ambiente, você pensa em quê? Os termos mais citados pelos entrevistados estão sistematizados no Gráfico 4. Há predominância de uma visão naturalista em relação ao entendimento do termo Meio Ambiente, com destaque para o uso dos termos “natureza” e “água”. O terceiro item mais citado pelos entrevistados é “local onde vivemos”, inserindo o ser humano como elemento constituinte do Meio Ambiente.

Gráfico 4 - Significado do Termo “Meio Ambiente” (nº de citações)



Fonte: Pesquisa de Campo (MENDONÇA, M. G., 2015)

Podemos conjecturar que essa visão da população sobre o significado do termo Meio Ambiente possa estar relacionada ao recente processo de urbanização/industrialização brasileira. Esse fato provocou um distanciamento do homem em relação à natureza. As gerações mais novas têm uma visão mais superficial de Meio Ambiente, apesar de estar abastecida de ampla informação sobre essa questão. Parece que o indivíduo não se vê

responsável pela problemática ambiental ou não enxerga a relevância de sua parcela de participação no conjunto da sociedade.

A questão nº 08, que trata dos principais problemas ambientais, apresenta uma síntese dos problemas mais citados pelos entrevistados, conforme observado no Gráfico 5. Todos os problemas elencados são decorrentes da ação humana e estão diretamente relacionados ao modelo capitalista/desenvolvimentista baseado no processo de urbanização e industrialização. Os problemas mais citados são “desmatamento”, “poluição”, “água” e “lixo”.

Gráfico 5 - Principais Problemas Ambientais (nº de citações)

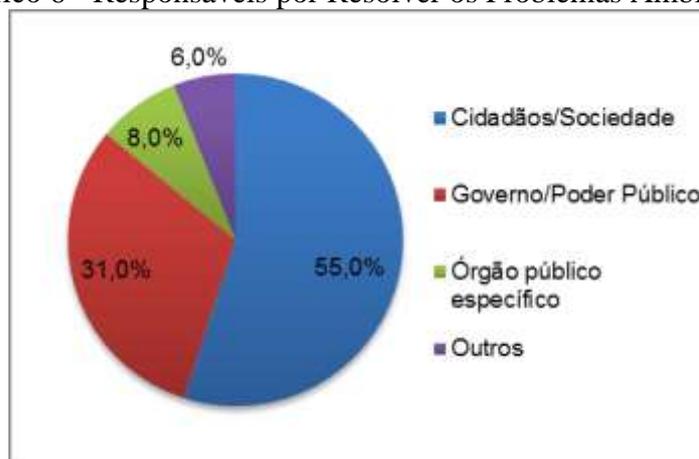


Fonte: Pesquisa de Campo (MENDONÇA, M. G., 2015)

O paradigma da sociedade moderna deixa o indivíduo imerso nesse processo de desenvolvimento econômico, impedindo-o de vislumbrar alguma perspectiva de mudança e reversão. Os problemas apontados indicam uma visão pontual, restrita e seletiva diante de uma complexa problemática ambiental, em que as questões políticas, sociais e culturais não são lembradas. O quinto problema mais citado refere-se à “falta de conscientização e educação” da população. Esse fato indica que pelo menos uma parcela dos entrevistados possui uma visão menos superficial da problemática ambiental.

A pergunta, quem são os responsáveis por resolver os problemas ambientais, é tratada pela questão nº 09. As respostas, diferentemente das duas questões anteriores, polarizaram em apenas três alternativas, conforme observado no Gráfico 6. Dos entrevistados, 55% apontam os cidadãos/sociedade como os responsáveis por resolver os problemas ambientais, enquanto a responsabilidade do governo/poder público é apontada por 31%. 8% dos entrevistados indicaram órgãos públicos ou instâncias públicas de forma específica, enquanto 6% acusaram diferentes responsabilidades pela resolução dos problemas ambientais.

Gráfico 6 - Responsáveis por Resolver os Problemas Ambientais

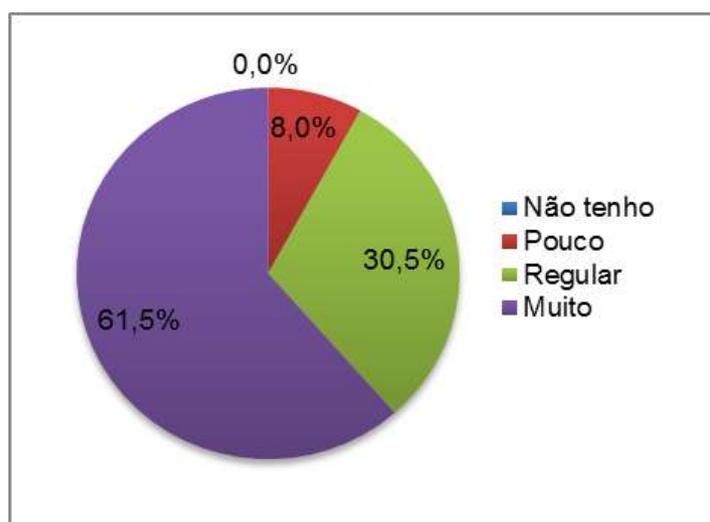


Fonte: Pesquisa de Campo (MENDONÇA, M. G., 2015)

Esses dados demonstram que parte da população, que considera o governo/poder público responsável pela solução dos problemas ambientais, ainda conserva uma visão paternalista e retrógrada, fruto de um passado político conservador e autoritário. Talvez essa visão de reconhecimento da responsabilidade coletiva pelos problemas ambientais ainda não tenha atingido um nível de mobilização e engajamento da sociedade a ponto de gerar atitudes e ações práticas. Outro fato que pode concorrer para essa situação de inércia seria a cultura de desmobilização da sociedade brasileira e o descrédito nas instituições públicas.

As respostas da questão nº 10, que trata do interesse do entrevistado em aprender e/ou realizar alguma ação de preservação ambiental, podem ser observadas no Gráfico 7.

Gráfico 7 - Interesse em Aprender e/ou Realizar Alguma Ação de Preservação Ambiental



Fonte: Pesquisa de Campo (MENDONÇA, M. G., 2015)

É significativo o fato de 61,5% dos entrevistados apontarem que há muito interesse em aprender e/ou realizar alguma ação de preservação ambiental. Mais uma vez somos impelidos

a afirmar que faltam oportunidades e situações que possibilitem ações ambientais efetivas por parte dos cidadãos. A falta de hábito e de participação em atividades coletivas leva as pessoas à acomodação. Cabe aos atores sociais, que atuam com EA, criarem situações para que as pessoas possam demonstrar o interesse pela causa ambiental em seu benefício e da sociedade.

A questão nº 11 apresenta a seguinte pergunta: como você avalia as consequências de suas ações diárias em relação ao Meio Ambiente? O resultado obtido consta no Gráfico 8.

Gráfico 8 - Avaliação das Consequências das Ações Diárias em Relação ao “Meio Ambiente”

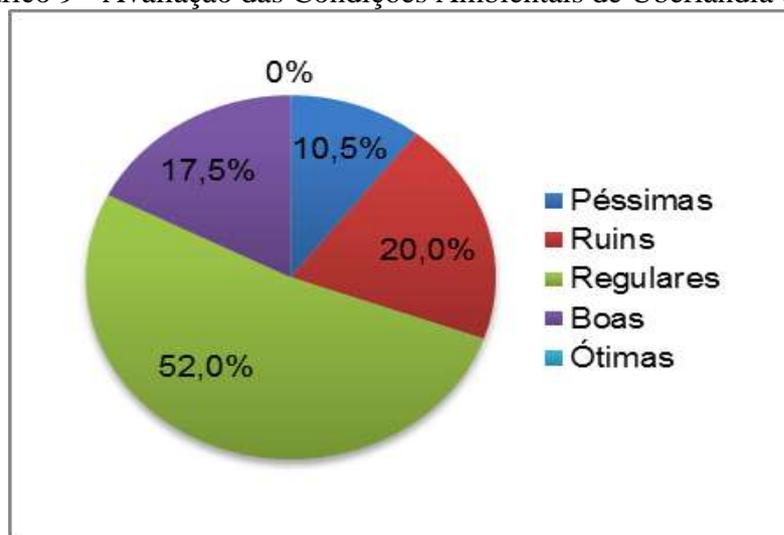


Fonte: Pesquisa de Campo (MENDONÇA, M. G., 2015)

As respostas a esta questão oferecem um entendimento de que a população uberlandense, ao reconhecer que suas ações diárias podem prejudicar o Meio Ambiente, possui uma visão crítica a respeito da questão ambiental. Afinal de contas, 76% dos entrevistados apontaram essa questão. Estão faltando ações efetivas por parte dos cidadãos e das instituições.

A questão nº 12, que aborda como o entrevistado avalia as condições ambientais de Uberlândia, tem seu resultado apresentado no Gráfico 9. As respostas indicam uma visão crítica da população uberlandense. Quando se compara Uberlândia com outros municípios brasileiros em relação às questões ambientais, é quase unânime a avaliação positiva, considerando principalmente os índices de saneamento. Por outro lado, se reconhece que muita coisa ainda há por fazer. Assim, quando 52% dos entrevistados indicam que as condições ambientais de Uberlândia são regulares, verifica-se coerência com a realidade brasileira.

Gráfico 9 - Avaliação das Condições Ambientais de Uberlândia (MG)



Fonte: Pesquisa de Campo (MENDONÇA, M. G., 2015)

A questão nº 13 aborda o nível de conhecimento que o entrevistado possui a respeito de algum problema ambiental em seu bairro ou em Uberlândia. 23% dos entrevistados afirmaram que não sabem, enquanto 77% responderam que conhecem algum problema. Caso respondesse sim, o entrevistado deveria indicar qual o problema conhecido. O Gráfico 10 apresenta os principais problemas apontados pelos entrevistados.

Gráfico 10 - Problemas Ambientais nos Bairros dos Entrevistados (nº de citações)



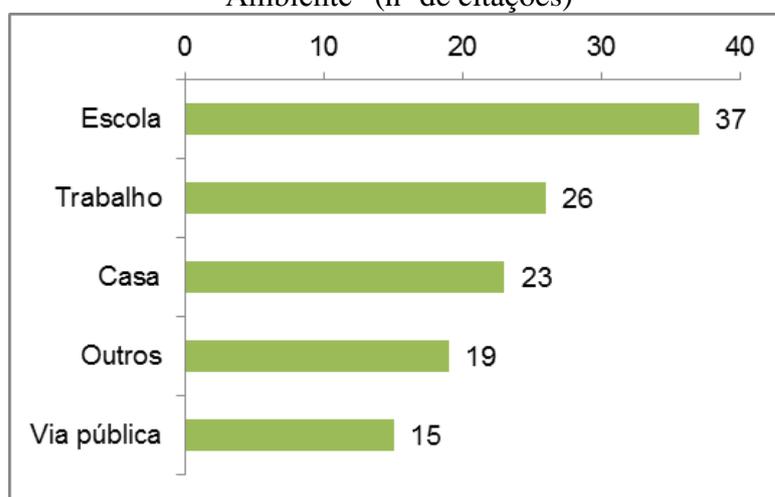
Fonte: Pesquisa de Campo (MENDONÇA, M. G., 2015)

Apesar de 77% dos entrevistados terem afirmado conhecer algum problema ambiental no bairro onde moram, muitos tiveram dificuldade em apontar o problema no ato da pergunta. Somente depois de algum tempo e de serem indagados sobre a existência de algum problema na cidade como um todo é que manifestavam. Os problemas eram citados de maneira genérica, na maioria dos casos, sem fazer alusão a uma área em específico. Vale destacar que

23% dos entrevistados não souberam indicar um problema ambiental. O problema mais citado, representando mais do triplo de citações em relação ao segundo, foi “lixo”. Esse fato representa uma contradição muito grande na medida em que Uberlândia possui um bom serviço de coleta e destinação final do lixo urbano. Mesmo com essas condições favoráveis, é fato a existência de lixo lançado indevidamente nas vias públicas e lotes vagos, exigindo um austero trabalho de fiscalização e EA por parte das autoridades públicas.

A questão nº 14 questiona o entrevistado se recebeu algum material impresso (folder, cartilha) sobre o tema Meio Ambiente. 50% respondeu sim e 50% respondeu não. Caso respondesse sim era convidado a indicar onde recebeu esse material. Se em sua residência, na escola, no trabalho, na rua ou em outro lugar. O Gráfico 11 apresenta o resultado.

Gráfico 11 - Locais Onde os Entrevistados Receberam Material Impresso sobre “Meio Ambiente” (nº de citações)



Fonte: Pesquisa de Campo (MENDONÇA, M. G., 2015)

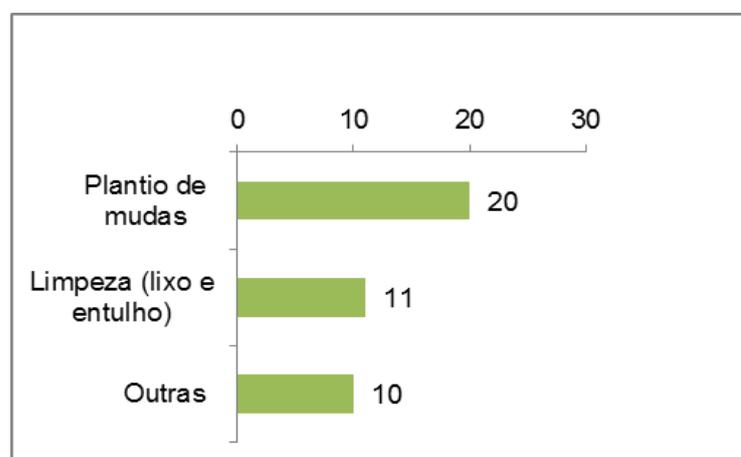
As respostas indicam que 50% dos entrevistados já receberam algum material impresso sobre o tema Meio Ambiente, cuja fonte mais expressiva é a escola, seguido do trabalho e casa. Essas constatações são relevantes e evidenciam a importância de um trabalho de EA abrangente e contínuo que atinja todos os segmentos da população uberlandense.

A questão nº 15 apresenta a seguinte pergunta: você já recebeu a visita de algum profissional da área ambiental em sua casa? 75,5% dos entrevistados responderam não e 24,5% responderam sim. Do total de entrevistados que afirmaram terem recebido a visita de algum profissional da área ambiental em sua casa, 90% responderam “zoonose”, referência aos funcionários responsáveis pelo combate e prevenção ao mosquito transmissor da dengue. As demais respostas foram: orientações sobre outorga, regularização ambiental, fiscalização da Polícia Ambiental, funcionário do Departamento de Água e Esgoto (DMAE), pesquisador da UFU.

Esses dados demonstram pouca efetividade e presença de agentes de EA junto à população uberlandense. Falta informação e orientação ambiental para a população sobre as questões ambientais, cuja consequência é a pequena participação e mobilização dos cidadãos. A presença dos agentes de controle de zoonoses, caso fossem treinados como educadores ambientais, poderia representar uma boa alternativa para o poder público municipal realizar um trabalho de EA nos lares do Município.

Em relação à participação do entrevistado em alguma ação em Uberlândia voltada para a preservação ambiental, as respostas podem ser observadas na questão nº 16. Dos entrevistados, 80,5% responderam não e 19,5% responderam sim. No caso de responder sim, deveriam indicar qual ação, onde e quando foi desenvolvida. Veja o resultado no Gráfico 12.

Gráfico 12 - Participação em Ações de Preservação Ambiental (nº de citações)



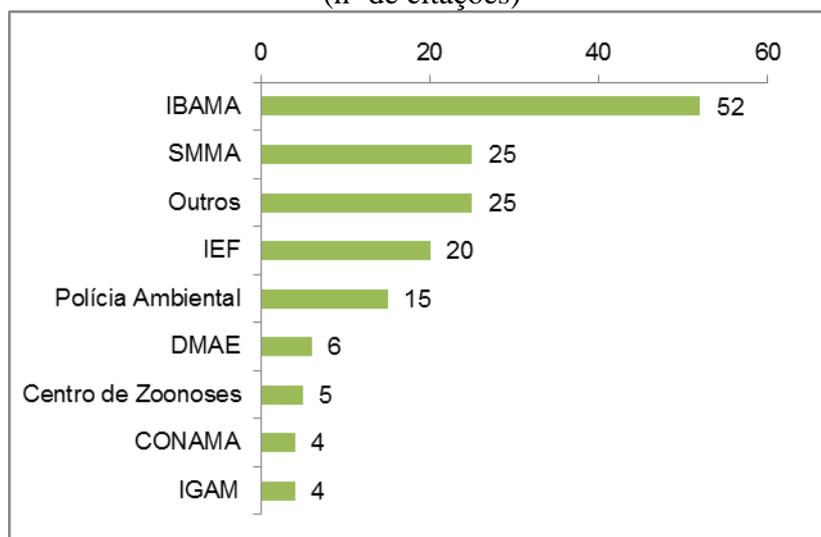
Fonte: Pesquisa de Campo (MENDONÇA, M. G., 2015)

Segundo as respostas dos entrevistados, essas ações foram promovidas por escolas, ONG's, órgãos públicos, empresas, grupos de amigos e instituições religiosas. Apenas 19,5% dos entrevistados afirmaram ter participado de alguma ação em Uberlândia voltada para a preservação ambiental. De maneira geral, o nível de participação da população uberlandense em ações dessa natureza ainda fica aquém do desejado.

O resultado dessa questão, apontando que 80,5% dos entrevistados nunca participaram de ações voltadas para a preservação ambiental em Uberlândia, indica que não possuem interesse ou não tiveram oportunidades. Considerando que as respostas da questão nº 10 apontam que 61,5% dos entrevistados possuem muito interesse em aprender e/ou realizar alguma ação de preservação ambiental, podemos deduzir que estão faltando oportunidades para essas pessoas participarem de ações ambientais. Cabe às instituições responsáveis pela EA no Município criarem situações que envolvam a comunidade.

As respostas à pergunta, que trata do conhecimento que os entrevistados possuem a respeito de órgãos públicos de proteção ambiental, são apresentadas pela questão nº 17. Dos entrevistados, 52% responderam não e 48% responderam sim. Em caso afirmativo, o entrevistado deveria informar o nome do órgão ambiental. O resultado pode ser observado no Gráfico 13.

Gráfico 13 - Órgãos Públicos de Proteção Ambiental Conhecidos dos Entrevistados (nº de citações)



Fonte: Pesquisa de Campo (MENDONÇA, M. G., 2015)

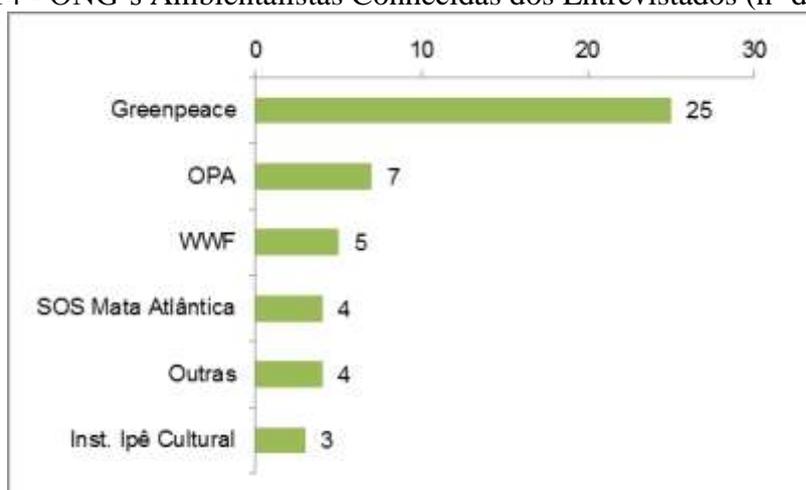
No total, foram citados 21 órgãos públicos de proteção ambiental e de atuação indireta na área. São cinco federais, oito estaduais, oito municipais, 10 integrantes do SISNAMA e 11 de atuação indireta na área ambiental.

Mais da metade dos entrevistados não conhecem e nem sabem o nome de algum órgão ambiental, quer seja federal, estadual ou municipal. Esse fato é muito significativo considerando que desde a década de 1980 existem órgãos públicos ambientais em Uberlândia. Além disso, a mídia divulga, com certa frequência, reportagens a respeito desses órgãos e das atividades por eles desenvolvidas. O órgão mais lembrado pelos entrevistados foi o IBAMA, com 52 citações. Na sequência, aparece a SMMA, citada 25 vezes. Vale destacar que a SMMA é um órgão local e foi criada no ano de 1985. Apenas 10% dos entrevistados apontaram a SMMA como um órgão ambiental conhecido. Esse fato demonstra o quanto a institucionalização da EA no Município de Uberlândia ainda é precária.

A questão nº 18 apresenta a seguinte pergunta: você conhece (sabe o nome) de alguma ONG de proteção ambiental? 80,5% responderam não e 19,5% responderam sim. No caso de responder sim deveriam indicar o nome da ONG conhecida. O conhecimento das ONG's que atuam com a questão ambiental por parte da população de Uberlândia é muito pequeno

(Gráfico 14). Dentre o grupo que conhece ou sabe o nome, a mais citada foi o *Greenpeace*. Certamente a inserção dessa ONG internacional na mídia é o motivo de ter sido lembrada. Apenas sete entrevistados citaram o nome de uma ONG local. Esse fato indica que há um grande espaço a ser preenchido pelas ONG's ambientalistas junto à população do Município de Uberlândia.

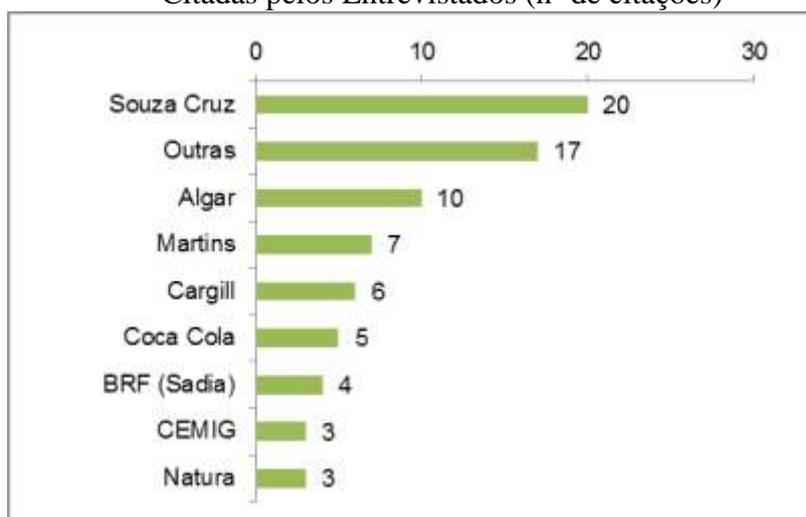
Gráfico 14 - ONG's Ambientalistas Conhecidas dos Entrevistados (nº de citações)



Fonte: Pesquisa de Campo (MENDONÇA, M. G., 2015)

A questão nº 19 abordou o conhecimento que o entrevistado possui de empresas que desenvolvem ações de proteção ambiental. 71% responderam não e 29% responderam sim. Em caso afirmativo, deveriam indicar o nome da empresa. Segue o resultado no Gráfico 15.

Gráfico 15 - Empresas que Realizam Ações de Proteção Ambiental Citadas pelos Entrevistados (nº de citações)



Fonte: Pesquisa de Campo (MENDONÇA, M. G., 2015)

No total, foram citadas 27 empresas, sendo 22 com sede no Município de Uberlândia e cinco localizadas em outros municípios. Da mesma forma que órgãos públicos e ONG's, as empresas que realizam alguma atividade voltada para a preservação ambiental também são

pouco conhecidas da população entrevistada. Apenas 29% dos entrevistados indicaram o nome de alguma empresa, com destaque para Souza Cruz, que obteve 20 citações. 71% dos entrevistados desconhecem empresas que atuam nessa área.

Analisando esses resultados levantamos duas hipóteses: pode haver poucas ações sendo desenvolvidas pelas empresas ou o trabalho ambiental realizado por elas é pouco conhecido. Considerando outras informações obtidas nessa pesquisa, entendemos que há poucas empresas desenvolvendo ações de preservação ambiental em prol da comunidade local.

A questão nº 20 trata da avaliação que os entrevistados fazem a respeito de suas atitudes diárias em relação ao meio ambiente. As respostas, observadas no Gráfico 16, indicam que a maioria dos cidadãos uberlandenses (79%) realizam suas atividades diárias procurando não prejudicar o meio ambiente. Todavia, poucos se consideram ecologistas (4,5%) e apenas 15,5% afirmaram que realizam as atividades diárias sem pensar se são prejudiciais ao meio ambiente.

Gráfico 16 - Avaliação das Atitudes Diárias dos Entrevistados em Relação ao “Meio Ambiente”



Fonte: Pesquisa de Campo (MENDONÇA, M. G., 2015)

Conforme observado, a grande maioria dos entrevistados age em seu cotidiano considerando as implicações ambientais que suas ações poderiam causar ao Meio Ambiente. Isso demonstra a existência de conscientização ambiental por parte da população. Entretanto, esse nível de conscientização ainda não é acompanhado de atitudes e ações práticas efetivas de preservação ambiental, conforme preconizado pelos princípios da EA.

A pergunta, que trata da forma mais eficiente para promover atitudes ambientalmente corretas nas pessoas, é abordada pela questão nº 21. Foram ofertadas três alternativas de

respostas para que os entrevistados assinalassem por ordem de importância, indicando o número um para a principal, o número dois para a segunda e o número três para a terceira. A seguir, apresentamos o resultado desta questão (Gráfico 17).

Gráfico 17 - Forma Mais Eficiente para Promover Atitudes Ambientalmente Corretas nas Pessoas



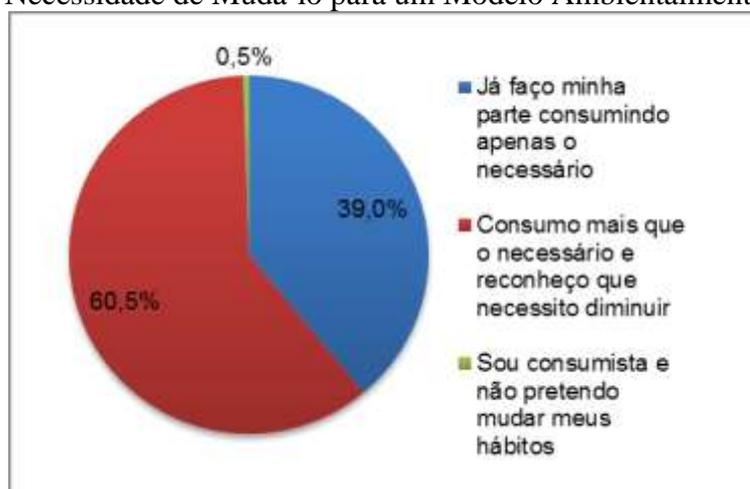
Fonte: Pesquisa de Campo (MENDONÇA, M. G., 2015)

Houve empate entre as alternativas “informar” e “fiscalizar/punir infratores”, com 37% de indicações cada uma. Em terceiro lugar, com 26% de indicações pelos entrevistados, ficou a alternativa que apresenta a manutenção de “locais de trabalho e espaços públicos organizados”.

As três alternativas de resposta desta questão são complementares e imprescindíveis em qualquer processo de EA desenvolvido por instituições que levem em consideração a mudança de cultura das pessoas. As respostas dos entrevistados indicam coerência com esse fato, uma vez que não houve destaque para nenhuma das alternativas de respostas apresentadas. A população reconhece a relevância destas ações, devidamente inseridas em um programa de EA, como forma de promover atitudes ambientalmente corretas nas pessoas.

A questão nº 22 é representada pela seguinte pergunta: considerando que o atual modelo econômico/industrial provoca problemas ambientais (poluição, mudanças climáticas, desmatamento), o que você está disposto a fazer para mudá-lo para um modelo ambientalmente sustentável? Foram oferecidas três alternativas de respostas para o entrevistado escolher aquela que melhor representasse sua visão a respeito desta questão. O resultado pode ser observado no Gráfico 18.

Gráfico 18 - Opinião dos Entrevistados em Relação ao Atual Modelo Econômico/Industrial Vigente e a Necessidade de Mudá-lo para um Modelo Ambientalmente Sustentável



Fonte: Pesquisa de Campo (MENDONÇA, M. G., 2015)

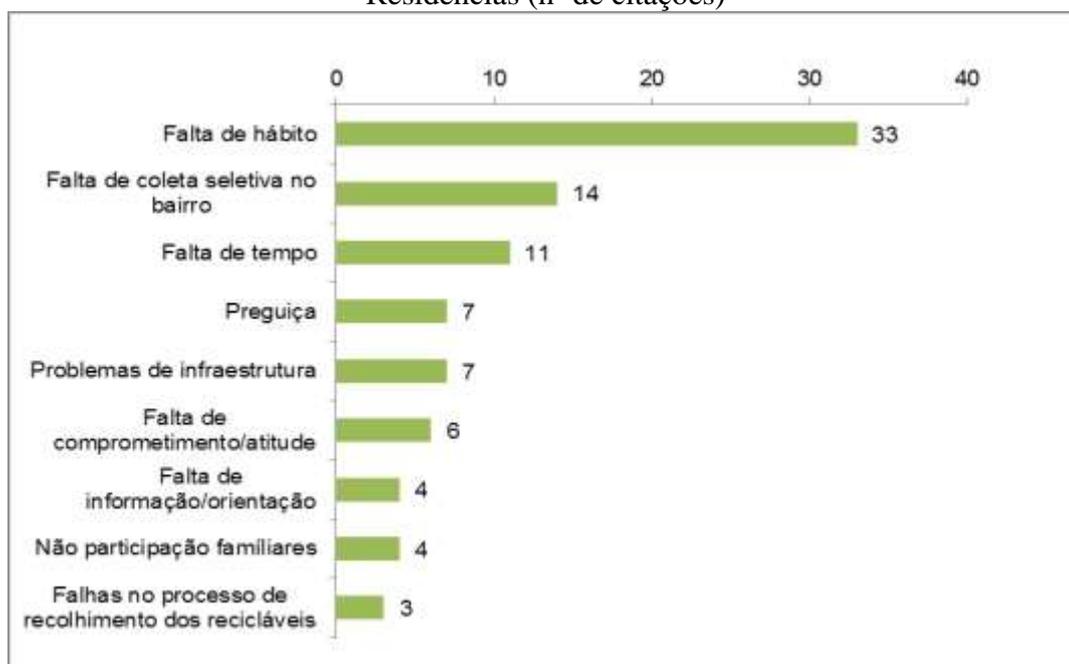
Dos entrevistados, 60,5% reconheceram que consomem mais que o necessário, enquanto 39% consideraram que faziam sua parte consumindo apenas o necessário. Um único entrevistado assumiu a condição de consumista e de não ter intenções de mudar seus hábitos.

O resultado desta questão mostra uma visão crítica dos entrevistados, na medida em que reconhecem que o consumismo representa uma das principais causas da degradação ambiental no planeta. Mais importante que reconhecer esse fato, é estar ciente que consome mais que o necessário e admitir que deva diminuir seu próprio consumo. O desafio da EA é levar o cidadão a incorporar essa ideia no dia-a-dia e, conseqüentemente, promover mudanças no paradigma moderno da sociedade capitalista.

A questão nº 23 trata da separação do lixo reciclável nas residências dos entrevistados. 49% responderam que realizam a separação, 37% responderam que não fazem e 14% afirmaram que realizam parcialmente, restringindo-se à separação de garrafas “pet” e latas de alumínio. Em caso negativo o entrevistado deveria explicar por que não realiza a separação do material reciclável. Observe as principais razões apontadas pelos entrevistados através do Gráfico 19.

Dos entrevistados, 51% ainda não realizam a separação dos resíduos sólidos recicláveis em suas casas, ou o fazem parcialmente. Deve ser destacado que a coleta seletiva de resíduos sólidos recicláveis no Município de Uberlândia ainda não é realizada em todos os bairros. As principais razões apresentadas pelos entrevistados, que justificam o fato de não realizarem a separação do material reciclável, estão relacionadas a aspectos individuais e coletivos.

Gráfico 19 - Razões Para Não Realizar a Separação dos Resíduos Sólidos Recicláveis nas Residências (nº de citações)



Fonte: Pesquisa de Campo (MENDONÇA, M. G., 2015)

As razões atribuídas ao individual referem-se à falta de hábito, tempo, informação, comprometimento e atitude. As razões atribuídas ao coletivo referem-se à falta de infraestrutura, como inexistência de coleta seletiva no bairro, lixeiras e espaço físico. Podemos deduzir que através da implantação de processos de EA e GA eficientes, essas razões apontadas pela população para não participarem da coleta seletiva seriam minimizadas consideravelmente.

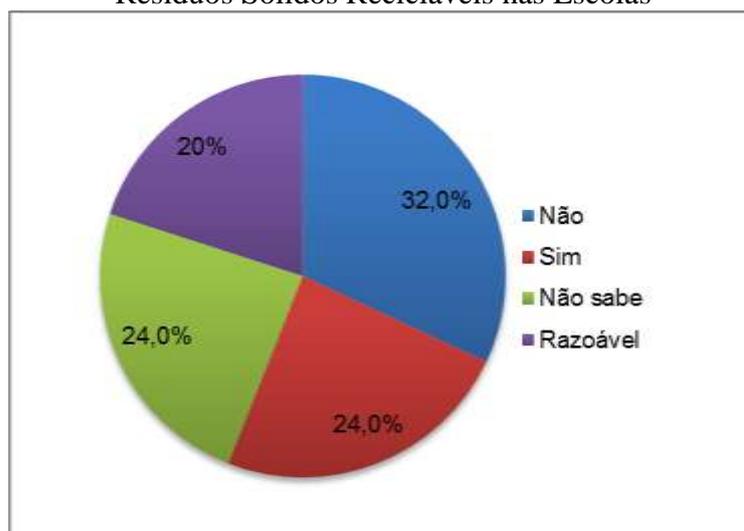
Uma entrevistada afirmou que realiza a separação de recicláveis no trabalho, destacando inclusive que o patrão é exigente em relação a esta questão. No entanto, não faz a separação em sua casa dizendo, em tom de brincadeira, que é uma “pouca vergonha”. Na sequência, afirma que no bairro não há coleta seletiva por parte da Prefeitura, informação esta que foi prontamente contestada pelo marido, que acompanhava a realização da entrevista. De fato, o bairro onde a referida entrevistada reside possui o serviço de coleta seletiva há muito tempo.

Outra entrevistada disse que não fazia a separação dos recicláveis por falta de tempo. O pai, que a acompanhava, entrevistou afirmando que ele separava garrafas “pet” e alumínio para posterior venda.

A questão nº 24 apresenta a seguinte pergunta: na escola onde estuda tem coleta seletiva? 67% respondeu sim, 30% respondeu não e 3% não soube responder. Em caso afirmativo, deveria complementar a resposta informando se o processo de separação de

recicláveis funcionava adequadamente. Vale destacar que essa pergunta se restringiu apenas aos entrevistados que estudavam por ocasião da realização das entrevistas. Da amostra total da pesquisa, apenas 37 entrevistados afirmaram que estavam estudando regularmente naquela ocasião. Portanto, o resultado apresentado no Gráfico 20 refere-se a este universo de entrevistados.

Gráfico 20 - Avaliação Sobre o “Funcionamento Adequado” do Processo de Separação de Resíduos Sólidos Recicláveis nas Escolas

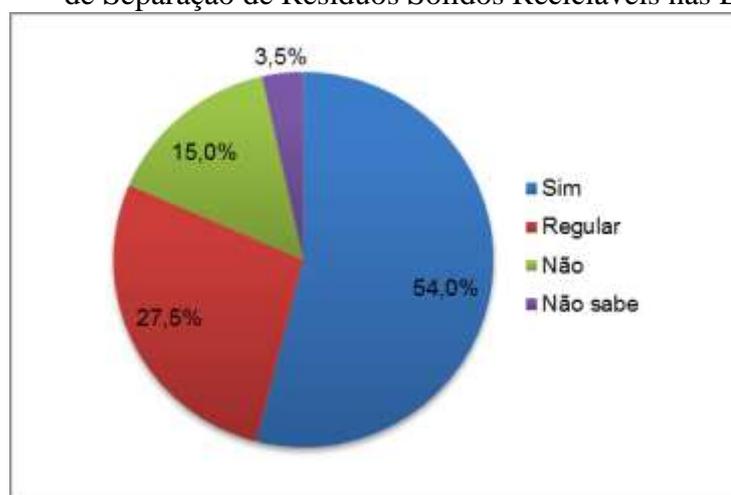


Fonte: Pesquisa de Campo (MENDONÇA, M. G., 2015)

Os resultados desta questão demonstram que as instituições escolares necessitam aprimorar as ações ambientais em seus territórios. Apesar de a pesquisa indicar que 67% das escolas possuem a coleta seletiva de recicláveis, apenas 24% destas conseguem gerir o processo de forma adequada, conforme a opinião dos entrevistados. Considerando que as escolas são ambientes educativos por excelência, deveriam ser exemplo de práticas ambientais para suas respectivas comunidades.

A existência de coleta seletiva nas empresas onde os entrevistados trabalham é tratada pela questão nº 25. Dos entrevistados, 56% responderam não e 44% responderam sim. Em caso afirmativo, deveriam complementar a resposta informando se o processo funcionava adequadamente, incluindo o setor onde o entrevistado trabalhava. A segunda parte da pergunta foi respondida por 181 entrevistados, que afirmaram trabalhar regularmente naquela ocasião, conforme pode ser observado no Gráfico 21.

Gráfico 21 - Avaliação Sobre o “Funcionamento Adequado” do Processo de Separação de Resíduos Sólidos Recicláveis nas Empresas

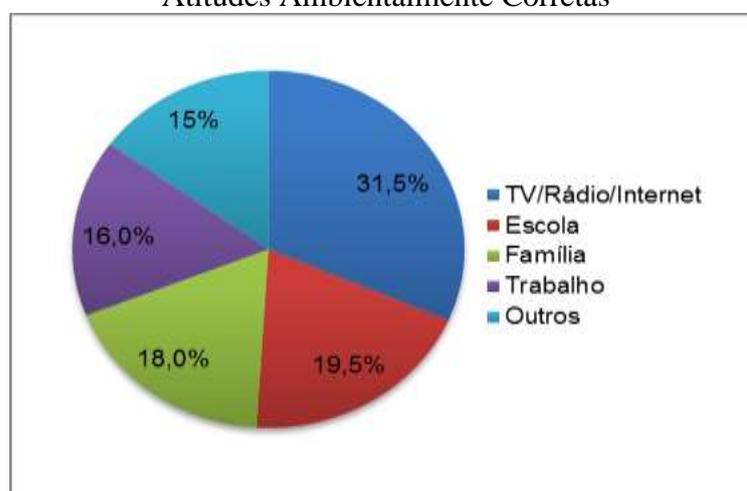


Fonte: Pesquisa de Campo (MENDONÇA, M. G., 2015)

As empresas também necessitam aprimorar o processo de separação dos resíduos recicláveis. Segundo dados da pesquisa de campo, 56% das empresas não realizam a coleta seletiva. Do grupo que realiza a coleta seletiva, 54% conseguem gerir bem o processo. A implantação e gerenciamento adequado da coleta seletiva nas empresas representa uma ótima referência para os funcionários e pessoas que frequentam esses ambientes. Portanto, cabe aos responsáveis desenvolverem programas de EA que contemplem a coleta seletiva como processo educativo permanente nos ambientes de trabalho.

A última pergunta apresentada aos entrevistados é tratada pela questão nº 26: qual é o principal responsável por influenciar você a adquirir atitudes ambientalmente corretas? As respostas podem ser observadas no Gráfico 22.

Gráfico 22 - Instituição Responsável por Influenciar o Entrevistado a Adquirir Atitudes Ambientalmente Corretas



Fonte: Pesquisa de Campo (MENDONÇA, M. G., 2015)

O resultado desta questão indica que os principais responsáveis por influenciar os entrevistados a adquirirem atitudes ambientalmente corretas são a mídia, com 31,5% das indicações, seguido de escola com 19,5%, família com 18% e trabalho com 16% de citações.

A “mídia”, representada pela televisão, jornal, rádio e internet, representa o principal “educador ambiental” da população uberlandense. Esse fato é extremamente importante para subsidiar programas de EA por parte dos atores sociais atuantes no Município. O atual estágio em que se encontra a EA em Uberlândia pode ser analisado a partir desses dados, que demonstram que a população é mais influenciada pela mídia, do ponto de vista ambiental, do que pela escola, família e trabalho. Considerando o alcance que a mídia possui em relação ao número de pessoas atingidas, rapidez e interatividade, esse meio precisa ser mais bem utilizado a serviço da EA. Por sua vez, a escola, a família e o trabalho necessitam ser potencializados em relação à sua capacidade efetiva de desenvolver atividades de EA como processo permanente, contínuo e integral.

O referencial teórico e os resultados da pesquisa de campo não deixam dúvida quanto ao reconhecimento da distância existente entre a teoria e a prática da EA. Indivíduo e coletividade constituem a sociedade, com todos os seus paradoxos. Um mundo repleto de informações, mas carente de orientações. Pessoas com vontade de desenvolver algo em prol da preservação ambiental, mas sem oportunidade de participação nas ações coletivas.

A população de Uberlândia apresenta uma relativa visão crítica em relação às questões ambientais. No entanto, essa condição não é suficiente para tirá-las do imobilismo e da falta de comprometimento com a realização de ações práticas necessárias à construção de um DS. As instituições do Município falham no processo de produzir e divulgar informações e orientações ambientais à população.

A seguir será realizada discussão dos resultados apresentados neste capítulo cujo objetivo é propiciar uma compreensão crítica a respeito da percepção ambiental do cidadão uberlandense, considerando os objetivos propostos e o referencial teórico utilizado.

O entendimento dos entrevistados a respeito do significado do termo “Meio Ambiente” apresenta-se ligado a uma visão naturalista e ecológica, deixando o homem fora da questão ambiental. Não se observa uma preocupação com as causas que interferem no modo de vida da sociedade contemporânea, como o modelo econômico vigente, o consumismo e o contexto educacional e cultural atual. Podemos afirmar que as respostas dos entrevistados demonstram que há uma visão pouco crítica a respeito do entendimento do termo “Meio Ambiente”, negligenciando os aspectos sociais, políticos e culturais.

Esses resultados corroboram as ideias de Loureiro (2003, p. 100), sobre uma pesquisa realizada pelo Instituto de Estudos Religiosos (ISER) em 2002, quando afirma que o conceito de ambiente para a população brasileira apresenta um entendimento muito simplista, segundo o qual, o natural é o aspecto mais importante e os aspectos humano ou social têm pouco valor. Nessa mesma linha de pensamento, Berna (2006, p. 160) afirma que “a população, via de regra, tem uma visão muito romântica da ecologia, associando-a mais em defesa do verde, das árvores e animais”.

As respostas à segunda questão, que trata dos principais problemas ambientais percebidos pelos entrevistados, estão diretamente ligadas à primeira. Os problemas mais citados referem-se às consequências das ações humanas. As causas desses problemas não são apontadas como problemas, indicando ausência de visão crítica por parte dos entrevistados.

Jacobi (2006, p. 426) destaca que “moradores em todos os níveis dão mais ênfase àqueles aspectos de degradação ambiental que estão mais diretamente ligados à sua vida cotidiana.” Philippi Júnior et al. (1999, p. 110) corroboram essa ideia ao afirmarem que é grande o número de pessoas que não conseguem associar os problemas ambientais cotidianos com a qualidade de vida em sua comunidade. Dessa forma, essas pessoas não se sentem envolvidas no processo de busca de transformação socioambiental.

A terceira pergunta, que trata dos responsáveis por resolver os problemas ambientais, apresenta respostas com um teor mais crítico em relação às anteriores, pois 55% dos entrevistados apontam os cidadãos/sociedade como responsáveis. Essa indicação contempla todos, isto é, os indivíduos e as instituições. Do ponto de vista operacional fica uma dúvida a respeito de quem efetivamente ficaria responsável por encaminhar a solução dos problemas ambientais existentes. Considerando que seja o cidadão, ficaria à mercê da existência de comprometimento pessoal e/ou cobrança de um órgão público. Quanto à sociedade, haveria a necessidade de um processo de GA mais eficiente por parte das instituições.

A necessidade de os indivíduos e da sociedade estabelecer um novo paradigma de vida, que dê conta de abarcar toda a complexidade inerente a uma mudança dessa natureza (viver de modo menos consumista e mais ecológico) em um contexto planetário, não pode ser alterado de uma hora para outra, considerando que “as pedras da sociedade oficial formam um chão sólido e seguro”, segundo Schwarz e Schwarz. (1990, p. 1-2).

O interesse em aprender e/ou realizar alguma ação de preservação ambiental é apontado por 92% dos entrevistados como regular/muito. Esse fato indica que as instituições devem incentivar e criar oportunidades para viabilizar a participação do cidadão em ações práticas.

Para Berna (2006, p. 162-163), “o comportamento dos cidadãos em relação ao seu meio ambiente é indissociável do exercício da cidadania”. O fato de o cidadão ficar consciente dos problemas ambientais não é suficiente. É preciso se tornar mais ativo, crítico e participativo em relação aos problemas que afligem sua comunidade, país e planeta.

De acordo com Guimarães (2006, p. 187-188), “a participação só se dará de fato com a mobilização, com a motivação dos atores sociais em atuar, criando um comprometimento com o processo; ou seja, o espaço da participação é imbricado ao da mobilização e esse se realiza no espaço público”.

Os cidadãos uberlandenses avaliam que as consequências de suas ações diárias podem prejudicar o “Meio Ambiente”. O fato de 76% dos entrevistados afirmarem isso demonstra que possuem consciência ambiental. Talvez essa consciência esteja “adormecida”, necessitando de alguma iniciativa externa que a transforme em atitudes ambientais mais adequadas.

Segundo Guimarães (2005, p. 41) “a conscientização, por parte de um grande número de pessoas no mundo todo, acerca da importância da preservação do meio ambiente, não tem sido suficiente para reverter o processo crescente de degradação do meio ambiente.”

As condições ambientais de Uberlândia são avaliadas como regulares por 52% dos entrevistados. O saneamento básico da cidade (tratamento de água e esgoto) é citado pelos entrevistados como o grande diferencial, sendo utilizado no comparativo com outros municípios brasileiros. Apesar desse aspecto positivo, a população faz uma avaliação modesta das condições ambientais de Uberlândia demonstrando coerência com a realidade.

Esse fato é observado na resposta dada à pergunta relacionada aos problemas ambientais existentes nos bairros de moradia dos entrevistados. 77% acusaram a existência de algum problema. Vale destacar que, dos problemas citados, as causas são decorrentes de ações individuais e coletiva/pública. De um lado, a falta de comprometimento e atitude individual dos cidadãos, e de outro, a omissão ou falhas de gestão das instituições públicas. Segundo Philippi Júnior, Pelicioni e Coimbra (2002, p. 183) “a solução dos problemas ambientais depende não apenas da responsabilidade individual, de mudanças de atitude e comportamento propostas pela educação, mas também da responsabilidade coletiva, de políticas públicas (...).”

Quando 50% dos entrevistados afirmam não terem recebido material impresso (folder, cartilha) sobre o tema “Meio Ambiente”, verifica-se que há falhas no processo de geração e acesso à informação ambiental pela população. Os principais locais de recebimento de informações impressas apontados pelos entrevistados são escola, trabalho e casa.

Considerando o baixo nível de escolarização da população, de maneira geral, torna-se imprescindível que a informação seja amplamente difundida nos ambientes de trabalho e nas residências. A informação é um requisito básico do processo de EA. Se há falhas nessa etapa, os resultados certamente serão afetados negativamente.

Segundo Morin (2001, p. 36), “o conhecimento das informações ou dos dados isolados é insuficiente. É preciso situar as informações e os dados em seu contexto para que adquiram sentido”. Jacobi (2006, p. 429) destaca a importância do estímulo à “expansão dos meios de acesso a uma informação geralmente esparsa e de difícil compreensão.”

Outra resposta indicativa do distanciamento, entre a população e as instituições que trabalham com a questão ambiental, refere-se ao fato de 75% dos entrevistados não terem recebido a visita de um profissional dessa área em sua casa. Dos 25% que afirmaram ter recebido visitas, 90% ocorreram em função do controle da dengue. Esses profissionais não são orientados e treinados para incluírem, em suas diligências, outras questões de interesse da EA. Visitas dessa natureza, com objetivo explícito de focar a EA em seu sentido mais amplo, seriam pertinentes na medida em que atingissem cidadãos adultos e com menor nível de escolaridade. Essas ações resultariam na divulgação de informações, sensibilização e orientação dos cidadãos a respeito da adoção de atitudes ambientalmente corretas em nível local.

Magoso (2002, p. 121) aponta que a falta de recursos humanos e materiais ocorre em razão do precário processo de institucionalização da EA no país. Segundo Sirkís (1999, p. 30), cabe ao poder público municipal interagir com os diversos segmentos da sociedade civil organizada, com as instituições privadas e com os órgãos públicos estaduais e federais que têm capacidade de influenciar ações de EA.

Os resultados dessa pesquisa também indicam que a população apresenta pouca participação em ações voltadas especificamente para a preservação ambiental, representando 80,5% dos entrevistados. Diante deste dado nos perguntamos se a causa dessa falta de engajamento individual com a causa ambiental seria a falta de interesse do cidadão ou a inexistência de atividades ou ações ambientais criadas pelas instituições?

Pedro Demo (apud BRASIL, 2005a, p. 11-12), destaca que “espaços de participação não são dados, mas são conquistados pelos sujeitos sociais”. O processo de participação está relacionado aos seguintes aspectos: infraestrutura básica de participação; disponibilidade das informações; espaços de interlocução e articulação; tomada de decisão e posturas pró-ativas.

Para Castro e Malheiros (2002, p. 149), o não envolvimento de diversos setores da sociedade com a causa ambiental está relacionado à falta de comunicação, falta de tempo para

conhecimento e execução das ações, falta de infraestrutura adequada, falta de capacitação dos profissionais envolvidos. Segundo Loureiro (2000, p. 31), a população não tem o hábito de participar de organizações sociais em razão do contexto social brasileiro pautado pelo individualismo e imediatismo.

Em relação aos órgãos públicos de proteção ambiental conhecidos dos entrevistados, as respostas indicam que 52% não conhecem nenhum. Seria falta de interesse do cidadão ou deficiência na geração e divulgação de informações e ações por parte das instituições? Os dois órgãos mais citados foram o IBAMA e a SMMA, com 52 e 25 citações respectivamente. O primeiro é um órgão de atuação nacional, criado em 1989, enquanto o segundo é um órgão de atuação municipal, criado em 1985. O que faz com que um seja mais lembrado que o outro seria sua atuação ou a exposição na mídia? Parece que a atuação desses órgãos carece de mais eficiência no tocante ao seu alcance da população.

Torquato (1992, p. 162, apud GUIMARÃES, 2007b, p. 21) destaca a importância do processo de comunicação no desenvolvimento de uma sociedade, evidenciado pelas ações desenvolvidas pelas instituições públicas. A lei federal nº 9.795/99 determina que o Poder Público, em níveis federal, estadual e municipal, incentivará a ampla difusão de informações, programas e campanhas educativas acerca de temas relacionados ao meio ambiente.

O mais importante seria a administração municipal agir de forma exemplar, ou seja, adotar procedimentos ambientalmente adequados, em todos os seus segmentos de trabalho, de modo a constituir-se um exemplo a ser seguido pelos cidadãos e instituições. Mesmo sabendo que chegar a esse nível não é uma tarefa fácil, cabe às lideranças municipais, definir valores e objetivos ambientais claros e comprometer-se a implementar políticas ambientais com metas mensuráveis e de conhecimento de toda a população. (SIRKÍS, 1999, p. 197).

É no âmbito dos municípios que as ações de EA são efetivadas. Para isso, é importante que as municipalidades se organizem tecnicamente e definam as melhores estratégias para o desenvolvimento das ações práticas. “Para assumir as políticas ambientais em nível local, os municípios têm que se estruturar e capacitar-se técnica e gerencialmente.” (PHILIPPI JÚNIOR et al., 1999, p. 30).

A pergunta anterior foi estendida às ONG's e o resultado foi que 80,5% dos entrevistados não conhecem nenhuma instituição dessa natureza. Da mesma forma que os órgãos públicos, esses dados indicam que haveria falta de interesse do cidadão ou deficiência na produção e divulgação de informações e ações por parte das ONG's? As duas mais citadas foram o *Greenpeace* e a Organização para Proteção Ambiental (OPA), com 25 e sete citações respectivamente. A primeira é uma ONG de atuação internacional, enquanto a segunda é uma

ONG de atuação local. O que faz com que uma seja mais lembrada que a outra seria sua atuação ou a exposição na mídia? Parece que a atuação dessas instituições carece de mais eficiência no tocante ao seu alcance junto à população.

Uma terceira pergunta realizada, nessa mesma linha de raciocínio, foi direcionada para o conhecimento que as pessoas têm de empresas que desenvolvem ações de proteção ambiental. 71% dos entrevistados afirmaram não conhecer. As empresas mais citadas foram Souza Cruz e Algar, com 20 e 10 citações respectivamente. Também podemos indagar se esses dados indicam falta de informação ou ausência de atividades ambientais desenvolvidas por essa categoria de instituições. Vale destacar que o total de citações dessas duas empresas (30) é maior que o número de citações do segundo órgão público mais conhecido dos entrevistados, que é a SMMA, citada 25 vezes.

Dos entrevistados, 79% afirmam que faz suas atividades diárias procurando não prejudicar o “Meio Ambiente”. Esse dado apresenta-se coerente com a resposta de outra pergunta, mencionada anteriormente, a qual indica que os entrevistados reconhecem que as consequências de suas ações diárias podem prejudicar o “Meio Ambiente”. O fato de afirmarem que procuram “não” prejudicar o “Meio Ambiente” é indicativo do conhecimento de causas e indica certo “compromisso” individual. Diante dessas questões poderíamos nos perguntar: caso realizem alguma atividade prejudicial ao “Meio Ambiente” seria em razão de quê? Desconhecimento de causa, esquecimento, desmotivação, contexto sociocultural favorável, falta de infraestrutura do ambiente/território?

Segundo Dias (1994, p. 218), “o indivíduo tende a ficar imerso no seu mundo cada vez mais hostil e adverso, sem esboçar qualquer reação para superar esse mundo”. Esse fato está relacionado à percepção que o indivíduo tem do ambiente. Hoeffel e Fadini (2007, p. 255) definem o termo percepção como um “processo, uma atividade que envolve organismo e ambiente, e que é influenciada pelos órgãos dos sentidos – ‘percepção como sensação’, e por concepções mentais – ‘percepção como cognição’.”

Segundo Lima (2007, p. 342), as mudanças são demoradas e fazem parte de um processo gradual envolvendo as “dimensões cognitiva, afetiva e prática da realidade”. Assim, os atos de pensar, sentir e agir nem sempre funcionam de forma coordenada. São relações complexas cuja integração ocorre de forma gradual a partir da experiência. Continuando, Lima (2007, p. 342) afirma que no “processo de aprendizado todos somos vítimas de momentos ‘parcializados’ onde desenvolvemos o discurso dissociado da prática ou a prática dissociada do discurso e da reflexão.”

Para Guimarães (2007, p. 90), “não basta a pessoa estar informada para que a realidade se transforme (...) para que o indivíduo possa transformar seus valores, hábitos e atitudes, a sociedade também precisa ser transformada em seus valores e práticas sociais”. De acordo com Carvalho (2008, p. 177), “muito frequentemente os sujeitos podem-se comportar em dissonância total ou parcial de suas atitudes. As ações humanas são multideterminadas, e há muitos fatores em jogo na relação entre atitudes e comportamentos”. Quintas (2002, p. 29), afirma que em diversas situações “o indivíduo é obrigado, por circunstâncias que estão fora do seu controle”, a realizar ações e adquirir produtos ambientalmente inadequados.

Interessa muito aos educadores ambientais definir as melhores estratégias de conscientização e sensibilização das pessoas. Nesse sentido, conhecer o que os entrevistados pensam a respeito da forma mais eficiente para promover atitudes ambientalmente corretas nas pessoas, representa um dado importante. Das três alternativas apresentadas aos entrevistados, todas foram consideradas relevantes, indicando que é necessário atuar em todos os segmentos possíveis, de forma a atingir o indivíduo. “Informar” e “fiscalizar/punir” os infratores são as duas estratégias mais votadas pelos entrevistados, ficando empatadas. Em terceiro lugar ficou a estratégia “manter locais de trabalho e espaços públicos adequados para as práticas ambientais corretas”.

Outro dado, apresentado nesta pesquisa a respeito da percepção ambiental da população uberlandense, refere-se à disposição dos entrevistados em contribuir para a mudança, do atual modelo econômico/industrial vigente, para um modelo ambientalmente sustentável. Quando 60,5% dos entrevistados afirmam que consomem mais que o necessário e reconhecem que há necessidade de diminuir o consumo, estão admitindo que o consumo seja uma das principais causas dos problemas ambientais. Por que será que, mesmo com esse entendimento, as pessoas aderem ao consumismo? A consciência ambiental individual sucumbiria diante da “massificação do consumo”? As políticas públicas (transporte, economia, educação, etc.) apresentam-se incoerentes com as necessidades ambientais?

Para Leff (2004, p. 222), “a incorporação do saber ambiental emergente no sistema educacional e a formação de recursos humanos de alto nível, foram considerados como processos fundamentais para orientar e instrumentar as políticas ambientais.”

As três perguntas que se seguem, a respeito da existência do processo de separação dos resíduos recicláveis nas residências, locais de trabalho e instituições escolares, representa um indicativo do nível de comprometimento (ações práticas) dos indivíduos e instituições para com as questões ambientais. A geração de resíduos sólidos recicláveis ocorre nos ambientes citados e sua separação e destinação adequada requerem poucos recursos para ser

operacionalizada. Depende apenas de vontade dos envolvidos e de um mínimo de informações a respeito do processo. A inexistência dessa ação por parte dos indivíduos e instituições representa, também, um bom indicativo da eficácia do processo de EA desenvolvido.

Munhoz (2004, p. 153) defende que as pessoas, quando passam a adotar atitudes ambientalmente sustentáveis, a exemplo da separação de recicláveis, automaticamente passam a influenciar positivamente suas famílias, escola, empresa, cidade, governo e até o país.

De acordo com os resultados da pesquisa, 51% dos entrevistados não realizam a separação dos recicláveis em suas casas ou o realizam de forma parcial (restrito à separação de embalagens “pet” e latas de alumínio). As razões para isso envolvem aspectos individuais (hábito, tempo, preguiça, comprometimento) e institucionais (inexistência de recolhimento de recicláveis no bairro, infraestrutura deficitária em prédios, carência de informações/orientações).

Em relação às escolas, segundo os entrevistados que estudam, 30% delas não realizam a separação de recicláveis. Das escolas que adotaram esse processo (67%), apenas 32% estão funcionando adequadamente, de acordo com as respostas dos entrevistados.

Para Guimarães (2005, p. 116), “a produção teórica sobre EA no Brasil já vem sendo realizada de forma predominantemente crítica (...) no entanto, ainda não se faz presente, de forma significativa, no chão-da-escola, o que ressalta a necessidade de investigar os caminhos para uma práxis da EA”. Magoso (2002, p. 124) afirma que “há muita retórica sobre a importância da EA e pouca ação efetiva, tanto por parte de dirigentes governamentais quanto profissionais, das escolas públicas e militantes ambientalistas.”

Mendonça (2007, p. 50) comenta a respeito de um dos grandes obstáculos enfrentados pela EA no ambiente escolar, que é a necessidade de vencer os procedimentos burocráticos e as dificuldades de gestão. Não bastassem as questões administrativas, financeiras e pedagógicas, a EA se apresenta como uma nova abordagem para os gestores escolares.

Nas empresas onde os entrevistados trabalham 56% não possuem sistema de separação de resíduos recicláveis. Entre as empresas que possuem coleta seletiva 54% funcionam adequadamente, segundo os entrevistados. Conforme podemos perceber, há um vasto caminho a ser trilhado pela EA.

A última questão abordada nesta etapa da pesquisa refere-se às instituições que influenciam positivamente os entrevistados a adotarem atitudes ambientalmente corretas. A mídia (TV, rádio, internet) foi apontada como a principal influência, com 31,5% das indicações. Na sequência, quase empatadas, aparecem as instituições escola, família e

trabalho. Os resultados obtidos são importantes para subsidiar os educadores ambientais no planejamento de ações de EA. Qualquer processo de EA a ser implementado em uma instituição ou território, que tenha por princípio a adoção de um programa permanente, contínuo e eficaz, deverá considerar a diversidade de públicos e a necessária diversidade de estratégias para atingi-los da forma mais eficiente possível.

Para Fialho et al. (2008, p. 103), o quadro de valores de uma organização pode influenciar o comportamento de pessoas. Por outro lado, os valores que influenciam o comportamento dos líderes de uma organização ou setor influenciam o gerenciamento dessas organizações e, conseqüentemente, dos indivíduos que fazem parte desse processo. Assim, a adoção de práticas ambientais, consideradas pertinentes por parte dos integrantes de uma instituição, vai depender de uma relação que será forjada ao longo de um longo processo que envolve aspectos individuais e institucionais.

Segundo Brasil (2006c, p. 102), “(...) já não há tempo para esperar que as instituições mudem primeiro, para depois mudarmos. Quando pudermos associar essas mudanças individuais com mudanças institucionais, teremos conseguido mudar tudo.”

Robbins (2002, apud GUIMARÃES, 2007b, p. 20) afirma que o “comportamento individual pode não afetar o comportamento da organização, mas poderá afetar o comportamento do grupo, e este afetar o comportamento da organização.”

A importância das pessoas nos processos de transformação social pode ser dimensionada a partir da afirmação do educador Paulo Freire: “A educação não muda o mundo. A educação muda as pessoas. As pessoas mudam o mundo”. Nessa perspectiva, considerando que as instituições são formadas e guiadas por pessoas, é correto conjecturar que suas estruturas somente mudarão se as pessoas mudarem. Assim, sem haver interferência de pessoas convictas da necessidade de adoção de ações ambientalmente sustentáveis, nenhuma mudança estrutural ocorrerá em qualquer lugar que seja. (VIEZZER, 2007, p. 82).

Após essa análise crítica é possível compreender melhor como se encontra a percepção ambiental da população uberlandense. De modo geral, podemos conjecturar que o nível de informação, conhecimento crítico e a consciência ambiental dos entrevistados são frágeis. A esse respeito devemos considerar que o nível de escolaridade da população é relativamente baixo. Pessoas com idade superior a 40 anos e que possuem apenas o ensino fundamental ou médio, provavelmente não tiveram oportunidade de estudar as questões ambientais de forma significativa em seu período escolar. Vale lembrar que no Brasil e, em Uberlândia, especificamente, as questões ambientais passaram a ser consideradas, de forma mais consistente, somente a partir da década de 1990.

Esse histórico recente, de adoção de políticas públicas voltadas para a EA, aliado às deficiências no processo de produção e divulgação de informações ambientais, valorização do conhecimento teórico em detrimento de ações práticas, contribuiu para a configuração desse contexto. Observa-se claramente uma lacuna entre o conhecimento confesso das pessoas e as ações realizadas.

5- EDUCAÇÃO AMBIENTAL DESENVOLVIDA PELAS INSTITUIÇÕES

Essa etapa da pesquisa é constituída pelas informações e dados sistematizados a partir de entrevistas realizadas com representantes de 40 instituições sediadas no município de Uberlândia. O objetivo dessas entrevistas foi compreender o que essas instituições têm desenvolvido de EA, como esse trabalho tem sido executado, o nível de integração estabelecido com outras instituições, os princípios norteadores das ações implementadas, enfim, conhecer como essas instituições desenvolvem a EA em seus ambientes de trabalho e junto à sociedade uberlandense.

Conforme mencionado na metodologia, os critérios de definição das instituições participantes dessa pesquisa são pautados em princípios da pesquisa qualitativa. Assim, foi selecionado um grupo de instituições representativo da sociedade organizada uberlandense, tanto nos aspectos de abrangência geográfica, como diversidade de público (faixa etária, nível socioeconômico, nível de escolaridade) e áreas de atuação (educação, lazer, prestação de serviços públicos, fiscalização e educação ambiental, produção e comercialização de bens de consumo, prestação de serviços particulares e classistas).

Esse grupo de instituições é constituído por 23 escolas, cinco órgãos públicos, seis entidades de classe, quatro empresas e duas ONG's. O objetivo principal dessa pesquisa é compreender a EA desenvolvida por essas instituições e, conseqüentemente, avaliar como se encontra a EA no Município de Uberlândia.

No desenvolvimento das entrevistas, foi utilizado um roteiro contendo 15 questões básicas que foram respondidas pelos representantes indicados pela direção das instituições. As entrevistas foram gravadas em áudio, com a devida permissão dos entrevistados. Posteriormente essas gravações foram transcritas e as informações de interesse da pesquisa foram sistematizadas seguindo a ordem das perguntas.

O perfil dos entrevistados é constituído majoritariamente pelas principais lideranças das instituições. No caso das instituições escolares, foram entrevistados 18 Diretores, um Vice-Diretor, um Assessor Pedagógico, um Supervisor Pedagógico e dois Professores que ministram disciplinas diretamente ligadas à temática ambiental. Nas demais instituições, foram entrevistados Diretores, Gerentes, Superintendentes, Coordenadores e Presidentes.

Todos os entrevistados mostraram-se preparados para responderem as questões direcionadas a eles, independente do nível de consolidação do processo de EA em suas respectivas instituições. A maioria dos entrevistados exercem seus cargos há vários anos, possuem formação acadêmica de curso superior e ampla experiência profissional.

A seguir, apresentamos o resultado dessas entrevistas mantendo a mesma ordem das questões respondidas pelos entrevistados. A sistematização das respostas levou em consideração a relevância das informações, de acordo com o objetivo da pesquisa, e a frequência de citações. Alguns entrevistados respondiam de forma pouco objetiva, exigindo um esforço do pesquisador para chegar a um entendimento claro e fiel. Vários termos e vocábulos utilizados pelos entrevistados foram agrupados e sintetizados para permitir uma sistematização e ordenação das principais ideias expressas.

A questão nº 01 apresenta a seguinte pergunta: qual o significado do termo Educação Ambiental (EA) para a instituição? As respostas apresentadas pelos entrevistados são variadas e abordam aspectos diversos relacionados às questões ambientais. De maneira geral, são respostas simples do ponto de vista conceitual, enfatizando aspectos práticos do cotidiano. O entendimento do termo EA, muitas vezes, é confundido com o termo “Meio Ambiente”, não havendo diferença conceitual para a maioria dos entrevistados.

A seguir destacamos uma síntese das respostas mais significativas e que expressam o entendimento dos entrevistados a respeito do termo EA. Registramos um total de 14 categorias de respostas, as quais são acompanhadas por trechos dos depoimentos dos entrevistados, possibilitando uma melhor compreensão da questão apresentada.

Observamos o quanto o entendimento do tema EA é diversificado. Apesar de algumas respostas indicarem aspectos pertinentes a respeito do significado do termo, a maioria delas demonstra pouca compreensão das dimensões metodológicas e procedimentais da EA.

A resposta mais apresentada refere-se à conscientização das pessoas (alunos, funcionários, comunidade) em relação à preservação do meio ambiente, da natureza. Observa-se que os entrevistados atribuem uma importância significativa para os termos “conscientização” e “preservação do meio ambiente”, conforme depoimentos destacados a seguir: “(...) significa a conscientização dos nossos jovens, das nossas crianças (...)”; “(...) é uma forma de conscientizar as crianças e a comunidade de forma geral sobre a importância de preservação do meio ambiente (...)”.

A segunda resposta mais apresentada refere-se à compreensão da relação de interdependência entre o homem (parte) e a natureza/meio ambiente (todo), conforme observado no trecho de uma entrevista: “Com certeza é trabalhar a relação do homem com o

meio ambiente ... com o que convive ... como se dá essa convivência ... se tem sido sadia ... se não tem sido ... então a questão ambiental é conscientizar o homem em geral de que ele é só uma parte do meio (...).”

A resposta que aparece em terceiro lugar é aprender a viver no ambiente onde se encontra inserido, desenvolvendo pequenas ações no dia-a-dia, quer seja em sua casa, na escola, na rua, na cidade ou no campo. Os dois depoimentos a seguir ilustram bem essa resposta:

(...) seria uma educação para viver no ambiente que está inserido ... desde pequenas coisas, como economia de água ... eu aqui sou tida como pão duro ... por exemplo, eu cortei copo descartável ... comprei copo de vidro ... nós não compramos forro plástico para colocar nas mesas ... nós temos forro de pano que são lavados e utilizados sempre ... então é essa preocupação que a gente tem de preservar o meio que nós vivemos em todos os aspectos para ter vida no futuro (...).

(...) lixo reciclável ... orientamos todos os moradores ... de selecionar todo o material que pode ser reciclado. ... vidros quebrados, lâmpadas, nós mandamos para uma empresa que incinera ... limpeza das caixas d'água ... limpeza da caixa de esgoto ... procuramos um órgão para ver se faz coleta ... recolher o óleo comestível ... problema maior aqui é barulho (...).

A quarta categoria de resposta mais apresentada pelos entrevistados é o entendimento da EA enquanto processo contínuo e permanente. Observe os depoimentos a seguir: “(...) um processo ... que visa principalmente reverter algumas atitudes do ser humano em relação às questões ambientais ... processo que visa mudar o entendimento ... provocar sensibilização no ser humano em relação às questões ambientais.”; “(...) é um processo de ... primeiro de esclarecer as questões sobre um determinado assunto, buscando uma mudança de comportamento da pessoa relacionado àquela atividade ou questão ambiental, seja em relação à água, resíduos, proteção de florestas (...).”

Em quinto lugar aparece a resposta educação e formação do ser humano, ilustrado pelo depoimento a seguir:

EA é um processo de conhecimento vital que a gente deveria ter desde os primeiros momentos de vida, dos primeiros momentos da vida escolar estar sendo reprisado para as crianças ... é fundamental que tenha isso nas nossas vidas e em toda ela até o momento que a gente deixar de existir.

Mudança de atitude/hábito/comportamento é a sexta resposta mais indicada pelos entrevistados. Trechos das entrevistas destacados a seguir ilustram essa questão:

(...) um processo de tomada de consciência de atitudes cotidianas ... ou mesmo planejamento de vida das pessoas que atinja positivamente o ambiente ... EA entendendo como tomada de consciência e empoderamento das pessoas para transformar elas e sua interação com o meio ambiente.

É a preocupação que o ser humano deve ter com o meio ambiente. O meio ambiente onde vive e o ambiente macro como um todo ... pessoas realizarem pequenas ações no dia a dia, para que ela tenha uma preocupação maior com o ambiente da Terra

como um todo. É o próprio jogar lixo na rua ... se policiar com essas coisas pequenas. Às vezes as pessoas pensam o meio ambiente como uma coisa muito longe da gente. Começar aqui no seu ambiente. Numa rua que você mora ... uma preocupação de não ter lixo próximo ... uma mudança de atitude que você tem que ter. Primeiramente dentro da sua casa. É o ambiente micro para depois você conseguir fazer isso fora. E aí foi uma atitude que eu precisei fazer em casa primeiro para eu trazer para a escola. Fui trabalhando isso com os professores. Nós não podemos falar para os alunos fazerem uma coisa que a gente não faz. Fica totalmente incoerente, a prática, da nossa fala com os meninos. Então eu comecei comigo, passei para minha equipe de professores (...).

A sétima resposta mais indicada pelos entrevistados refere-se a conteúdo/informação/teoria. Um dos entrevistados limitou-se a afirmar que o significado do termo EA para a instituição é “fornecer informações (...).”

Qualidade de vida e sustentabilidade é a resposta que aparece em oitava posição. O depoimento a seguir ilustra esta questão: “(...) quando você está falando em EA não está falando só de preservar a natureza ... eu vejo a qualidade de vida do aluno ... além da preservação do meio ambiente, inclui aí também o homem ... porque é ele que é o centro da natureza ... modifica, destrói, preserva (...).”

A nona resposta mais indicada pelos entrevistados é ações/atividades/projetos, com destaque para os seguintes temas: resíduos sólidos, água, visitas a campo, horta. Observe trechos de algumas respostas: “para nós é a primeira experiência ... porque veio o projeto do governo, chamado Reinventando o Ensino Médio ... então é a primeira experiência que a gente tem ... nós não recebemos nenhum material ... nada (...).”

(...) a gente fica com tanto atendimento para as questões que a Secretaria do Estado passa que fica difícil organizar alguma coisa ... mas os professores sempre têm, durante o ano, algum projeto ... projeto de lixo, projeto de reciclagem ... a professora de biologia do Ensino Médio geralmente leva o pessoal para campo ... as professoras de geografia também ... de vez em quando também faz trabalho assim ... mas a nossa escola não tem espaço nem para fazer um jardim ... a gente tinha uma horta antigamente ... trabalhava com os alunos lá (...).

A Necessidade de sair da teoria e avançar para a prática/realidade é a décima resposta mais indicada pelos entrevistados, conforme observado no depoimento a seguir: “(...) é ação ... procurar sair da teoria ... ir para a prática mesmo ... implementar ... trazer isso para realidade e funcionar (...).”

Na sequência, em décima primeira posição, aparece a resposta incipiente e quase inexistente enquanto processo, prevalecendo ações pontuais/eventuais e pouco envolvimento das pessoas. O depoimento a seguir é ilustrativo desta questão:

Para nós ainda é uma prática alheia ao ambiente escolar e principalmente à nossa realidade local. Infelizmente a gente vê assim que a EA é um negócio que se fala e um negócio que não se pratica. Pelo menos aqui na escola as poucas ações de conscientização é feito de forma teórica ... uma ou outra abordagem pouco significativa, como uma visita no parque ... as vezes vai lá até como lazer ...

raramente vai a uma nascente ou represa ... pior é aqui dentro ... não temos nenhum processo efetivo ... e a gente tem lixeiras para orgânicos, lixeiras para coleta seletiva, mas não é desenvolvido ... então é assim ... na Direção dessa escola a gente vê uma preocupação, mas as ações são difíceis de serem executadas (...).

Em décima segunda posição a EA é entendida como um meio para se atingir determinados objetivos. Algumas citações ilustram esta resposta: “Um modo de ver o mundo (...); “Uma ferramenta a serviço (...); “Meios didáticos para (...); “Forma de conscientizar (...); “Qualquer tipo de atividade que dê o conhecimento (...).”

A EA enquanto questão legal é apresentada na resposta de um entrevistado, que afirma:

(...) questão legal. Existe legislação que obriga as instituições ... escolas ... em nível municipal, estadual e até mesmo as próprias faculdades, tanto pública quanto privada, de estar trabalhando a questão ambiental ... EA é educar ... você leva um tempo a fazer com que aquela pessoa tenha a educação que você busca ... é feito diariamente ... EA não se resume apenas a um momento, tem que ser feito todo dia, permanente ... não é temporário, isoladamente (...).

A última resposta a esta questão refere-se à necessidade de acompanhar resultados (positivos e negativos) considerando treinamento do público alvo, estabelecimento de regras/padrão, metas a serem atingidas e avaliação. Observe o depoimento de um entrevistado:

(...) termo bastante amplo ... a gente trabalha muito no intuito de conscientizar, de treinar as pessoas, mas também de acompanhar se os resultados estão sendo positivos ou não ... então a gente tem que reavaliar e dependendo da situação você tem que voltar e fazer tudo de novo. Porque aqui nós temos muitas regras para serem seguidas ... e eu tenho que dar esse padrão, eu tenho que permitir que as pessoas conheçam bem esse padrão e que façam no seu dia-a-dia e que chegue num ponto de ser automático. Então, quando fala em educação é um trabalho de formiguinha e é um trabalho de construção e também de desconstrução ... e você tem que ter meta também (...).

Analisando as respostas apresentadas pelos entrevistados a respeito do significado do termo EA, concluímos que há uma diversidade de entendimento. Para alguns, representa ações práticas desenvolvidas no dia a dia, para outros apenas teoria/informação. Outros entendem como processo contínuo e permanente, enquanto outros afirmam que suas instituições ainda ficam a desejar no tocante à efetivação de uma EA, que seja capaz de provocar mudanças de hábitos, de atitudes e comportamentos das pessoas. Enfim, há um vasto caminho a ser percorrido pelas instituições em relação ao amadurecimento sobre o entendimento do termo EA no âmbito de seus ambientes de trabalho.

A questão nº 02 trata das ações de EA que a instituição desenvolve. 17 instituições apresentam um trabalho de EA significativo, considerando o nível de abrangência e envolvimento do público alvo (interno e externo) e o tempo de desenvolvimento dessas ações. Em várias destas instituições, a EA já é um processo institucionalizado ou encontra-se em

desenvolvimento há vários anos, apesar de apresentar problemas operacionais, que eventualmente o interrompa ou diminua seu ritmo. Destas instituições, sete são escolas, três são entidades de classe, três são órgãos públicos, duas são empresas e uma é ONG.

Um aspecto que chama a atenção nestas instituições é o fato de haver uma forte determinação e definição de prioridade para o desenvolvimento de ações voltadas para a EA. As entrevistas realizadas com os respectivos representantes permitiram perceber que a vontade explicitada pelas lideranças foi fundamental para se criar um aparato organizacional favorável à implementação de projetos, programas, cursos, infraestrutura, parcerias e sistemas de gestão ambiental. Esse processo de institucionalização da EA permite o desenvolvimento de uma série de ações que se complementam e se fortalecem gerando um ambiente favorável à disseminação de uma cultura ambiental na instituição. Com o passar do tempo, essa cultura ambiental passa a fazer parte da cultura organizacional e comportamental dos funcionários, clientes, visitantes, usuários, alunos e até da comunidade de entorno.

As demais instituições analisadas (23), que não apresentam um trabalho efetivo de EA, apesar de reconhecerem a relevância do tema e até mesmo justificarem a incipiência de suas ações junto ao público interno e externo, desenvolvem ações pontuais e desprovidas de continuidade e definição de objetivos e metas de longo prazo. Desta forma, o resultado das ações de EA não consegue disseminar uma cultura ambiental na instituição, fato facilmente observável nos depoimentos e pelas atividades/ações desenvolvidas.

O grupo de instituições que desenvolvem um trabalho de EA mais consistente apresenta as seguintes características:

- Programas/cursos/projetos estruturados com objetivos/metas/orçamento/recursos humanos qualificados. A seguir destacamos um depoimento que exemplifica bem essa questão:

(...) tem três programas. Um exclusivo de EA ... que começou em 2003. Ele atende a instituição, todas as escolas do município, privadas, estaduais e municipais. A gente tem 14 pessoas trabalhando com isso. Veículos, toda uma infraestrutura para atender os servidores, as escolas e as indústrias. A gente tem o outro programa de EA que é o coleta solidária. Esse trabalho é muito exclusivamente dentro da instituição. Esse é mais recente, faz uns quatro anos e é mais específico para resíduos sólidos. E o projeto ... que nós fazemos EA no campo. O foco dele é a preservação ambiental, mas trabalha a EA com o produtor. Então, a gente tem esses programas de EA efetivamente que se aplica todo dia.

- Infraestrutura física condizente com o trabalho desenvolvido, contendo espaço físico, equipamentos e funcionários treinados. Um exemplo dessa característica pode ser visualizado a seguir:

Internamente a gente tem um programa que trata da questão ambiental dentro da estrutura dos órgãos do Estado ... organizar seu espaço de trabalho ... no nosso caso aqui da sede, a gente não tem uso mais de copo descartável no dia-a-dia ... a questão dos banheiros aqui da sede a gente já conseguiu substituição do papel toalha por

secador de mão ... a gente tem a sala de convivência ... tem televisão ... nós temos uma parceria com a ... da reciclagem de garrafas “pet” ... tem a questão das pilhas que a gente está tentando ... tem uns pontos de recolhimento aqui e a gente faz a destinação depois (...).

- SGA minimamente estruturado, baseado em planejamento, monitoramento das ações e avaliação de resultados. Observe um exemplo dessa situação em uma instituição, de acordo com relato do entrevistado:

A gente tem vários plantios de árvores ... faz campanha aqui de coleta seletiva ... tem de seis a oito campanhas/atividades por ano ... e não é só para a questão ambiental não ... é para qualidade de vida ... para a pessoa ter hábitos saudáveis. ... campanha da água ... são inúmeras as ações que eu poderia te falar ... não é fato isolado ... nós temos as metas da organização ... são metas anuais ... para que eu possa atingi-las todo ano tem uma redução de 5% ... São metas estabelecidas trianualmente. É por isso que são ações que a gente faz porque ela tem que ter um estudo prévio bastante rigoroso. Nenhuma dessas ações é isolada. No início do ano eu tenho que fazer uma previsão orçamentária. Sem planejamento você não consegue atingir seus objetivos, você não consegue estruturar a EA dentro da organização. Não só no aspecto financeiro, mas no aspecto prático também. Depois que eu faço uma ação é muito difícil eu voltar para corrigir ... então eu preciso fazer ela certa da primeira vez. Eu não tenho tempo, dinheiro, gente e estrutura para refazer campanhas que foram mal conduzidas. Então entra a questão do planejamento, da parceria, da locação de recursos adequados no prazo e na quantidade necessária requerida ... planejamento é a palavra chave ... e também organização. Esse monitoramento a gente tem que fazer e tem que cobrar o resultado também ... treinamento é a base ... é no treinamento que você tem a oportunidade de tirar todas as dúvidas ... colaboradores que exercem funções estratégicas, como recolhimento de resíduos, recebem treinamento específico ... então eu tenho que treiná-lo, eu tenho que capacitá-lo, eu tenho que dar condição para ele ter os equipamentos e a estrutura necessária para que ele consiga separar os resíduos aqui dentro ... as pessoas tem que querer ... e a questão do querer não pode ser subjetiva ... você tem que ter procedimento ... se ele ficar ciente que tem que fazer esse procedimento, a possibilidade de dar errado é muito pequena. O treinamento é uma das ferramentas mais importantes para que esse trabalho consiga ter êxito. Treinar e capacitar tem que fazer parte do cotidiano ... uma coisa extremamente importante: tem que ter avaliação. Tem que ser mensurado. O que você conhece você controla.

- Público alvo definido, seja interno e/ou externo, de forma a possibilitar a definição das melhores estratégias de intervenção, garantindo êxito das ações;
- Processo permanente e contínuo. Mesmo que as ações de EA estejam temporariamente interrompidas, essas instituições, por intermédio de seus representantes, reconhecem a importância de reativar o processo. A seguir, destacamos depoimento de um entrevistado relatando como esse processo é operacionalizado em sua instituição:

(...) comemoração de todas as datas relacionadas ao meio ambiente. Todos os meses do ano a gente reúne todas as datas daquele mês em um dia só para fazer a comemoração voltada para aquelas datas. Então a gente busca fazer teatro, oficinas, fazer doação, plantio de árvores, fazer limpeza nas margens do rio, fazer soltura de peixes no rio ... alguns eventos também voltados para os colaboradores. Além disso, a gente tem também a questão da coleta seletiva ... a gente fez a implementação da coleta seletiva e não consegue fazer ela funcionar sem a EA. ... a frequência dos eventos (Agenda Ambiental) é no mínimo uma vez por mês ... esse mês serão duas

... a semana do meio ambiente é a semana inteira ... dependendo do tema que estamos abordando precisa de mais dias para realizar as atividades (...).

As 23 instituições que desenvolvem um trabalho de EA menos consistente apresentam as seguintes características:

- Ações e atividades eventuais/pontuais/isoladas/sem continuidade. Destacamos alguns trechos de depoimentos de representantes de instituições entrevistados:

(...) de uma maneira geral praticamente não se faz nada ... o que se procura fazer é aquela questão de incentivar a coleta seletiva do lixo ... a questão da água ... só que essa questão da água agora que ela está tendo essa conscientização maior porque está faltando ... mas de uma maneira geral, sem ser hipócrita ... praticamente nada (...).

Na realidade, hoje na escola, nós não temos projeto específico de meio ambiente ... fica nos planos de aula dos professores ... são ações isoladas ... porque nós tínhamos coordenadores de projetos há uns quatro ou cinco anos atrás ... cortaram todos os coordenadores de projetos ... hoje nós não temos mais ... então nós tínhamos ações de reciclar, de coletar, fazer gincana ... hoje não temos isso ... nós não temos o projeto especificamente voltado para o meio ambiente. Nós temos ações isoladas.

- Comemoração de datas temáticas (dia do meio ambiente, dia da água). Observe o depoimento de um entrevistado:

(...) no dia do meio ambiente nós plantamos mudas aqui dentro da escola ... trabalho de coleta de sacolinhas ... de lixo ... dengue ... e também de limpar o entorno da escola ... entregamos folders para a comunidade pedindo a preservação ... dia do aniversário da escola fizemos uma atividade ... para cada cinco garrafas “pet” que os alunos traziam de casa ganhavam uma muda de ipê mirim (...).

- Realização de trabalhos de campo e visitas à Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), Estação de Tratamento de Água (ETA), Unidades de Conservação, empresas, eventos;

- Plantio de mudas de árvores em escolas, Áreas de Preservação Permanente (APP) e praças. Um dos entrevistados fez o seguinte relato: “(...) sábado passado nós desenvolvemos um projeto plantando árvores aqui dentro da escola ... plantamos 28 árvores frutíferas (...).”

- Projetos temáticos (água, reciclagem, energia, coleta seletiva, efeito estufa). Sobre essa questão destacamos dois relatos dos entrevistados: “(...) projeto de lixo, projeto de reciclagem ... a professora de biologia do Ensino Médio geralmente leva o pessoal para campo ... as professoras de geografia também (...).”

Reciclagem é uma das nossas ações ... nós teremos agora no dia ... uma mostra pedagógica com várias turmas desenvolvendo esse tema ... uma turma vai desenvolver a questão ambiental ... a questão da reciclagem ... outra vai trabalhar com água, por exemplo (...).

- Conteúdo/teoria em sala de aula conduzido por professores de disciplinas específicas (geografia, ciências, biologia, química). Observe relato de um entrevistado:

(...) ultimamente fica só praticamente com os textos, as oficinas em sala de aula, depois a gente apresenta para os outros alunos ... e quando o DMAE pode, faz

palestra também ... envolve todas as turmas ... e tudo que é feito é colocado no *blog*, todas as atividades, todas as ações.

- Mostras científicas e projetos interdisciplinares;
- Cultivo de hortaliças, ervas medicinais e plantas ornamentais;
- Contação de histórias, filmes, documentários;
- Palestras temáticas;
- Oficinas, gincanas, caminhadas ecológicas;
- Compostagem, jardim;
- Combate ao uso de descartáveis (copos, toalhas, sacolinhas);
- Disciplinas e atividades extraclasse oferecidas no âmbito de um Programa Institucional ofertado à rede pública de ensino estadual;
- Coleta seletiva. Em muitos casos, restringe-se à coleta de garrafas “pet” e latas de alumínio, ou iniciam a coleta e não dão continuidade por falta de infraestrutura, recursos humanos e problemas operacionais;
- Coleta de lixo no ambiente interno e entorno de escolas, vias públicas e margem de curso d’água. Atividade desenvolvida em datas especiais;
- Combate ao mosquito transmissor da dengue;
- Treinamento/capacitação de funcionários e educadores. Atividade desenvolvida de forma eventual e descontextualizada da realidade do público alvo;
- Trabalho de conscientização. Vários entrevistados citaram essa ação, sem explicar como ela se efetiva no ambiente de trabalho;

Dos 23 representantes entrevistados, três (escolas) admitiram que quase nada é feito no âmbito de suas instituições, especificamente para a EA. Essas afirmações foram justificadas, conforme pode ser constatado nas respostas da questão que trata das dificuldades e obstáculos enfrentados pelas instituições no desenvolvimento de EA.

Há quanto tempo as instituições desenvolvem atividades de EA é tratado pela questão nº 03. Cinco instituições não desenvolvem ou não informaram a partir de quando desenvolvem atividades de EA. Observe o depoimento de um entrevistado:

(...) hoje nós não temos ... nós fazemos coisas isoladas. Por exemplo, semana passada levamos os meninos em trabalho de campo em Nova Ponte. Nós levamos também em Peirópolis ... foi iniciativa de um ou dois professores ... são trabalhos isolados ... nós não temos projeto para a escola como um todo.

Quatro instituições iniciaram o desenvolvimento de EA no decorrer do ano de 2014. Oito desenvolvem atividades de EA há três ou quatro anos. Doze instituições começaram a realizar atividades de EA entre cinco e dez anos. Os depoimentos a seguir exemplificam essa situação: “São oito anos. Antes havia campanhas esporádicas ... agora, com esse trabalho

acontecendo dentro da escola de forma significativa ... é nos últimos oito anos. Todos os anos isso acontece.”

Esse tema sempre esteve presente no projeto político pedagógico da instituição. No entanto, nos últimos seis anos, ocorre mais intensamente, depois da análise da avaliação institucional pela qual a escola passa anualmente. Os resultados demonstraram, nos primeiros três anos da pesquisa, uma dificuldade por parte dos alunos de colocarem na prática os conceitos e reflexões relacionadas ao tema. Sempre houve informação, porém, não se percebia mudanças de hábitos.

Teve início por volta do ano de 2007 ... lógico que começou de forma muito tímida ... poucos eventos, pouca adesão, pouca gente participando ... mas de lá para cá nós não paramos ... a gente vem insistindo ... isso tem um crescimento significativo ... então a gente faz de uma forma que vem crescendo e nossa intenção não é parar ... realmente é cada vez mais eventos, cada vez mais atividades voltadas para EA. A gente veio engatinhando e estamos num ponto que pode falar que começamos a caminhar ... faz parte realmente do nosso dia-a-dia.

Oito instituições iniciaram as atividades de EA há cerca de 10/20 anos e três informaram que seu trabalho com EA teve início há mais de 20 anos. Seguem trechos das entrevistas concedidas por dois representantes de instituições: “A gente já fazia ações ... em 2002 foi quando tudo se organizou ... então existia ações antes sim ... mas de forma organizada foi a partir de 2002, de forma institucionalizada, corporativa (...).”

O Programa ... foi criado em 2003. Anteriormente existia uma demanda ... vários professores queriam conhecer a instituição. Essas visitas existiam, só que não tinha alguém especializado para atender. Aparecia a demanda ... quem ia atender? Então já existia isso. Em 2003 surgiu a ideia ... vamos criar uma equipe. Isso deu muito certo ... até hoje. Criamos material específico: cartilha, banner ... montou toda uma infraestrutura. Nós já fomos até em outras cidades fazer esse trabalho.

Vale destacar que a lei federal que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental é de 1999, ou seja, já completou 16 anos. Cerca de 60% das instituições pesquisadas iniciaram seu processo de EA nos últimos 10 anos, enquanto aproximadamente 10% delas começaram suas atividades antes da criação da referida lei que institucionalizou a EA no país.

Em relação às razões que levaram estas instituições a iniciarem esse processo de estruturação das atividades de EA, destacam-se (o número entre parênteses indica a quantidade de instituições):

- Mudanças na Política Organizacional da instituição que passou a considerar a dimensão ambiental (08). Veja o depoimento de um entrevistado: “Efetivamente, que a gente tenha registro, é através do Núcleo criado em Junho de 2014. Antes disso podia até ter ... participou da semana da água ... apoiava alguma coisinha ... mas eram ações pontuais e isoladas (...).”
- Filosofia dos fundadores e/ou missão/objetivo institucional (07);

- Exigência legal desencadeada pelo processo de licenciamento ambiental (04). Segue dois trechos de entrevistas para ilustrar essa questão: “(...) então é desde 2006 que tem esse trabalho contínuo ... que coincide com as exigências da licença ... cobrança de órgãos ... de licenciamento ... são exigências legais”. “O Programa ... mais ou menos em 2010. ... no nosso licenciamento foi solicitado programa de EA (...)”
- Demandas diversas capitaneadas pelas lideranças atuais das instituições pesquisadas (03). Dois entrevistados deram as seguintes declarações: “O nosso prédio aqui é novo ... tem cinco anos e meio de uso ... desde o início nós temos preocupado com isso (...)”. “A EA já vem sendo trabalhada há vários anos. Variou de gestão para gestão. Nós adotamos agora em 2013 ... passou um período de três ou quatro anos parada ... agora que começamos a retomar (...)”.
- Programa implantado pelo Governo na rede estadual de ensino sob a denominação de “Reinventando o Ensino Médio” (03). Vale destacar que esse Programa foi instituído no ano de 2014 e desativado no início de 2015, coincidindo com mudança da gestão política-administrativa do Governo Estadual. Os dois depoimentos a seguir ilustram essa situação: “Mais acentuadamente tem uns três anos ... agora esse ano foi muito mais incisivo justamente por causa do projeto “Reinventando” porque nós agregamos três professores para agir especificamente nesta temática (...)”. “Eu acho que esse ano é o ano que tem culminado em ações voltadas para o meio ambiente ... com o advento do “Reinventando o Ensino Médio” que eles implementaram no currículo ... são cinco aulas por semana.”
- Tradição das instituições/lideranças comprometidas com a causa (02);
- Programa de EA desenvolvido pelo Governo para estimular órgãos e repartições públicas estaduais (adesão voluntária) – 02. Observe os depoimentos a seguir: “(...) antes tinha, mas era coisa menor ... não era específico porque não tinha nenhuma diretriz (...)”

Eu acho que o auge mesmo foi de 2007 para cá quando implantamos o projeto ... mandavam a verba ... o professor que era coordenador do projeto recebia um determinado valor ... tinha o coordenador do turno da manhã e o coordenador do turno da tarde ... o fim do projeto coincidiu com a retirada da verba e da remuneração do coordenador ... aí complicou porque eu não tinha quem quisesse desenvolver o projeto ... ninguém quis.

- Parcerias efetivadas com empresa/instituição de ensino e pesquisa (02);
- Não informaram as razões que favoreceram a implementação do processo de EA na instituição (07);

Analizando as razões expostas anteriormente pode-se depreender que a maioria das instituições contou com a atuação de algum dispositivo desencadeador do processo de iniciação à EA. Esses dispositivos fazem parte de um processo maior, denominado nesta tese de GA. Os órgãos de GA (municipal, estadual, federal), através do uso de instrumentos legais,

licenciamento ambiental, monitoramento e fiscalização, programas e projetos institucionais, têm conseguido provocar mudanças na Política Organizacional das instituições de forma que a dimensão ambiental seja considerada e incorporada nos processos produtivos e nos processos de planejamento das instituições. Esse fato gera uma espiral positiva que, em longo prazo, influenciará nas atitudes e comportamentos das pessoas em relação às questões ambientais.

A questão nº 04 apresenta a seguinte pergunta: quais os principais obstáculos enfrentados pela instituição para desenvolver EA? As respostas foram sistematizadas em razão do número de vezes que foram citadas pelos entrevistados que, via de regra, citavam mais de um obstáculo enfrentado pela instituição para desenvolver atividades de EA. Segue a síntese das respostas:

1- Resistência das pessoas às mudanças necessárias (comunidade escolar, clientes, gestores, funcionários), falta de comprometimento, dificuldade de sensibilizar, dificuldade de mudar hábitos, pouco engajamento (26). Considerando que essa questão é a mais indicada pelos entrevistados, faz-se necessário analisar com mais atenção as razões apresentadas. A seguir serão destacados vários depoimentos que retratam bem esse contexto:

(...) a grande questão é como tornar isso um hábito na vida das pessoas ... lá na casa dele não tem esse hábito e infelizmente por mais que a escola tente mudar o aluno, acaba não reproduzindo essa atitude na família ... o que deveria acontecer, já que a escola é um órgão formador ... não sei se é a metodologia que a escola, ou que as escolas utilizam ... precisaríamos pensar em outra metodologia porque os trabalhos que tem sido feito ainda não conseguiu transformar as famílias (...).

A própria conscientização ambiental ... se as pessoas que fazem a gestão não tiver esse compromisso, não vai adiantar nada. Então nós precisamos ter uma conscientização de quem está à frente da gestão. Se ele tiver isso aí, ele tem que incentivar, correr atrás, buscar as pessoas que podem estar ajudando, seja ajuda interna, ajuda externa, através de órgãos ... eu acho que eles podem nos ajudar ... parcerias com empresas privadas (...).

Conscientização das pessoas ... é difícil. A receptividade ... olha que a gente pede para as pessoas ... por exemplo ... não jogarem gordura no esgoto ... mas é difícil. O hábito das pessoas é muito forte ... aceitar essas mudanças. As pessoas dizem ... os outros jogam, porque eu não posso? Esse é o problema dos brasileiros ... faz parte da cultura nossa ... é falta de conscientização das pessoas.

O maior obstáculo que a gente encontra é quando você trás alguma coisa nova para conhecimento das pessoas ... é a resistência. Resistência ao novo. As pessoas inicialmente não acreditam realmente na ideia. Elas dificultam as coisas fáceis. Elas ficam na sua zona de conforto.

É a resistência das empresas ... a resistência maior é da própria empresa ... nem tanto dos funcionários ... a partir do momento que é exigido, cria-se incentivos, são ministrados treinamentos ... há resistência da empresa, principalmente da pequena empresa que não tem um profissional qualificado para acompanhar tudo isso ... que não consegue enxergar os benefícios disso tudo (...).

2- Recursos humanos (profissional capacitado e com tempo disponível, treinamento de funcionários) – 11. Essa questão também merece uma atenção especial considerando o número de indicações por parte dos entrevistados. Seguem depoimentos ilustrativos a respeito:

Olha, o recurso humano dentro da escola para auxiliar ... uma pessoa que tivesse fora da sala de aula ... com tempo extra ... olha, nós vamos desenvolver esse projeto, mas tem essa pessoa aqui fora que vai ajudar o trabalho ... fazer a articulação ... falta recurso para trabalhar isso mais ... a gente ainda faz milagre com os recursos que tem ... recurso que mais falta na escola ... recurso humano (...).

Um é o currículo. O pessoal critica muito o Reinventando o Ensino Médio. Mas agora, pelo menos tem uma disciplina ... quando chega no Ensino Médio o professor não trabalha de jeito nenhum questões locais ou regionais, só geral ... efeito estufa, chuva ácida ... aquela coisa que é cobrada nos exames ... não tem recurso para viagem, não tem recurso para desenvolver projetos mais efetivos ... além disso, você não tem disponibilidade do professor ... a maioria dos professores tem dois cargos, um na Prefeitura e outro no Estado, e não sobra tempo ... por isso eu acho fundamental ter a disciplina (...).

(...) eu acho também que os projetos, para eles terem boas ideias, resultados positivos, eles têm que ter um coordenador ... uma escola grande como a minha ... falta média de três a quatro professores por turno ... muitas vezes um pedagogo está em sala de aula ... o eventual ... as vezes até eu vou para sala de aula.

Existe certo ciúme nesta questão ambiental. Operacionalmente existe aquela dificuldade na troca de governo ... um novo técnico que entra e não se adapta ... trabalho com muito estagiário ... está faltando colocar mais efetivo ... técnicos especializados ... por exemplo, a gente tem um teatro ... então o estagiário entra, treina ... quando fica bom, ele sai ... se eu tivesse uma equipe multidisciplinar de artes ... nós atenderíamos bem melhor. Então a gente tem essa dificuldade no quadro funcional, que não existem essas funções.

3- Burocracia (utilização dos recursos financeiros, desenvolvimento de projetos, contratação de transporte) – 08. Um entrevistado afirma que a “burocracia é uma dificuldade muito séria”.

Outro entrevistado declara o seguinte:

São dois principais: burocracia e questão financeira. Muitas vezes, a questão financeira é um problema por causa da burocracia. Às vezes nós conseguimos verba, mas não pode ser utilizada para tudo. A liberação da verba é complicada. Conciliar demandas, projetos, no mesmo tempo em que você tem os trâmites burocráticos e a liberação de verbas, é muito complicado (...).

4- Recurso financeiro (trabalhos de campo e visitas) – 08;

5- Questão política (conflitos internos nas instituições, falta de diálogo entre instituições) – 07;

6- Estratégia de abordagem do tema prioriza questões teóricas gerais em detrimento da realidade concreta/mensurável (03);

7- Falta de espaço físico nas instituições (03);

8- Falta de um setor específico para tratar do tema (02);

9- Não há obstáculos (01);

A questão nº 05 aborda qual é o público alvo das ações de EA desenvolvidas pela instituição. As respostas dos 40 representantes de instituições entrevistados foram agrupadas em sete segmentos principais, considerando a quantidade de indicações. Segue o resultado sistematizado:

1- Alunos (12) – Um entrevistado ressaltou que o público alvo são “todos. O turno da noite é mais complicado ... geralmente eles trabalham durante o dia ... se vai fazer uma visita no Parque, se vai viajar já é mais complicado ... no turno da manhã e da tarde há um trabalho mais efetivo (...)”. Outro entrevistado afirmou que são “os alunos, a equipe docente ... raramente os pais ... raramente a comunidade.”

2- Comunidade escolar (10) – Entende-se como comunidade escolar o conjunto de alunos, servidores e pais. Um entrevistado destacou que são “principalmente os nossos alunos ... logicamente você atendendo os alunos você atende as famílias (...)”. Um segundo entrevistado respondeu:

É a comunidade escolar. Porque é o lugar ... é o alcance da ação da escola ... uma escola é uma comunidade escolar ... pode ser que as pessoas não se coloquem como parte ... apenas como prestação de serviço ... se estou agindo aqui com os meninos eu estou me dirigindo aos pais, aos funcionários (...).

3- Comunidade/sociedade em geral (09). Essa resposta se apresenta de forma mais abrangente incidindo sobre diversos segmentos, conforme observado nos depoimentos destacados a seguir: “Funcionários da própria empresa. Todas as escolas do município. As empresas ... alguns produtores rurais ... comunidade em geral (...)”. “O público alvo nosso é a comunidade como um todo. Velhos, adultos, jovens, adolescentes e crianças”. “Não tem público alvo específico ... então a sociedade de Uberlândia inicialmente é o nosso público (...)”.

A sociedade como um todo ... nosso público aqui dentro é o aluno, mas o objetivo é que esse aluno transmita para a sociedade lá fora ... são as pequenas células que são as famílias ... aqui são alunos e funcionários mas, quando passa o portão para fora ... deveria atingir a sua família e multiplicando isso de uma forma geral para a sociedade (...).

4- Associados/clientes/comunidade da área de influência direta (07);

5- Funcionários/colaboradores (06). Destaque para um depoimento de entrevistado: “Hoje o público alvo são os nossos colaboradores. A família é o público secundário ... em determinado momento ela passa a ser primário (...)”.

6- Escolas (05);

7- Empresas (04);

Qual a avaliação que a instituição faz da EA desenvolvida no Município de Uberlândia é o tema abordado pela questão nº 06. Considerando as inúmeras implicações que essa questão pode suscitar nos entrevistados, em razão das diversas realidades vivenciadas

profissionalmente no cotidiano de suas instituições, é natural que as respostas abranjam um amplo leque de aspectos.

Assim, foi realizada uma síntese das respostas apresentadas, as quais foram agrupadas por afinidade, independente da quantidade de citações realizadas. À medida que apresentamos as respostas, de forma sistematizada, informamos a intensidade com que foram citadas demonstrando a relevância de cada aspecto analisado no contexto da EA desenvolvida no Município de Uberlândia aos olhos dos representantes das instituições participantes da pesquisa. Podemos classificar as respostas em quatro categorias principais: aspectos positivos de Uberlândia, aspectos negativos de Uberlândia, aspectos negativos da EA e aspectos positivos da EA.

Um dos pontos mencionados pelos entrevistados enaltece os aspectos positivos de Uberlândia:

- Cidade bonita, boa, maravilhosa e rica (05);
- Tratamento de esgoto (04);
- Parque Municipal Victório Siquieroli (04);
- Coleta seletiva (03);
- Parque Municipal do Sabiá (03);
- Tratamento de água (03);
- Aterro sanitário (02);

A seguir destacamos dois depoimentos de entrevistados abordando Uberlândia nesta perspectiva positiva:

É interessante que quando a gente viaja o pessoal tem essa imagem de Uberlândia, de muito rica ... é lógico que em algumas áreas Uberlândia se destaca com maestria ... questão do saneamento básico é fantástico ... é uma coisa que enche a gente de orgulho ... avançou muito a questão ambiental na cidade, mas ainda existe muito que fazer (...).

Se comparar Uberlândia com outros municípios acho que está à frente ... mas acho que pode melhorar ... é uma cidade que quando eu falo de meio ambiente, vou falar de coleta de lixo ... porque tem município que nem tem ... hoje nós já temos coleta seletiva ... a questão do aterro sanitário ... tem a questão da despoluição do rio Uberabinha ... se comparar Uberlândia com outros municípios nós estamos bem à frente (...).

Outro ponto mencionado pelos entrevistados são os aspectos negativos de Uberlândia:

- Coleta seletiva (03);
- Nascentes degradadas (03);
- Parques municipais utilizados prioritariamente para realização de atividades esportivas/estéticas;

- Prevalece na cidade uma visão financeira/empreendedora em detrimento de uma visão preservacionista;
- Arborização;
- Qualidade do ensino nas escolas;
- Lixo nas ruas e lotes. Um entrevistado fez a seguinte observação: “A desejar. Porque quase todos os espaços que a gente vê na cidade tem um lixão.”
- Canalização de curso d’água;

Avaliação positiva da EA:

- Está à frente de outros municípios (03);
- Está bem;
- Houve avanços;
- Houve melhora na conscientização das pessoas;
- EA organizada e eficiente desenvolvida pelo DMAE. Observe um depoimento a esse respeito: “(...) o DMAE faz um serviço fantástico ... e que tem um serviço de EA organizado, consistente ... em relação à questão da água acho que está legal ... o Parque Siquierolli ... fiquei encantado (...).”
- Há muitas instituições educacionais e empresariais que buscam esse viés da qualidade ambiental;
- UFU tem bons projetos;
- Há muitas ações e gente envolvida;
- Existem vários trabalhos;
- Semana Interna de Prevenção a Acidentes no Trabalho (SIPAT) nas empresas;
- Semana do Meio Ambiente promovida pelos órgãos públicos;
- Palestras;
- Parceria entre empresa e escola;
- Atendimento diário nos Parques Municipais administrados pela SMMA;

Avaliação negativa da EA:

- Ainda tem muito que fazer (06);
- Pode melhorar (04);
- Fraca (03);
- Deficitária (03). O depoimento a seguir ilustra esse termo usado na avaliação:

Deficitária ... eu estive na Prefeitura em um evento onde eles fizeram o lançamento da coleta seletiva no Centro Administrativo ... agora que isso está acontecendo? Óbvio que eu fiquei feliz ... mas é tardio demais ... a cidade não tem uma coleta seletiva estruturada ... deixa muito a desejar (...).

- Fica a desejar (02);
- Devagar; em gestação; péssima; piorou nos últimos anos; pouca; pontual; pulverizada; precária; não existe; carente; pobre; mal (01 citação cada). Destaque para alguns depoimentos a esse respeito: “Eu acho que está muito devagarzinho, está caminhando ... está muito lento ... se não estivesse tão devagar a cidade não estaria assim ... ainda está na gestação (...)”. “Pouco, porque só chega à escola pelos meios de comunicação”. “Eu avalio como fraca. Existe EA, mas ela está muito pontual. Uma coisa pulverizada ... eventos pontuais é perda de tempo ... é só para apresentar, faz umas fotos, coloca na mídia e pronto.”
- Falta estabelecer parcerias;
- Falta divulgação das ações de EA desenvolvidas na cidade;
- Projetos em desenvolvimento deveriam envolver as escolas;
- Escolas carecem de recursos humanos, recursos financeiros, espaço físico, equipe específica para trabalhar a questão ambiental na prática;
- Falta intensificar as ações;
- Há poucas ações;
- Falta ação da população, da UFU, da Prefeitura e da SMMA;
- Há poucas campanhas;
- EA voltada para eventos;
- Falta um programa de EA. A esse respeito merece destaque a resposta de um entrevistado:

(...) a EA ainda é muito voltada para realização de eventos ... mas é o que é possível fazer ... nós temos o atendimento diário, que é disponível ... então a gente trabalha vários temas com os alunos ... mas nós não temos um Programa de EA e nem desenvolvemos alguma coisa de forma constante, contínua ... acho que a EA podia fazer muito mais ... eu imagino que precisa, junto com a população, elaborar o nosso programa ... saber o que a população espera ... o que precisa trabalhar e quais são os assuntos que ela precisa estar envolvida ... ainda falta muito ... definitivamente não é o que a gente acredita ... nem pode culpar a sociedade ... porque uma sociedade que não tem saúde de qualidade, não tem habitação de qualidade, não tem segurança ... a questão ambiental não é prioridade. A EA tem que construir o que a comunidade quer ... precisamos elaborar esse Programa de Educação Ambiental ... O que é trabalhado é a sensibilização do indivíduo ... acredito que, com certeza, o que funcionaria seria grupos, a população como um todo (...).

- Necessidade de realizar diagnóstico a respeito das demandas da população;
- O indivíduo é priorizado em detrimento dos grupos sociais;
- Ações isoladas, pontuais e sem continuidade;
- Falta organização das ações, conforme observado no seguinte depoimento:

Na verdade nós temos vários trabalhos hoje ... se eu pudesse pegar uma questão como problema comum seria a organização disso ... para potencializar a coisa ... mas já se faz muitas coisas ... mas, qual o acesso da população em usufruir desses projetos ... existem projetos espalhados na cidade de várias formas ... se compararmos com 10, 12 anos atrás ... cresceu, mas ainda é incipiente e a gente

percebe questões pontuais ... quando há intervenção, quando há uma campanha forte, mobiliza, mas isso daí não está arraigado ... esse tipo de EA não está entrando dentro da pessoa ... porque é bonito, é legal, é bacana, é ambientalmente correto ... eu acho fundamental que a escola faça disso o cotidiano e não só na semana da água (...).

- Público pequeno nas Semanas do Meio Ambiente. Veja a opinião desse entrevistado:

Não dá para enxergar. Inexiste. Apesar de que os órgãos públicos sempre promovem alguma coisa, como a semana do meio ambiente, dão muitas palestras ... mas, analisa qual o público que frequenta isso? Não tem nem jeito de quantificar. Eu, em 2011 inclusive, participei fazendo uma palestra na Câmara Municipal na Semana do Meio Ambiente. Havia duas escolas que mandaram os alunos para participarem ... e você andando pela cidade, você reparando, você vai ver que não existe EA. Considero zero a esquerda a EA no município.

- Falta integração das ações. Veja o depoimento de um entrevistado a esse respeito:

Uberlândia não está ruim em comparação com outros municípios. Agora, se você pensar estrategicamente, o município está mal. Mal no sentido de que existe uma estrutura, mas não cresce ... está estagnada. Os projetos vem acontecendo, mas muito pontualmente, sem nenhuma integração ... agora, se houvesse integração com os outros projetos e se houvesse interesse das instituições privadas em ajudar financeiramente esses projetos (...).

- Há poucos projetos excelentes;

- Necessidade de levar informação à comunidade;

- Governo e escolas não priorizam EA. O depoimento a seguir exemplifica essa avaliação:

Ainda é deficitário ... o porte de Uberlândia, o nível que a gente busca de educação ainda está muito longe da realidade ... há uma preocupação? Há, pelas autoridades ... mas, isso na prática junto às instituições de educação, deixa a desejar ... tem muito o que fazer ... ainda é complicado ... está muito lento ... é claro que tem projetos espetaculares ... tem escolas que fazem isso de forma brilhante, mas em compensação o número das que não fazem é maior (...).

- Restrita ao plantio de árvores em datas comemorativas;

- Estrutura de EA encontra-se estagnada;

- Resistência dos professores em trabalhar esta questão;

- Falta estrutura e gestão eficiente para os órgãos públicos trabalharem EA. A resposta destacada a seguir é extremamente pertinente para compreendermos essa questão:

Acho que o governo não dá foco nesta questão da EA. Nas escolas não se discute EA ... nós adotamos uma escola durante seis anos com foco em EA. Qual era o objetivo? Era capacitar as pessoas e depois a gente sair para que eles pudessem tocar o projeto. Percebemos que a carência era muito grande ... fizemos tudo que precisava na escola ... além da reforma dos prédios, fizemos horta, plantio de árvores, reformamos uma quadra ... o que a gente percebe? A escola não discute o tema, a Prefeitura não dá foco ... não tem uma política estruturada para isso. A cidade não considera isso como prioridade. A EA restringe a mero plantio de árvores em datas comemorativas. Planta, mas não cuida ... tem pontos importantes? Tem! O Parque Siquieroli faz um trabalho muito bacana. Tem núcleos, dentro do cenário global, que faz esse trabalho muito bem, mas recebe poucos alunos, não consegue receber todo mundo. Também percebo uma resistência muito grande dos professores no que diz respeito ao tema. Não conseguem partilhar ou entender isso como importante para a vida deles e dos alunos. Essas ações isoladas da Prefeitura

deveriam ser estendidas e trabalhadas como uma política. Contribui para isso uma falta de estrutura dos órgãos públicos ... falta gestão.

- Falta interesse das empresas em investir financeiramente em EA;

- Falta vontade política (04). Destaque para a seguinte resposta:

Muito fraca. Precisava mais apoio político para que as ações fossem mais intensas. Porque a cidade cresceu desordenadamente. Por mais que fale que uma cidade tem um planejamento ... na minha visão como educadora ... deixa muito a desejar. Você vê uma cidade nua ... a gente vê uma falha muito grande da coleta seletiva ... seria um dos pilares da EA ... teria que estar a todo vapor ... Uberlândia fica muito a desejar. Seria um acordar rápido de quem está no poder político e fazer alguma coisa ... porque aqui é uma cidade maravilhosa ... a gente roda muito por aí ... a gente chega aqui ... nós estamos no céu ... apesar dessa luta toda ... é uma cidade boa.

- Falta política pública para a educação e fiscalização ambiental;

- Falta uma política estruturada de EA para o município;

- Falhas na fiscalização, relacionada ao não cumprimento da legislação ambiental, poucas multas aplicadas e fraca cobrança por parte do poder público.

- Questão ambiental não é prioridade da sociedade, que tem outras preocupações como a saúde, habitação, segurança, trânsito, drogas e alimentação;

- Falta consciência ambiental às pessoas;

- Crise da água intensifica ações da mídia;

- Tamanho do município e da cidade dificulta o trabalho de EA;

Vale destacar que três entrevistados afirmaram não terem condições de avaliar a EA desenvolvida no Município de Uberlândia.

A questão nº 07 aborda a seguinte pergunta: que profissionais (nº e formação) há no quadro da instituição para desenvolver EA? Considerando a especificidade das instituições escolares em relação à rotina e tipo de trabalho desenvolvido, estas foram tratadas separadamente das demais instituições.

Das 23 escolas pesquisadas, apenas duas possuem profissionais com funções específicas para atuarem com EA. Essa particularidade ocorre em razão destas escolas oferecerem cursos técnicos na área ambiental, contando com professores especialistas em seu corpo docente. As outras 21 escolas desenvolvem suas atividades de EA contando com a colaboração e esforço de profissionais que possuem outras funções nas instituições onde trabalham. Dentre esses profissionais citados destacam-se:

- Corpo docente em geral (09). O depoimento a seguir ilustra essa situação:

Geralmente quem trabalha essa questão são os professores de ciências e geografia. Quando faz alguma atividade a gente procura envolver todo mundo ... mas o ideal seria se tivesse um coordenador ... e nem precisaria ser um coordenador específico para projetos de meio ambiente.

- Professores da disciplina geografia (09);
- Professores das disciplinas biologia/ciências (07).
- Professores de outras disciplinas (04);
- Diretores/gestores (04). A seguir apresentamos um depoimento a respeito dessa questão:

Os profissionais da escola que estão diretamente ligados são a equipe de gestão e os professores das áreas de ciências e geografia. Mas, todos os outros profissionais, a gente tenta sensibilizar para vir junto para essa iniciativa. Nós tentamos sensibilizar a equipe de limpeza do colégio para a questão do gasto de energia, apagar as luzes ... a questão dos ventiladores dentro de sala de aula, os *datashow*. Isso a gente trabalha com todos os outros funcionários. O tempo todo lembrando.

- Professores que ministram disciplinas do Programa “Reinventando o Ensino Médio”, desenvolvido na rede estadual de ensino no decorrer do ano de 2014 (04). Observe um relato a esse respeito:

Esse ano, por causa do Reinventando o Ensino Médio, tem um professor de Meio Ambiente e Recursos Naturais ... mas trabalha com uma turma só ... então, quando vai desenvolver um trabalho, um projeto ... inclui todo mundo ... especialistas, supervisores ... eles tentam fazer o trabalho deles e ajudar nesse trabalho ... mas, não tem uma pessoa para falar, cuida disso ... não tem (...).

- Supervisores pedagógicos (03);
- Outros profissionais (agente de saúde, auxiliar de serviços gerais) – 02;
- Todos os funcionários (01);
- Não especificou (01);

Em relação às demais instituições, foi constatado que, de um total de 17, 11 possuem profissionais exclusivos para atuarem com EA. Destas instituições, duas são ONG's, quatro são órgãos públicos, duas entidades de classe e três empresas. Vale destacar que algumas instituições possuem profissionais permanentes em seu quadro de recursos humanos, enquanto noutras, esses profissionais são contratados em caráter temporário para desenvolver determinados projetos e ações específicas, de acordo com a demanda existente. Veja a afirmação de um entrevistado: “Nós contratamos consultores especialistas. Não é feito com os profissionais daqui. Tanto para os treinamentos, quanto para as consultorias, quanto para os seminários também.”

Os profissionais, que atuam com EA no âmbito destas instituições, possuem formação diversa, como apresentamos a seguir:

- geógrafo (09)
- biólogo (06)
- engenheiro ambiental (03)
- engenheiro agrônomo (03)

- engenheiro químico (03)
- pedagogo (03)
- administrador de empresa (03)
- jornalista (02)
- comunicação (02)
- engenheiro florestal; zootecnista; técnico em agropecuária; advogado; paisagista; psicólogo; fisioterapeuta; dentista; monitores; estagiários; responsáveis pelos setores; profissionais da área de segurança de trabalho; profissionais de instituições parceiras; funcionários da limpeza; jardineiro (01 citação cada); outros (03).

No cômputo geral das 40 instituições pesquisadas, 65% não possuem profissionais específicos para atuarem com EA. Um representante de instituição entrevistado afirmou: “A gente tem a colaboração de alguns membros, mas não é ostensiva e continuada. Ela é pontual ... aqui e ali ... faz alguma coisa ... mas tem uns três ou quatro que me ajudam. Eu tenho buscado consolidar isso em parcerias com a Universidade, com os órgãos públicos.”

Por sua vez, 32,5% dos representantes das instituições pesquisadas afirmaram possuir profissionais específicos para trabalharem com EA. A seguir destacamos alguns depoimentos que tratam desta questão:

Hoje a gente tem uma equipe multidisciplinar. É uma comissão formada por um biólogo, através de uma assessoria ambiental, uma pedagoga que trabalha com a gente, um paisagista, eu que sou engenheira química e estou fazendo Especialização nessa área ambiental. Temos o Diretor de Meio Ambiente e uma jornalista, que faz a cobertura dos eventos para a mídia (TV, revista e o *site*) ... são as pessoas diretas da Comissão. Agora, indiretas são muitas ... temos os monitores, tem as pessoas que ajudam no dia-a-dia na jardinagem e plantio das árvores, atividades com associados e colaboradores. São em torno de umas 20 pessoas diretas (...).

Aqui somos quatro pessoas ... mas, para todos os programas que a gente executa temos uma consultoria que nos ajuda ... o meu papel é fazer gestão ... eu faço a gestão dos programas ... a gente tem, nas pontas, assessorias e consultorias que nos ajudam ... para cada programa tenho uma consultoria especializada contratada ... a equipe é grande ... além dos líderes nas empresas, que são os nossos braços (...).

(...) temos como responsáveis diretos dois engenheiros ambientais com Pós-Graduação. Temos uma equipe da área de segurança que estão dentro deste contexto ... temos mais sete pessoas que ajudam diretamente. Mas ... tem que entender ... a nossa concepção é diferente. A diretriz a gente estipula via objetivos da organização. Mas, quem é responsável pela questão da EA são todos. Nós temos hoje nove operadores que trabalham na caldeira e na ETE. Eles são os responsáveis pela gestão ambiental daquela área ... para isso a gente treina, capacita as pessoas para que elas possam conduzir de uma forma mais adequada.

Apenas uma instituição não especificou esta questão. Pode-se perceber que a EA ainda não é priorizada na estrutura organizacional das instituições, considerando a situação aqui descrita.

A questão nº 08 trata da avaliação que a instituição faz do nível de integração/parceria existente entre empresas/ONG's/órgãos públicos/escolas em Uberlândia em relação às questões ambientais. A seguir, apresentamos o nome de instituições e equipamentos públicos, citados pelos entrevistados, que realizaram alguma atividade (ação, projeto, visita, palestra) em parceria ou das quais receberam algum tipo de apoio ou doação:

- DMAE (07). Esse órgão foi destacado por um dos entrevistados: “Hoje em dia só o DMAE e a Fundação Uberlandense de Turismo, Esporte e Lazer (FUTEL). O DMAE libera para visitar a estação de tratamento ... eles vêm na escola e fazem palestra. O efetivo que a gente sempre pode contar é o DMAE.”
- Horto Municipal (02)
- Parque do Sabiá (02)
- Parque Victório Siquieroli (02)
- Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) - 02
- SMMA (02)
- PMU; Sindicato Rural; Parque Municipal Santa Luzia; Aterro sanitário; Clube de Diretores Logistas e Associação Comercial e Industria de Uberlândia (CDL/ACIUB); IGAM (01 citação cada).

Os entrevistados acusaram o estabelecimento de 17 parcerias. Estas foram avaliadas, de forma genérica, como: limitadas, complicadas, poucas, ficam a desejar, fracas, poderiam ser mais fortes. De acordo com um entrevistado “(...) as parcerias não estão consolidadas ainda, apesar do potencial existente (...)”. Outro entrevistado afirma:

(...) a gente tem visto uma busca grande e interessante neste aspecto. Não sei dizer para você os resultados práticos, mas que existe uma intensão de criar um grupo, um elo entre as instituições, empresas, comunidade de maneira geral, as ONG's ... nesse sentido eu vejo como muito promissor. Para implantar uma ideia nova a gente encontra muita resistência. Concretizar isso demanda tempo. O que acontece, muitas vezes em determinadas instituições, é que a ideia vai embora com o Presidente que sai. Então, tem um Prefeito, tem uma ideia. Ele sai, a ideia morre. Tem um Secretário que tem uma ideia boa, ele sai, a ideia afunda. Tem uma ONG ou um Conselho ... tá focando alguma coisa. Ele sai, a ideia esmorece. Falta um processo de continuidade, que não é levado a sério. Assim, como na política, a gente vê um desperdício absurdo de recursos, porque não tem a obrigatoriedade de continuar as coisas boas. Não existe esse compromisso, de quem entra ser obrigado a continuar. Então o gargalo é isso.

Os entrevistados também informaram a realização de outras 16 parcerias caracterizadas como ações, avaliadas da seguinte forma: isoladas, pontuais, sem continuidade, pautadas pela falta de efetividade, restritas a eventos como a Semana do Meio Ambiente. Os depoimentos a seguir ilustram essa situação: “(...) não está articulado ... cada um está fazendo a sua parte ... individualizado ... por exemplo, a Secretaria de Meio Ambiente ... ela poderia

desenvolver um trabalho nas escolas (...). “Muito pouco. Não existe ... eu estive conversando com algumas pessoas da Prefeitura ... eles também tem dificuldade de fazer essas parcerias ... a gente vê só quando é semana do meio ambiente ... são ações pontuais (...).”

Olha, não vejo muito envolvimento de empresas ... pelo menos ainda não presenciei nenhuma ... acho que até a Secretaria de Meio Ambiente poderia ter ações mais efetivas ... as vezes esses órgãos procuram a escola na época da semana do meio ambiente ... você procura a escola porque lá tem público para as suas palestras e tudo mais ... a gente observa assim ... não só a Secretaria do Meio Ambiente ... a própria Universidade, quando chega época da semana do meio ambiente ... vamos marcar palestras nas escolas e tal ... passou a semana do meio ambiente ... basicamente a ação é essa (...).

Quatro entrevistados não conseguiram responder, de forma clara e objetiva, impossibilitando a compreensão da visão de suas instituições a respeito desta questão.

Em relação às empresas, enquanto potenciais parceiras das instituições pesquisadas, cinco entrevistados enfatizaram que estas instituições estão abertas para firmar parcerias e apoiar ações de EA. Observe a resposta de um entrevistado:

(...) somos muito limitados em parcerias ... É complicado! Eu tenho que me responsabilizar pela pessoa que está aqui dentro! Olha essa cláusula: será de inteira responsabilidade do voluntário e da instituição qualquer dano ou prejuízo que vier causar em equipamentos disponibilizados ... a instituição assistida isenta a ... de qualquer responsabilidade referente a acidentes pessoais ou materiais que porventura venha a acontecer ... como que eu vou assinar isso aqui? Isso é o contrato da parceria ... se o voluntário corta o pé aqui ... como que eu vou fazer?

Por outro lado, quatro entrevistados afirmaram que o interesse das empresas com as parcerias ocorre em razão de *marketing* social e midiático. Observe o seguinte depoimento:

Se fosse para dar uma nota de zero a 10 daria três ... porque as que procuram aqui ... sou melhor parceiro para elas do que elas para nós ... então não é uma parceria ... tem um interesse por trás disso ... infelizmente o interesse não é o meio ambiente ... não é propriamente a EA ... vejo algumas grandes empresas ... já fomos parceira delas ... plantou muito a questão do meio ambiente ... fazíamos tudo e eles vinham, filmava e tinha os benefícios ... nunca nos deram um cesto de coleta seletiva ... nunca nos deram uma palestra boa ... nunca bancou um ônibus ... nunca fez nada ... simplesmente ... nós precisamos desse projeto para a empresa ter algum benefício ... então vocês vão lá, fazem o showzinho na escola, filma os meninos em alguma atividade ... alguma recreação e só isso ... nossas parcerias foram praticamente todas frustradas e acredito que, na maioria dos lugares, ninguém está realmente preocupado em fazer o que é necessário para ter algum benefício, algum ganho ... aqui também tem uma empresa que recolhe esses recicláveis ... lâmpadas, baterias, pilhas ... mas a pessoa cobra não sei quanto para recolher ... aí eu falo: não é esse o caminho que procuramos ... porque se for para pagar, não é parceria ... então vem, fala de pilha, fala de um monte de coisas que prejudicam, que são tóxicas, mas não tem ações reais ... projetos do governo ... nós é que temos de garimpar, é muito difícil porque não tem aquele projeto naquela linha específica (...).

Foram citados os nomes de quatro empresas que estabeleceram parcerias com as instituições pesquisadas. Um entrevistado afirmou que a instituição que representa participou de uma parceria avaliada como frustrante. Outro disse não observar nenhum envolvimento de empresas nesta questão. Um entrevistado citou as SIPAT's, realizadas anualmente pelas

grandes empresas, como uma ação de EA desenvolvida em razão de pressão da legislação, conforme pode ser observado no depoimento a seguir:

Olha, no nosso meio tem muito o “eu”. É meu projeto, é minha ação ... se houvesse a interação de todas as ações e pensasse no coletivo ... a gente ainda vê as ONGs sobrevivendo por aí ... e assiste a falência delas também, em decorrência desses conflitos. As empresas desenvolvem através das SIPAT’s ... pressão da legislação ... isso acontece porque tem toda uma cobrança em cima, senão, acredito que não existiria ... e com isso perde a empresa, perde o funcionário e a cidade.

Em relação às ONG’s, foram citadas duas parcerias com cooperativas de catadores de recicláveis e uma parceria com uma ONG. Três entrevistados veem as ONG’s, de maneira geral, com restrições. Afirmam que não confiam no trabalho desenvolvido por elas, uma vez que os interesses particulares de seus coordenadores acabam direcionando as ações destas instituições. A seguir apresentamos dois depoimentos que abordam essa questão:

Eu avalio isso aí como péssimo ... porque as vezes você tem uma ONG que trabalha com meio ambiente, mas é só fachada ... não é um trabalho efetivo, realmente ... são só frases de impacto ... se é de uma empresa, é para dizer que é o social da empresa ... se é do poder público, é para falar que está trabalhando aquilo ali, porque se torna obrigado, praticamente ... então, não vejo de forma eficaz, eficiente e efetiva um trabalho contínuo (...).

(...) uma ONG nos procurou para fazer uma horta ... disseram que iriam organizar tudo ... vamos trazer as plantas ... vamos fazer isso, fazer aquilo ... eles vem e depois vão embora ... parece assim ... o objetivo foi cumprido para aquela atividade então agora vou procurar outra ... a gente não tem as pessoas que podem manter aquela atividade, porque você conhece como é a vivência ... a correria ... é complicado (...).

Sete citações apontaram a necessidade do poder público municipal, destacando a Secretaria Municipal de Educação (SME) e SMMA, como responsáveis por intermediar e fomentar o processo de parcerias no Município. Os depoimentos, a seguir, contribuem para compreender melhor essa questão:

(...) tivemos parceria, hoje não temos ... para ter essas parcerias tem que ter o interesse da Prefeitura, da Secretaria de Educação ... tem que ter alguém lá que intermedia esses projetos, essas parcerias ... então eu percebo que essas parcerias, hoje ... elas também ficam a desejar (...).

São muitas ações isoladas ... às vezes nem é por maldade ... há casos que é por vaidade ... tem o grupo que cuida do ... que não conversa com o grupo que cuida do ... tem o cara que tem uma empresa de gestão ambiental e tem os interesses dele, que talvez não sejam compatíveis ... tem os mais radicais, tem os menos ... tudo isso dificulta essas parcerias e essas comunicações ... talvez a Secretaria de Meio Ambiente poderia ser um aglutinador ... e pela percepção que a gente tem ... não faz esse trabalho ... é o ponto de partida dentro do Município para você juntar essas informações e potencializar resultado. Porque quando você junta ... e se eles fossem feitos juntos, os resultados seriam três ou quatro vezes maiores ... na minha percepção a Prefeitura não está cumprindo esse papel de juntar ... e não adianta colocar qualquer outra entidade para capitanear isso, que não vai conseguir fazer ... isso não envolve recurso ... se tivesse uma pessoa lá dentro para mapear o que está sendo feito e tivesse inteligência suficiente para saber que uma coisa junta com a outra e alguém com tato político para chamar o Presidente de uma ONG e chamar outro e dizer vamos trabalhar juntos ... precisa de boa vontade ... a educação é consequência (...).

Alguns entrevistados afirmaram que, à medida que se cria um elemento de aglutinação, conseqüentemente, as ações tornam-se mais efetivas e os resultados logo surtirão o efeito desejado. A seguir, apresentamos diversos depoimentos que possibilitam uma melhor compreensão das variáveis que interferem na viabilização de parcerias entre as instituições sediadas em Uberlândia:

Eu penso que poderia ser mais forte se a gente tivesse conhecimento maior de todas as instituições que se preocupam com isso. Por exemplo ... eu não tenho conhecimento de tudo que a Prefeitura oferece dentro dessa área. O exemplo do óleo. Nós começamos uma parceria ... tentamos por muito tempo trazer um recolhimento de óleo que existe na cidade. Mas nunca conseguimos ter acesso a essas pessoas ... depois era o órgão que recolhia os recicláveis ... também não conseguimos. Aí começamos uma parceria com pessoas que ... os catadores ... tinha uma senhorinha que passava e a gente ia juntando para ela ... por fim ela não apareceu mais ... eu acredito que até exista mais lugares preocupados com isso ... só que a gente não tem conhecimento desses lugares ... o que a gente consegue é fuçando muito por iniciativa própria. A Cooperativa ... para chegar até ela foi a coisa mais complicada. A gente ouvia falar que existia ... até que conseguimos o telefone ... o lugar que nós temos mais acessibilidade, que todo ano visitamos, é o aterro sanitário. Lá sim, eu acho *show* de bola (...).

Eu acho fraco. Algumas empresas de Uberlândia fazem um trabalho de EA. Sou crítico em relação às ONG's. Não vejo essa integração entre empresa, escola e ONG. Há um distanciamento entre as três. Às vezes acontece de uma empresa procurar ... em um evento ou outro, na Semana da Água, na Semana do Meio Ambiente. De forma ampla e contínua, não há. São coisas pontuais ... não vejo efetividade.

O nível também não está bom. Você tem pouca gente ... não tem como envolver com muita coisa ... então você integra pouco ... por exemplo, nós somos convidados para participar de eventos em empresas ... associações ... temos que acabar filtrando esse tipo de participação ... a gente vai quando dá ... normalmente esses eventos são em finais de semana ... não paga mais hora extra, não disponibiliza carro ... a gente acaba contando com a boa vontade do funcionário ... então a gente tenta fazer o que dá ... com um quadro reduzido é difícil. A integração é fraca, na realidade (...).

Eu conheço pouco, mas, pelo que a gente ouve de algumas ONG's, é que não tem muita integração ... participação ... isso é uma reclamação das ONG's ... é uma carência que tem trabalhar junto ... é uma dificuldade trabalhar junto ... lógico que tem ações sendo feitas ... algumas são boas ... precisava ser uma coisa mais permanente (...).

(...) quando trata de instituições públicas a burocracia é grande e isso atrasa um pouco os processos ... mas eu diria que com escolas, por exemplo, é muito fácil ... as parcerias acontecem muito bem e ela depende muito da vontade do Diretor ... e quanto às parcerias com a Prefeitura ou Governo do Estado, IEF por exemplo, essas parcerias exigem uma burocracia tremenda e um planejamento pesado ... com as instituições privadas falta muito interesse por parte delas ... porque eu acho que o entendimento que as pessoas tem das responsabilidades delas é muito pequeno ... elas acham que tem direito de ganhar dinheiro ... elas não tem responsabilidade, por outro lado ... por exemplo, quando a gente quer fazer uma parceria com uma empresa a gente tem uma porta de entrada: o *marketing* ... fazer uma parceria que não seja formal, então ela é muito pontual. Parcerias pontuais, sem troca financeira entre as partes, de curta duração, não necessita de nenhum tipo de documento. Então você vai lá e faz uma parceria realmente de filosofia nesse tipo de projeto. Mas o que significa esse tipo de parceria? Se ela era só para esse projeto, não é uma parceria, seria simplesmente juntar para fazer um trabalho.

A questão nº 09 avalia se a instituição possui um Projeto/Programa de EA em desenvolvimento, se esse Projeto/Programa encontra-se registrado de forma impressa ou digital e se está acessível ao público interessado. O objetivo dessa pergunta é saber qual o nível de formalidade atribuído às ações de EA pelas instituições, concretizado na forma de um projeto ou programa específico de EA.

Ao analisar e sistematizar as informações fornecidas pelos entrevistados foi detectado ser uma tarefa difícil de ser concluída. Há instituições que efetivamente desenvolvem projetos/programas de EA, mas carecem de formalização por meio de um documento dessa natureza. Por outro lado, há instituições que afirmam possuir projetos/programas de EA, mas não é possível visualizar a concretude dessa afirmação no contexto observado na instituição, corroborando a falta de coerência percebida nas respostas dadas a outras questões da entrevista.

De qualquer maneira, faremos o relato e descrição das informações que se apresentaram possíveis de sistematização, mesmo que a priori, se mostrem confusas ou contraditórias. Esse fato não diminuirá a relevância dos depoimentos dos entrevistados e da consequente análise do contexto da EA no ambiente organizacional das instituições.

Apenas dois entrevistados afirmaram que suas instituições possuem tal nível de sistematização. Vale destacar que estas instituições são órgãos públicos que têm programas institucionais criados em suas matrizes e que podem ou não ter a adesão de seus escritórios locais e/ou regionais. Nesta pesquisa, não tivemos a pretensão de avaliar se esses projetos e programas estavam efetivamente em desenvolvimento. O intuito foi verificar como essas instituições tratam a EA a partir de sua realidade e de sua estrutura gestora.

Três instituições afirmaram que não possuem projetos ou programas de EA. As outras 35 instituições, por meio de seus respectivos representantes, informaram que possuem ações e projetos voltados para a EA, entretanto, não há sistematização na forma de um documento oficial, impresso ou em meio eletrônico e acessível ao público interessado. Alguns entrevistados afirmaram que há registro dessas ações e/ou projetos, na forma de relatório, instrumento legal e outros documentos. No entanto, não foram disponibilizados para análise no momento da entrevista. Esse fato nos leva a conjecturar que não possuem importância significativa no processo de EA desenvolvido pelas respectivas instituições.

A seguir, destacamos diversos depoimentos de entrevistados de forma a ilustrar melhor essa situação:

Especificamente, não. O que a gente faz é mediante a proposta de trabalho do plano, tanto da área da biologia, quanto do Reinventando ... mas, não tem uma proposta,

um projeto especificamente falando assim: nós vamos ter na área de EA essa perspectiva nesse aspecto, assim ... não (...).

(...) um projeto sistematizado não tem ... é um trabalho, mas não tem um projeto sistematizado ... o projeto é esse aqui, tem um prazo para cumprir ... não ... agora o da ... tem todo esquematizado as ações deles ... eu não peguei ainda porque ela ainda não trouxe ... eu cobreí ontem dela ... cadê o programa todinho ... como que vai ser desenvolvido ... eles têm, são muito organizados ... porque lá tem pessoas que ficam só para isso ... e nós não (...).

Não. Não existe essa questão ... se é impresso, se é acessível para as pessoas. Tem o projeto desenvolvido ... mas ele não foi divulgado ... por isso que eu digo que é importante a criação do Núcleo e a questão da coordenação. Eles, que tem o conhecimento, vão ajudar a gestão a desenvolver uma coisa nesse sentido.

O Programa ... foi criado por lei. Tem documentação própria. O Programa ... o mais amplo deles em relação à EA, não. Estamos registrando ele ... tem material, tem cartilha ... fora do Estado conhecem ele ... em Goiás ... Bahia conhece ... mas, não tem ele registrado. Mas, material dos três, tem.

Nós não temos um Programa de Educação Ambiental dá forma que tem que ser desenvolvido ... com a realização de fórum junto à comunidade ... esse tipo de Programa que é exigido em lei nós não temos ... agora sim ... o trabalho da EA com metas a serem atingidas ... o que a gente pretende fazer, a gente tem ... temos os projetos que a gente desenvolve ... como eu falei, são os projetos pontuais ... algumas coisas pontuais a gente tem ... mas, impresso assim (...).

A maioria dessas atividades de EA, denominadas de programa, projeto, ações e outros termos, apresentam especificidades em relação aos objetivos, temas abordados, justificativas e contexto das instituições. Foram registradas 13 menções a projetos de coleta seletiva, cinco ao Programa Reinventando o Ensino Médio e citações à temática água, visitas de escolas/comunidade, condicionante/licença ambiental e treinamentos.

Outros temas citados pelos entrevistados foram: recuperação de nascentes, parceria com empresa, curso técnico na área ambiental, horta e sustentabilidade. Oito instituições informaram que suas ações de EA encontram-se registradas no Projeto Político Pedagógico (PPP) e currículos, enquanto três indicaram que a EA é desenvolvida no âmbito das disciplinas e conteúdos programáticos. Pela natureza dos referidos registros, trata-se de instituições escolares. Seguem alguns depoimentos a respeito desta questão: “Sim. Está dentro do nosso PPP.”

Tudo que a gente tem de projeto é ... o PPP está aqui disponível ... só que eu acho que a gente ainda precisa avançar muito ... melhorar ... porque ele está muito pobre ... nós temos o objetivo, nós temos a metodologia ... mas ele pode ser melhorado ... a partir do momento que a gente tiver o financeiro, vai poder melhorar ele (...).

Alguns sim ... para concorrer com esse projeto ... fez a horta na escola ... teve que especificar tudo isso ... outros são projetos mais espontâneos ... projetos mais informais ... cada projeto tem seu nível ... tem aqueles que são de ação pedagógica ... que tem embasamento, justificativa e tudo mais (...).

A questão nº 10 trata do processo de definição/seleção das ações de EA desenvolvidas pela instituição. Consoante às demais questões abordadas anteriormente, há uma variedade de fontes e processos responsáveis pela seleção das ações de EA desenvolvidas.

Todos os entrevistados apresentaram suas fontes e processos utilizados. O que difere uma instituição da outra, de forma mais significativa, é o nível de consolidação do processo de EA desenvolvido. Esse aspecto é representado principalmente pela existência de uma estrutura de GA institucionalizada, pela existência de um programa ou uma ação educativa permanente consolidada e pela existência de um planejamento sólido, pautado em estratégias claras, processo avaliativo contínuo e metas definidas.

A maioria das instituições, apesar de indicarem a existência de EA, o processo de definição e seleção das ações desenvolvidas ainda não está consolidado. A seguir, destacamos as principais formas adotadas pelas instituições que, em sua maioria, utilizam mais de uma fonte:

- 10 instituições possuem um processo de EA consolidado. Essa constatação é em decorrência da estrutura gestora existente, programa ou ação permanente consolidada ou planejamento utilizado. A seguir, destacamos vários depoimentos que retratam essa situação: “A partir das diretrizes do programa ... a gente vai avaliando ... vai adequando à medida que vai surgindo ou vai piorando algum índice (...)”.

Esse processo de definição ... como o Programa já existe, já tem sua própria vida ... suas metas ... em 2013 fizemos o planejamento para quatro anos ... com orçamento, verba e tudo ... mas, as definições básicas, vem da Diretoria. Demandas e propostas novas de trabalho, a Diretoria define. Respeitadas as questões políticas e operacionais, temos autonomia para definir. São dois Programas que praticamente caminham com suas próprias pernas ... já está encaminhado.

Trimestralmente todos os gerentes e alguns coordenadores se reúnem e definem as estratégias. Nós temos campanhas corporativas, programas corporativos e temos também os locais. O que podemos fazer internamente? Essa equipe reúne com o gerente e define ... geralmente a gente não trabalha com a visão do resultado já concretizado ... a gente trabalha no intuito de prever ... eu tenho que mapear isso antes ... porque nada aqui é de uma hora para outra ... tem que ter planejamento ... tem que ter aprovação ... tem que ter um fluxo burocrático ... você pode fazer alguma coisa de última hora? Pode, desde que seja emergência. Se não for, você não faz. Aqui tenho que estar preocupado com o que vai acontecer lá na frente (...).

De acordo com a necessidade. A gente tem algumas coisas que já são fixas na grade. ... oficinas e *workshops* são pontuais, a gente faz à medida da demanda que os mais íntimos do grupo estão querendo ... as vezes até por mídia social ... tem projeto que acontece o tempo inteiro ... eles são abertos durante o dia e todo dia tem ação ... palestra também tem que ser agendada ... então, algumas coisas são constantes, mas a maioria, por falta de investimento fixo ... você tem que pensar o projeto, buscar captação, para depois colocar ele em prática.

- 13 instituições definem e selecionam suas ações de EA a partir da equipe gestora ou direção geral, conforme pode ser observado nos depoimentos dos entrevistados: “Quem define sou eu.

Faço porque quero, não porque sou cobrada. Essa semana é do meio ambiente ... tem de trabalhar ... todo mundo trabalha. E você sabe que o brasileiro ... se não tiver cobrança ... vira nada.”

A definição é feita pela equipe de gestão da escola. Coordenadores, direção e vice-direção. Nós é que somos os responsáveis diretos para poder atingir o professor, que atinge os alunos. Muitos desses projetos partiram de iniciativa de professor ... partiram de dentro da sala de aula, de uma unidade didática do livro ... para chegar onde está foi uma atitude dos gestores ... e para que aconteça essa perenidade, todos os anos é preciso que a gente não deixe que o projeto morra. O professor tem coisas demais para se preocupar. Ele até deseja ... mas, a quantidade de coisas que tem que se preocupar, não permite que fique preso de forma tão acentuada ... ele pode ser um colaborador muito forte ... o professor é um formador de opinião dentro da sala de aula. Então, ele com suas ações e pensamento, vai atingir de forma mais ampla os alunos em sala, do que nós que estamos fora. O professor é um profissional extremamente importante dentro de um projeto ambiental na escola ... o professor é tudo dentro de uma sala. Mas, para que ele seja alimentado, precisa de uma equipe que realmente esteja por trás ... dando ideias, estabelecendo parceria.

A gente tem reunião no início do ano para poder discutir as ações que serão desenvolvidas ao longo do ano. A Comissão reúne, avalia o que foi feito no ano anterior, vê o que trouxe mais resultado positivo, o que foi mais comentado, o que foi mais visto pelo público interessado, o que teve mais adesão e elaboramos a próxima Agenda Ambiental do ano que vai iniciar ... com a aprovação da Diretoria, a gente divulga e começa a executar (...).

- 11 instituições (escolas) indicaram que os professores são os responsáveis, conforme observado nos depoimentos a seguir: “(...) o professor como principal ator daquela ação ... surge dele ... o professor à frente do projeto e do formato desse projeto (...)”. “Está mais na mão do professor (...)”.

- Oito instituições indicaram as necessidades/interesses/problemas/questões pontuais/proposição de projetos. A seguir destacamos depoimentos que ilustram essa situação:

A gente reúne mensalmente ... começa a discutir onde estão as dificuldades ... e a partir dessa discussão ... vamos desenvolver esse projeto ... as vezes eu vejo um problema e levo para a reunião ... as vezes a gente faz reunião, apresentação, depende do jeito do projeto (...).

Na realidade é a seleção natural ... tem o momento de proposição de projetos lá no começo do ano ... professores propõem projetos ... muitos desses projetos acabam vindo de empolgação momentânea, mas que não conseguem se concretizar ao longo do ano ... outros, são levados até o fim ... e tem também projetos que os meninos ... as vezes até ideia de um menino ... vamos fazer tal coisa ... e aquilo cresce ... as vezes começa com uma dimensão extremamente modesta e ela vai crescendo, vai aderindo ... projeto que surgiu ... que vai ganhando mais colaboração ... ele vai se fortalecendo ... naturalmente ele cresce e cria corpo (...).

De acordo com a necessidade que a gente está vendo ... de repente você depara diante de uma situação que precisa resolver ... o caso do lixo por exemplo ... nós percebemos que os meninos estavam muito sem informação ... descuidados ... desperdício de lanche, papel (...).

- Sete instituições (escolas) indicaram que é o PPP/currículo/calendário escolar, conforme relato a seguir:

Em reuniões ... do planejamento em si, em reuniões com os professores ... quando a gente faz reunião do PPP reúne toda a plenária da escola e traça as linhas gerais ... depois vem para as específicas ... e outras ações que vem depois ... é nos módulos ... são colocadas as sugestões e a gente vai executando (...).

- Seis instituições indicaram que são as demandas externas, representadas por propostas de parcerias ou solicitações do público alvo/comunidade, conforme indicado a seguir: “É entre nós aqui ... vamos fazendo de acordo com a legislação ... não tem nada ... assim, uma equipe que senta para trabalhar e definir ... é só demanda de campo ... a pessoa liga e me pergunta e eu vou orientando de acordo com cada tipo de ... é o que vem surgindo”.
- Cinco instituições (escolas) destacaram que são os próprios conteúdos trabalhados pelas disciplinas em sala de aula;
- Três instituições indicam as exigências legais e o processo de licenciamento ambiental.

Observe o relato do entrevistado:

Hoje ela está centralizada nas exigências do licenciamento ambiental. Quando se faz o licenciamento ... hoje se faz uma cobrança para que sejam desenvolvidas as ações de EA. Já existe um grande projeto dentro da Agenda para que a gente trabalhe essas ações com relação aos grandes empreendimentos ... que executam os projetos com a nossa supervisão ... tem ocorrido no papel, mas não tem sido desenvolvido na prática (...).

Excetuando as 10 instituições (25%) que apresentam uma estrutura de EA consolidada, as demais (75%) ainda carecem de aprimoramento em seus respectivos processos de EA. Esse grupo de instituições, em razão da falta de uma política ambiental propositiva e institucionalizada, fica dependente de ações pontuais, pouco planejadas e desenvolvidas por profissionais que possuem outras funções. Assim, os resultados dessas ações não satisfazem as necessidades e demandas suscitadas pela sociedade.

A questão nº 11 analisa os meios utilizados pela instituição para socializar/divulgar informações ambientais para a comunidade. Deve ser ressaltado que praticamente todas as instituições, objeto desta pesquisa, possuem público interno (alunos, funcionários, associados) e público externo (clientes, visitantes, comunidade em geral). Apenas duas instituições, em função do pequeno número de funcionários permanentes, podem ser consideradas sem um público interno específico. Desta forma, os diversos meios utilizados para comunicação dos dados e informações ambientais têm o potencial de atingir esse público em questão.

A seguir, destacamos os principais meios utilizados pelas instituições, considerando as entrevistas concedidas por seus respectivos representantes:

- Cartazes/murais (16)
- Site próprio (12)
- TV/rádio/jornal (08)

- *Blog* (08)
- Mostras científicas/feiras culturais/apresentações/eventos (08)
- Reuniões (08)
- Cursos/palestras (08)
- Recados/bilhetes/circulares (07)
- *Email marketing* (06)
- Alunos/pais/comunidade (boca a boca) – 06
- *Folders*/visitas (05)
- TV/rádio (canal interno) – 04
- Painéis/*banners*/faixas (04)
- Atendimentos (04)
- Fotos/vídeos/filmes/textos (04)
- *Site* institucional (matriz) – 04
- *Faceboock* (03)
- *Intranet* (02)
- Cartilhas (02)
- Informativos (02)
- Seminários/campanhas (02)
- Treinamentos (02)
- Revista (01)

Dois entrevistados não responderam claramente a esta pergunta. Pode-se observar que não há predominância de meios eletrônicos em relação aos meios de comunicação impressos e verbais. Apesar do meio mais citado ser cartazes/murais (meios impressos), seguido de *site* próprio das instituições, os demais meios citados alternam entre os três grupos.

Vários entrevistados que indicaram *sites* (locais e institucionais) e *blogs*, destacaram o potencial desses recursos a serviço da comunicação ambiental. O depoimento, a seguir, ilustra essa vantagem:

(...) a gente tem um *site* corporativo que a gente chama de *intranet* ... todos os funcionários têm acesso a ele ... são notícias diárias ... nós temos um canal de TV interno ... toda semana tem matérias novas ... a gente tem uma televisão em todas as cantinas onde fica passando notícias ... e usa muito a ferramenta de *email marketing* (...).

No entanto, ressaltaram que esses recursos têm sido pouco explorados em virtude da falta de profissionais para alimentá-los e também de uma autonomia restrita dos gestores locais, no caso dos *sites* institucionais geridos pelas matrizes. Os depoimentos a seguir

permitem compreender melhor essa situação: “Temos o *facebook*. Criamos um *blog* ... tinha uma supervisora aqui ... e começamos a alimentar ele ... aí ela saiu ... perdeu ... quando tem um que começa a fazer e sai, aí perde aquela sequência (...)”. “(...) *site* e *blog* nós não temos ... normalmente *site* e *blog* você precisa de alguém para alimentar constantemente e nós não temos material humano para fazer isso ... porque tem que ser um trabalho diário (...)”. “(...) a escola tem um *blog*, mas ele é pouco divulgado por falta de recurso humano ... não temos pessoas ... infelizmente ele é pouco alimentado (...)”.

A menção à mídia (TV/rádio/jornal) também foi seguida de ressalvas em relação à pouca frequência que são utilizados. Somente atividades de maior repercussão possibilitam o acesso a esse recurso que atinge a grande massa.

De maneira geral, essa questão da divulgação/socialização de informações ambientais ainda fica a desejar, independente do tipo de instituição. Mesmo aquelas que já se encontram em um nível mais elevado de estruturação de uma política de EA, necessitam aprimorar e intensificar os meios de comunicação com a sociedade.

A questão nº 12 apresenta uma das perguntas de maior relevância para os objetivos dessa pesquisa, que trata da importância atribuída pela instituição ao processo de Gestão Ambiental como suporte para o desenvolvimento de EA. Nesta questão, observa-se que as instituições escolares apresentam uma peculiaridade em relação às demais instituições. Em razão de sua estrutura organizacional ser bastante fechada, rígida e homogênea, considerando a realidade educacional do país, independente da escola ser municipal, estadual, federal ou particular, percebe-se uma diferenciação significativa nas respostas de seus representantes, quando se compara com as outras.

Apenas uma escola acusou possuir um profissional (professor) que dedica parte de seu tempo à EA. As demais, apesar de afirmarem que realizam atividades de EA e reconhecerem a relevância do processo de GA, não possuem um profissional específico responsável pela GA da instituição. Um entrevistado fez a seguinte afirmação:

O papel da gestão é fundamental, porque se não tiver uma pessoa que tome a iniciativa, que abrace a coisa ... essa professora tem três horas/aula a mais por semana para cuidar do projeto ... é o ideal? Não, mas pelo menos é o inicial ... a questão ambiental para ela é muito importante ... começou o projeto sem nenhuma hora ... aos poucos foi apresentando o projeto para a Secretaria de Educação ... liberaram um pouco de aula ... hoje está com três aulas ... a intenção é que a gente consiga uma remuneração maior para que ela possa ter um tempo maior para se dedicar ao projeto ... porque se você tem uma pessoa para trabalhar ... porque ideias as pessoas tem ... se não tiver uma pessoa que fecha aquela ideia ... que fala ... o projeto é com quem? Com fulano ... aí aquela pessoa vai procurar o Parque do Sabiá para fazer a caminhada ecológica ... o que está acontecendo no Parque Siquieroli ... se você tiver sozinho você cansa ... é importante ter uma pessoa que toma a frente da situação (...).

Esse fato é relevante na medida em que a principal questão reclamada pelos entrevistados, representantes de instituições escolares, refere-se à necessidade de um profissional que seja responsável pela coordenação das atividades ambientais desenvolvidas pelas escolas. Foram 12 indicações nesse sentido. Outro aspecto abordado e que corrobora a afirmação anterior foi a falta de tempo dos profissionais das escolas para tratar desta questão (seis indicações). Duas instituições escolares afirmaram categoricamente que não existe GA em seus ambientes. Veja a afirmação de um entrevistado a esse respeito:

Eu acho de fundamental importância ... falta material humano ... você chega dentro de uma escola e tem um Diretor para administrar todas as áreas ... você é sozinho para fazer isso ... então, o que acontece? Alguma coisa vai ficar sem ser feita ... porque a gente não dá conta ... você me coloca a questão ambiental ... isso é uma coisa que já deveria ser realidade do dia-a-dia, igual português e matemática, há muitos anos ... mas ainda configura-se em uma novidade ... algo extra ... a gente sabe da necessidade, mas falta recurso financeiro, falta recurso humano, recurso material ... é muito complexo (...).

As demais instituições apresentam-se mais estruturadas no quesito GA, em razão de possuírem estruturas organizacionais mais flexíveis e dinâmicas que as escolas. De maneira geral, possuem profissionais para atuarem especificamente na área ambiental, mesmo que apresentem restrições de tempo, formação e foco nas atividades desenvolvidas. Outra vantagem observada, em várias destas instituições, é o fato de possuírem um setor ambiental estruturado ou em fase de formação. Assim, o desenvolvimento de um processo de GA e de um processo de EA, mesmo que incipiente e pautado em ações pontuais e sem continuidade, começa a fazer parte da cultura organizacional da instituição.

A este respeito um entrevistado afirmou que a instituição onde trabalha possui orçamento específico para aplicação na área de EA. Destacou que as visitas técnicas encontram-se institucionalizadas em todas as séries do ensino fundamental e médio. Citou que possui uma equipe de apoio administrativo e operacional responsável por manter a infraestrutura da escola em condições adequadas de uso e que essa equipe mantém contato permanente com a equipe pedagógica. Mencionou que realizam reuniões trimestrais com representantes de salas. Nessas reuniões são discutidas questões gerais do interesse de todos. A escola possui uma cultura de avaliação institucional, implantada há seis anos, que contribui para esse processo de gestão da instituição em todos os seus aspectos. A entrevistada afirmou que, enquanto gestora, está disposta a providenciar o que for preciso para os professores desenvolverem suas atividades. Informou que o planejamento logístico de visitas técnicas é realizado pela equipe administrativa, uma vez que esse tipo de atividade faz parte da programação curricular da escola. Destacou a pouca efetividade dos órgãos públicos no

sentido de se apresentar à instituição para oferecer qualquer contribuição no trato das questões ambientais.

Em relação à cultura organizacional nas instituições, destacamos outros depoimentos importantes:

É de extrema importância. Quando a gente fala de GA ... suporte financeiro, suporte logístico para garantir que essa educação funcione ... sem esse suporte não tem ... porque eu preciso de profissionais, transporte, material de divulgação, material de trabalho, cronograma, computador, gente para receber as informações, registro ... O gerenciamento de EA temos ... essa questão gerencial é de extrema importância. Se não tiver gerenciamento ... esquece ... ideias não valem nada se não tiverem aplicabilidade. Se o gestor não envolver, não tem EA ... nessas escolas tem professores bem interessados ... tem uns que não querem nem saber ... já levamos informações para todas as escolas ... tem escolas que o Diretor guarda as informações na gaveta ... se o gestor de qualquer instituição ... se ele não tiver interesse ... esquece (...).

As atividades ambientais vieram antes da gestão. Foi meio inverso. A gente começou com atividades ... ninguém era dono das atividades ... diagnosticou a necessidade de ter atividades voltadas para esse tema ... em 2007 teve uma pessoa que começou a trazer isso para a instituição. Até então envolvia algumas pessoas que tinham mais disposição ... não era nada formalizado ... a pessoa fazia porque queria ... teve início com os colaboradores para depois atingir o associado ... oficinas de reciclagem, palestra, debate, treinamento da coleta seletiva ... a partir daí viu-se que não adiantava só os funcionários participarem, terem essa sensibilização. A gente precisava atingir o público total da empresa. Aí começou a fazer de maneira informal para o associado ... participava quem se sentia bem, quem gostava, quem queria ... não era nada obrigatório ... não era nada oficial ... à medida que foi evoluindo, foi verificando a necessidade de formar uma Comissão. A Comissão foi criada há três anos com representação da Diretoria. Então foi meio inverso ... não se fez aqui um processo de estruturar a gestão para depois iniciar as atividades ... viu a necessidade de se ter uma coisa estruturada para fazer funcionar ... aí formou a Comissão. É fundamental ter responsáveis. Precisa ter pessoas para poder cobrar, tomar a frente e para poder dar continuidade ... se ficar solto ... a pessoa participa como quer ... faz quando dá ... as vezes faz da maneira não adequada ... a gente procura fazer de uma maneira criteriosa, justamente por isso, para ter resultado ... e para ter resultados, precisa de pessoas envolvidas.

As instituições que apresentam esse nível de estruturação de GA foram unânimes em indicarem, por meio de seus representantes, a relevância do planejamento no processo de GA.

Observe a resposta de um entrevistado:

É a partir do exemplo. Quando o SGA está bem estruturado, tem resultados. Com certeza reflete na EA do grupo como um todo ... porque fica automático quando tem o SGA ... você é cobrado ... fica automático a partir do exemplo. Quem entrar ... vê o outro fazendo ... é uma forma de EA.

Em relação a esse ponto foram elencados os aspectos considerados imprescindíveis para alavancar a EA:

- Recursos humanos qualificados e comprometidos;
- Infraestrutura adequada, que atenda as necessidades do público alvo;
- Recursos financeiros;
- Metodologia adequada e ações/programas permanentes e contínuos;

- Objetivos definidos e metas mensuráveis;
- Monitoramento e avaliação de resultados;
- Comunicação eficiente/sensibilização e treinamento. O depoimento a seguir ilustra esse aspecto: “(...) os funcionários são obrigados a cumprir treinamentos ambientais ... o treinamento é o primeiro passo ... na verdade a gente nem gosta de falar treinamento ... nem fala capacitação ... a gente costuma falar assim ... eu vou formar (...)”
- Gerenciamento/supervisão. A seguir é apresentado depoimento de um entrevistado que demonstra, de forma categórica, como o processo de GA é importante como suporte para a consolidação da EA:

Não tem como falar de EA sem falar da gestão. É a gestão que vai contribuir para que você tenha condições de gerir o processo ... a gestão tem que ser abrangente ... definir estratégia para cada ponto que quero trabalhar ... tenho que fazer avaliação do contexto global, jamais pontual. Se focar num segmento do processo, posso até fazer um trabalho bom, mas com vida curta. Tenho que fazer um trabalho geral, não posso avaliar focal. Tenho que ter procedimentos muito bem delineados ... não podemos ter dúvidas daquilo que a gente vai fazer ... tenho que monitorar, controlar, tomar as ações ... não posso tomar uma ação depois que a ‘vaca já foi para o brejo’ ... tem que ser preventivo ... tenho que fazer monitoramento pontual e ter objetivos e metas que precisam ser mensuráveis ... em momento algum posso chegar em uma área e perguntar para a pessoa e ela não saber os objetivos ... a EA só vai acontecer se tiver todos esses aspectos numa diretriz clara, com ações concretas, com um mapeamento que consiga ver o processo como um todo, do início ao fim ... hoje a estrutura da empresa está montada para que a gestão seja eficaz e eficiente. A parte da gestão passa pelo conhecimento, pela capacitação, pelo treinamento das pessoas, com o comprometimento das pessoas que estão envolvidas no processo. É um desafio constante ... é um ciclo ... você tem que conhecer, definir procedimentos, definir objetivos, monitorar, identificar onde não tem as ações e precisa dessas ações ... implementar e começar o ciclo todo de novo. A EA está inserida em todas as partes desse processo de avaliação. Primeiro é a informação, segundo a gente dá condição para que o colaborador desempenhe seu papel de forma adequada ... e o terceiro é ele entender porque está fazendo aquilo ... porque só a informação, por si só, não é suficiente ... é conscientizar e sensibilizar ... porque se a pessoa não entender porque ela está fazendo aquilo ... qual é o resultado que vai ter ali na frente ... a possibilidade dela não fazer é grande ... você vai e treina a pessoa, conversa de novo, não tem outra coisa a fazer ... isso também é muito claro para a organização ... a punição tem que existir ... essa possibilidade da punição ocorrer é necessária ... por isso que entra a questão da conscientização também ... a pessoa percebe que não tem outra alternativa ... tem que fazer ... e quando entende que é necessário fazer ela começa a dar mais valor ... a cultura da empresa ... a organização enxerga que você tem que ter todas as condições para desenvolver um bom trabalho ... não é só ambiental não ... todos os outros setores ... você tem que ter uma estrutura bem elaborada ... definição clara de responsabilidades, de autonomia ... cada um tem o seu nível de autonomia ... cada um tem a liberdade e a responsabilidade para tomar as ações necessárias em todos os aspectos ... a cultura da empresa já prega isso ... eu tenho que dosar todos esses processos de forma perene ... não posso ter algo intermitente ... as vezes tem professores que tem uma consciência muito boa, mas ele fica um ano numa escola, depois vai para outra ... ele não consegue deixar ali um conhecimento que os colegas entendam como necessário ... se na cultura do Prefeito Municipal ... se ele levasse para dentro das estruturas das Secretarias um tipo de conceito, nessa linha, o resultado seria mais positivo ... porque muitas vezes você começa e ele te trava ... se você dá boas ideias ... você tem boas ações ... em determinado momento você é bloqueado ... bloqueou uma vez ... na segunda ... na terceira você já desanimou ... nós sabemos que aqui na empresa a alta direção

entende que você pode propor qualquer coisa que quiser ... você propõe hoje, mas não é uma ideia viável, amanhã você pode propor de novo (...).

Esses aspectos, em seu conjunto, representam no âmbito do processo de GA a consolidação de uma Política Ambiental Institucionalizada com amplas possibilidades de desenvolver um processo de EA consistente e coerente com as necessidades da sociedade. Veja o depoimento de um entrevistado a respeito dessa questão:

Realizar EA depende totalmente da gestão. No serviço público essa gestão muda muito de acordo com a questão política. Cada Secretário tem uma linha ... tem linha de governo que entende EA como um instrumento político, de campanha, de visibilidade ... gestão de EA é totalmente influenciado ... se o gestor é técnico, ele tem uma visão como processo ... nós vivemos, ao longo desses anos, todas essas relações ... situações extremas de EA vista como forma de realizar política e situações onde vimos a EA sendo desenvolvida de forma bastante técnica ... não tem como separar EA de GA. A GA depende da visão do gestor. E a EA está ligada a esta visão do gestor (...).

Feitas estas considerações, acerca das particularidades observadas nos depoimentos dos representantes das instituições, destacaremos outras questões relevantes apresentadas de maneira geral.

Quatorze entrevistados afirmaram que o processo de GA é de fundamental importância para que as instituições tenham condições de desenvolver atividades de EA. Houve 12 indicações a respeito da falta de ações práticas por parte das instituições, destacando a predominância de informações e teoria, culminando em pouca efetividade na formação de uma cultura ambiental. Os depoimentos a seguir ilustram essa questão:

Não existe um SGA para a escola ... o correto seria montar esse plano de gestão ... só que para isso tem que ter um grupo de pessoas ou uma pessoa para criar esse mecanismo especificamente ... esse sistema organizado nós não temos tempo para trabalhar ... deveria ter um tempo para que isso pudesse acontecer ... a gente tem o horário da aula ou a discussão que acontece antes da aula, no intervalo do recreio ou nas janelas que acontecem (...).

(...) eu não poderia falar para você que vou dar prioridade a questão ambiental ... porque é mentira ... eu não posso dizer isso como gestor da escola ... mas, a gente podia ter projetos em cima disso ... como gestor eu vou te falar assim ... eu vou criar uma política ambiental e implantar aqui e ela vai ser minha prioridade ... eu não sou leviano a ponto de falar uma coisa que não vou cumprir ... a realidade é essa ... a gestão ambiental não existe na prática ... existe no desejo dos gestores ... existe no desejo dos professores ligados às disciplinas geografia, ciências, história ... o professor tem vontade, gosta, quer trabalhar, mas, infelizmente ... eu vou chamar de ... “meio ambiente escolar” ... derruba qualquer valor que o professor tem hoje ... isso na educação atual (...).

É o grande “Q” do processo ... hoje é muito relevante ... a gente não tem essa cultura, da gestão, da cobrança, do monitoramento ... não adianta você por o instrumento ali e pronto ... vamos implantar um programa de resíduos ... coloca as lixeiras e pronto ... você acha que resolveu e não resolveu nada ... você tem que ver se está sendo feito certo ... você divulgou, você acompanhou? Você esclareceu? Tudo isso tem de ser trabalhado ... não adianta você só pôr o equipamento e não dar manutenção, não dar acompanhamento ... você cai no descrédito ... é difícil? É! Não é fácil ... é mudança de cultura mesmo ... a gente não foi preparado, ao longo do nosso crescimento, para fazer isso ... é interessante começar desde criança? Sim!

Mas não pode só pensar na criança ... precisamos começar a trabalhar o adulto ... são os dois ... é o conjunto ... coleta seletiva em escola deveria ser programa de governo (...).

Treze entrevistados mencionaram a relevância dos gestores e das lideranças das instituições, apresentarem interesse e envolverem-se com a questão ambiental. Segundo os entrevistados, esse aspecto é fundamental para que se viabilizem as condições mínimas necessárias para que os funcionários e colaboradores, diretos e indiretos, possam se engajar nas atividades de EA a serem desenvolvidas. Observe os depoimentos que se seguem:

Acredito que o Diretor da escola é peça fundamental para se ter um desenvolvimento de gestão ambiental ... Diretor que não tem aquela visão, aquela preocupação, ele não faz ... a gente sabe que, principalmente no ambiente escolar, as ações ambientais primeiras precisam ocorrer aqui dentro ... se fosse possível ter uma gestão paralela e ter um coordenador para desenvolver EA na escola, ele tinha que possuir essa preocupação em desenvolver projetos, primeiro aqui dentro (...).

Aqui a gente é gestor administrativo, financeiro, pedagógico ... por mais que a gente tente abraçar tudo, tem que abraçar algumas prioridades ... priorizar a questão ambiental no meio de tudo isso ... a coisa é tão corrida em relação ao gestor de escola que o problema que você atende primeiro ... é igual aquele malabarista de circo que está rodando pratos ... o prato que ameaçar cair primeiro você tem que ir lá e rodar de novo ... quando que eu foco mais na questão ambiental?

É necessário ter uma gestão ambiental ... saiba dos benefícios, saiba das dificuldades ... que crie programas dentro da empresa, onde passarão as orientações, treinamentos ... palestras de sensibilização ... não tem como fazer uma educação sem uma gestão ... tem que partir de cima e não partir de baixo ... o gestor tem de ser consciente, sensibilizado ... se ele não estiver, o restante vai continuar do mesmo jeito ... enquanto não mudar a mentalidade dos gestores, não muda o resto ... e não pode ser só *marketing* ... tem que ser aplicável ... muitas empresas se declaram sustentáveis ... vai ver se realmente ela é? Ela divulga algo que não realiza ... você vai perguntar para uma funcionária, ela não sabe (...).

Outro aspecto, citado nove vezes, refere-se à importância do exemplo como força motora na efetivação do processo de EA. Foi destacada a relevância do desenvolvimento de ações simples, no ambiente interno das instituições, que representem um forte recurso didático junto aos alunos, funcionários, clientes, visitantes e comunidade em geral. Veja as respostas a seguir:

Importância total. Para abrir esse Núcleo foi uma demanda da comunidade sobre informação do tema, sobre acesso às informações do tema. É uma importância extrema para nós, como entidade, começamos diretamente a inserirmos nesse tema e repassar informações e estimular a comunidade também a buscar ... é um papel quase que institucional ... se a gente considerar a EA *strito sensu* ... tem um papel secundário ou consequente ... o foco aqui é realizar atividades ambientais ... é incentivar ... isso gera conhecimento, isso gera informação e obviamente gera educação ... mas, de forma indireta ... não existe uma preocupação focada *strito sensu* de EA. A EA vem a reboque ... dizem que as palavras convencem, mas os exemplos arrastam ... a questão ambiental encontra-se institucionalizada através da criação do Núcleo ... o pessoal do Núcleo já está elaborando um projeto de gestão ambiental interna para a entidade ... vamos analisar o aproveitamento dos papéis ... consumo de energia ... criar a coleta seletiva da entidade ... destinação das lâmpadas ... esse é um dos nossos papéis aqui, desenhar alguns detalhes para que a entidade possa desempenhar a sua função e replicar aqui para outras empresas (...).

Eu acho que as palavras são bonitas, mas são vazias. O que eterniza uma ideia é a concretização da mesma. Todo discurso bonito, hora que escuta, você fica emocionado ... mas, dali dois dias, você já esqueceu 99% das palavras que foram ditas. Às vezes uma frase fica na sua mente. Mas, se você chegar em uma comunidade e fizer uma coisa concretamente, por menor que seja, vai marcar definitivamente aquelas pessoas que presenciaram ... que é possível ser realizado.

Dentre as ações que podem servir de exemplo para os cidadãos, de maneira geral, foram citadas a economia de água, economia de energia, coleta seletiva e restrição ao uso de descartáveis. O depoimento a seguir ilustra essa questão:

O gestor está à frente. Ele tem que enxergar isso e procurar tomar essas pequenas atitudes que citei ... a questão dos copos descartáveis na sala dos professores, que tirei ... a questão do manuseio de lavar os talheres ... deixamos de lavar o pátio todos os dias após o recreio ... é a questão de rever as práticas, os métodos e as atitudes (...).

Oito entrevistados afirmaram que a EA é totalmente dependente do processo de GA. Esses dois processos são interdependentes e representam uma via de mão dupla, conforme indicaram dois entrevistados: “Deveria haver mais cobrança ... a GA está muito no papel ... porque precisa-se de pessoas para trabalhar isso ... o processo de GA e EA têm de caminhar juntos (...)”. “Essa questão da GA não é fácil. Processos de GA e EA são uma via de mão dupla. Um depende do outro. Um não pode ficar esperando pelo outro. Precisa ser uma ação conjunta.”

Três entrevistados relacionaram a GA com as exigências legais, isto é, a formação de uma estrutura organizacional específica de GA ocorre ou é necessária em razão da legislação ambiental que impõe uma série de exigências às instituições.

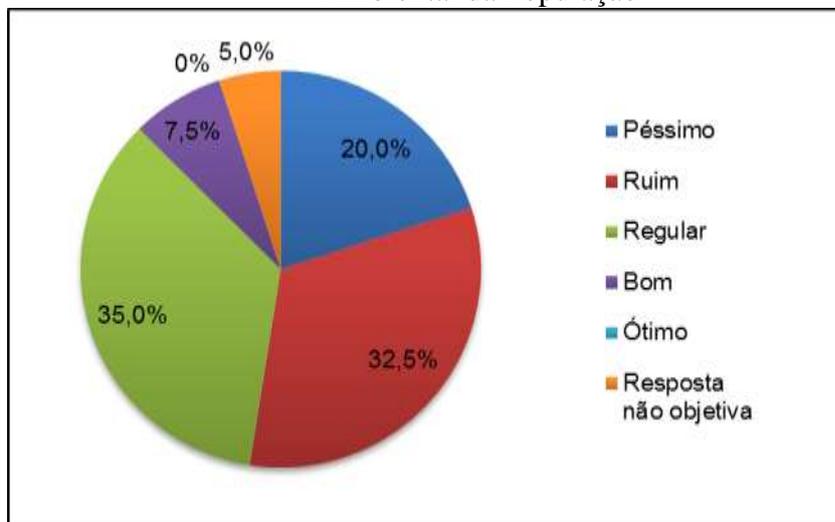
O depoimento apresentado a seguir mostra a relação existente entre os processos gerencial e educacional, bem como a complexidade inerente à mudança cultural necessária para se atingir bases ambientais sustentáveis:

Acho que qualquer projeto que busca resultado positivo precisa ser bem gerido ... o primeiro passo é montar uma equipe competente, com profissionais que vão entender os números ... buscar novas ações para a segunda etapa desse projeto. A gestão é fundamental, não só no meio ambiente, como em qualquer área ... quando você começar a exigir que as pessoas tenham atitudes ecológicas através de uma gerência, sem criar um processo de educação, do porque elas precisam fazer aquilo ... com isso você vai ter choque, atrito, vai ter briga ... mais uma vez a gestão tem que estar no processo de educação ... e quando as pessoas não crescem nisso a primeira reação que tem é ir contra ... não faço ... não sei ... não gosto ... o não, já vem na cabeça na hora ... aí vem um processo de educação muito mais forte ... mudança de cultura ... porque a pessoa acostumada com uma cultura ... é necessário ter essa noção de rotina, de automatismo (...).

Qual a avaliação que a instituição faz do nível de sensibilização/conscientização ambiental da população uberlandense, é o tema abordado pela questão nº 13. Foram oferecidas ao entrevistado cinco opções de respostas: péssimo, ruim, regular, bom e ótimo. O

entrevistado deveria indicar o nível que melhor representasse a visão da instituição. O resultado pode ser observado no Gráfico 23.

Gráfico 23 - Avaliação do Nível de Conscientização Ambiental da População



Fonte: Pesquisa de Campo (MENDONÇA, M. G., 2014)

Observando o resultado da questão verifica-se que 52,5% dos entrevistados avaliam o nível de sensibilização/conscientização ambiental da população uberlandense como péssimo ou ruim. Veja os depoimentos a seguir: “Ruim. No discurso acho que todo mundo já está consciente ... agora na questão prática (...)”.

Ruim. As pessoas não se sentem estimuladas e modos de vida particulares não proporcionam conscientização ambiental. Nos países desenvolvidos o que existe são instituições fortes, que atuam nesses vários segmentos e as pessoas se veem representadas. Para viver em sociedade o ser humano criou as instituições. Socialmente são as instituições que precisam funcionar. O processo de inserção social, que é o processo de pertencimento ao grupo ... pertencer a um grupo é fundamental como processo de reconhecimento de si ... as instituições, que são os grupos, são os processos de validação do que sou ... as instituições estão cada vez mais fragilizadas (...).

Ruim. Consciência eu acho que tem 10, atitude um ou dois. Mas, a informação já está na cabeça. Todo mundo já sabe o que é necessário. Nem mesmo as pessoas que trabalham com a EA, você vê um grau de atitude ecológica grande. Nem com professores, que dão aula disso ... eu vejo que é falta de exemplo ... não praticam ... tem muita gente que fala de meio ambiente, fala de reciclagem, mas vai na casa dele ... todo o reciclado vai para um lixo só ... um grande desafio está exatamente nisso ... como sair da sensibilização para o ativismo (...).

Dos entrevistados, 35% avaliam como regular e 7,5% consideram bom. Veja o relato de um entrevistado: “Regular. Você tira como exemplo a coleta seletiva nos bairros. A adesão dos moradores é bem pequena. Outro exemplo é a existência de árvore na porta das casas. Quase ninguém tem mais”. Outros 5% dos entrevistados não responderam a esta questão de forma objetiva e não houve nenhuma avaliação como ótimo.

Observa-se que a maioria dos representantes das instituições têm uma avaliação negativa a respeito do nível de sensibilização/conscientização ambiental da população uberlandense. Veja o relato de um entrevistado: “A informação está sendo despejada, mas ela não está sendo assimilada. Enquanto não mexer no bolso a pessoa não entende.”

Essa percepção dos entrevistados, apesar de apresentar certo grau de subjetividade, é significativa na medida em que são líderes e gestores de instituições que envolvem públicos variados e ambientes diversificados do Município, possibilitando a eles observarem atitudes de uma numerosa fração da população.

A questão nº 14 apresenta a seguinte pergunta: há programa de coleta seletiva na instituição? Funciona adequadamente?” Essa pergunta tem sua importância, dentro do contexto da entrevista, na medida em que representa um indicativo do nível de comprometimento ambiental das instituições. No atual momento histórico em que a sociedade brasileira se encontra no tocante à adoção de uma cultura ambientalista, o mínimo que se espera de um cidadão ou instituição comprometida com a questão ambiental seria a separação dos resíduos sólidos recicláveis gerados. Se esse hábito ainda não está consolidado entre os cidadãos e instituições, o que resta esperar?

Do conjunto de 40 instituições pesquisadas, 18 possuem um programa de coleta seletiva que atende seu ambiente interno de trabalho, representando 45% do total. Metade dessas instituições apresenta alguma falha em seus programas e necessitam de melhorias, segundo os entrevistados. A outra metade mantém seus programas funcionando bem. Os depoimentos, a seguir, representam muito bem essa realidade: “Funciona, mas tem que ter os ajustes sempre ... a gente ainda não está 100% consolidado internamente (...)”. “Estamos aprimorando. Para a maneira simples que a gente começou a praticar eu diria que já está muito bom.”

Agora está funcionando. Ficou em torno de cinco anos sem funcionar de maneira efetiva. A gente não conseguia que as lixeiras fossem suficientes para atender toda a demanda da separação. Realmente as lixeiras auxiliam ... mas só elas não são suficientes ... começou a dar resultado quando as ações da EA começaram a ser voltadas para isso e quando a gente se reestruturou e procurou uma equipe de pessoas para ficar por conta ... o nível de separação correta dos resíduos nas lixeiras, por parte dos associados, é de cerca de 50%. Esse fato representa uma vitória. Porque antes, era como se não tivesse as lixeiras para recicláveis e rejeitos.

Foi implementada há 12 anos. Funciona quase que adequadamente. Sempre existe possibilidade de melhoria. A gente tem alguns coletores que é de uso comum ... onde as pessoas jogam errado. Quando se percebe que estão misturando muito, colocamos placas de advertência ... dá uma melhorada ... a pessoa já sabe, não é porque desconhece ... esse trabalho prévio tem que ser feito.

Vinte e duas instituições não possuem programas de coleta seletiva em funcionamento, representando 55% do total. Cinco instituições indicaram, através de seus representantes, que há previsão de implementação de um programa de coleta seletiva. Veja o depoimento de um entrevistado:

Estou com uma verba para comprar cinco conjuntos de coletores para colocar aqui na escola ... tivemos um problema, mas agora em novembro sai ... eu é que tenho que correr atrás ... cinco é pouco para essa escola ... a ideia partiu de mim, não partiu do governo ... eu propus essa aquisição (...).

Nove instituições já possuíram programa dessa natureza no passado. As razões para sua interrupção foram os seguintes:

- Cinco instituições tiveram problemas com a gestão do programa e/ou tiveram parcerias encerradas, conforme relato de um dos entrevistados:

Já teve com uma parceria ... eles vinham, acompanhavam, avaliavam ... mas, atualmente não tem. Durou dois anos funcionando bem. Parou porque eles pararam de vir na escola ... foi diminuindo as visitas e aí acabou que a gente, na correria danada, não conseguimos ... eles ficaram de mandar aqueles recipientes de metal com as cores padrão da coleta seletiva ... nunca mandaram ... na época eles trouxeram só recipientes para recicláveis e não recicláveis (...).

- Quatro instituições tiveram problemas com acondicionamento, recolhimento e/ou destinação final do material reciclável. Os relatos que seguem representam bem essa questão: “Nós até começamos alguns anos atrás ... mas o caminhão não vinha buscar ... quando você fala de GA ... não adianta você separar o lixo da sua casa ... separar o lixo da escola se não tem quem recolha (...)”.

Sim, mas é muito fraco ... já tivemos ... quando a gente institui um programa, faz uma campanha, funciona muito bem no início ... o grande problema do brasileiro, em geral, é dar continuidade ... vai perdendo no percurso ... tínhamos todos os galões de coleta seletiva ... ainda tem, mas não usa ... os meninos pararam de trazer o lixo ... no início foi muito bom ... mas depois se perdeu (...).

A gente tinha ... quem desenvolvia era a professora de inglês ... hoje ela está afastada ... estava separando, mas o destino final era um só ... aí o pessoal foi desanimando e começaram a contestar ... o que adianta separar aqui se quando chega lá no portão põe num saco só (...).

Vale destacar que as instituições escolares apresentam uma diferenciação significativa nos resultados dessa questão, quando se compara às demais instituições. De um total de 23 escolas, apenas seis, representando 26% dessa categoria, possuem programas de coleta seletiva em funcionamento, sendo três particulares, uma federal e duas estaduais.

As instituições escolares, que não possuem programas de coleta seletiva, somam 17, representando 74% dessa categoria. Das demais instituições (17), apenas cinco não contam com programas de coleta seletiva, perfazendo 29,4%. Os depoimentos a seguir ilustram bem essa situação:

Hoje não. A gente tem a estrutura de lixeiras, de espaço. Não faz por falta de um bom projeto e de pessoas para executar ... seria a GA ... falta condições para que o projeto seja executado ... tem que ter uma pessoa para dar suporte no desenvolvimento dos projetos ambientais dentro da escola (...).

Não. Teve uma vez ... colocaram aqui no pátio a coleta seletiva ... só que foi acumulando e o pessoal da coleta seletiva não buscava ... o pessoal até trazia de casa ... hoje ainda não teve essa ideia ... as vezes a gente pensa isolado e quando chega ... entra um assunto, entra outro e acaba no esquecimento.

Hoje não. Teve uma época que ... foi um projeto em parceria ... mas, há muito tempo ... inclusive é um projeto atual da Prefeitura ... fomos no dia do lançamento do projeto ... vão colocar os containers nas escolas ... fez o lançamento e estamos aguardando que chegue na escola ... toda escola vai ter ... talvez isso seja uma das dificuldades de começar ... tem que ter um empurrão ... por exemplo, você quer fazer um projeto desse, mas depende dos recipientes para separar o lixo ... não temos verba ... solicita parceria com uma empresa ou com a Prefeitura ... isso demora muito ... o tempo vai passando, outras coisas na frente ... quando você vê, aquilo já ficou de lado (...).

Analisando esta realidade podemos concluir que as instituições escolares apresentam resultados pouco expressivos. As escolas são vistas, pela sociedade, como *locus* natural de ações de EA, tendo a coleta seletiva como uma referência.

A última pergunta apresentada aos entrevistados é representada pela questão nº 15, que aborda as parcerias existentes por parte das instituições pesquisadas no desenvolvimento de atividades de EA. O termo parceria, no contexto aqui trabalhado, refere-se a qualquer atividade ou ação realizada conjuntamente envolvendo duas ou mais instituições, podendo ocorrer de forma contínua ou eventual, formalizada oficialmente através de algum documento contratual ou executada de maneira informal. Essa definição vai de encontro ao tipo de parcerias que predominam entre as instituições, conforme observado nas respostas dos entrevistados.

A maioria das parcerias citadas é constituída por apoio, colaborações, serviços prestados e doações de produtos, que ocorrem eventualmente e de maneira informal. Muitas dessas parcerias citadas referem-se a visitas em instituições (parques, empresas, equipamentos públicos), palestras e eventos promovidos em datas comemorativas, distribuição de material informativo e recolhimento de material reciclável.

Considerando certa diferenciação em relação às parcerias estabelecidas entre as instituições escolares e as demais instituições pesquisadas, faremos a apresentação desta questão para cada grupo, separadamente. Das 23 escolas analisadas, 14 indicaram não possuir parcerias, apesar de receber ou já terem recebido apoio de alguma instituição, como: DMAE (02 citações), cooperativa/associação de catadores de recicláveis (02 citações), Coca-Cola (02 citações), Parque Santa Luzia, Instituto Ipê Cultural e Cargil.

Nove escolas indicaram que possuem parcerias, destacando as seguintes instituições:

- Coca-Cola (oficinas, doação de mudas, recolhimento de recicláveis);
- DMAE (visitas e palestras);
- UFU (oficinas, cursos, estagiários);
- SMMA (visitas aos parques e palestras);
- BRF/Sadia (visitas, palestras, melhoria espaço físico, coleta seletiva);
- Valoriza (horta);
- IMA (palestras);
- IFTM (coleta seletiva);
- FUTEL (visita Parque do Sabiá)

Destas parcerias, considerando o desenvolvimento de um trabalho contínuo e de longo prazo, podem-se destacar cinco, sendo que três limitam-se ao recolhimento de recicláveis.

Em relação às demais instituições participantes desta pesquisa (17 no total), quatro indicaram que não possuem parcerias, enquanto 13 indicaram que possuem, destacando as seguintes instituições parceiras ou que apoiam as atividades de EA desenvolvidas:

- Empresas diversas (SIPAT's, doações, promoção de eventos) – 06
- Cooperativas/associações de catadores de recicláveis – 04
- PMU – 03
- IEF – 02
- UFU – 02
- ONG's – 02
- FIEMG – 02
- DMAE – 02
- Ministério Público; Coca-Cola; IBAMA; ACIUB; Polícia Ambiental; SEBRAE; CEF; SENAI; Pessoas físicas voluntárias.

Considerando o desenvolvimento de um trabalho contínuo e de longo prazo, destacam-se oito parcerias, sendo seis específicas para o recolhimento de material reciclável.

A análise geral desta questão, envolvendo todas as instituições objeto desta pesquisa, indica que 45% das instituições não possuem parcerias, ou apoio considerado significativo, enquanto 55% possuem. Destas parcerias, 32,5% constituem trabalho contínuo e mais prolongado, sendo que 22,5% referem-se ao trabalho de recolhimento de recicláveis.

O segmento de instituições escolares carece de mais apoio por parte da sociedade organizada, de forma a criar condições para ampliar suas ações de EA no Município de Uberlândia. Veja alguns depoimentos de entrevistados deste segmento: “Não, nenhuma. E para nós nem é interessante ter. Porque para eles usarem nossa instituição para fazer

propaganda ou ter benefícios fiscais, não queremos”. “Não. E eu nem saberia falar quem a gente poderia procurar ... porque não tem ainda esse levantamento das nossas necessidades. Essa questão não está institucionalizada internamente”. “Nenhuma. Nada. Nós não temos nenhum apoio.”

A seguir, realizamos uma discussão dos resultados apresentados neste capítulo, cujo objetivo é propiciar uma compreensão crítica a respeito do processo de desenvolvimento da EA nas instituições pesquisadas e suas implicações no contexto do município de Uberlândia. Os resultados dessa etapa da pesquisa também possibilitam realizar um diagnóstico da situação em que se encontra a EA em Uberlândia e, por conseguinte, compreender a relação existente entre o processo de GA das instituições e territórios e o alcance dos resultados da EA junto à população.

Leff (2004, p. 340) afirma que o “lugar é o território onde a sustentabilidade se enraíza em bases ecológicas e identidades culturais. É o espaço social onde os atores sociais exercem seu poder para controlar a degradação ambiental e para mobilizar potenciais ambientais”.

De acordo com Souza et al. (2003, p. 87-88), “parece não haver dúvidas de que os caminhos para o DS dependem do fortalecimento das possibilidades de ação dos municípios ... alguns municípios já começam a trilhar esse caminho (...)”. Acelrad, Mello e Bezerra (2006, p. 37) propõem a Agenda 21 local como possibilidade para os “atores sociais locais” dinamizarem as ações de EA e GA.

A primeira pergunta refere-se ao significado que o termo “Educação Ambiental” tem para as instituições. As respostas indicam uma diversidade de entendimento. Porém, em seu conjunto, mostram os conceitos mais importantes definidos pela Política Nacional de Educação Ambiental. Os entrevistados destacam questões como conscientização, valores, atitude, informações, conhecimento, teoria, orientação e normas. Complementando o significado de EA para as instituições, também é destacada a necessidade de se apresentar como processo permanente e contínuo, com desenvolvimento de ações/atividades/projetos/práticas, além de constituir-se ferramenta e meio. Se na prática, a EA desenvolvida fica a desejar, pelo menos, do ponto de vista teórico, já possui um bom entendimento por parte das instituições.

Coimbra (2004, p. 191) entende a EA como processo que deve ser desenvolvido de forma continuada e permanente. O alvo principal da EA são os grupos sociais. Para tanto, deve ser desenvolvida dentro de instituições, quer sejam governamentais ou não-governamentais.

Para Grahl e Antunes (2002, p. 155) “há uma forte predominância de formação teórica, com grande prejuízo de ações práticas”. Segundo Kitzmann e Asmus (2004, p. 144) “é preciso desenvolver uma estratégia mais abrangente, que incorpore a EA como valor cultural das empresas e da sociedade como um todo”.

Em relação às ações de EA desenvolvidas pelas instituições, a pesquisa aponta para duas situações: um grupo de instituições que apresenta um nível de organização e consolidação do processo de EA mais consistente e um grupo de instituições cujo nível de organização e consolidação do processo de EA ainda não existe.

O primeiro grupo é constituído por 17 instituições, representando 42,5% do total. Apesar de incipiente, as ações de EA já fazem parte do cotidiano dessas instituições e contam com uma estrutura mínima de organização e GA. O segundo grupo é constituído por 23 instituições, representando 57,5% do total. As ações de EA desenvolvidas são realizadas eventualmente e de forma descontínua. Essas instituições ainda não contam com uma estrutura mínima de organização e GA, apesar de reconhecerem a importância e a necessidade de se estruturarem para atender as demandas existentes.

De acordo com Magoso (2002, p. 123), os principais fatores que impedem a perenidade das ações de EA estão relacionados às políticas públicas, como descontinuidade administrativa, falta de recursos financeiros e humanos, interferências políticas e alta rotatividade de professores nas escolas.

De maneira geral, a EA começou a ser desenvolvida pelas instituições pesquisadas há pouco tempo. 60% iniciaram suas atividades, de forma mais efetiva, nos últimos 10 anos. Vale lembrar que a Política Nacional de Educação Ambiental foi instituída por lei no ano de 1999. Apenas três instituições iniciaram suas atividades de EA antes da promulgação da referida lei. Esse fato certamente influencia diretamente no processo de consolidação da EA no âmbito das instituições, uma vez que é uma atividade relativamente recente e que necessita de incentivo e diretrizes para que seja inserida na cultura organizacional das instituições. Os resultados da pesquisa indicam que várias instituições iniciaram atividades de EA em razão de exigência legal relacionada ao processo de licenciamento ambiental, programas instituídos pelo poder público e parcerias propostas por outras instituições.

Para Seiffert (2014, p. 63), a legislação ambiental, além de desempenhar um papel normatizador, exerce uma função de agente de mudanças na estrutura organizacional. A legislação ambiental atualizada e bem elaborada é ferramenta indispensável para o sucesso de qualquer política ambiental.

A quarta questão apresentada aos entrevistados refere-se aos principais obstáculos enfrentados pelas instituições para desenvolver EA. A resistência das pessoas às mudanças foi a dificuldade mais apontada. Sabe-se que toda mudança que envolve aspectos culturais é um processo que demanda tempo. Considerando ainda o fato de a EA constituir-se um desafio relativamente recente para as instituições, é natural a existência dessa resistência por parte das pessoas envolvidas. Outros obstáculos elencados pelos entrevistados e diretamente ligados ao primeiro, referem-se à falta de recursos humanos para trabalhar com essa questão, a burocracia, a falta de recursos financeiros e a questão política que permeia a definição de prioridades e operacionalização de todas as etapas do processo de EA, com destaque para o setor público.

A partir da implantação de um SGA, ocorre uma “mudança comportamental em todos os níveis da empresa e uma legitimidade da responsabilidade ambiental através de uma gestão ambiental sistematizada e da conscientização dos funcionários e da comunidade de entorno”. (MAIMON, 1999, p. 14). Maimon (1999, p. 22) adverte para a necessidade de haver o envolvimento e comprometimento incondicional das lideranças das organizações que decidem implementar um SGA.

Sirkís (1999, p. 173) enfatiza que uma das condições básicas para que uma GA seja bem sucedida em um Município é o interesse político do prefeito. O referido autor destaca que a GA não pode ficar restrita aos ambientalistas que trabalham na administração municipal. Precisa ser uma meta de governo e estabelecer parcerias com o governo estadual, os órgãos federais, com as empresas e grupos sociais organizados.

Quanto ao público alvo das ações de EA desenvolvidas pelas instituições pesquisadas, apesar de haver especificidades entre as instituições, de maneira geral é representado pela sociedade como um todo. No caso específico desta pesquisa, é representado pela população do município de Uberlândia, considerando constituir-se um estudo de caso. O fato de esse município possuir dimensões e população significativa, aliado à realidade da EA retratada nas questões anteriores, faz-se necessário que ocorra uma melhor gestão do tempo, dos recursos humanos, dos recursos financeiros e das estratégias e ações destinadas ao desenvolvimento da EA no município. A integração e consolidação de parcerias entre as instituições representa um caminho necessário para se alavancar a EA e atingir níveis mais elevados de conscientização ambiental dos cidadãos.

Bevilaqua (2007) e Philippi Júnior et al. (1999) defendem a importância do poder público municipal articular-se, por intermédio de suas instituições, de modo a criar condições para que a questão ambiental seja considerada em todo o território e por toda a população.

As instituições, por meio de seus respectivos representantes, têm uma avaliação crítica a respeito da EA desenvolvida no município de Uberlândia. Um grupo considera que a EA encontra-se em processo de crescimento, comparando com a realidade de outros municípios e considerando as ações e projetos desenvolvidos por várias instituições, destacando escolas e empresas. Foram citados alguns exemplos para destacar essa ascensão da EA em Uberlândia, como eventos frequentes, palestras e atuação proeminente de órgãos, como o DMAE.

Por outro lado, um grupo mais numeroso de entrevistados enxerga a EA desenvolvida em Uberlândia de forma negativa. Afirmam categoricamente que ainda é precária, pontual e restrita a eventos comemorativos. Outras características são atribuídas às ações desenvolvidas: escassez de ações/projetos/programas; informações e divulgação precária; pouco recurso financeiro; pequena participação da comunidade; pouco interesse do setor empresarial; falta de vontade política dos órgãos públicos; infraestrutura deficitária; falta de integração e parcerias entre as instituições; deficiência no processo de organização e gestão das ações desenvolvidas. Mais uma vez percebemos que, no campo teórico, há um entendimento crítico em relação às condições da EA desenvolvida em Uberlândia. Resta às lideranças dessas instituições corrigirem as falhas apontadas e redirecionarem suas ações tendo em vista o bem coletivo.

Mendonça (2000) destaca que os principais problemas relacionados à EA no município de Uberlândia são: integração entre os órgãos, sensibilização do meio político para com as questões ambientais, conscientização da população, participação da sociedade na defesa do meio ambiente, escassez de recursos financeiros e descumprimento da legislação ambiental.

Outra questão importante abordada pelos entrevistados diz respeito à quantidade e qualificação dos profissionais que trabalham com EA nas instituições. O segmento das instituições escolares aparece como aquele que possui profissionais com menor dedicação de tempo à EA. Como nestas instituições predominam as atividades eventuais, os professores de Geografia e Ciências/Biologia são os profissionais que mais atuam no desenvolvimento dessas atividades.

Moreira et al. (2011, p. 81) apresentam dados de outra pesquisa, conduzida pelo MEC no ano de 2005, contemplando o tema “o que fazem as escolas que dizem que fazem Educação Ambiental”, com resultados similares aos obtidos em nossa pesquisa. Oliveira (2007, p. 106) destaca dificuldades enfrentadas pelo professor para desenvolver atividades de EA que vão de encontro aos resultados apresentados nesta tese. Corroborando essa questão,

Brasil (2007, p. 60) apresenta as principais dificuldades enfrentadas pelas escolas para desenvolverem atividades de EA.

Nos demais segmentos, 11 instituições acusaram a existência de profissionais que atuam especificamente com os processos de EA e GA. Esses dois processos são geridos pelas instituições de forma concomitante, sem haver distinção de funções entre os profissionais que atuam na área ambiental. Destaque para geógrafos, biólogos e engenheiros (ambiental, agrônomo, químico). Considerando que as áreas ambiental e educacional são caracterizadas como multidisciplinares, a EA também se insere nesse contexto. O importante, tendo em vista as premissas defendidas nesta tese, é que as instituições reconheçam a necessidade de contar com um profissional qualificado e com tempo suficiente para planejar e gerir as ações de EA.

Uma questão importante abordada por Silva (2002, p. 61) refere-se à carência de pessoas qualificadas para a elaboração e execução de projetos de EA. Em razão de sua dimensão multidisciplinar, ela transcende todas as formações acadêmicas. Assim, verifica-se uma infinidade de profissionais com formação variada trabalhando com EA.

Para Rosa (2007, p. 278), os educadores, de maneira geral, não possuem capacitação profissional e nem condições institucionais para atuarem como gestores ambientais, considerando a complexidade desse processo e da própria realidade objeto da intervenção (aspectos sociais, políticos, técnicos, logístico). Em diversas situações, são desenvolvidos projetos ou atividades pontuais de forma desarticulada e descontextualizada da realidade, em razão de falhas nos diagnósticos e na avaliação da situação problema. Apesar da dedicação e esforço dos educadores, as tentativas e iniciativas não conseguem ser finalizadas ou simplesmente não alcançam os resultados esperados, tanto em relação à resolução de problemas específicos, como em relação ao objetivo principal que deveria ser a promoção de valores, atitudes e conhecimentos dos cidadãos envolvidos com a atividade.

Philippi Júnior et al. (1999, p. 74) destaca que qualquer alteração do processo decisório na área ambiental exige capacitação técnica dos profissionais que irão desenvolver as ações ambientais. Sem uma profissionalização dos agentes envolvidos no processo, mesmo que as estratégias sejam coerentes com os objetivos almejados, a execução e os resultados serão comprometidos.

A questão oito trata da avaliação que as instituições fazem do nível de integração/parceria existente entre empresas/ONG's/órgãos públicos/escolas em Uberlândia em relação às questões ambientais. As respostas dos entrevistados indicam que as poucas parcerias existentes são caracterizadas como informais, frágeis, pontuais e restritas à realização de eventos e recolhimento de recicláveis. Empresas e ONG's são vistas, por alguns

entrevistados, com restrições em razão do envolvimento decorrente de interesses particulares, *marketing* e cumprimento de exigências legais. A instituição mais citada como parceira no desenvolvimento de ações relacionadas à EA foi o DMAE. Diante desta situação, entendemos que as instituições deveriam buscar intensificar o processo de integração, de modo a otimizar os recursos destinados à EA e, conseqüentemente, obter resultados mais expressivos junto à população do município.

Brasil (2007, p. 201) salienta que as escolas deveriam estabelecer parcerias com ONG's, universidades e empresas. Essa estratégia constituiria uma alternativa às incipientes políticas públicas específicas, à falta de diálogo entre Secretarias de Educação e Meio Ambiente e à falta de estrutura física e de recursos nas instituições escolares.

Outra questão direcionada aos entrevistados refere-se ao nível de sistematização e registro das ações de EA desenvolvidas pelas instituições. Foi considerada a existência de projeto ou programa (impresso ou digital) e a possibilidade de acesso do público interessado.

É praticamente unânime a falta de formalização das ações de EA desenvolvidas pelas instituições participantes desta pesquisa. Poucas possuem algum registro, inserido em outros documentos e de acesso restrito. O fato da EA ainda encontrar-se bastante incipiente no âmbito das instituições, predominando ações eventuais, com carência de profissionais dedicados a essa área, planejamento e gestão pouco efetivos, certamente contribui para a existência dessa situação.

Tristão (2008, p. 128) corrobora essa análise ao afirmar que a EA nas práticas cotidianas das escolas resume-se a alguma atividade desenvolvida no âmbito da disciplina de ciências, comemoração de datas ecológicas e visitas a parques. Andrade (2012, p. 110) apresenta dados de pesquisa de mestrado conduzida em uma escola pública em Minas Gerais destacando que as ações de EA acontecem de forma pontual.

A décima pergunta direcionada aos entrevistados refere-se à forma como as instituições definem e selecionam as ações de EA desenvolvidas. Mais uma vez é constatada a existência de dois grupos de instituições em situações diferentes. Há um grupo, representado por 25% das instituições, que possui um processo de EA mais consolidado, contando com projetos ou programas permanentes e contínuos, pautado em planejamento e gestão de processos. Assim, a definição das ações ocorre em função da própria dinâmica do processo de planejamento do programa de EA, pautada em objetivos e metas a serem atingidas.

O outro grupo, representado por 75% das instituições, que não possui um processo de EA consolidado, contando com ações eventuais e sem continuidade, é refém do improvisado e da falta de planejamento. São diversas as formas de definição das ações de EA a serem

desenvolvidas: desejo do gestor, ideia dos professores, necessidades ou problemas vivenciados pela instituição, demandas externas e exigências do processo de licenciamento ambiental. Mendonça (2007, p. 47) destaca que o “processo de EA incide ao mesmo tempo no individual e no coletivo e, no caso da escola, isto pressupõe também um aprendizado institucional, ou seja, seria necessário que a ‘instituição escola’ se submetesse a uma mudança de agenda e de procedimentos burocráticos”.

A décima primeira questão respondida pelos entrevistados trata dos meios utilizados pelas instituições para socializar/divulgar informações ambientais para a comunidade. Há uma diversidade de meios citados pelos entrevistados, que varia de uma instituição para outra, em razão da infraestrutura, recursos humanos, recursos financeiros, público alvo e nível de institucionalização do processo de EA. Podemos agrupar esses meios em três categorias: verbal, impresso e eletrônico.

Os meios eletrônicos (*site, blog, faceboock*), apesar de representarem um grande potencial para divulgação de informações ambientais, apresentam limitações em razão da necessidade de atualização frequente. Como a maioria das instituições carecem de recursos humanos para realizar essa função, esse meio é o menos utilizado. De acordo com os resultados desta pesquisa, podemos afirmar que as instituições apresentam falhas na divulgação e socialização de informações ambientais para a comunidade interna e externa.

Outra questão tratada pelos entrevistados refere-se à importância atribuída pelas instituições ao processo de GA enquanto suporte para o desenvolvimento da EA. No segmento das instituições escolares, verifica-se que, na prática, o processo de GA é quase inexistente.

Segundo Tristão (2008, p. 128), o comprometimento dos gestores escolares é de fundamental importância para a viabilização de iniciativas voltadas para a EA. Quando há diretores dedicados e interessados, aliados a projetos bons, a escola abraça a ideia contando com a participação de todos os professores, independentemente, de sua formação.

Brasil (2007, p. 58) indica que os principais fatores responsáveis pela inserção da EA nas escolas, em nível nacional, estão relacionados aos docentes. Em primeiro lugar, está a presença de “professores idealistas que atuam como lideranças e a de professores qualificados, com formação superior e especializados.”

Apesar dessa situação, os representantes dessas instituições reconhecem a importância da GA como suporte para alavancar a EA. Destacam a necessidade de ter um profissional com dedicação específica para trabalhar os processos de EA e GA. As demais instituições, de

maneira geral, possuem recursos humanos e estrutura organizacional, consolidada ou incipiente, para trabalhar com as questões ambientais.

O processo de GA pode ser usado tanto na escala de um país como na escala de uma empresa ou escola. Evidentemente que a efetividade do planejamento e da GA de um território das dimensões e complexidade do Brasil representa um grande “desafio técnico e político”. (PALAVIZINI, 2011, p. 116).

A GA deve ser compreendida como um processo contínuo e permanente, em que ações isoladas e eventuais são tidas como inaceitáveis. O planejamento é a principal ferramenta utilizada pela GA, pois o gerenciamento de projetos e programas, aliado ao manejo de recursos naturais, constituem um processo dinâmico, complexo e integral, que toda instituição e território devem considerar em sua estrutura organizacional. (COIMBRA, 2004, p. 564).

Para Brasil (2001a, p. 255) “a gestão é um conceito, uma concepção de como deve ser feita a administração de um sistema, de tal forma que fique assegurado um funcionamento adequado, sua perenidade e seu desenvolvimento.”

A análise dessa temática é de suma importância para se atingir os propósitos dessa pesquisa. Os resultados obtidos em campo evidenciam a necessidade das instituições adotarem uma Política Ambiental Institucionalizada que possibilite a articulação entre os processos de EA e GA. Conforme já defendido anteriormente e, em consonância com a ideia de Seiffert (2014, p. 55), esses processos são complementares e indissociáveis.

Qualquer Política Ambiental, minimamente praticada pelas instituições, deve apresentar as seguintes características: recursos humanos qualificados; infraestrutura ambiental adequada; orçamento específico; programa de EA permanente e contínuo; planejamento que contemple objetivos, metas, avaliação de resultados; e comunicação/sensibilização/treinamento contínuo.

As instituições deveriam utilizar os instrumentos de planejamento disponíveis: “enquanto a Agenda 21 permite uma atuação em nível macro, as normas da série ISO 14.000 apresentam importante função dentro de um contexto micro, em nível organizacional”. (SEIFFERT, 2014, p. 16-17).

Por meio dos depoimentos dos entrevistados é possível verificar que a GA é fundamental para que a EA produza resultados satisfatórios. Como essa premissa ainda não representa uma prática nas instituições, os aspectos teóricos da EA predominam sobre as ações práticas. Esse fato nos remete a outras duas questões: a necessidade dos gestores comprometerem-se com a questão ambiental e a importância das ações práticas cotidianas

servirem de exemplo para as pessoas sentirem-se motivadas a adotarem atitudes ambientalmente adequadas.

As contradições no trabalho com a EA em escolas representam uma situação bastante comum nos resultados de pesquisas que se dedicam a esse tema. Brasil (2009, p. 136) afirma que 49,3% das escolas pesquisadas e que afirmaram realizar EA em suas unidades, contavam com o serviço de coleta periódica de lixo. No entanto, 41,3% realizavam a queima do lixo, enquanto 11,9% depositavam o lixo em outras áreas. Menos de 5% das escolas que afirmaram desenvolver EA realizavam o reuso ou reciclagem desse material.

Andrade (2012, p. 119), em sua vida profissional de mais de vinte anos em escolas públicas, verifica que, de maneira geral, as escolas não têm conseguido apresentar bons exemplos de práticas ambientais para a comunidade escolar.

Outra questão apresentada aos entrevistados refere-se à avaliação que as instituições fazem do nível de sensibilização/conscientização ambiental da população uberlandense. 52,5% dos entrevistados avaliam negativamente, como péssimo e ruim. Esse resultado indica coerência com o contexto ambiental de Uberlândia e da percepção ambiental da população.

Em relação à existência de programa de coleta seletiva nas instituições, as respostas dos entrevistados indicam que 55% das instituições não possuem. Entre as instituições escolares esse índice é de 74%. Esses dados podem ser considerados um indicador do nível de consolidação da EA nas instituições pesquisadas. Considerando que há regulamentação legal para essa questão, qualquer instituição gera resíduos recicláveis, os recursos necessários para implantação e operacionalização são relativamente modestos, avaliamos que a ausência de um processo de coleta seletiva em instituições representa falta de comprometimento ambiental das instituições.

A grande missão da escola é oferecer um ambiente escolar adequado para permitir a seus alunos uma aprendizagem significativa e contribuir para a formação de cidadãos conscientes e capazes de adotar atitudes de preservação ambiental. (BRASIL, 2008, p. 187).

Nessa mesma linha de raciocínio Moreira et al. (2011, p. 79) afirma que “a construção de espaços educadores sustentáveis passa, necessariamente, pelo fortalecimento da sustentabilidade socioambiental no tripé: gestão, currículo e edificação.”

A última questão respondida pelos entrevistados refere-se à existência de apoio ou parcerias entre as instituições no desenvolvimento de atividades de EA. Os resultados indicam que 55% das instituições possuem algum tipo de apoio ou parceria. No entanto, o nível dessas parcerias é considerado incipiente, eventual e informal. Essas parcerias, ou apoio conferido pelas instituições, restringem-se a visitas, palestras, eventos, recolhimento de recicláveis e

doações. Observa-se que há falta de integração entre as instituições pesquisadas no tocante à questão ambiental.

Analisando as respostas dos entrevistados a respeito das questões formuladas, podemos ter uma ideia da situação em que se encontra a EA nas instituições pesquisadas e, por conseguinte, no município de Uberlândia. É um processo relativamente novo e encontra-se em construção. Faltam profissionalização e institucionalização da EA através do incremento de estratégias, recursos, planejamento, gestão e integração de ações. A EA praticada pelas instituições é marcada pelo imprevisto, eventos comemorativos, carência de ações práticas e permanentes, fragilidade na formalização, falhas na comunicação e baixa integração entre instituições. Essa realidade deixa evidente a necessidade de haver um processo de GA mais eficiente.

6- REPENSANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Considerando o conceito de EA definido pela lei federal nº 9.795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, apresentamos as considerações finais destacando a relação existente entre o referido conceito e a EA desenvolvida no município de Uberlândia.

Desde a Conferência de Estocolmo, realizada no ano de 1972, a EA tem sido tomada como valioso instrumento a serviço da sociedade para fins de conscientização ambiental da população, de forma a promover a mudança cultural que propiciará à humanidade encontrar o caminho do DS.

A partir de então, organismos internacionais, governos nacionais, ONG's, entidades de classes, empresas, instituições de ensino e grupos sociais diversos têm empreendido esforços para sensibilizar a sociedade, individualmente e coletivamente, a promover a construção de valores socioambientais capazes de alterar a forma de viver, em consonância com as premissas do DS.

Apesar do crescente aumento da consciência ambiental planetária, ao longo dessas últimas quatro décadas, é inegável que os problemas ambientais também crescem em uma proporção nunca antes vista em outro momento histórico da humanidade. Além do crescimento populacional e suas implicações sobre a depleção de recursos naturais, o modo de vida da sociedade contemporânea, baseado no consumo desmedido de descartáveis, gera problemas ambientais de toda ordem e de difícil controle.

Parece que a tecnologia, por si só, não é suficiente para conter os problemas ambientais contemporâneos, exigindo da sociedade mais do que a simples conscientização a respeito das causas e consequências dos problemas socioambientais. O paradigma capitalista, amparado pela tríade produção-consumo-lucro, tem provocado e mantido um ciclo vicioso na sociedade moderna, que não consegue superar o consumo e o desejo de usufruir de todo o conforto que o desenvolvimento tecnológico pode proporcionar às pessoas.

Retomando o conceito de EA, proposto pela lei que institui a Política Nacional de EA, observamos a necessidade de construção de “valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências” por parte dos indivíduos e da coletividade, visando à conservação do meio ambiente.

Outro aspecto extremamente importante extraído desse conceito é o termo “processos”, entendido como o meio a ser usado para se atingir os objetivos almejados pela EA. O verbo principal usado na elaboração desse conceito de EA é “construir”.

A decomposição desse conceito de EA tem o propósito de destacar a importância de seu significado e a complexidade de colocá-lo em prática. Estamos tratando de algo difícil de ser executado, na medida em que lidamos com pessoas, individualmente e coletivamente, cujo modo de vida necessita ser modificado, tendo em vista o DS que representa a meta a ser alcançada.

Para ocorrer essas mudanças de concepção de mundo faz-se necessário a construção de novos valores sociais por parte dos indivíduos. Essa construção somente poderá ser viabilizada através de processos que demandam tempo e estratégias eficientes para lidar com as diversas realidades socioambientais existentes, em escala local e global.

Diante dessas considerações, fica evidente que desenvolver uma EA que contemple todas essas questões, não é uma tarefa simples. A EA que tem sido desenvolvida no Brasil e em Uberlândia, particularmente, apresenta indicativos de que não tem conseguido atingir a plenitude do conceito estabelecido pela lei federal. O que temos observado, ao longo das duas últimas décadas, é o desenvolvimento de uma EA pautada em ações pontuais, sem continuidade, descontextualizada da realidade local, focada no indivíduo e priorizando a sensibilização e mudança de comportamento das pessoas, a partir da divulgação de informações ambientais.

Esse tipo de EA tem seu mérito, na medida em que disponibiliza às pessoas informações sobre diversas questões ambientais importantes, mas fica à mercê do interesse das pessoas aderirem ou não. Isto é, o indivíduo, de posse da informação, poderá se sensibilizar e voluntariamente aderir a alguma ação específica de preservação ambiental que se apresente factível a ele. Essas ações de EA, dado o caráter pontual e esporádico em que são realizadas, podem não ser suficientes para promover a construção de valores sociais nos indivíduos e a consequente aquisição de atitudes e competências necessárias para promover a mudança cultural (coletiva) que se almeja.

Diante dessas questões conceituais e metodológicas, que envolvem a práxis da EA, apresentamos algumas reflexões e proposições com o objetivo de “oxigenar” a discussão a

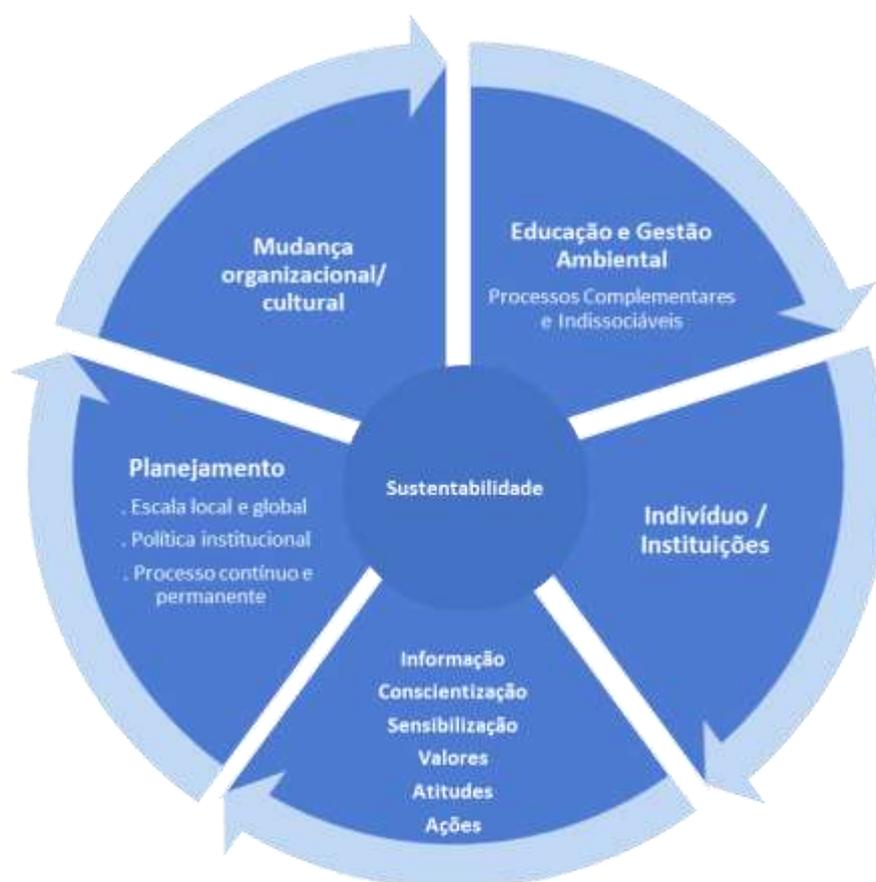
respeito da forma mais adequada de desenvolver uma EA, que seja capaz de corrigir parte das mazelas ambientais produzidas pela sociedade capitalista.

Não temos a pretensão de provocar mudanças profundas no sistema econômico que rege a vida da sociedade contemporânea, mas, na medida do possível, vislumbramos uma mudança organizacional e cultural nos grupos sociais e indivíduos de forma a gerar um processo permanente e consistente visando à efetivação do DS.

A EA, sendo desenvolvida nesta perspectiva, pode cumprir seu papel na sociedade em consonância com os princípios e diretrizes estabelecidas pelos documentos produzidos no âmbito das Conferências Internacionais e da própria legislação.

A seguir, apresentamos um esquema (Figura 1) que sintetiza nossa visão a respeito da forma como a EA deveria ser colocada em prática nas instituições e nos territórios.

Figura 1 - Esquema dos processos de Educação e Gestão Ambiental



Org.: MENDONÇA, M. G. (2015)

Esse esquema representa o processo de EA na prática, considerando a operacionalização do conceito definido pela legislação. A questão inovadora é representada pelo termo “gestão”. Conforme discutido anteriormente, a EA é entendida como processo.

Um processo necessariamente envolve a execução de várias ações que, por sua vez, exige planejamento, acompanhamento e tomada de decisões. A gestão representa um aspecto extremamente importante para viabilizar a concretização dos resultados esperados de um processo.

Assim, a GA é um componente complementar e indissociável da EA. Pode ser encontrada na literatura especializada a afirmação de que a GA necessita da EA para atingir seus objetivos. Em nosso entendimento, podemos assegurar que a EA necessita da GA para atingir seus objetivos. Não existe contradição nas duas afirmações. O que pretendemos demonstrar nessas reflexões é que a EA e a GA são processos complementares e indissociáveis.

Não é possível desenvolver uma EA, conforme estabelecido no conceito legal, sem haver um processo de GA que lhe dê o suporte técnico/operacional apropriado. O esquema apresenta, de forma lógica, a práxis da EA, indicando as etapas desse processo considerando o DS como meta a ser atingida.

O processo de EA tem início concomitantemente com o processo de GA. O foco desse processo são o indivíduo e o coletivo, representado pelos atores sociais como órgãos públicos, entidades de classe, ONG's, escolas, empresas, etc. O coletivo é a prioridade uma vez que, através dele, o indivíduo será atingido em todas as esferas da sociedade (igreja, clube, empresa, órgão público, escola, etc), de forma contínua e permanente.

Um dos objetivos dos processos de EA e GA é levar informação e conscientização ambiental às pessoas. A sensibilização ambiental do indivíduo e do coletivo de forma contínua e permanente provocará a formação de valores sociais e a prática de ações ambientalmente adequadas.

Considerando que esta proposta prioriza o coletivo, em detrimento do individual, é necessária a adoção de uma política ambiental por parte das instituições. Conseqüentemente haverá necessidade de um planejamento que, em conformidade com o conceito de EA, seja constituído por um processo contínuo e permanente. Essa política ambiental institucionalizada deve contemplar as escalas local e global, uma vez que as questões ambientais são complexas e envolvem escalas variadas de incidência.

Com foco no coletivo, buscando a construção de valores sociais e atitudes ambientalmente adequadas dos indivíduos, a definição de uma política ambiental institucional se consolidará em um processo permanente que possibilitará a efetivação de uma mudança organizacional/cultural nas instituições. Esse processo tem a força de promover uma sinergia

nas escalas locais (instituições e territórios) que repercutirá em escala global, propiciando a construção do DS.

A operacionalização desse processo exige o envolvimento e comprometimento das lideranças dos grupos sociais, qualificação técnica dos gestores, trabalho em equipe e vontade política para viabilizar o cumprimento da legislação ambiental existente. Conforme mencionado anteriormente, o desenvolvimento da EA nessa perspectiva representa um processo complexo, dinâmico e eficiente.

No entanto, sem haver um processo de GA que dê a sustentação necessária à EA, não é possível trilhar essas etapas. O que se observa atualmente é o desenvolvimento de ações de EA desprovidas de um processo de GA. EA e GA são processos que não podem ser implementados isoladamente. Um depende do outro, num processo de “simbiose”. Esse é o desafio proposto para os profissionais que atuam na área ambiental e desejam que o DS deixe de ser uma utopia e converta-se em realidade o mais breve possível.

Os resultados obtidos nesta pesquisa permitem afirmar que há um significativo imobilismo dos indivíduos em relação às demandas por ações práticas em prol da preservação ambiental. Verifica-se a inexistência de mobilização das pessoas, compromisso, interesse e atitude para a tomada de ações ambientalmente corretas e necessárias. Para além da insuficiência de informações e conhecimento por parte das pessoas, provavelmente o contexto político, educacional e cultural vivido pelo país, nas últimas décadas, contribuiu para o estabelecimento desse cenário.

Diante do exposto reportamos a uma das premissas defendidas nesta tese, apontando a necessidade das instituições desenvolverem um processo de GA eficiente, de forma a reverter a situação observada nos resultados de campo. Para que a EA obtenha resultados exitosos, faz-se necessário que as instituições (que representam o coletivo) se estruturam técnica e operacionalmente de forma a criar condições para subsidiar e alavancar as ações individuais.

Esta estruturação, configurada na forma da adoção de uma Política Ambiental Institucionalizada, deve ser pautada pela adoção de um SGA que ofereça infraestrutura, organização, orientação, exemplo, incentivo, oportunidade e cobrança, em último caso, para os indivíduos colocarem em prática as atitudes necessárias para trilhar o caminho do DS.

Essa Política Ambiental precisa ser instituída de forma permanente e contínua. O foco deve ser tanto o indivíduo quanto o coletivo. As ações devem ser pautadas pelo profissionalismo, deixando de lado questões subjetivas e passionais. O planejamento e a gestão eficaz devem prevalecer sobre o improviso e demandas de última hora. Essa dinâmica resultará no desenvolvimento de ações práticas, resultantes da conscientização, participação,

engajamento, mobilização e comprometimento das pessoas diretamente e indiretamente ligadas ao trabalho desenvolvido pelas instituições.

O fortalecimento da estrutura técnico-administrativa, tanto municipal, quanto estadual e federal, deve ser fomentado. Aumentar o número de técnicos qualificados, promover uma fiscalização ostensiva, priorizar a EA no Município e ampliar a integração entre os órgãos ambientais são ações essenciais para melhorar as condições ambientais de Uberlândia.

Portanto, a elaboração de um planejamento ambiental para o Município, com definição de objetivos e metas a serem alcançadas a médio e longo prazo, também, é uma necessidade verificada. Nesse sentido, a implantação da Agenda 21 Local, com participação ativa da comunidade e de suas instituições representa uma alternativa para que a EA possa ser alavancada e consolidada como Política Pública de primeira grandeza.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves (Org.). **Cidade, ambiente e política: problematizando a Agenda 21 local**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006, 132p.
- ALMEIDA, Fernando. **Os desafios da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007, 280 p.
- ANDRADE, André Luís Chauvet; LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Monitoramento e Avaliação de Projetos em Educação Ambiental: Uma Contribuição para o Desenvolvimento de Estratégias. In: SANTOS, José Eduardo dos; SATO, Michèle. **A Contribuição da Educação Ambiental à Esperança de Pandora**. São Carlos: RiMa, 2006, p. 511-530.
- ANDRADE, Viviane Suzana da Costa Santos. **Gestão Ambiental em Instituição Escolar: possibilidades e desafios para o CAIC Aureliano Joaquim da Silva (Ituiutaba/MG)**. 2012. 126 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.
- BERNA, Vilmar. **Jornalismo Ambiental**. In: SANTOS, José Eduardo dos; SATO, Michèle. **A Contribuição da Educação Ambiental à Esperança de Pandora**. São Carlos: RiMa, 2006, p. 159-171.
- BEVILAQUA, Eduardo. **A gestão ambiental municipal em Uberlândia e os desafios do ambientalismo**. 2007. 158 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. 3. ed. 2. Reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2001, 252 p.
- BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 07 ago 2013.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 09 out 2014.
- BRASIL. Senado Federal. **Agenda 21**- Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2 ed. Brasília – DF: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1997, 598 p.
- BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em 07 ago 2013.
- BRASIL. **Sistema Nacional de Educação Ambiental – SISNEA**, (200?), 24 p.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Educação ambiental: curso básico a distância - questões ambientais: conceitos, história, problemas e alternativas**. 2 ed. ampl. Brasília – DF: MMA, 2001a, 427 p., 5v.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Programa parâmetros em ação, meio ambiente na escola: guia para atividades em sala de aula**. Brasília: MEC/SEF, 2001b, 200 p.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Programa parâmetros em ação, meio ambiente na escola: guia do formador**. Brasília: MEC/SEF, 2001c. 426 p.
- BRASIL. **Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002**. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 22 maio 2013.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. (Coord. Philippe Pomier Layrargues). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004, 156 p.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental. **Coletivos Jovens de Meio Ambiente: Manual Orientador**. Brasília – DF: DREAMS Gráfica e Editora Ltda, 2005a, 40 p.
- BRASIL. Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. **Programa Latino-americano e Caribenho de Educação Ambiental**. Brasília: MMA, 2005b, 60p. (Série Documentos Técnicos – 5)
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais**. Cadernos de Formação. Volume 2: como estruturar o Sistema Municipal de Meio Ambiente. Brasília: MMA/PNC, 2006a, p. 57.
- BRASIL. Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. **Portfólio Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental**. Brasília: MMA, 2006b, 70 p. (Série Documentos Técnicos – 7)
- BRASIL. Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. **Juventude, cidadania e meio ambiente: subsídios para elaboração de políticas públicas**. Brasília: Unesco/MMA/MEC, 2006c, 204p

BRASIL. **Educação na diversidade**: o que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental. Org.: Rachel Trajber; Patrícia Ramos Mendonça. Brasília: SECAD/MEC, 2007, 262 p. (Coleção Educação para todos, Série Avaliação; nº 6, v. 23) – Edição eletrônica.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Meio Ambiente**. Brasília – DF: MMA, 2008, 245 p.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Departamento de Educação Ambiental. **Os diferentes Matizes da educação ambiental no Brasil**: 1997-2007. 2ª ed. Brasil, DF: MMA, 2009, 290 p. (Série Desafios da Educação Ambiental).

BRASIL. **Resolução nº 02 do Conselho Nacional de Educação, de 13 de junho de 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20 jul 2015.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação Ambiental Crítica: Nomes e Endereçamentos da Educação. In: BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. (Coord. Philippe Pomier Layrargues). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004, p. 13-24.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; SATO, Michèle (Org.). **Educação ambiental**: pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005, 232 p.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura. O sujeito ecológico: a formação de novas identidades culturais e a escola. In: BRASIL. (Coordenação Soraia Silva de Mello e Rachel Trajber). **Vamos cuidar do Brasil**: conceitos e práticas em educação ambiental na escola. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental; Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007, p. 135-141.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental**: a formação do sujeito ecológico. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2008, 256 p.

CASTRO, Mary Dias Lobas; MALHEIROS, Tadeu Fabrício. Implementação de Projetos de Educação Ambiental: Aspectos Políticos, Financeiros e Institucionais. In: PHILIPPI Jr., Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi (Ed.). **Educação ambiental**: desenvolvimento de cursos e projetos. 2 ed. São Paulo: Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública. Núcleo de Informações em Saúde Ambiental: Signus Editora, 2002, p. 148-152.

CASTRO, Mary Dias Lobas; GEISER, Suely Rodrigues Alves. Educação Ambiental: um Caminho para a Construção da Participação nos Conselhos de Meio Ambiente. In: PHILIPPI Jr., Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi (Ed.). **Educação ambiental**: desenvolvimento de cursos e projetos. 2 ed. São Paulo: Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública. Núcleo de Informações em Saúde Ambiental: Signus Editora, 2002, p. 215-222.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991, 164 p.

CMMAD. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991, 430 p.

CNE. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 02, de 15 de junho de 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10988-rcp002-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192> Acesso em 20 ago 2013.

COIMBRA, José de Ávila Aguiar. Linguagem e Percepção Ambiental. In: PHILIPPI Jr., Arlindo; ROMÉRO, Marcelo de Andrade; BRUNA, Gilda Collet (Ed.). **Curso de gestão ambiental**. Barueri, SP: Manole, 2004, p. 525-570.

COLESANTI, Marlene Teresinha de Muno. **Por uma Educação Ambiental: O Parque do Sabiá em Uberlândia, MG**. 1994. 160 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual de São Paulo, Rio Claro, 1994.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1987, 118 p.

DEPRESBITERIS, Léa. Avaliação da Aprendizagem na Educação Ambiental – uma Relação Muito Delicada. In: SANTOS, José Eduardo dos; SATO, Michèle. **A Contribuição da Educação Ambiental à Esperança de Pandora**. São Carlos: RiMa, 2006, p. 531-557.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 3 ed. São Paulo: Gaia, 1994, 400 p.

DIAS, Genebaldo Freire. **Ecopercepção: um resumo didático dos desafios socioambientais**. São Paulo: Gaia, 2004, 54 p.

FARNESI, Cláudia Costa. **A realidade da Educação Ambiental no Sistema de Gestão Ambiental: Votorantim Metais – Um Estudo de Caso**. 2004. 211 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

FERNANDES, Elisabete Chirieleison. **A Educação Ambiental nas Escolas do Município de Uberlândia-MG, Brasil**. 2002. 96 f. Dissertação (Mestrado em Biologia) – Instituto de Biologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

FIALHO, Francisco Antônio Pereira et al. **Gestão da Sustentabilidade na Era do Conhecimento**. Florianópolis: Visual Books, 2008, 160 p.

FLICK, Uwe (Trad. Joice Elias Costa). **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009, 405 p.

FONSECA, S. B. Agenda 21 e educação ambiental. In: **Anais do V Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental (Joinvile, SC, 2006)**. Rio de Janeiro: Associação Projeto Roda Viva, 2007, p. 143-154.

FGONG/CNUMAD. Fórum Global das Organizações Não Governamentais; Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global**. 1992, Rio de Janeiro, 5 p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/tratado.pdf>>. Acesso em: 24 abr 2015.

- FUCHS, Ângela M. S; FRANÇA, Maira N; PINHEIRO, Maria S. F. **Guia para normalização de publicações técnico-científicas**. Uberlândia: EDUFU, 2013, 286 p.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987, 206 p.
- GÓMEZ, Javier Garcia. Análise da Educação Ambiental na Espanha no Contexto da União Europeia. In: SANTOS, José Eduardo dos; SATO, Michèle. **A Contribuição da Educação Ambiental à Esperança de Pandora**. São Carlos: RiMa, 2006, p. 327-353.
- GRAHL, Tatiane; ANTUNES, Paulo. Mercado de Trabalho em Educação Ambiental. In: PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi (Ed.). **Educação ambiental: desenvolvimento de cursos e projetos**. 2 ed. São Paulo: Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública. Núcleo de Informações em Saúde Ambiental: Signus Editora, 2002, p. 153-155.
- GRUN, Mauro. **Ética e educação ambiental: a conexão necessária**. 9 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2005, 120 p. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).
- GUGELMIN, Eunice Elisete et al. Agenda 21 Local no Brasil. In: LITTLE, Paul E. (Org.). **Políticas ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências**. São Paulo: Petrópolis; Brasília, DF: IIEB, 2003, p. 89-111.
- GUIMARÃES, Mauro. **A formação de educadores ambientais**. 2 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2005, 174 p.
- GUIMARÃES, Mauro. Educação Ambiental e a Gestão para a Sustentabilidade. In: SANTOS, José Eduardo dos; SATO, Michèle. **A Contribuição da Educação Ambiental à Esperança de Pandora**. São Carlos: RiMa, 2006, p. 183-195.
- GUIMARÃES, Mauro. Educação ambiental: participação para além dos muros da escola. In: BRASIL. (Coordenação Soraia Silva de Mello; Rachel Trajber). **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental; Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007a, p. 86-93.
- GUIMARÃES, Michelly Amorim dos Santos. **Comunicação, Educação Ambiental e Mudança de Comportamento na Implantação de um Programa de Coleta Seletiva**. 2007. 53 f. Monografia (Especialização) - Centro Universitário de Belo Horizonte, Belo Horizonte, 2007b.
- HOEFFEL, João Luiz; FADINI, Almerinda A. B. Percepção Ambiental. In: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. (Org. Luiz Antônio Ferraro Júnior). **Encontros e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília – DF: MMA, 2007, p. 255-262.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=317020>>. Acesso em: 01 jul 2015.

JACOBI, Pedro. Meio Ambiente e Educação para a Cidadania: O Que Está em Jogo nas Grandes Cidades? In: SANTOS, José Eduardo dos; SATO, Michèle. **A Contribuição da Educação Ambiental à Esperança de Pandora**. São Carlos: RiMa, 2006, p. 423-437.

JORGE, Wilson Edson. Política e planejamento territorial. In: PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; ROMÉRO, Marcelo de Andrade; BRUNA, Gilda Collet (Ed.). **Curso de gestão ambiental**. Barueri, SP: Manole, 2004, p. 737-758.

KITZMANN, Dione I. S.; ASMUS, Milton L. Do Treinamento à Capacitação: A Inserção da Educação Ambiental no Setor Produtivo. In: RUSCHEINSKY, Aloísio (Org.). **Educação Ambiental: abordagens múltiplas**. Porto Alegre: Artmed, 2004, p. 143-156.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza (Org.). **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate**. São Paulo: Cortez, 2000, p. 88-155.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 3 ed. rev. aum. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004, 494 p.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. Tradução de Sandra Valenzuela; Revisão técnica de Paulo Freire Vieira. 4 ed. rev. São Paulo: Cortez, 2007, 239 p.

LIMA, Gustavo F. da Costa. Crise ambiental, educação e cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, S. de C. (Org.). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002, p. 109-141.

LIMA, Gustavo F. da Costa. Responsabilidade socioambiental e sustentabilidade. In: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. (Org. Luiz Antônio Ferraro Júnior). **Encontros e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília – DF: MMA, 2007, p. 335-343.

LIPAI, Eneida Maekawa; LAYRARGUES, Philippe Pomier; PEDRO, Viviane Vazzi. Educação ambiental na escola: tá na lei ... In: BRASIL. (Coordenação: Soraiá Silva de Mello; Rachel Trajber). **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental; Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007, p. 23-34.

LITTLE, Paul E. (Org.). **Políticas ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências**. São Paulo: Petrópolis; Brasília, DF: IIEB, 2003, 462 p.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Teoria social e questão ambiental: pressupostos para uma práxis crítica em educação ambiental. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza (Org.). **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate**. São Paulo: Cortez, 2000, p. 13-51.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P.

P.; CASTRO, S. de C. (Org.). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002, p. 69-98.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **O movimento ambientalista e o pensamento crítico: uma abordagem política**. Rio de Janeiro: Quarter, 2003, 160 p.

MAGOSO, Helena Maria de Campos. Considerações sobre o Mercado de Trabalho em Educação Ambiental. In: PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi (Ed.). **Educação ambiental: desenvolvimento de cursos e projetos**. 2 ed. São Paulo: Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública. Núcleo de Informações em Saúde Ambiental: Signus Editora, 2002, p. 120-126.

MAIMON, Dalia. **ISO 14001 – passo a passo da implantação nas pequenas e médias empresas**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999, 84 p.

MENDONÇA, Mauro das Graças. **Políticas e condições ambientais de Uberlândia-MG no contexto estadual e federal**. 2000. 223 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2000.

MENDONÇA, Patrícia Ramos. Políticas de formação continuada de professores e professoras em educação ambiental no Ministério da Educação. In: BRASIL. (Coordenação Soraia Silva de Mello e Rachel Trajber). **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental; Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007, p. 45-53.

MINAS GERAIS. **Lei nº 16.689**. Acrescenta dispositivos à Lei nº 13.766, de 30 de novembro de 2000, que dispõe sobre a política estadual de apoio e incentivo à coleta de lixo, e à Lei nº 15.441, de 11 de janeiro de 2005, que regulamenta o inciso I do parágrafo 1 do art. 214 da Constituição do Estado.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29 ed., Petrópolis-RJ: Vozes, 2010, 108 p.

MOREIRA, Tereza et al. Educação ambiental e Gestão das Águas no ensino formal. In: BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. (Org. Franklin de Paula Júnior e Suraya Modaelli). **Política de águas e Educação Ambiental: processos dialógicos e formativos em planejamento e gestão de recursos hídricos**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2011, p. 78-90

MORIN, Edgar. (Trad. Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; Revisão técnica Edgard de Assis Carvalho). **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. 4. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001, 118 p.

MUNHOZ, Déborah. Alfabetização Ecológica: de indivíduos às empresas do século XXI. In: BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. (Coord. Philippe Pomier Layrargues). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004, p. 141-154.

NETO, Alexandre Shigunov; CAMPOS, Lucila Maria de Souza; SHIGUNOV, Tatiana. **Fundamentos da gestão ambiental**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda, 2009, 295 p.

OLIVEIRA, Haydée Torres. Educação ambiental – ser ou não ser uma disciplina: essa é a principal questão?! In: BRASIL. (Coordenação Soraia Silva de Mello e Rachel Trajber). **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental; Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007, p. 103-112.

ONG's. Organizações Não Governamentais. **Carta da Terra**. 2000, 7 p. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/carta_terra.pdf>. Acesso em: 24 abr 2015.

PALAVIZINI, Roseane. A Educação Ambiental na integração de políticas públicas para a construção da governança da água e do território. In: BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. (Org. Franklin de Paula Júnior e Suraya Modaelli). **Política de águas e Educação Ambiental: processos dialógicos e formativos em planejamento e gestão de recursos hídricos**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2011, p. 110-119.

PELICIONI, Andréa Focesi. Trajetória do Movimento Ambientalista. In: PHILIPPI Jr., Arlindo; ROMÉRO, Marcelo de Andrade; BRUNA, Gilda Collet (Ed.). **Curso de gestão ambiental**. Barueri, SP: Manole, 2004a, p. 431-457.

PELICIONI, Maria Cecília Focesi. Fundamentos da Educação Ambiental. In: PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; ROMÉRO, Marcelo de Andrade; BRUNA, Gilda Collet (Ed.). **Curso de gestão ambiental**. Barueri, SP: Manole, 2004b, p. 459-483.

PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo et al. (Editores). **Municípios e meio ambiente: perspectivas para a municipalização da gestão ambiental no Brasil**. São Paulo: Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente – ANAMMA, 1999, 201 p.

PHILIPPI JÚNIOR, A.; PELICIONE, M. C. F. **Educação ambiental: desenvolvimento de cursos e projetos**. 2 ed. São Paulo: Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública. Núcleo de Informações em Saúde Ambiental: Signus Editora, 2002, 350 p.

PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; ROMÉRO, Marcelo de Andrade; BRUNA, Gilda Collet (Ed.). **Curso de gestão ambiental**. Barueri, SP: Manole, 2004, 1045 p.

PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; BRUNA, Gilda Collet. Política e gestão ambiental. In: PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; ROMÉRO, Marcelo de Andrade; BRUNA, Gilda Collet (Ed.). **Curso de gestão ambiental**. Barueri, SP: Manole, 2004, p. 657-711.

PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi; COIMBRA, José de Ávila Aguiar. Visão de Interdisciplinaridade na Educação Ambiental. In: PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi (Ed.). **Educação ambiental: desenvolvimento de cursos e projetos**. 2 ed. São Paulo: Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública. Núcleo de Informações em Saúde Ambiental: Signus Editora, 2002, p. 178-185.

PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; COIMBRA, José de Ávila Aguiar; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. Educação Ambiental: do Passado e do Presente para Alcançar a Sustentabilidade. In: PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi (Ed.). **Educação ambiental: desenvolvimento de cursos e projetos**. 2 ed. São Paulo: Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública. Núcleo de Informações em Saúde Ambiental: Signus Editora, 2002, p. 321-330.

PMU. Prefeitura Municipal de Uberlândia. Disponível em: <http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/11590.pdf>. Acesso em: 01 jul 2015.

PRIETO, Élisson César. **Universidade sustentável: desafios e compromissos da educação e da gestão ambiental na Universidade Federal de Uberlândia, MG**. 2012. 173 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

QUINTAS, José Silva. Considerações sobre a Formação do Educador para atuar no Processo de Gestão Ambiental. In: PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi (Ed.). **Educação ambiental: desenvolvimento de cursos e projetos**. 2 ed. São Paulo: Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública. Núcleo de Informações em Saúde Ambiental: Signus Editora, 2002, p. 28-32.

RAMIRES, Júlio César de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009, 544 p.

ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzalez Colombo. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismo para validação dos resultados**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, 112 p.

ROSA, Antônio Vítor. Projetos em educação ambiental. In: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. (Org. Luiz Antônio Ferraro Júnior). **Encontros e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília – DF: MMA, 2007, p. 275-287.

RUSCHEINSKY, Aloísio; COSTA, Adriane Lobo. A Educação Ambiental a partir de Paulo Freire. In: RUSCHEINSKY, Aloísio (Org.). **Educação Ambiental: abordagens múltiplas**. Porto Alegre: Artmed, 2002, p. 73-89.

SAITO, Carlos Hiroo. Política Nacional de Educação Ambiental e Construção da Cidadania: Desafios Contemporâneos. In: RUSCHEINSKY, Aloísio (Org.). **Educação Ambiental: abordagens múltiplas**. Porto Alegre: Artmed, 2002, 47-60.

SANTOS, José Eduardo dos; SATO, Michèle. **A Contribuição da Educação Ambiental à Esperança de Pandora**. São Carlos: RiMa, 2006, 602 p.

SANTOS, Rosely Ferreira; REIGOTA, Marcos; RUTKOWISK, Emília. Educação e Planejamento Ambiental: uma Relação Conceitual. In: SANTOS, José Eduardo dos; SATO, Michèle. **A Contribuição da Educação Ambiental à Esperança de Pandora**. São Carlos: RiMa, 2006, p. 225-242.

- SAUVÉ, Lucie. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; SATO, Michèle (Org.). **Educação ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2005, p. 17-44.
- SAUVÉ, Lucie; ORELLANA, Isabel. A Formação Continuada de Professores em Educação Ambiental: a Proposta do EDAMAZ. In: SANTOS, José Eduardo dos; SATO, Michèle. **A Contribuição da Educação Ambiental à Esperança de Pandora**. São Carlos: RiMa, 2006, p. 273-287.
- SCHWARZ, Dorothy; SCHWARZ, Walter. Tradução Maria Inês Rolim. **Ecologia: alternativa para o futuro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, 195 p.
- SEGURA, D. S. B. **Educação ambiental na escola pública: da curiosidade ingênua à consciência crítica**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001, 214 p.
- SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. **Gestão Ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014, 312 p.
- SILVA, Daniel José da. Método da Educação Ambiental Brasileira. In: PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi (Ed.). **Educação ambiental: desenvolvimento de cursos e projetos**. 2 ed. São Paulo: Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública. Núcleo de Informações em Saúde Ambiental: Signus Editora, 2002, p. 60-64.
- SIRKÍS, Alfredo. **Ecologia Urbana e Poder Local**. Rio de Janeiro: Fundação Ondazul, 1999, 318 p.
- SOUZA, Donaldo Bello de. **Conselhos municipais de meio ambiente: estado da arte, gestão e educação ambiental**. Brasília: Líber livro, 2010, 170 p.
- SOUZA, Elaine Castelo Branco et al. Desafios da gestão ambiental nos municípios. In: LITTLE, Paul E. (Org.). **Políticas ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências**. São Paulo: Petrópolis; Brasília, DF: IIEB, 2003, p. 65-88.
- THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1996, 108 p.
- TODD, John. Uma categoria econômica baseada na ecologia. In: THOMPSON, William Irwing (Org.). Tradução Sílvia Cerqueira Leite. **Gaia: uma teoria do conhecimento**. 3. ed. São Paulo: 2001, p. 123-136.
- TRISTÃO, Martha. **A educação ambiental na formação de professores: redes de saberes**. 2. ed. São Paulo: Annablume; Vitória: Facitec, 2008. 236 p.
- UBERLÂNDIA. **Bairros Integrados**. Disponível em: <www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/8634.pdf>. Acesso em: 27 de jan 2015.
- UBERLÂNDIA. **Lei Orgânica Municipal**. 3. ed. Uberlândia: Uberlândia: Off-Set Zardo Ltda, 1992. 88 p.

UBERLÂNDIA. **Lei nº 100.700, de 09 de março de 2011.** Dispõe sobre a política de proteção, controle e conservação do meio ambiente, revoga a lei complementar nº 017, de 04 de dezembro de 1991 e suas alterações, e dá outras providências.

UBERLÂNDIA. **Lei Complementar n. 432 de 19 de outubro de 2006.** Aprova o Plano Diretor do Município de Uberlândia, estabelece os princípios básicos e as diretrizes para sua implantação, revoga a Lei Complementar n. 078 de 27 de abril de 1994 e dá outras providências.

VELOSO, Najla. Entre camelos e galinhas, uma discussão acerca da vida na escola. In: BRASIL. Coordenação Soraia Silva de Mello; Rachel Trajber. **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola.** Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental; Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007, p. 73-82.

VIEZZER, Moema L. (Org.). **Círculos de aprendizagem para a sustentabilidade: caminhada do coletivo educador da Bacia do Paraná III e Entorno do Parque Nacional do Iguaçu 2005-2007.** Foz do Iguaçu: ITAIPU Binacional; MMA, 2007, 200 p.

YIN, Robert K. Trad. Daniel Grassi. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005, 212 p.

ZAKRZEWSKI, Sônia Beatris Balvedi; SATO, Michéle. Refletindo sobre a Formação de Professor@s em Educação Ambiental. In: SANTOS, José Eduardo dos; SATO, Michèle. **A Contribuição da Educação Ambiental à Esperança de Pandora.** São Carlos: RiMa, 2006, p. 31-49.

APÊNDICE A - Roteiro de entrevista submetido à população

- 1- Sexo: () Mas () Fem
- 2- Idade: () 18-20 () 21-30 () 31-40 () 41-50 () 51-60 () 61-70 () ≥ 71
- 3- Escolaridade: () analfabeto () E. F. incompleto () E. F. completo
() E. M. incompleto () E. M. completo () Superior incompleto
() Superior completo () Pós-Graduação
- 4- Renda: () sem renda () ≤ 1 s. m. () 1-2 s. m. () 2-3 s. m.
() 3-5 s. m. () ≥ 05 s. m.
- 5- Bairro onde mora: _____
- 6- Ocupação profissional: _____
- 7- Quando se fala em Meio Ambiente, você pensa em quê?
- 8- Quais são os principais problemas ambientais?
- 9- Quem são os responsáveis por resolver os problemas ambientais?
- 10- Qual seu interesse em aprender e/ou realizar alguma ação de preservação ambiental?
() não tenho () pouco () regular () muito
- 11- Como você avalia as consequências de suas ações diárias em relação ao Meio Ambiente?
() não sei
() não prejudicam o meio ambiente
() podem prejudicar o meio ambiente
- 12- Como você avalia as condições ambientais de Uberlândia?
() péssimas () ruins () regulares () boas () ótimas
- 13- Você tem conhecimento de algum problema ambiental em seu bairro ou em Uberlândia?
() não
() sim. Qual? _____
- 14- Você já recebeu algum material impresso (folder, cartilha) sobre o tema meio ambiente?
() não

() sim. Onde recebeu? () casa () escola () trabalho () rua
() outros: _____

15- Você já recebeu a visita de algum profissional da área ambiental em sua casa?

() não
() sim. Qual a finalidade? _____

16- Você já participou de alguma ação em Uberlândia voltada para a preservação ambiental?

() não
() sim. Qual, onde e quando: _____

17- Você conhece (sabe o nome) de algum órgão público de proteção ambiental?

() não
() sim. Qual? _____

18- Você conhece (sabe o nome) de alguma ONG de proteção ambiental?

() não
() sim. Qual? _____

19- Você conhece (sabe o nome) de alguma empresa que desenvolve ações de proteção ambiental?

() não
() sim. Qual? _____

20- Como avalia suas atitudes diárias em relação ao meio ambiente?

() não sei
() faço as atividades diárias sem pensar se são prejudiciais ao meio ambiente
() faço as atividades diárias procurando não prejudicar o meio ambiente
() me considero um ecologista em razão das minhas atitudes

21- Qual a forma mais eficiente para promover atitudes ambientalmente corretas nas pessoas (indique por **ordem** de importância)?

() Informar através de folders, cartilhas, internet, televisão, rádio, palestras, cursos
() fiscalizar e punir os infratores

- Manter locais de trabalho e espaços públicos organizados, conservados e equipados com recursos ambientais adequados para o exercício de práticas ambientais corretas

22- Considerando que o atual modelo econômico/industrial provoca problemas ambientais (poluição, mudanças climáticas, desmatamento), o que você está disposto a fazer para mudá-lo para um modelo ambientalmente sustentável?

- já faço minha parte consumindo apenas o necessário
 consumo mais que o necessário e reconheço que necessito diminuir
 sou consumista e não pretendo mudar meus hábitos

23- Você realiza a separação do lixo reciclável em sua casa?

- Sim.
 Não. Porque? _____

24- Na escola onde estuda tem coleta seletiva?

- Sim. Funciona adequadamente? _____
 Não

25- Na empresa onde trabalha tem coleta seletiva?

- Sim. Funciona adequadamente incluindo o setor onde trabalha? _____
 Não

26- Qual é o principal responsável por você adquirir atitudes ambientalmente corretas?

- não sei/não adquiri escola TV/Rádio/Internet
 família trabalho Outros: _____

APÊNDICE B - Roteiro de entrevista submetido aos representantes das instituições participantes da pesquisa

- 1- Qual o significado do termo Educação Ambiental (EA) para a instituição?
- 2- Que ações de EA a instituição desenvolve?
- 3- Há quanto tempo a instituição desenvolve atividades de EA?
- 4- Quais os principais obstáculos enfrentados pela instituição para desenvolver EA?
- 5- Qual o público alvo das ações de EA desenvolvidas pela instituição?
- 6- Qual a avaliação que a instituição faz da EA desenvolvida no município de Uberlândia?
- 7- Que profissionais (nº e formação) há no quadro da instituição para desenvolver EA?
- 8- Qual a avaliação que a instituição faz do nível de integração/parceria existente entre empresas/ONG's/órgãos públicos/escolas em Uberlândia em relação às questões ambientais?
- 9- A instituição possui um Projeto/Programa de EA em desenvolvimento? Esse Projeto/Programa encontra-se registrado de forma impressa ou digital? Está acessível ao público interessado?
- 10- Como se dá o processo de definição/seleção das ações de EA desenvolvidas pela instituição?
- 11- Quais os meios utilizados pela instituição para socializar/divulgar informações ambientais para a comunidade?
- 12- Qual a importância atribuída pela instituição ao processo de Gestão Ambiental como suporte para o desenvolvimento de EA?
- 13- Qual a avaliação que a instituição faz do nível de sensibilização/conscientização ambiental da população uberlandense?
() péssimo () ruim () regular () bom () ótimo
- 14- Há programa de coleta seletiva na instituição? Funciona adequadamente?
- 15- A instituição possui parceria ou conta com o apoio de outras instituições no desenvolvimento de atividades de EA?

ANEXO A - Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Uberlândia



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Educação Ambiental no Município de Uberlândia-MG: reflexões sobre a práxis e sua relação com o processo de planejamento e gestão ambiental

Pesquisador: Marlene Teresinha de Muno Colesanti

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 32441314.5.0000.5152

Instituição Proponente: Instituto de Geografia

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 862.822

Data da Relatoria: 10/10/2014

Apresentação do Projeto:

Conforme apresenta o protocolo: Essa pesquisa tem o propósito de compreender como a Educação Ambiental é desenvolvida no município de Uberlândia-MG a partir das ações práticas realizadas pelas principais instituições públicas e privadas com representatividade no município, bem como analisar a percepção ambiental da população uberlandense em relação às suas ações cotidianas relacionadas às questões ambientais. O município de Uberlândia com uma população superior a 600 mil habitantes e com ritmo de crescimento acelerado representa um importante estudo de caso para o entendimento de como as Políticas de Educação Ambiental estão sendo aplicadas considerando o referencial teórico elaborado ao longo das últimas décadas em decorrência das diversas Conferências Internacionais realizadas para tratar das questões ambientais de interesse planetário. O desenvolvimento deste estudo contemplará pressupostos da pesquisa qualitativa envolvendo a análise de dados e informações de diversos segmentos da sociedade uberlandense. A obtenção dos dados e informações será através de pesquisa bibliográfica, entrevistas e observações de campo. A análise dos dados ocorrerá de forma qualitativa considerando os princípios do planejamento e gestão ambiental. Ao final da pesquisa espera-se obter respostas para algumas questões relevantes para os profissionais que atuam na área ambiental e educacional de Uberlândia e de outros municípios.

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica **CEP:** 38.408-144
UF: MG **Município:** UBERLANDIA
Telefone: (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4335 **E-mail:** cep@propp.ufu.br



Continuação do Parecer: 862.822

Essa pesquisa tem o propósito de compreender como a educação ambiental é concebida e desenvolvida no município de Uberlândia a partir das ações realizadas por instituições representativas da comunidade uberlandense. Avaliar a percepção ambiental da população também é objeto de análise dessa pesquisa. A metodologia adotada nesse estudo é de caráter qualitativo, onde se busca entender o que, onde, quando, porque, para quem a educação ambiental se destina. A entrevista e a observação direta são os procedimentos operacionais adotados para se atingir os objetivos propostos. Os resultados desta pesquisa apresentarão um diagnóstico da realidade local indicando caminhos para a definição de políticas públicas voltadas para o planejamento e gestão de ações eficazes de Educação Ambiental. Há uma grande expectativa em relação aos resultados desta pesquisa considerando sua importância para social, educacional e ambiental.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Compreender como a Educação Ambiental é concebida e desenvolvida no Município de Uberlândia-MG, considerando as concepções teóricas/conceituais definidas pelas Conferências Internacionais, os princípios técnicos e legais instituídos pelas Políticas Públicas, as relações estabelecidas entre os principais atores sociais atuantes e a percepção ambiental da população, tomando o planejamento e gestão ambiental como elementos norteadores do processo de análise e reflexão.

Objetivo Secundário: Identificar os principais atores sociais (órgãos públicos, escolas, empresas, ONG's, entidades de classe) que desenvolvem atividades relevantes de Educação Ambiental no município de Uberlândia; Identificar e caracterizar as principais ações e atividades de Educação Ambiental desenvolvidas pelos atores sociais; Analisar o nível de integração estabelecido entre os atores sociais no desenvolvimento das ações e atividades de Educação Ambiental; Identificar quais as concepções teóricas/metodológicas adotadas pelos atores sociais na definição e execução das ações e atividades de Educação Ambiental; Demonstrar a importância do Sistema de Gestão Ambiental, no âmbito de uma instituição pública ou privada, para o êxito de ações e atividades de Educação Ambiental. Avaliar o nível de percepção e envolvimento da população uberlandense em relação às questões ambientais.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segundo os pesquisadores:

Riscos: Conforme observado nos objetivos deste projeto, a pesquisa pretende compreender como a Educação Ambiental encontra-se estruturada no município de Uberlândia a partir da práxis vivenciada pelos principais atores sociais sediados no território. A metodologia empregada nesse

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica CEP: 38.408-144
UF: MG Município: UBERLANDIA
Telefone: (34)3239-4131 Fax: (34)3239-4335 E-mail: cep@propp.ufu.br



Continuação do Parecer: 862.822

estudo contempla a realização de entrevistas com representantes de empresas, órgãos públicos, entidades de classe, escolas, ONG's e amostra da população uberlandense. Os dados e informações adquiridas a partir das entrevistas concedidas representam a opinião e o conhecimento que os respectivos sujeitos participantes da pesquisa possuem em relação às questões ambientais, com ênfase em Educação Ambiental. Em nenhum momento se vislumbra a hipótese de que esses dados e informações, resultante das entrevistas, possa trazer algum risco aos envolvidos. As entrevistas serão executadas exclusivamente pelo pesquisador Mauro das Graças Mendonça (orientando de doutorado), que após realizar a transcrição e análise das respostas, eliminará todo o material fonético e manuscrito oriundo das abordagens aos sujeitos participantes da pesquisa. Nenhuma outra pessoa, a não ser a orientadora dessa pesquisa, Profa Dra Marlene T. de Muno Colesanti, terá acesso às repostas dos entrevistados. Os nomes das instituições co-participantes da pesquisa e os nomes dos respectivos representantes que concederão as entrevistas serão mantidos no mais absoluto sigilo. Em nenhum momento, por ocasião da divulgação dos resultados da pesquisa (tese, artigos, seminários), será divulgado o nome dos sujeitos participantes da pesquisa. Além da exposição pública dos nomes das instituições e pessoas que concederão as entrevistas, outro risco que poderia haver é em relação às implicações dos dados e informações contidas nas respostas. Conforme pode ser observado nos roteiros de entrevistas que serão submetidos aos sujeitos da pesquisa, as perguntas referem-se tão somente a aspectos relacionados às ações de educação ambiental desenvolvidas e/ou percebidas pelos entrevistados em seus ambientes domésticos, de trabalho, escolar e públicos. Não é possível estabelecer nenhuma relação entre as questões/respostas com situações que denotem algum descumprimento da legislação ambiental por parte das instituições ou imputação de falhas éticas ou morais sobre os sujeitos da pesquisa. As respostas apenas indicarão a forma de entendimento dos sujeitos em relação às questões ambientais, mais especificamente sobre o viés da Educação Ambiental, que tanto aflige a humanidade nas últimas décadas.

Benefícios: Os benefícios advindos dessa pesquisa para as instituições co-participantes e respectivos sujeitos participantes da pesquisa ocorrerão de forma indireta. Não há benefícios diretos para os envolvidos na pesquisa. À medida que participam da pesquisa estarão contribuindo para a realização de um estudo que resultará em benefícios, que envolvem aspectos sociais, educacionais, políticos e ambientais, para toda a sociedade, mais especificamente para a comunidade uberlandense. Há uma grande expectativa em relação aos resultados dessa pesquisa no sentido de contribuir para a elaboração de políticas públicas de Educação Ambiental no âmbito do município de Uberlândia. Considerando a importância desse tema para a sociedade

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica **CEP:** 38.408-144
UF: MG **Município:** UBERLÂNDIA
Telefone: (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4335 **E-mail:** cep@propp.ufu.br



Continuação do Parecer: 862.822

contemporânea, os resultados dessa pesquisa poderão ser socializados, através do acesso à tese e de artigos derivados da pesquisa, com um vasto leque de pessoas interessadas nessa temática, contribuindo para ampliar e qualificar melhor as ações de Educação Ambiental desenvolvidas pelas instituições e pela população em geral.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Todas as pendências foram atendidas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos foram apresentados.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

As pendências apontadas no parecer 820.043 foram atendidas.

De acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 466/12, o CEP manifesta-se pela aprovação do protocolo de pesquisa proposto.

O protocolo não apresenta problemas de ética nas condutas de pesquisa com seres humanos, nos limites da redação e da metodologia apresentadas.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Data para entrega de Relatório Final ao CEP/UFU: Dezembro de 2016.

OBS.: O CEP/UFU LEMBRA QUE QUALQUER MUDANÇA NO PROTOCOLO DEVE SER INFORMADA IMEDIATAMENTE AO CEP PARA FINS DE ANÁLISE E APROVAÇÃO DA MESMA.

O CEP/UFU lembra que:

a- segundo a Resolução 466/12, o pesquisador deverá arquivar por 5 anos o relatório da pesquisa e os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, assinados pelo sujeito de pesquisa.

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica **CEP:** 38.408-144
UF: MG **Município:** UBERLÂNDIA
Telefone: (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4335 **E-mail:** cep@propp.ufu.br



Continuação do Parecer: 862.822

b- poderá, por escolha aleatória, visitar o pesquisador para conferência do relatório e documentação pertinente ao projeto.

c- a aprovação do protocolo de pesquisa pelo CEP/UFU dá-se em decorrência do atendimento a Resolução CNS 466/12, não implicando na qualidade científica do mesmo.

Orientações ao pesquisador :

- O sujeito da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado (Res. CNS 466/12) e deve receber uma via original do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, na íntegra, por ele assinado.
- O pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade pelo CEP que o aprovou (Res. CNS 466/12), aguardando seu parecer, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao sujeito participante ou quando constatar a superioridade de regime oferecido a um dos grupos da pesquisa que requeiram ação imediata.
- O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (Res. CNS 466/12). É papel de o pesquisador assegurar medidas imediatas adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro) e enviar notificação ao CEP e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA – junto com seu posicionamento.
- Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas. Em caso de projetos do Grupo I ou II apresentados anteriormente à ANVISA, o pesquisador ou patrocinador deve enviá-las também à mesma, junto com o parecer aprobatório do CEP, para serem juntadas ao protocolo inicial (Res.251/97, item III.2.e).

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica **CEP:** 38.408-144
UF: MG **Município:** UBERLÂNDIA
Telefone: (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4335 **E-mail:** cep@propp.ufu.br



Continuação do Parecer: 862.822

UBERLÂNDIA, 07 de Novembro de 2014

Assinado por:
Sandra Terezinha de Farias Furtado
(Coordenador)

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica **CEP:** 38.408-144
UF: MG **Município:** UBERLÂNDIA
Telefone: (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4335 **E-mail:** cep@propp.ufu.br